

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS; AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO; AVALIAÇÃO
DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

FLAVIA CARVALHO DOS SANTOS

**GESTÃO DE AÇÕES CULTURAIS NAS UNIVERSIDADES – O CASO DO
CAMPUS AVANÇADO DA UFJF EM GOVERNADOR VALADARES**

JUIZ DE FORA

2018

FLAVIA CARVALHO DOS SANTOS

**GESTÃO DE AÇÕES CULTURAIS NA UNIVERSIDADE – O CASO DO CAMPUS
AVANÇADO DA UFJF EM GOVERNADOR VALADARES**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a qualificação do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, para obtenção do título de Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública.

Orientador: Prof. Dr. Tarcísio Jorge Santos Pinto

JUIZ DE FORA

2018

FLAVIA CARVALHO DOS SANTOS

**GESTÃO DE AÇÕES CULTURAIS NA UNIVERSIDADE – O CASO DO CAMPUS
AVANÇADO DA UFJF EM GOVERNADOR VALADARES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública.

Aprovada em:

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Tarcísio Jorge Santos Pinto (Orientador)
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Prof. Dra. Fernanda Pires Alvarenga (Membro Titular Interno)
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Prof. Dr. Julvan Moreira de Oliveira (Membro Titular Interno)
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Prof. Dr. Paulo Henrique Rezende Monteiro (Membro Titular Externo)
Faculdade de Ciência e Tecnologia de Campos Gerais

Aos meus sobrinhos,
que eles possam realizar
sonhos tão ou mais bonitos que
os meus!

AGRADECIMENTOS

A alegria por uma conquista não pode nunca ser maior do que a felicidade em se poder caminhar até ela. Afinal, é nessa caminhada que encontramos desafios e oportunidades de crescimento. Mais do que isso! Encontramos pessoas que pensam diferente ou igual a nós e que, de muitas formas, contribuem para a nossa evolução como seres humanos.

Por isso, agradeço a Deus, pela oportunidade de usufruir de todas as emoções que é viver e conhecer novas pessoas e novos projetos de vida.

À minha mãe Maria, uma mulher forte e sensata que, ao perceber que sua filha gostava de livros e escrita, não mediu esforços para que eu tivesse uma boa educação, realizando, assim, os meus sonhos.

À memória de meu pai, que é referência no meu modo de olhar para o mundo.

Ao meu companheiro Luiz Felipe que, diante de tantos desafios, foi e sempre será um porto seguro, onde reestabeleço minha paz e minhas energias.

Aos meus familiares - irmãos, cunhados, sobrinhos, sogros e tios –, por serem meus incentivadores constantes. Em especial, a minha irmã Fabrícia, sem ela tudo teria sido mais difícil –, e a minha sogra Leide, uma segunda mãe a incentivar os meus projetos de vida.

A todos os amigos que torceram por mim, me incentivaram e se colocaram à disposição, confiando que esse momento chegaria com grande felicidade!

À UFJF, instituição que se empenha em proporcionar contínua formação de seus servidores. Aos meus colegas da UFJF-GV, em especial aos do CCE, que são parte importante dessa caminhada.

A todos os profissionais da CAED, que, no nome do meu orientador, Tarcísio Jorge Santos Pinto, agradeço pelo zelo e dedicação. Agradeço de forma especial às ASAS, Janaína Sara Lawall e Diovana Paula de Jesus, que foram guias e inspiração nesses últimos dois anos.

À turma do Mestrado de 2016, que me proporcionou inúmeros momentos de alegria e crescimento pessoal. Em especial, as minhas colegas Joicy da Fonseca e Karine Rocha, que sempre estiveram dispostas a compartilhar conhecimento, dúvidas, choros e risadas.

A todos aqueles que, em algum momento, contribuíram para que eu fosse o ser que sou hoje!

Por fim, reforço que palavras não conseguem expressar a gratidão que tenho pela oportunidade de encerrar mais essa etapa, seguindo em frente muito mais forte, em busca de grandes sonhos e novos desafios.

RESUMO

O presente texto, desenvolvido no âmbito do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública (PPGP) do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF), compreende um caso de gestão que analisa o setor de cultura do *campus* avançado de Governador Valadares da UFJF (UFJF-GV), implantado em 2012, por meio do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). A partir das observações no cotidiano profissional, com o trabalho de produção cultural dentro do setor de Comunicação, Cultura e Eventos (CCE), foi possível identificar problemas que dificultam o planejamento e a efetivação de ações de cunho artístico-cultural no *campus*. A dificuldade encontrada na UFJF-GV apresenta-se como algo comum às instituições públicas de educação superior, limitando o papel das universidades de garantirem que seus estudantes tenham acesso à produção e à apreciação de ações de cunho cultural, estando assim na contramão de um projeto de país que visa o desenvolvimento integral dos cidadãos. O objetivo geral deste trabalho foi analisar as principais barreiras no desenvolvimento de projetos e ações de cultura na UFJF-GV. Os objetivos específicos foram apresentados como: (I) descrever os fatores que dificultam o desenvolvimento das atividades culturais na UFJF-GV; (II) analisar a perspectiva dos gestores da Pró-Reitoria de Cultura da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e da Diretoria Geral do *campus* avançado sobre a gestão cultural no *campus* de Governador Valadares, bem como as demandas da comunidade acadêmica no campo cultural e (III) propor um Plano de Ação Educacional (PAE) coerente com a realidade do *campus* avançado e que possibilite o desenvolvimento de atividades culturais de forma bem sucedida. Para isso, foi aplicado um questionário sociocultural junto aos estudantes da UFJF-GV. Por meio da aplicação do instrumento, identificamos a carência de formação no campo artístico-cultural dos discentes, bem como uma demanda relevante para a prática de ações de cunho cultural, tendo em vista que a atual formação acadêmica tem se limitado às questões tecnicistas. Também foram realizadas entrevistas com os gestores da UFJF-GV e da Pró-Reitoria de Cultura da UFJF. Entre as principais questões identificadas pelas entrevistas está a indefinição da responsabilidade pela gestão do trabalho cultural no *campus* avançado, bem como o déficit de recursos e de servidores atuando na área. A partir desses diagnósticos, o Plano de Ação Educacional propõe a realização de sete ações que visam, entre outras coisas, minimizar os impactos da formação tecnicista imposta às universidades públicas, bem como a criação de um planejamento que defina responsabilidades e ações a serem executadas pela área cultural do *campus* avançado. De um modo geral, o plano busca intervir nas lacunas identificadas com a pesquisa e com as entrevistas, contribuindo para que a UFJF-GV cumpra a sua missão como instituição de ensino e espaço de promoção à diversidade e à cultura, cooperando, assim, para o desenvolvimento regional.

Palavras-Chave: Gestão Cultural. Políticas Culturais. Educação Superior. Universidade. *Campus* avançado. UFJF-GV.

ABSTRACT

The present text, developed in the scope of the Professional Master in Management and Evaluation of Public Education (PPGP) of the Center for Public Policies and Education Evaluation of the Federal University of Juiz de Fora (CAEd / UFJF), comprises a management case that analyzes the (UFJF-GV), implemented in 2012 through the Support Program for Restructuring and Expansion of Federal Universities (Reuni). From the observations in the professional daily life, with the work of cultural production within the sector of Communication, Culture and Events (CCE), it was possible to identify problems that make difficult the planning and the accomplishment of actions of an artistic and cultural nature in the *campus*. The difficulty found in the UFJF-GV is something common to public institutions of higher education, limiting the role of universities to ensure that their students have access to the production and appreciation of cultural actions, thus being against a project country that aims at the integral development of citizens. The general objective of this work was to analyze the main barriers in the development of projects and actions of culture in the UFJF-GV. The specific objectives were presented as: to describe the factors that hinder the development of cultural activities in the UFJF-GV; to analyze the perspective of the managers of the UFJF's Pro-Rectorate of Culture, the General Directorate and the UFJF-GV students on cultural management at the Governador Valadares *campus*; and propose a plan of intervention consistent with the reality of the advanced *campus* and that enables the development of cultural activities in a successful way. For this, a sociocultural questionnaire was applied to the students of UFJF-GV, which identified the lack of training in the cultural artistic field of the students, as well as a relevant demand for the practice of cultural actions, considering that the current formation has been limited to technical issues. Interviews were also conducted with the managers of UFJF-GV and the UFJF's Department of Culture. Among the main issues identified by the interviews are the lack of definition of the responsibility for the management of cultural work in the advanced *campus*, as well as the deficit of resources and servers working in the area. Based on these diagnoses, the Educational Action Plan proposes to carry out seven actions that aim, among other things, to minimize the impacts of technical training imposed on public universities, as well as the creation of a plan that defines responsibilities and actions to be carried out by the advanced *campus* cultural area. In general, the plan seeks to intervene the gaps identified with the research and interviews, contributing to the UFJF-GV fulfilling its mission as an educational institution and space for the promotion of diversity and culture, thus cooperating for development regional level.

Keywords: Cultural Management. Cultural Policies. College education. University. Advanced Campus. UFJF-GV.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa dos principais espaços ocupados pela UFJF-GV - março/ 2018....	49
Figura 2 – Foto de um Almoço com Cantoria em 2017	64
Figura 3 – Foto de uma das apresentações do Coral Universitário em 2017.....	65
Figura 4 – Foto do Cine Acadêmico com o Departamento de Medicina / Roda de Conversa com Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência em 2017	67
Figura 5 – Foto de lançamento do Projeto Vamos Ler! em 2016	68
Figura 6 – Foto de Exposição do Projeto História em Movimento em 2017.....	69
Figura 7 – Capacidades e oportunidades para o Desenvolvimento Humano.....	76
Gráfico 1 – Identificação de raças dos respondentes, segundo categorias do IBGE	111

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Relação de Pontos de Cultura de Governador Valadares.....	54
Quadro 2 – Setores responsáveis pela Cultura nas universidades mineiras	58
Quadro 3 – Projetos culturais desenvolvidos pelo CCE no campus avançado	63
Quadro 4 - Identificação dos entrevistados	104
Quadro 5 – Relacionando os dados de pesquisa com as ações propositivas.....	151
Quadro 6 - Perguntas da ferramenta 5w2h	152
Quadro 7 – Criação de uma comissão de estruturação de projetos.....	154
Quadro 8 – Diagnóstico do perfil sociocultural dos estudantes	157
Quadro 9 – Inserção de atividades culturais junto às disciplinas	160
Quadro 10 – Abertura de diálogo entre a universidade e os projetos locais	163
Quadro 11 – Planejamento do setor de cultura da UFJF-GV	166
Quadro 12 – Ampliação de equipe de trabalho	167
Quadro 13 – Boletim cultural da UFJF-GV	169

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Número de matrículas da ES presencial e à distância – nível federal e o investimento público (R\$) por estudante	30
Tabela 2 – Distribuição das IES por Categoria Administrativa - Brasil 2001-2004 ..	35
Tabela 3 – Expansão da Rede Federal de Educação Superior.....	39
Tabela 4 – Relação de projetos de universidades federais aprovados e captados na Lei Rouanet entre 2009 e 2018.....	99
Tabela 5 – Dados significativos do perfil socioeconômico dos estudantes da UFJF-GV	109
Tabela 6 – Pergunta 6 - Renda familiar.....	114
Tabela 7 – Pergunta 24 - Na infância e adolescência, você fez algum curso de arte e cultura? Se sim, marque aquele que fez por mais tempo	116
Tabela 8 – Relação de acesso a atividades de arte e cultura Infância X Atualidade	118
Tabela 9 – Pergunta 29 - Além dos estudos e trabalho, com qual atividade abaixo você mais ocupa seu tempo?.....	119
Tabela 10 – Relação de atividades culturais desenvolvidas pelos estudantes da UFJF-GV	121
Tabela 11 – Avaliação dos Projetos Culturais da UFJF-GV	123
Tabela 12 – Pergunta 38 - Em relação aos projetos culturais da UFJF-GV, por qual via você normalmente tem conhecimento das atividades?	124
Tabela 13 – Interesses dos respondentes com relação a projetos de arte e cultura	126

LISTA DE ABREVIATURAS

ABO	Associação Brasileira de Odontologia
AM	Amazonas
Andes	Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior
Andifes	Associação Nacional de Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior
ANPG	Associação Nacional de Pós-Graduandos
BI	Bacharelados Interdisciplinares
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BNCC	Base Nacional Curricular Comum
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCE	Comunicação, Cultura e Eventos
CEU	Centro de Artes e Esportes Unificados
CFE	Conselho Federal de Educação
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Conexc	Conselho de Extensão e Cultura
Conif	Conselho Nacional das Instituições Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
Consu	Conselho Superior
CPC	Centro Popular de Cultura
Cras	Centro de Referência em Assistência Social
DA	os Diretórios Acadêmicos
DCE	Diretórios Centrais de Estudantes
Enem	Exame Nacional do Ensino Médio
Expandir	Programa de Expansão da Educação Superior Pública
E-SIC	Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão
FAGV	Faculdade de Administração de Governador Valadares
Fale	Faculdade de Letras
Fenta	Festival de Teatro Nacional de Governador Valadares
Ficart	Fundos de Investimento Cultural e Artístico
Fies	Fundo de Financiamento Estudantil
FNC	Fundo Nacional da Cultura
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

Forproex	Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras
Fumpac	Fundo Municipal do Patrimônio Cultural
Funarte	Fundação Nacional de Artes
Funorte	Faculdades Unidas do Norte de Minas
IAD	Instituto de Artes e Design
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICB	Instituto de Ciências Biológicas
ICE	Instituto de Ciências Exatas
ICHL	Instituto de Ciências Humanas e Letras
ICSA	Instituto de Ciências Sociais Aplicadas
ICV	Instituto Ciências da Vida
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IES	Instituições de ensino superior
Ifes	Instituições Federais de Ensino Superior
IFNMG	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais
IFTM	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Triângulo Mineiro
Inep	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
Iphan	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LDB	Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MAMM	Museu de Arte Murilo Mendes
MEC	Ministério da Educação
Minc	Ministérios da Cultura
Mondiacult	Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais da UNESCO
ONU	Organizações das Nações Unidas
PAE	Plano de Ação Educacional
PCC	Projetos Pedagógicos dos Cursos
PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional

PEC	Projeto de Emenda Constitucional
PIB	Produto Interno Bruto
PMCU	Programa Mais Cultura nas Universidades
Pnaes	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PNBE	Programa Nacional Biblioteca da Escola
PNC	Plano Nacional de Cultura
PNE	Plano Nacional de Educação 2014-2024
Pnud	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
Proades	Programa de Avaliação de Desempenho
Procult	Pró-Reitoria de Cultura
Prograd	Pró-Reitoria de Graduação
Pronac	Programa Nacional de Apoio à Cultura
Prouni	Programa Universidade Para Todos
PT	Partido dos Trabalhadores
PU	Projeto Universidade
Reuni	Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades
RU	Restaurantes Universitários
Sesc	Serviço Social do Comércio
Sesu	Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação
Siga	Sistema Integrado de Gestão Acadêmica
Simec	Sistema de Monitoramento e Controle do Ministério da Educação
Sisu	Sistema de Seleção Unificada
SMCEL	Secretaria de Cultura, Esporte, Lazer e Juventude
SNBU	Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias
SNC	Sistema Nacional de Cultura
SNIIC	Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais
SPC	Secretaria de Políticas Culturais
TAE	Técnicos Administrativos Educacionais
TCU	Tribunal de Contas da União
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFJF-GV	Universidade Federal de Juiz de Fora - Campus avançado

	Governador Valadares
Ufla	Universidade Federal de Lavras
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
Ufop	Universidade Federal de Ouro Preto
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFTM	Universidade Federal do Triângulo Mineiro
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UFV	Universidade Federal de Viçosa
UFVJM	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
UNB	Universidade de Brasília
UNE	União Nacional dos Estudantes
Unesco	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
Unipac	Universidade Presidente Antônio Carlos
Univale	Universidade Vale do Rio Doce
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1 REFLEXÕES SOBRE A UNIVERSIDADE; AS SUAS POLÍTICAS CULTURAIS	24
1.1 Histórico e expansão da educação superior no Brasil	28
1.1.1 O Reuni	37
1.2. A expansão da UFJF	43
1.2.1 A criação do campus avançado da UFJF em Governador Valadares	45
1.3 As ações de cultura na UFJF	55
1.3.1 As ações de cultura no <i>campus</i> avançado da UFJF em Governador Valadares	61
2 ANÁLISE DAS AÇÕES CULTURAIS NO ENSINO SUPERIOR	75
2.1 Referencial bibliográfico e análise de fontes.....	77
2.1.1 O lugar da cultura nos espaços formais de educação.....	78
2.1.2 A gestão de ações culturais nas universidades.....	90
2.2 Proposta metodológica de ida a campo.....	101
2.3 Reflexões sobre o cenário cultural da UFJF-GV	107
2.3.1 Perfil dos estudantes da UFJF-GV e suas expectativas em relação à universidade	108
2.3.2 Análise sobre a gestão da cultura no campus avançado	127
3 PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL	150
3.1 Criação de uma comissão de estruturação de projetos	152
3.2 Diagnóstico do perfil sociocultural dos estudantes	155
3.3 Inserção de atividades culturais junto às disciplinas	158
3.4 Abertura de diálogo entre a universidade e os projetos locais	160
3.5 Planejamento do setor de cultura da UFJF-GV	164
3.6 Ampliação de equipe de trabalho com a contratação de um TAE Músico	166
3.7 Boletim cultural da UFJF-GV.....	167
CONSIDERAÇÕES FINAIS	171
REFERÊNCIAS.....	175
APÊNDICE A – Roteiro de entrevista aplicado aos gestores envolvidos com a gestão cultural na UFJF-GV.....	193

APÊNDICE B – Questionário aplicado aos discentes da UFJF-GV.....196

INTRODUÇÃO

Os avanços tecnológicos, o crescimento da globalização e os novos conceitos acerca do desenvolvimento social provocaram um forte movimento de diferentes estudiosos, pensadores e instituições a respeito da relação entre os homens e os espaços físicos e conceituais ocupados por eles. Enfatizam, dessa forma, os estudos acerca da cultura, um termo historicamente diverso, que perpassa por diferentes vieses como, por exemplo, o sociológico, antropológico, evolucionista e estruturalista, sendo, em todos os casos, muito importante para entendermos a evolução humana. Santiago (2016) recorda que as primeiras citações a respeito de cultura, conforme o sociólogo John Brookshire Thompson, estavam relacionadas ao cultivo e ao cuidado das coisas, como da terra e dos animais. O autor ressalta que somente no século XVI é que o termo deixa de ser utilizado apenas para identificar o campo agrícola e ganha destaque nos estudos a respeito do processo de desenvolvimento humano e da produção artística (SANTIAGO, 2016).

Apesar dos novos aspectos imbuídos à cultura, nos séculos posteriores ao XVI, o termo ainda é entendido de forma distinta em diferentes sociedades. De acordo com Laraia (2001), entre os séculos XVIII e XIX, a Alemanha utilizava o termo *Kultur* para simbolizar os aspectos espirituais das comunidades. Em paralelo, a França concebia o termo *Civilization* para definir, principalmente, as realizações materiais de um povo. O autor lembra que foi o antropólogo britânico Edward Tylor o responsável por combinar os termos alemão e francês na palavra inglesa *Culture* que, em 1871, passa a identificar o “complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade” (LARAIA, 2001, p. 27).

Ampliando o olhar de Tylor, Santiago (2016) esclarece que os antropólogos Alfred Louis Kroeber e Clyde Kluckhohn concebem, em meados do século XX, a definição de cultura como um sistema integrado de padrões de conduta aprendidos e transmitidos de uma geração a outra, diferenciando-se dependendo do grupo ou sociedade. Em 1982, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), através da Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais da Unesco (Mondiacult) no México em 1982, atesta as colocações dos antropólogos Kroeber e Kluckhohn, definindo que cultura deva ser considerada:

como o conjunto dos traços distintivos espirituais, materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade e um grupo social. Ela engloba, além das artes e das letras, os modos de vida, os direitos fundamentais do ser humano, os sistemas de valores, as tradições e as crenças (UNESCO, 1982, p. 1).

O conceito proposto pela Unesco revela a importância da cultura em sua plenitude como uma chave para um modelo de desenvolvimento que integra os eixos sociais, econômicos e ambientais. Por isso, na discussão proposta nesta dissertação, a cultura é entendida, com base em Rosa (2009), como uma mediação simbólica, na qual as diferentes representações da realidade, desde a religião e a expressão artística até os modelos de comportamento, têm o poder de serem elos nas relações do ser humano consigo mesmo, com os outros e com as coisas. A autora lembra que

os conjuntos simbólicos são manipulados pelos indivíduos para se transformarem em ação. A cultura compreendida ainda como um conjunto de formas de mediação simbólicas presentes num determinado contexto social, ao mesmo tempo, assegura a continuidade com o passado, patrimônio da memória histórica e realidade expressiva em mudança permanente (ROSA, 2009, p. 131).

Entendida com base nos argumentos propostos por Rosa (2009), a cultura seria o elemento responsável por estimular o diálogo entre avanços sociais e a conexão entre o passado, o presente e o futuro da humanidade, sendo inevitável considerar que o desenvolvimento de ações no campo cultural apresenta-se como intrínseco à formação oferecida pelas universidades, tendo em vista a missão das instituições de ensino em contribuir com a interação dos diferentes saberes humanos, dentre eles, os artísticos e sociais, fundamentais para a formação dos estudantes enquanto profissionais e cidadãos comprometidos com a sociedade.

Portanto, como a Universidade é uma produtora de conhecimento, faz-se necessário uma análise de como tem sido efetivado o compromisso das instituições para contribuírem com a preservação e com o fomento da cultura, termo que, nesta dissertação, ganha o enfoque de Rosa (2009), ou seja, o de manifestações artísticas, projetos e ações com a dimensão de preservação e promoção da memória social, buscando adotar, em seu ambiente, políticas que sejam

amplamente divulgadas e usufruídas por sua comunidade acadêmica e, também, pela comunidade externa.

Isso se faz ainda mais necessário no contexto do recente processo de expansão do ensino superior no cenário brasileiro, ocorrido nas últimas décadas. Fato que permitiu maior diversificação do perfil dos estudantes, principalmente, no ensino público. Perlatto (2013) apresenta três programas que contribuíram nesse processo de expansão, sendo eles: a implementação das cotas sociais e raciais nas universidades públicas, o estabelecimento do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) e a expansão e aplicação, em escala nacional, do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). De acordo com o autor, os processos ocorridos superam a discussão de mérito substantivo das políticas públicas, solicitando “um debate mais amplo e sistemático na esfera pública sobre a própria missão pública das universidades brasileiras” (PERLATTO, 2013, p. 17), que precisam assegurar os processos de inclusão, expansão e democratização.

No entanto, é comum observamos que muitas universidades têm dificuldade em produzir e conduzir projetos no campo cultural. Quando os fazem, demonstram limitações no que tange ao diagnóstico, produção, acompanhamento e contínuo melhoramento dessas atividades. Essas limitações são frequentes principalmente pela ausência de orçamento, dentro das universidades, para a proposição e manutenção de ações no campo cultural. Tal realidade foi destacada no “I Fórum Universidade Pensa Brasil: Universidade, Arte e Cultura”, promovido pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), em 2003 (BORGES FILHO, 2010). O encontro reuniu gestores de Cultura do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e da Associação Nacional de Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) para apresentarem aos ministérios da Educação e da Cultura considerações e proposições sobre o papel da universidade pública, no que tange à cultura, para o país. Entre as propostas apresentadas e que visam solucionar parte dos problemas enfrentados pelas universidades estão, de acordo com Borges Filho (2010), a previsão de dotação orçamentária, por meio de mecanismos especiais para a manutenção e expansão de equipamentos, projetos e produtos culturais das Ifes; a inclusão, no Plano de Cargos e Salários, de funções e vagas específicas para a área de arte e a constituição de

um circuito cultural entre as diversas universidades públicas brasileiras, com apoio para circulação e intercâmbio.

Entre as conquistas das universidades nesses últimos anos está o crescente número de vagas para o cargo de produtor cultural - um servidor com múltiplas funções e que deve planejar e executar ações que contribuam na efetivação do projeto de cultura das Instituições de Ensino Superior (IES). Atuando como produtora cultural da Universidade Federal de Juiz de Fora *campus* avançado Governador Valadares (UFJF-GV), desde setembro de 2015, tenho minhas ações direcionadas para o setor de Comunicação, Cultura e Eventos (CCE). Já no início do trabalho, comecei a consolidar informações que demonstravam o empenho, mas, também, as dificuldades do *campus* na efetivação de ações culturais.

A proposta de atuar com projetos culturais dentro da universidade é, para mim, uma grande oportunidade de expandir o foco de atuação profissional que tomei desde a minha graduação, como jornalista. Ainda dentro da faculdade, direcionei minha atuação para os mercados de comunicação, desenvolvimento sustentável e cultura. Depois de formada, passei a integrar, como assessora de imprensa e depois de comunicação, a equipe do Núcleo Cidade Futuro, uma organização não governamental que tinha como objetivo promover e fomentar projetos no campo da cultura e do desenvolvimento social do Vale do Rio Doce, onde trabalhei com projetos na cidade, com captação de recurso federal e estadual.

Em 2012, passei a trabalhar no Serviço Social do Comércio (Sesc) de Governador Valadares, como analista de arte e cultura. A contratação ocorreu em um período de grandes mudanças para a instituição, principalmente, no crescimento da produção de ações culturais. Atuando em Governador Valadares, mas com uma perspectiva de interface com as regiões de Teófilo Otoni, cidade do Vale do Mucuri, e Almenara, do Vale do Jequitinhonha, trabalhei com projetos ligados ao Departamento Nacional do Sesc, além de propor e executar propostas específicas para o Vale do Rio Doce, como a Escola de Artes e Cultura de Governador Valadares.

Tanto no Núcleo Cidade Futuro quanto no Sesc, tive a oportunidade de acompanhar de perto o trabalho de organizações, movimentos sociais e instituições públicas e privadas, bem como de diferentes órgãos gestores das políticas públicas da cidade na área cultural. Governador Valadares é uma cidade formada por um processo histórico de vasta diversidade cultural. Isso se dá por influência de sua

localização, o Vale do Rio Doce, composto por 102 municípios e mais de 1.588 milhão de pessoas. Apesar da diversidade de formação, é possível identificar um quadro de abandono em relação aos aspectos culturais da cidade, tanto no campo de produção artística, quanto no de preservação de seu patrimônio cultural.

A pouca articulação social resulta em um descaso por parte do poder público, que aglomera em uma única secretaria as responsabilidades de diferentes áreas. A Secretaria de Cultura, Esporte, Lazer e Juventude (SMCEL) tem, ainda, sob sua gestão, os conselhos municipais de Patrimônio Cultural, de Promoção de Igualdade Racial, de Políticas de Esporte e Lazer e o de Políticas Culturais, sendo o último instituído, contudo, sem trabalho efetivo. Em relação aos equipamentos culturais, a cidade tem um número muito reduzido se comparado às cidades de médio porte. Outros espaços com cunho cultural, como o patrimônio tombado da Açucareira e o Pico da Ibituruna, não recebem atenção por parte do município no quesito de limpeza, pavimentação e organização de eventos para fomento à utilização da comunidade. Reflexo do cenário nacional, na cidade, há apenas um cinema, instalado no shopping, com uma programação de apelo comercial. Em relação ao cenário musical, é pujante na cidade a produção de cantores e compositores, mas restritos às apresentações em restaurantes e bares.

Com um quadro alarmante no cenário cultural, é visível que, além de entender a importância do desenvolvimento das ações dentro da universidade e fora dela, compreendo que há grande potencial, por parte da UFJF-GV, em um constante amadurecimento do cenário cultural de Governador Valadares, o que reforça a missão do *campus* avançado junto ao Vale do Rio Doce.

O problema abordado neste estudo tem início na estruturação da UFJF-GV, em 2012, possível devido à interiorização do ensino universitário, que buscou contribuir para o desenvolvimento das diferentes regiões do país. Durante a década de 2000, houve um grande avanço na ampliação de políticas que contribuíram para a manutenção e ampliação da educação superior pública, como o Reuni, criado em 2007, que, além de novas vagas nas universidades brasileiras, possibilitou a criação de novos *campi*.

Apesar de não ter uma sede própria, a UFJF-GV foi instalada na cidade, através da locação de espaço de duas instituições de ensino particulares. Com o crescimento do número de estudantes e a progressão das turmas, que exigiam diferentes espaços para as aulas práticas, outros ambientes foram sendo alugados.

São exemplos dessas novas infraestruturas as clínicas de Odontologia e a Clínica-Escola de Fisioterapia, onde também funcionam o Núcleo de Práticas Jurídicas e a Farmácia Universitária. Distribuídos por toda a cidade, a comunidade acadêmica vive a dificuldade de compartilhar os projetos entre si, além de os estudantes terem grande limitação no quesito mobilidade para atuarem em projetos e ações interdisciplinares.

Por ser um *campus* avançado, a UFJF-GV se mantém dependente administrativa e financeiramente do *campus* sede. Mas devido à distância física e à dificuldade de comunicação entre os dois *campi*, foram necessárias várias adaptações, sobretudo, no campo acadêmico, para que o *campus* avançado mantivesse seu trabalho. No cenário da produção cultural, os percalços são maiores, tendo em vista que os setores responsáveis pelo setor em Juiz de Fora e a Diretoria Geral da UFJF-GV, imersa nas inúmeras dificuldades vividas pelo *campus*, não se ativeram, ainda, para a importância da promoção de projetos culturais no *campus* avançado.

A ausência de projetos que estimulem a fruição e até mesmo a produção cultural na UFJF-GV está em desconhecimento com a missão das universidades públicas, uma vez que, de acordo com Borges Filho (2010), o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e a Andifes ressaltam que a promoção de políticas e práticas culturais pelas instituições públicas de educação inclui, necessariamente, os conceitos de “indissociabilidade entre educação, arte e cultura, solidariamente consideradas como instrumento global de conhecimento crítico, transformador da realidade” (BORGES FILHO, 2010, p. 53).

O contexto do *campus* avançado é um retrato das universidades em todo o Brasil, já que, nas últimas décadas, o trabalho no campo cultural dentro das IES vem perdendo espaço, prejudicado por políticas que não corroboram e limitam o setor. Destaca-se, diante dessas afirmações, a falta de planejamento no processo de expansão das IES públicas, o que faz com que os esforços dos gestores das instituições estejam voltados para a resolução dos inúmeros problemas, como os estruturais, ficando eles sem tempo de planejar os caminhos que deverão ser trilhados pelas IES em suas diferentes frentes, como é o caso do *campus* avançado de Governador Valadares.

A proposta desta pesquisa é, portanto, analisar os principais entraves no desenvolvimento de projetos e ações de cultura na UFJF-GV. A pesquisa tem como

objetivos específicos: (I) descrever os fatores que dificultam o desenvolvimento das atividades culturais na UFJF-GV; (II) analisar a perspectiva dos gestores da Pró-Reitoria de Cultura da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e da Diretoria Geral do *campus* avançado sobre a gestão cultural no *campus* de Governador Valadares, bem como as demandas da comunidade acadêmica no campo cultural e (III) propor um Plano de Ação Educacional (PAE) coerente com a realidade do *campus* avançado e que possibilite o desenvolvimento de atividades culturais de forma bem sucedida.

O capítulo 1 deste trabalho promove uma reflexão sobre o papel das universidades e sobre a importância de suas políticas culturais no desenvolvimento social. Levamos em consideração o atual cenário da IES, principalmente, a partir da expansão da educação superior nos últimos anos, apresentando, assim, a criação da UFJF-GV e os desafios para a implantação do *campus*. Relacionado a isso, neste capítulo é apresentado, ainda, o contexto da política de cultura da UFJF e as ações desenvolvidas em Governador Valadares.

No Capítulo 2 é apresentado o referencial bibliográfico e a análise de fontes que foram adotados para o estudo do problema. O texto buscou apresentar como é gerido o trabalho cultural nos ambientes formais de educação, identificando o espaço dado ao tema tanto na educação básica quanto no ensino superior. O capítulo apresenta, também, o percurso metodológico da pesquisa, identificando o tipo de pesquisa, os instrumentos utilizados, suas vantagens e limitações na análise do cenário dos trabalhos de culturais nos espaços de formação.

O trabalho é finalizado com o Capítulo 3, apresentando uma proposta de intervenção para o *campus* avançado em relação à produção cultural. Essa proposta está contida no PAE e define ações baseadas na pesquisa bibliográfica realizada para a construção da dissertação, assim como a partir da análise das entrevistas realizadas com os gestores do *campus* avançado e do setor de Cultura da UFJF, e dos resultados obtidos através de questionários, aplicados aos discentes da UFJF-GV

1 REFLEXÕES SOBRE A UNIVERSIDADE; AS SUAS POLÍTICAS CULTURAIS

O crescente entendimento sobre a importância da cultura para o desenvolvimento econômico e social de qualquer país convida as universidades, como instituições constituídas em sua essência de deveres para com a sociedade, a avaliarem suas políticas de fomento e manutenção da Cultura em seus espaços. Essa avaliação ganha maiores proporções após a expansão do número de vagas no ensino superior público na década de 2000, e a estruturação de políticas públicas de inclusão social, uma vez que as instituições começaram a receber alunos de diferentes camadas sociais e inúmeras referências culturais.

O presente estudo busca compreender qual o trabalho realizado pelas instituições públicas de educação superior, sobretudo, pela UFJF-GV, em relação à produção cultural. Apesar dos esforços dos setores envolvidos, é visível a ausência de ações permanentes no campo cultural, levando à constatação de que, apesar de reconhecer o papel da universidade como promotora de cultura, muitas instituições não têm um planejamento de médio e longo prazo para o setor cultural. Esse relato foi percebido na UFJF e o objetivo do estudo é analisar os principais entraves no desenvolvimento de projetos e ações de cultura na UFJF-GV.

Em um contexto mais amplo, o fomento à cultura dentro das universidades brasileiras começou a ser sistematizado na década de 1980, quando aconteceram as primeiras articulações entre universidades e outros órgãos públicos. De acordo com Botelho (2011), os projetos desenvolvidos junto à Fundação Nacional de Artes (Funarte) foi um dos primeiros passos para a institucionalização do trabalho com a cultura dentro das universidades. Devido à grande demanda, por parte das instituições, de apoio aos seus projetos, foi instituído, em 1981, o programa Bolsa Trabalho/Arte, que ganhou o nome de Projeto Universidade (PU) e atuava principalmente com a área de extensão cultural das universidades. De acordo com Botelho (2011, p. 98), o objetivo do projeto era auxiliar as universidades a serem “polos irradiadores de cultura para a comunidade, por meio da promoção de atividades artísticas não eventuais, estimulando a participação efetiva do corpo discente, de forma a constituir um calendário anual e permanente”.

O projeto contemplava estudantes de qualquer curso com bolsas individuais, de até seis meses, para a realização de atividades na área de artes. A contrapartida da universidade acontecia por meio da cessão do material para o estudante

desenvolver o trabalho, e com a oferta do professor que coordenaria o projeto. Botelho (2011, p. 102) recorda que o projeto, “apesar dos recursos escassos, foi decisivo para o desenvolvimento das atividades culturais das universidades, nas diversas áreas cobertas pela Funarte”.

Tal articulação ressaltou a importância do estabelecimento de políticas que contribuíssem em ações de longo prazo dentro das universidades. O projeto permitiu ainda que os representantes das diferentes instituições envolvidas nesse cenário refletissem melhor sobre os caminhos da produção e do fomento à arte e à cultura nos ambientes acadêmicos. Esse processo fez com que, na construção do primeiro Plano Nacional de Cultura (PNC), instituído pela Lei nº 12.343/2010 (BRASIL, 2010a), fosse enfatizada a importância dos espaços educacionais, em especial das universidades, na formação no campo artístico e cultural. O capítulo 3 do PNC trata da universalização do acesso dos brasileiros à arte e à cultura, bem como da qualificação dos ambientes e equipamentos culturais para a formação e fruição do público. Além disso, discorre sobre o acesso às condições e meios de produção cultural, define na sua estratégia 3.3.2 que o Estado deve

garantir a criação, manutenção e expansão da rede de universidades públicas, desenvolvendo políticas públicas e a articulação com as Pró-Reitorias de cultura e extensão, para os equipamentos culturais universitários, os laboratórios de criação artística e experimentação tecnológica, os cursos e carreiras que formam criadores e interagem com o campo cultural e artístico, principalmente nas universidades públicas e centros de formação técnica e profissionalizante (BRASIL, 2010a, p. 25)

A estruturação do PNC é resultado de uma série de políticas sociais que foram desenvolvidas ou ampliadas ao longo dos anos 2000 e que conduziram a uma maior aproximação entre os Ministérios da Cultura (Minc) e o Ministério da Educação (MEC), na expectativa de contribuir para uma melhor gestão do trabalho de promoção de ações relacionadas à cultura desenvolvidas nos espaços educacionais. Em 2012, foi criada, no âmbito do Minc, a Secretaria de Políticas Culturais (SPC) que tem, entre suas competências, contribuir para a articulação entre o Minc, o MEC e o Ministério da Comunicação. Costa, Mello e Juliano (2010) recordam que antes da criação da SPC já havia duas portarias interministeriais que firmavam ações de cooperação entre o MEC e o Minc:

A primeira, de outubro de 2007, estabelece as diretrizes gerais e tem como objetivo desenvolver critérios para o desenvolvimento de ações em comum e a consolidação de uma agenda bilateral no âmbito do Programa Mais Cultura. A segunda, mais específica, estabelecida no ano de 2008, trata do apoio aos projetos de extensão universitária em cultura, o PROEXT CULTURA (COSTA; MELLO; JULIANO, 2010, p. 70).

Buscando contribuir e também sistematizar o grande número de ações desenvolvidas no território nacional dentro das universidades, foi instituído o Acordo Interministerial, em dezembro de 2011 entre o Minc e o MEC. Desse acordo, foi lançado, em 2013, o Programa Mais Cultura nas Universidades (PMCU) através da Portaria Interministerial nº 18, de dezembro de 2013. O PMCU foi criado com a finalidade de fortalecer e contribuir para a promoção de ações culturais no país, utilizando-se como principais ferramentas das universidades. Cerreti (2014) acredita que o programa intencionava o estímulo à

efervescência cultural nas Universidades, a circulação das pesquisas em cultura, o fomento à extensão universitária, assim, melhorando os equipamentos culturais, estimulando eventos, mostras e festivais nas Universidades e aprofundando o conhecimento das produções acadêmicas do setor cultural (CERRETI, 2014, p. 37).

Em outubro de 2014 foi lançado o Edital Mais Cultura nas Universidades, para selecionar Planos de Cultura enviados pelas Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes) e por Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. O apoio financeiro para os planos variava de R\$ 500 mil a R\$ 1.500 milhão, sendo o recurso oriundo do MEC. Os planos enviados pelas instituições deveriam contemplar ações que durassem dois anos e que apoiassem programas, projetos e ações em espaços culturais que articulassem a formação, a inovação e a difusão da área. Os planos poderiam conter propostas para a reestruturação dos espaços e dos ambientes de ensino e pesquisa já existentes e utilizados para o desenvolvimento de atividades artísticas e culturais. O edital também alertava para a importância da participação de outras instituições de caráter cultural, artístico ou educacional, definidas por Iniciativas Parceiras (BRASIL, 2014a).

De acordo Daher (2015), das 98 instituições que encaminharam propostas em resposta ao edital, apenas 18 Ifes foram contempladas com um total de R\$ 20

milhões a fim de executarem os planos de cultura. Em agosto do mesmo ano, o programa foi ampliado para 28 instituições beneficiadas, sendo investido um total de R\$ 30 milhões (BRASIL, 2015). Em Minas Gerais, 17 instituições se inscreveram e todas foram classificadas. No entanto, apenas seis foram selecionadas, sendo elas o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Triângulo Mineiro (IFTM); a Universidade Federal de Viçosa (UFV); a Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop); a Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM); a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais (IFNMG) (DAHER, 2015).

Apesar desses recursos investidos, percebemos que menos de 45% das 63 universidades públicas federais (BRASIL, 2017a) de todo o país foram contempladas. Além disso, o programa não atendeu às universidades estaduais e municipais, que, juntas, somavam 48 instituições na época. Tampouco as outras instituições de ensino superior, como faculdades e centros universitários, um total de 147 instituições (BRASIL, 2017a). Ou seja, das 298 instituições públicas do país, relacionadas ao ensino superior, apenas 34,5% pôde concorrer ao edital. Na expectativa de minimizar a centralização nas universidades, o edital previa que outras instituições públicas, como faculdades e universidades estaduais, poderiam firmar parcerias com as universidades e institutos federais, mas não concorrer sozinhas.

Os números demonstram que ainda há muito que ser feito para que o trabalho relacionado à ampliação do trabalho dedicado à cultura seja realmente efetivo e duradouro. Nesse sentido, o primeiro capítulo deste trabalho apresenta o histórico de formação das instituições de educação superior no Brasil, em especial das universidades, grandes responsáveis pelo desenvolvimento do país. O texto descreve a evolução das universidades ao longo do século XX, abordando os desafios das universidades públicas no que se refere à constituição de uma política pública de Estado para a área. O texto demonstra a influência negativa da instabilidade no cenário político desde a formação da primeira instituição pública de ensino superior, destacando que a ausência de uma política de Estado dificulta o desenvolvimento e a autonomia das instituições, principalmente, no que se refere ao financiamento e sua reestruturação para uma maior aproximação com a sociedade.

Posteriormente, o capítulo apresenta também os números relativos à grande expansão do setor nas últimas décadas, considerando desde o incentivo do poder

público à iniciativa privada. No debate é apresentada a criação do *campus* avançado da UFJF em Governador Valadares.

Por fim, visando identificar o trabalho desenvolvido pela UFJF em relação à área cultural, são pontuadas as ações culturais da universidade, destacando o que vem sendo realizado em Governador Valadares, apesar das limitações do *campus* avançado.

1.1 Histórico e expansão da educação superior no Brasil

O desenvolvimento econômico e social de um país passa, sem dúvida, por sua educação, que é reconhecida como um direito universal e essencial para o desenvolvimento individual e coletivo. Como pondera Chan (2014), uma educação de qualidade, plena e democrática pode contribuir para a redução da pobreza; para uma melhor saúde pública e para a diminuição da violência. Favorece, ainda, o respeito à diversidade e ao meio ambiente; o crescimento econômico e o fortalecimento da cidadania e participação social.

O trabalho desenvolvido pelo ensino superior, em especial pelas universidades, torna-se, então, estratégico para o Estado, já que essa é a área da educação responsável pela continuidade da vida escolar de profissionais qualificados, da estruturação e manutenção das principais pesquisas científicas e tecnológicas do país, além de serem os espaços de formação de novos educadores. No que tange ao setor cultural, Rosa (2009, p. 132) afirma que

a Universidade como produtora de conhecimento tem o compromisso de contribuir para o desenvolvimento da sociedade e para a preservação da cultura e para tanto deve adotar políticas culturais no contexto da instituição e voltadas para a sociedade.

Tal posição por parte da universidade responde aos anseios dos movimentos sociais e políticos do século XX que, de acordo com Chauí (2003), fizeram com que a educação e a cultura passassem a ser entendidas como pilares da cidadania e, ao mesmo tempo, a própria universidade passasse a ser “vista como uma instituição social, cujas mudanças acompanham as transformações sociais, econômicas e políticas, e como instituição social de cunho republicano e democrático” (CHAUI, 2003, p. 6). A autora recorda ainda que, diferentemente de outras instituições

sociais, a universidade goza de autonomia intelectual, tendo a missão de relacionar-se de forma conflituosa com toda a sociedade e com o Estado.

No entanto, para conseguir ter tal posicionamento, é imprescindível que as universidades tenham recursos e autonomia orçamentária para definir suas prioridades de investimento. A Constituição de 1988 prevê, em seu artigo 207, que as universidades têm “autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (ESTHER, 2012, p. 14). Porém, o conturbado cenário político e econômico dos últimos anos tem afetado diretamente a atuação do Estado no campo das políticas públicas e, com isso, agrediu fortemente o trabalho das universidades.

O desmantelamento da educação pública ocorreu de diferentes formas, culminando na promulgação da Emenda Constitucional nº 95/2016 (BRASIL, 2016a), que estabelece um teto de gastos para a área, desconsiderando legislações anteriores, constituídas a partir de análises e construções coletivas. Entre essas legislações está o Plano Nacional de Educação (PNE) de 2014-2024. O PNE define em sua meta 20 a ampliação do investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o equivalente a 10% do Produto Interno Bruto (PIB) ao final de 2024 (BRASIL, 2014b), e da própria Constituição Federal de 1988, que prevê, no seu artigo 212, que “a União aplicará anualmente nunca menos de 18% e os estados, o Distrito Federal e os municípios 25%, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferência, na manutenção e desenvolvimento do ensino” (BRASIL, 1988).

Para a educação pública superior, reconhecida pela Constituição como ensino obrigatório e gratuito, a conjuntura política se apresentou de forma mais grave. Apesar de se manter como a área de maior investimento do poder público, os recursos destinados para a educação superior entre os anos de 2000 e 2014 não cresceram de forma compatível com a demanda do setor, influenciando negativamente no desenvolvimento das áreas de infraestrutura, equipamentos, gestão acadêmico-curricular do curso, projeto pedagógico, estágio supervisionado, articulação teoria-prática.

O recurso investido por aluno cresceu apenas 2,5% em 14 anos, apesar do número de matrículas ter se ampliado em 144%, como demonstra a Tabela 1. Apresentamos, a seguir, os dados da Sinopse Estatística da Educação Superior

2000 (BRASIL, 2001a), do Resumo Técnico Censo da Educação Superior 2014 (BRASIL, 2017a) e dos Indicadores Financeiros Educacionais (BRASIL, 2016b), todos os documentos disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Tabela 1- Número de matrículas da ES presencial e à distância – nível federal e o investimento público (R\$) por estudante

Ano	Número de Matrículas	Investimento Público direto por Estudante
2000	483.127	21.341
2014	1.180.068	21.875

Fonte: Brasil, 2011; 2016b; 2017a. Tabela elaborada pela autora.

Paralelamente ao crescimento de matrículas no ensino público, o governo criou e manteve diferentes programas e projetos que fortaleceram o crescimento das instituições de educação superior privadas, fazendo com que, em 2016, 85% das instituições de educação superior fossem particulares (BRASIL, 2017b). A expansão dessas instituições rememora à história da educação no Brasil. Os primeiros passos para a implantação da educação superior pública no país, por exemplo, só foram dados dois anos após a chegada da família real no Brasil, com a criação, em 1810, da Academia Real Militar, atualmente, Escola Nacional de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. No entanto, o modelo de gestão definida pela família real provocou, segundo Santos e Cerqueira (2009), o adiamento do processo de independência do país e também a criação da primeira universidade brasileira.

A instituição das universidades, e de seu formato legal, ocorreu com o Decreto nº 19.851/1931, que estabeleceu o Estatuto das Universidades Brasileiras durante o primeiro governo de Getúlio Vargas (SAVIANI, 2010). Nessa época, o forte controle governamental sob as instituições não permitia que os espaços fossem arenas livres para se discutir o cenário nacional. De acordo com Esther (2012, p. 5),

se antes não havia um projeto de universidade, agora o governo dá o tom: a ideia da universidade técnica, voltada para a formação profissional do cidadão trabalhador brasileiro, dentro de uma lógica autoritária e definidora da identidade nacional. Por outro lado, como tal, suas raízes estão lançadas, seja com a UDF, seja com a USP, abrindo campo para gerações futuras de intelectuais críticos quanto à sociedade e à própria universidade.

O autor recorda que os impactos da Segunda Guerra Mundial contribuíram para o fomento ao trabalho científico, promovendo maior respeito aos cientistas, em especial aos físicos. Durante a década de 1940, foi autorizada a criação de universidades públicas e privadas. E em 1950, cerca de dez universidades estavam implantadas no Brasil, além de inúmeras instituições isoladas de educação superior. Nesse contexto, foi

criada, em 1948, a Sociedade Brasileira para Progresso da Ciência (SBPC); em 1949, o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF) e, em 1950, o Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA). Em 1951, são criados o Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (CAPES), esta última idealizada por Anísio Teixeira, seu primeiro Secretário Geral (ESTHER, 2012, p. 6).

A partir da década de 1950, a política nacional buscou substituir o grande número de importações do país. O governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), com o lema “50 anos em 5”, priorizou a interiorização, a integração nacional e a urbanização acentuada. Tais propostas exigiram que o Estado se tornasse um agente estratégico no planejamento macroeconômico, gerando empregos por meio de recursos públicos e favorecendo a entrada de investimento estrangeiro no país. Para Oliveira, Dourado e Mendonça (2006), o cenário com ideias nacionalistas e desenvolvimentistas passou a orientar a produção das políticas públicas, em especial as da educação e o papel das instituições de ensino superior.

A sociedade civil organizada, os movimentos de base da Igreja Católica e os espaços universitários favorecem a promoção da cultura popular e a constituição de uma pedagogia libertadora, problematizadora e conscientizadora, voltada para uma mudança social mais significativa (OLIVEIRA; DOURADO; MENDONÇA, 2006, p. 117).

A mobilização e a efervescência cultural desse período culminaram, em 1959, no “Manifesto dos educadores mais uma vez convocados”. O documento retomou muitos dos princípios do manifesto de 1932, que discutia a ideia de uma educação pública, gratuita, laica e de qualidade (OLIVEIRA; DOURADO; MENDONÇA, 2016). Nesse contexto foi criada, em 1961, a Universidade de Brasília (UNB), a primeira universidade brasileira que não é fruto da união de escolas e faculdades isoladas. Inspirada no modelo norte-americano, a UNB se diferenciava do padrão brasileiro de

cursos profissionalizantes e sua proposta era promover o desenvolvimento nacional. Apesar da grande expectativa de mudança da educação superior, gerada pela criação da UNB, no mesmo ano foi promulgada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) que mantinha o antigo modelo de formação universitária, inclusive com a justaposição de escolas profissionais para a formação das universidades.

Durante a Ditadura Militar, a educação superior no Brasil foi amplamente vigiada, qualquer proposta que não comungasse com as diretrizes previstas pelo governo era considerada subversiva. Esther (2012) afirma ser paradoxal a ação dos militares, já que eles fizeram investimentos financeiros consideráveis no setor, mas é importante considerar que os investimentos foram feitos de forma seletiva. Exemplo disso é que, influenciado pelos resultados da política econômica, o investimento governamental nas universidades fez com que o número de matrículas passasse de 95.961, do ano de 1960, para 134.500, em 1980 (SANTOS; CERQUEIRA, 2009). Também foi ampliado o acesso aos cursos tradicionais na rede federal; houve maior estímulo à pesquisa e à qualificação pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ). Foi criado um programa modular de apoio à pós-graduação e à pesquisa e a introdução do regime de tempo integral para docentes (SANTOS; CERQUEIRA, 2009), dando, assim, enfoque à formação de mestres e doutores - *stricto sensu*.

Para Esther (2012), durante a ditadura militar houve um salto qualitativo e quantitativo das universidades brasileiras, já que a pós-graduação e a pesquisa científica estavam sendo expandidas e modernizadas. No entanto, o autor recorda que a

lógica implementada pelo governo militar implicava uma instituição não reflexiva, porém voltada para o desenvolvimento científico em sua vertente tecnológica e direcionada para o processo produtivo industrial, ainda incipiente no Brasil até a década de 1950 (ESTHER, 2012, p. 11).

Portanto, o governo militar definiu uma estratégia de investimento seletivo, subjugando também os trabalhos artísticos e culturais, dentro e fora das universidades, que demonstravam preocupação em discutir o cenário político da época. A repressão contra a produção estudantil teve início ainda nos primórdios da

ditadura, quando, assim que deposto o presidente João Goulart, as forças militares organizaram uma intervenção no prédio da União Nacional dos Estudantes (UNE) na Praia do Flamengo, no Rio de Janeiro, na noite de 30 de março de 1964. Para a instituição “ficava clara a dimensão do incômodo que os militares e conservadores sentiam em relação à entidade” (UNE, 2011, s/p), que vinha se estabelecendo como importante organização cultural do país, principalmente, a partir da criação do Centro Popular de Cultura (CPC) em 1962, no Rio de Janeiro.

Entre as propostas dos criadores do centro, estava o preceito de que a arte política se integra à arte popular, sendo necessário, então, que todos os brasileiros fossem capazes de entender o mundo em que vivem para “romper os limites da presente situação material opressora” (FGV, 2017, s/p). O governo militar atuou fortemente contra a UNE, chegando a perseguir, prender e executar muitos estudantes, até o ponto de retirar legalmente a representatividade da instituição, que passou a atuar na ilegalidade (UNE, 2011).

Contrariando a orientação dos militares de suprimir os projetos estudantis, o cenário de repressão fomentou a articulação social, fazendo com que os intelectuais e os estudantes, além de outras representações sociais, como sindicalistas e artistas, buscassem alternativas para denunciar os abusos. Em diferentes espaços de produção cultural, materializados por livros, festivais de música, entre outras formas de expressão, as universidades se tornaram espaços de debate e reflexão sobre o projeto de Brasil, construído pelo governo militar.

Todo o movimento social que articulou grandes conquistas no campo de políticas públicas, a partir da década de 1970, estimulou ações governamentais de democratização da educação básica que se manifestaram nas décadas seguintes. Peregrino (2006) analisa que nesse período o Brasil se viu diante de um grande desafio: o de atender a maior parcela da população que, até então, estava fora do ambiente escolar. A partir do final dos anos de 1980, com a promulgação da Constituição Federal de 1988, a educação foi reconhecida legalmente como um direito fundamental, devendo então o Estado se responsabilizar pela disponibilização do ensino de toda ou da maioria da população.

No caso específico das universidades, a autonomia orçamentária instituída constitucionalmente não foi suficiente para que o país avançasse na democratização da educação superior pública. Um exemplo de tal realidade é que, de acordo com o inciso V do artigo 208 da Constituição, o acesso a essa etapa da educação só é

garantido mediante a capacidade individual do cidadão (BRASIL, 1988). Para Esther (2012) isso demonstra que o acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística se mantém desigual no país, mesmo após a Constituição.

Notamos que a ideia de merecimento à educação superior não leva em consideração o histórico do cenário educacional brasileiro. Apesar das políticas implementadas em prol da educação básica, após a década de 1980, as escolas continuaram a refletir as relações sociais de produção pertinentes à sociedade capitalista. Esse cenário fez com que os ambientes educacionais tivessem dificuldades em correlacionar equidade e educabilidade. Peregrino (2006) recorda que, a partir do momento que a escola elege um conjunto de conhecimentos, baseados no que considera básico para a formação de todos, acaba por colocar à margem aqueles que, por diferentes motivos, não puderam ter acesso a esse conhecimento, estando essa parcela da população sempre um pouco atrás dos demais.

Com isso, a ausência de equidade, ou seja, a noção de que somos todos diferentes e que é preciso considerar as diferenças para que todos tenham oportunidades iguais, dificulta o processo de educabilidade. Segundo López (2009),

um conjunto de recursos, atitudes ou predisposições que tornam possível que uma criança ou adolescente possa acompanhar com êxito a escola, ao mesmo tempo em que convida a analisar quais são as condições sociais que tornam possível que todas as crianças e adolescentes acessem esses recursos para poderem assim receber uma educação de qualidade (LÓPEZ, 2009, p. 85, tradução nossa).

Para Castro e Regattieri (2009, p. 19), “a oferta educativa homogênea, pensada para atender o grupo dos alunos esperados, reforçava a desvantagem inicial dos alunos que se distanciavam desse perfil”. Concomitantemente, o ingresso à educação superior manteve-se distante das classes menos favorecidas e, consecutivamente, da diversificação cultural dentro das universidades, tendo essas um cenário cada vez mais tecnicista e focado na competitividade econômica.

De acordo com Costa, Costa e Barbosa (2013), os dados de 2011 do Inep, indicavam que, em 2010, a taxa de alunos matriculados em instituições do ensino superior não chegava a 17%, entre os jovens de 18 e 24 anos. Como elemento comparativo, é possível observar países no próprio contexto da América Latina que

atingem percentuais mais elevados de matrícula dessa faixa etária no ensino superior que os do Brasil. Como exemplo, os autores recordam que, “segundo Graciano e Haddad (2004), na Argentina este porcentual estava próximo de 40% e também era elevado em outros países: Alemanha (50%), França (60%), EUA (80%) e Canadá (quase 90%)” (COSTA; COSTA; BARBOSA, 2013, p. 108).

No período pós Ditadura, a grave crise econômica que assolou o país, com alta inflação e grande crescimento da miséria, fez com que o governo estipulasse cortes orçamentários em todos os setores públicos. Houve um período extensivo de privatização e, para Esther (2012), no campo da educação o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) “traçava as diretrizes e bases ‘no varejo’, por meio de leis menores, e não por meio de uma política ‘hierárquica’, ou seja, partindo da Constituição” (ESTHER, 2012, p. 24).

Para Frigotto e Ciavatta (2003), a gestão de Fernando Henrique Cardoso apresentou um retrocesso em termos organizativos e pedagógicos. São exemplos de tais questões a extinção, em 1994, do Conselho Federal de Educação (CFE) e o desprezo pela estruturação da LDB de 1996. A forte presença dos preceitos da globalização, que marcou a década de 1990, contribuiu para o crescimento das instituições privadas. Dados do Censo da Educação Superior de 2004 (BRASIL, 2005a) indicam que naquele ano haviam surgido 18 novas instituições no setor público, quatro no âmbito federal, dez no estadual e três no municipal. Já o setor privado teve um crescimento de 8,3%, surgiram 137 novas instituições. Na época, o Inep recordou que o crescimento das instituições privadas tinha sido o menor registrado nos três anos anteriores. No entanto, o setor ainda representava 88,9% do total das instituições do sistema de educação superior do Brasil.

Tabela 2 - Distribuição das IES por Categoria Administrativa - Brasil 2001-2004

Ano	Brasil	Público	%	Privado	%
2001	1.391	183	13,2	1.208	86,8
2002	1.637	195	11,9	1.442	88,1
2003	1.859	207	11,1	1.652	88,9
2004	2.013	224	11,1	1.789	88,9

Fonte: Brasil, 2005a. Tabela elaborada pela autora.

Na década de 2000, o estímulo à educação superior privada se manteve. Durante os governos do presidente Lula (2003 e 2010) foram criados diferentes

programas de financiamento, como o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), instituído em 1999, e o Programa Universidade Para Todos (Prouni), criado em 2004. Nesse período, a expansão das IES privadas foi feita por grupos econômico-financeiros internacionais que, de acordo com Oliveira e Dourado (2016), adquiriram várias instituições privadas no país. Para os autores, esse novo cenário resulta em uma reconfiguração da oferta de educação superior privada. Eles citam como exemplo uma maior concentração de vagas em algumas instituições; mudanças no modelo de gestão acadêmica, alterações na qualificação e no regime de trabalho dos docentes, propiciando uma maior precarização e intensificação do trabalho; maior financeirização da educação superior privada, com comercialização e exploração desse negócio via bolsas de valores.

Os anos 2000 se tornam também positivos para a educação superior pública, sobretudo, com a aprovação da Lei nº 10.172/2001, que instituiu o PNE (BRASIL, 2001b). Foram metas do PNE para a educação superior:

- 1) fornecer até o final da década, a oferta da educação superior para pelo menos 30% dos jovens entre 18 a 24 anos;
- 2) ampliar a oferta do ensino público de modo a assegurar uma proporção de pelo menos 40% do total das vagas;
- 3) estabelecer um amplo sistema de educação à distância;
- 4) estabelecer um sistema de credenciamento das instituições, garantindo assim a qualidade;
- 5) diversificar a oferta de ensino, investindo em cursos noturnos, modulares e seqüenciais (BRASIL, 2001b, s/p).

Houve, portanto, um esforço do Estado para se criar políticas e programas que contribuíssem com a ampliação e a manutenção educação superior pública. O maior investimento público aconteceu no campo das universidades que, apesar de serem em menor número no cenário das IES¹ públicas, representam a maioria na rede pública federal. Oliveira e Dourado (2016) recordam que, a partir de 2003, houve

a ampliação da rede federal de educação tecnológica e profissional;
a criação do Programa Expandir, voltado para a criação de novas

¹ De acordo com o Censo da Educação Superior 2016 o Brasil tem 2.407 IES. Desse total, apenas 296 eram públicas (federal, estadual e municipal), sendo 108 universidades, 10 centros universitários, 138 faculdades e 40 institutos federais e centros federais de educação tecnológica (Cefet). A rede federal é composta por 107 instituições, sendo que 3/5 desse número são universidades (BRASIL, 2017b).

universidades e *campi*, especialmente para a interiorização da oferta; a criação da Universidade Aberta do Brasil; a implantação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) (OLIVEIRA; DOURADO, 2016, p. 1333).

Os autores recordam ainda que a expansão das universidades federais nesse período deu-se, principalmente, pela inserção de cursos noturnos. Houve também uma redução das taxas de evasão, um trabalho que buscou a ocupação de vagas ociosas e uma grande preocupação com a permanência dos estudantes no ambiente acadêmico e na reestruturação dos currículos. Segundo Oliveira e Dourado (2016), a reestruturação dos currículos tornou as grades mais flexíveis, permitindo uma formação mais generalista dos estudantes, o que exigiu profissionais, em especial, professores, cada vez mais capacitados e qualificados.

1.1.1 O Reuni

A expectativa de que a democratização ocorrida na educação básica, especialmente, na década de 1980, elevasse a demanda pela formação superior, foi sentida apenas entre os anos de 1995 e 2010, quando aconteceu a maior expansão do ensino superior no país, fazendo as matrículas no sistema público de educação superior crescer na ordem de 134,5% (MANCEBO; VALE; MARTINS, 2015). Destaca-se nesse período o Programa de Expansão da Educação Superior Pública (Expandir) – Fase I, que mobilizou as primeiras ações para a grande expansão das universidades federais brasileiras. De acordo com Sousa (2011), o programa incentivava, por meio de dotação orçamentária, a criação de novas universidades e também novos *campi* no interior do país. Entre 2003 e 2006, o número de universidades federais passou de 40 para 53.

Para o Mec, a implementação deste programa representou impactos positivos sobre a educação superior pública brasileira, pois significou o atendimento a novas demandas, criou e ampliou a oferta de novas oportunidades loco-regionais, além de representar um combate às desigualdades regionais e espaciais (SOUSA, 2011, p. 23).

Em um segundo ciclo de expansão, foi implementado o Reuni, instituído pelo Decreto nº 6.096/2007 (BRASIL, 2007a), e que se apresenta como uma das políticas

de maior abrangência para a expansão das universidades federais no Brasil. Na sua estruturação, o programa teve como principais objetivos:

garantir às universidades as condições necessárias para a ampliação do acesso e permanência na educação superior; assegurar a qualidade por meio de inovações acadêmicas; promover a articulação entre os diferentes níveis de ensino, integrando a graduação, a pós-graduação, a educação básica e a educação profissional e tecnológica; e otimizar o aproveitamento dos recursos humanos e da infraestrutura das instituições federais de educação superior (BRASIL, 2009, p. 3).

Para Costa, Costa e Barbosa (2013), o Reuni integrou o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), programa de 2007 que tinha como objetivo auxiliar o MEC a efetivar o PNE 2001-2010 (BRASIL, 2001b). Estabeleceu que 30% dos jovens na faixa etária de 18 a 24 anos estivessem inseridos na educação superior até o final da década.

O PDE foi instituído com 40 programas, classificados em quatro eixos de referência: educação básica, educação superior, educação profissional e alfabetização. Em relação à educação superior o programa concebia a expansão da oferta de vagas de maneira sustentada, primando pela qualidade acadêmica e pela cobertura territorial. O Reuni, um dos principais programas do PDE, criou condições de ampliação, acesso e também de permanência aos estudantes na educação superior. De acordo com as suas Diretrizes Gerais (BRASIL, 2007b), a proposta contemplava investimentos que buscavam aumentar a qualidade dos cursos, aproveitando melhor a estrutura física e os recursos humanos já existentes, “respeitadas as características particulares de cada instituição e estimulada a diversidade do sistema de ensino superior” (BRASIL, 2007b, p. 10).

O documento “Análise sobre a Expansão das Universidades Federais 2003 a 2012” (BRASIL, 2012a), realizado por uma comissão técnica, identificou que os investimentos em prol da expansão da educação superior chegaram à ordem de R\$ 9.996.296.234, entre 2005 e 2012. Entre os anos de 2009 e 2011, a disponibilização de recurso foi maior, tendo em vista que, nesse período, houve maior investimento em compras e obras nas universidades, que tinham autonomia na elaboração de suas propostas, com planos de reestruturação que visavam à utilização dos recursos recebidos de acordo com as suas maiores demandas. De acordo com as Diretrizes Gerais do Reuni (BRASIL, 2007b), os projetos encaminhados também deveriam

apresentar a estimativa de recursos adicionais necessários para o cumprimento das metas definidas pela instituição em atendimento aos objetivos do Programa. Dessa forma, as instituições só receberiam o acréscimo orçamentário após comprovar a efetivação das etapas previstas nos planos.

O mesmo documento garante que os recursos do Reuni impactaram diretamente no ensino superior. O número de vagas na graduação presencial, nas universidades federais, cresceu de 139.875, em 2007, para 231.530, em 2012 (BRASIL, 2012a). Em relação aos servidores públicos, nesse mesmo período, foram autorizadas 21.786 novas vagas para docentes (BRASIL, 2012a) e aumentou em 7.951 o número de servidores do corpo técnico-administrativo (BRASIL, 2012a).

Concomitante ao processo de expansão das instituições, o governo projetou ações que visavam à inclusão dos grupos historicamente marginalizados. Em 2010, foi criado, através do Decreto nº 7.234/2010 (BRASIL, 2010b), o Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), que pretendia contribuir para a permanência de estudantes de baixa renda nas universidades federais. A ideia era promover a igualdade de oportunidades e auxiliar na melhoria do desempenho acadêmico, através de diferentes auxílios, entre eles de alimentação, moradia, apoio pedagógico e acesso à cultura. O documento de “Análise sobre a Expansão das Universidades Federais 2003 a 2012” (BRASIL, 2012a) revela que, até o ano 2012, foram investidos R\$ 503.843.628 pelo programa, sendo realizados 1.078.000 benefícios.

O período de efetivação do Reuni também se destaca pela criação de novas universidades. Entre os anos de 2003 e 2010 foram criadas 14 universidades, “parte do esforço empreendido pelo governo federal para a interiorização do ensino superior público, a integração com os países da América do Sul e do Caribe e países lusófonos, em especial os africanos” (BRASIL, 2012a, p. 25). A expansão da rede federal de educação pode ser observada na Tabela 3:

Tabela 3 - Expansão da Rede Federal de Educação Superior

Ano	2003	2010	2014
Universidades	45	59 (14 novas)	63 (4 novas)
Campus/Unidades	148	274 (126 novas)	321 (47 novas)
Municípios atendidos	114	230	230

Fonte: Brasil, 2012a. Tabela elaborada pela autora.

Em relação à infraestrutura, o referido documento indica que o número de obras concluídas nas universidades federais, entre 2003 a 2012, foi de 1.588. Há de se destacar os 368 laboratórios, as 292 salas de aula e as 260 áreas multifuncionais. Nesse período foram construídas 43 bibliotecas e 27 auditórios (BRASIL, 2012a). O relatório do programa não apresenta dados sobre a estruturação de espaços voltados para a prática e fruição artística, tais como salas de dança, música, teatros, entre outras, apesar de o documento de avaliação da expansão diagnosticar uma forte demanda para a criação de espaços de convivência universitária e de cultura (BRASIL, 2012a).

Apesar dos expressivos números apresentados pelo programa, para Silveira (2014), o Reuni surgiu como uma política pública imposta, através do Decreto nº 6.096/2007 (BRASIL, 2007a), não sendo debatido no meio acadêmico. Ou seja, não houve diálogo com aqueles que seriam os mais beneficiados ou prejudicados pelo programa. De acordo com Santos (2016), apenas em 2012 foi instituída pelo MEC uma comissão que analisaria os resultados das ações em prol da expansão do ensino superior da última década. A comissão foi constituída pelas seguintes instituições: UNE, Andifes, Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG) e pela Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação (Sesu).

De um modo geral, os relatórios sobre o Reuni apresentam dados que comprovam apenas a expansão do número de vagas na educação pública superior, em especial das universidades. Em relação à ampliação da infraestrutura das instituições, não é clara a relação dos novos espaços com o desenvolvimento de políticas e ações da área cultural. Analisando as propostas encaminhadas pelas maiores universidades mineiras, é visível que o crescimento na estrutura física das universidades estava direcionado para a correção de falhas estruturais já existentes e também para o atendimento ao novo número de alunos.

No caso da UFMG, considerada a terceira maior universidade do país em 2017 (PATI, 2017) e a maior do estado mineiro (MINAS VESTIBULAR, 2017), o plano de expansão enviado para o MEC apresenta, no item “Plano diretor da infraestrutura física” (UFMG, 2007), propostas de construção de novos espaços, como dois Centros de Atividades Didáticas e o Núcleo de Ciências Agrárias, junto ao *campus* avançado na cidade de Montes Claros, e a ampliação de áreas já existentes que deveriam receber mais estudantes ou equipamentos, como, por exemplo, na Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional. A proposta era que

a universidade investisse quase R\$ 73 milhões em obras. Desse total, a não ser a construção dos Centros de Atividades Didáticas, que contemplavam espaços como auditórios, passíveis de utilização para a realização de ações culturais (UFMG, 2007), e da expansão de dois mil metros quadrados na Escola de Belas Artes para atender ao número de estudantes que iriam dobrar (UFMG, 2007), não há nada específico para o desenvolvimento de ações culturais, como galerias de arte, cinemas, entre outros.

A Universidade Federal de Lavras (Ufla), que, em algumas pesquisas, é considerada a oitava maior do país e a segunda de Minas Gerais (PATI, 2017) apresentou um custo previsto de mais de R\$ 16 milhões para o “Plano diretor da infraestrutura física” (UFLA, 2007, p. 15). Considerava, em seu plano, construções e reformas, infraestrutura e equipamentos. Também a Ufla não destinou nenhum recurso específico para construção ou melhoria de espaços destinados à produção cultural. Seu projeto para o Reuni define apenas que seriam construídos anfiteatros para aulas, com “equipamentos de som, internet, condicionadores de ar e demais itens necessários a uma boa ambiência” (UFLA, 2007, p. 16).

A Universidade Federal de Uberlândia (UFU) propôs um investimento total de construções de mais de R\$ 38 milhões (UFU, 2007). Dentre os valores, aparece a quantia de R\$ 720 mil reais para uma estrutura de Música / Teatro no *campus* Santa Mônica, considerado o *campus* sede da instituição. A UFU tem atualmente sete *campi* (UFU, 2007). No entanto, o texto não deixa claro se a estrutura era área comum de todos os cursos ou se está vinculado a cursos específicos das artes. O plano apresenta ainda a construção ou reforma de salas de aulas com formato de anfiteatros, que provavelmente podem ser utilizados para a produção de ações no campo da cultura.

Analisando os planos, em nível nacional, um dos poucos espaços com finalidade estritamente cultural, projetados com o recurso do Reuni, é o Centro de Arte e Cultura da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). A obra, com início em 2010, não havia sido concluída até meados de 2017, de acordo com informações divulgadas no site da instituição (UFPB, 2017). Nos demais casos, é inexistente a publicação de relatórios públicos que demonstrem os avanços e a utilização dos espaços e projetos nos planos de expansão.

No aspecto curricular, alguns avanços foram impulsionados com a implantação dos Bacharelados Interdisciplinares (BI), que tem como proposta a

diversificação na formação do ensino superior brasileiro. De acordo com o MEC (BRASIL, 2010c, p. 3), a implantação dos BI “constitui uma proposição alternativa aos modelos de formação das universidades europeias do século XIX, que ainda predominam no Brasil, apesar de superados em seus contextos de origem”. O documento define ainda que os BI devem ser divididos em três ciclos, sendo o primeiro o espaço de formação através de um “conjunto de competências, habilidades e atitudes, transversais às competências técnicas, aliada a uma formação geral com fortes bases conceituais, éticas e culturais” (BRASIL, 2010c, p. 3). O segundo ciclo, de caráter opcional, compreende a formação profissional em áreas específicas do conhecimento. Já o terceiro ciclo refere-se à pós-graduação *stricto sensu*, que poderá contar com alunos egressos dos BI (BRASIL, 2010c).

Buscando atender à estrutura proposta pelo Reuni, algumas universidades aderiram à implantação dos BI, no entanto, os documentos enviados ao MEC não apresentam a estrutura curricular dos novos bacharelados. Analisando o Projeto Pedagógico dos BI da Universidade Federal da Bahia (UFBA, 2008), por exemplo, percebemos que, apesar de um dos princípios dos BI ser a “vivência nas áreas artística, humanística, científica e tecnológica” (BRASIL, 2010c, p. 5), a universidade inseriu a formação por meio de linguagens artísticas como obrigatória apenas para o de Artes, ou seja, disciplina facultativa aos demais BI. Tendo em vista que os estudantes de áreas como a de exatas normalmente têm pouca familiaridade com o tema, a não inserção desse campo do saber na formação acadêmica mantém o padrão de pouco estímulo ao desenvolvimento de interesse e acesso às questões culturais.

Nesse sentido, é possível perceber que, apesar de conter em seu cerne o dever de promoção à cultura, nem as universidades, nem o Estado brasileiro se atentaram para o desenvolvimento de políticas que estimulassem a produção e a fruição de projetos no campo cultural. Essa afirmação se sustenta, visto que, mesmo no período de expansão da universidade pública, os projetos direcionados à ampliação de vagas, a número de servidores, à reestruturação e ampliação da estrutura física e até mesmo à readequação curricular não tiveram como prioridade a estruturação, melhoria ou ampliação do trabalho realizado no cenário cultural.

No entanto, para Perlatto (2013, p. 18), apesar dos argumentos contrários ao Reuni, assim como a sua limitação às universidades, o programa foi importante para a ampliação do debate “em torno da missão pública das universidades e do papel

destas para assegurar a expansão do acesso ao ensino superior”. De acordo com dados fornecidos pelo MEC, através do Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC), entre os anos de 2008 e 2012, foram criados 58 *campi* avançados através do Reuni. Desse total, 16 foram instituídos na região Sudeste, sendo 10 em Minas Gerais. Ou seja, 17% do total criado em todo o território brasileiro. Os *campi* de Minas são oriundos das universidades federais de Uberlândia, Ouro Preto, São João Del Rey, Alfenas, Itajubá e Juiz de Fora. Desses, a expansão da UFJF foi a última do período, dando origem ao *campus* avançado de Governador Valadares, detalhado na próxima sessão.

1.2. A expansão da UFJF

Inserida na região da Zona da Mata mineira, a UFJF surgiu a partir da típica formação das universidades brasileiras, a saber: pela agregação de diferentes estabelecimentos de ensino superior. Os estabelecimentos foram reconhecidos e federalizados, tornando-se uma universidade federal em 23 de dezembro de 1960 na gestão do presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961). O *campus* foi construído em 1969, e a UFJF foi considerada, na época, a segunda maior universidade federal do interior do país. Na década de 1970, através da Reforma Universitária de 1968, a UFJF passou a contar com três institutos básicos: Instituto de Ciências Exatas (ICE), Instituto de Ciências Biológicas (ICB) e Instituto de Ciências Humanas e Letras (ICHL). Em 1999, foi criado o Centro de Ciências da Saúde e somente, em 2006, a universidade criou o Instituto de Artes e Design (IAD) e a Faculdade de Letras (Fale) (UFJF, 2017a).

Atenta a sua importância no contexto do desenvolvimento regional, a UFJF foi uma das 53 universidades federais a atenderem a primeira chamada do programa Reuni, em 2007 (BRASIL, 2009), construindo, como solicitado pelo edital do programa, um Plano de Reestruturação e Expansão. Para a produção desse plano, a UFJF realizou, de acordo com Weska (2012, p. 30), “um amplo processo de discussão envolvendo toda a comunidade acadêmica”. No entanto, a insatisfação de parte da comunidade universitária em relação aos conceitos do Reuni foi logo sentida no debate. A estruturação do projeto coletivo demonstrou a discordância entre os representantes da comunidade acadêmica em relação à diferentes assuntos. Weska (2012) recorda que, além dos protestos a respeito da produção do

Reuni através de um decreto e não por um amplo debate público, os representantes questionavam dados como a relação aluno-professor, os novos projetos de itinerários formativos e o curto tempo para aprofundar as discussões sobre a matéria com a comunidade universitária.

Contidos os impasses na estruturação do programa, a Proposta do Plano de Expansão e Reestruturação para apreciação do Conselho Superior da Universidade Federal de Juiz de Fora, na primeira fase do Reuni, vislumbrava “um aumento de 7.923 matrículas nos cursos de graduação, com a elevação progressiva da oferta das atuais 2.115 vagas para 3.790 ingressos anuais até 2012” (UFJF, 2007, p. 5). Haveria também a expansão para a pós-graduação, em nível de mestrado e doutorado. O plano definiu um investimento de R\$ 48 milhões na construção de salas de aula, bibliotecas e laboratórios e de aquisição de equipamentos até 2011. De acordo com o Plano (UFJF, 2007), também aumentaria para 241 os professores em regime de dedicação exclusiva, para 250 o número de técnico-administrativos em educação, bem como seriam ampliadas a concessão de bolsas de mestrado e doutorado e as de assistência ao estudante de graduação.

Dados do Relatório de Gestão da UFJF – exercício 2012, indicam um aumento de 88% nas vagas da graduação, oferecidas entre 2007 e 2012, “partindo-se de 2.126 vagas em 2007 e chegando-se a 4.004 vagas de ingresso nesta universidade pública em 2012” (UFJF, 2013, p. 16). Esses números contemplam as 375 vagas destinadas ao *campus* avançado de Governador Valadares. Um total de 1.878 novas vagas para a universidade no período.

Tendo em vista o Decreto nº 6.096/2007 (BRASIL, 2007a), que instituiu o Reuni e definiu ações específicas para a ampliação do acesso e permanência na educação superior no nível de graduação, o Plano de Reestruturação e Expansão da UFJF também não apresentou dados sob a projeção cultural, principalmente na estruturação ou reforma de espaços para a realização de ações nesse cenário, apesar de requerer um investimento de mais de R\$ 13 bilhões de reais para infraestrutura, áreas de uso comum e administração (UFJF, 2007). O texto do projeto menciona apenas crescimento nas áreas de ensino do campo das artes, buscando uma melhor distribuição das vagas e do corpo docente nos cursos de graduação, uma vez que, de acordo com o Plano da UFJF, naquele momento a distribuição

segundo as grandes áreas do conhecimento exibe um importante desequilíbrio, especialmente visível no pequeno espaço dedicado às artes e no subdimensionamento das ciências exatas e tecnologia. O Plano de Expansão e Reestruturação da UFJF buscará corrigir esta distorção da estrutura universitária, com a alocação de significativos recursos nas duas áreas mencionadas (UFJF, 2007, p. 10).

Concomitante ao crescimento do número de vagas nos cursos dentro do *campus* sede e de parte de sua estrutura física, a UFJF iniciou um processo de expansão além da região da Zona da Mata, encorpando a dinâmica de ampliação de número de vagas e de interiorização das universidades públicas, que ganhou força com o Reuni, contribuindo para a instalação de um *campus* universitário público no Vale do Rio Doce, na cidade de Governador Valadares.

1.2.1 A criação do campus avançado da UFJF em Governador Valadares

O processo de expansão das instituições públicas de educação contou, em grande parte, com um movimento de interiorização da educação superior, principalmente através da estruturação de *campi* avançados, instituições que buscam integrar em seus modelos de trabalho vocações, metodologias e conceitos de suas instituições de origem às necessidades da região onde estão inseridas.

Sem uma definição clara do surgimento do termo *campus* avançado, tal descrição remonta à estruturação do Projeto Rondon, que teve início em 1967, quando um grupo de servidores e estudantes da Universidade do Estado da Guanabara, do Rio de Janeiro, apoiado pelo Ministério do Interior, viajou até o estado de Rondônia, a fim de realizar trabalhos extensionistas junto às comunidades da região. A ação ganhou visibilidade nacional, sendo repetida por outras instituições. Em 1969, foi criado o Programa Campus Avançado, como fruto de uma evolução institucional do Projeto Rondon. De acordo com o relatório do projeto,

a vivência dos problemas relacionados com a distância e o isolamento de muitos municípios da Amazônia, sobretudo, levaram a que se pensasse em uma atuação de caráter permanente que proporcionasse articulação de esforços da comunidade e dos órgãos governamentais, dando apoio técnico, acionando fatores de desenvolvimento cultural e econômico da área. A universidade poderia ser a instituição capaz de cumprir tal função de importância estratégica para o futuro do País. Isto poderia fazer-se, inclusive, cumprindo objetivos de integrar cultural e tecnicamente regiões geográficas distantes (BRASIL, 1980, p. 15).

Paralelo às ações esporádicas desenvolvidas pelos grupos extensionistas, era viabilizado pelo governo a efetivação de projetos de mais longo prazo. A UFJF atuou junto ao projeto entre os anos de 1969 e 1996, utilizando-se do Projeto de Licenciaturas Plenas na cidade de Tefé, no estado do Amazonas (AM). De acordo com Pinto (2003), o projeto era mantido com a parceria das Prefeituras da Região do Médio Solimões e a Secretaria de Educação do Estado do AM. A partir da extinção da Fundação Rondon do Amazonas, em 1992, o projeto de Licenciaturas buscou realizar novas parcerias, mas não conseguiu se manter, culminando em sua extinção em 1996.

Apesar de ser considerada a segunda maior universidade do interior do país, a UFJF era, até o ano de 2012, uma das poucas universidades sem *campus* avançado. Tal situação mudou com a possibilidade de expansão da instituição através dos programas implementados a partir de 2003, em especial o Reuni. A definição de onde seria estruturado o novo *campus* aconteceu, de acordo com Almeida (2016), por meio de um convite do poder público, quanto à apresentação de uma proposta para implantação de um *campus* em Governador Valadares. Tal proposta também foi feita à Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)². No entanto, a UFJF apresentou com maior rapidez o projeto, dando, assim, encaminhamento à implantação do *campus* na cidade. A aprovação de análise do processo pelo Conselho Superior (Consu) da instituição aconteceu em 2010, e a criação do *campus* foi definida em fevereiro de 2012 (ALMEIDA, 2016).

O projeto de uma universidade pública em Governador Valadares era, de acordo com Almeida (2016, p. 35), “fruto da reivindicação da comunidade local e de uma longa batalha travada pelos políticos da região”. Por isso, a criação da UFJF-GV foi articulada entre diferentes esferas do poder público, recebendo também incentivo da iniciativa privada, com a doação de um terreno particular para a implantação física do *campus* na cidade (UFJF, 2012).

² Analisando o cenário geográfico e social, é considerável que a criação do *campus* avançado em Governador Valadares fosse de responsabilidade da UFVJM. No entanto, além do fato da UFJF ter tido maior agilidade na apresentação da proposta para a criação do *campus* avançado, a UFVJM já contava com três campi, sendo dois em Diamantina e um inserido na região desde 2006, o *campus* Mucuri, na cidade de Teófilo Otoni. Por isso houve maior empenho político para que a UFJF fosse responsável pelo *campus* avançado em Governador Valadares (BRASIL, 2010d).

As obras do projeto tiveram início em 2012, no entanto, no mesmo ano, a construção foi suspensa por determinação do Tribunal de Contas da União (TCU), devido suspeita de irregularidades na licitação. Após os ajustes realizados no contrato, em 2013, a construção foi retomada final, com previsão de término em dezoito meses. Nesse período, de acordo com Almeida (2016, p. 37), “com a interrupção de repasse de verbas para execução do contrato, esse prazo foi dilatado inúmeras vezes, até a suspensão do contrato com a construtora”. Até o momento não há previsão de retorno da construção da sede própria do *campus* de Governador Valadares.

Mesmo sem a estrutura física própria, as atividades do *campus* avançado tiveram início em novembro de 2012, utilizando-se de espaços alugados. Já nesse ano, de acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFJF, foram disponibilizadas 750 vagas anuais divididas entre nove cursos de bacharelado (UFJF, 2014a). Inserida no Vale do Rio Doce, a UFJF ampliou o seu trabalho e buscou garantir a efetivação de sua missão, expressa no artigo 5º do seu Estatuto, no qual fica claro que

a Universidade tem por finalidade produzir, sistematizar e socializar o saber filosófico, científico, artístico e tecnológico, ampliando e aprofundando a formação do ser humano para o exercício profissional, a reflexão crítica, a solidariedade nacional e internacional, na perspectiva da construção de uma sociedade justa e democrática e na defesa da qualidade de vida (BRASIL, 1998, p. 2).

A presença da UFJF em Governador Valadares era vista também como grande oportunidade de amadurecimento por parte da cidade. Isso porque a instituição promoveria o fomento à preservação e acesso à arte e à cultura locais, considerando o trabalho singular realizado pela UFJF em Juiz de Fora no que tange à cultura.

Almeida (2016) recorda que os primeiros cursos implantados foram Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Direito, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Medicina, Nutrição e Odontologia. A definição dos cursos aconteceu por indicação da UFJF, que pretendia atender às demandas da região. O autor afirma ainda que “debates com os diretores das unidades acadêmicas, coordenadores de cursos e chefes de departamentos envolvidos concluíram pela

viabilidade da implantação de nove dos dez cursos pretendidos” (ALMEIDA, 2016, p. 39). Na época, o curso de Enfermagem exigia um quantitativo de docentes maior que o disponibilizado pelo MEC e, por isso, não houve a implantação do curso no *campus* avançado (ALMEIDA, 2016).

Inicialmente, tanto o setor administrativo quanto os cursos eram subordinados às respectivas unidades acadêmicas de Juiz de Fora. Em novembro de 2015, após grande mobilização da comunidade acadêmica da UFJF-GV, foi aprovado pelo Consu, através da Resolução nº. 35/2015 (UFJF, 2015a), o regimento do *campus* avançado. A partir dessa aprovação foram criados dois institutos, nos quais foram integrados os cursos das Ciências Sociais Aplicadas – Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA) e da Saúde – Instituto Ciências da Vida (ICV). A partir do regimento, a comunidade acadêmica de Governador Valadares pôde eleger o diretor administrativo e os respectivos diretores dos institutos, que, até então, eram indicados pela reitoria da UFJF.

Atualmente o *campus* avançado conta com dez cursos divididos entre o ICSA (Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas e Direito); e o ICV (Educação Física, Farmácia, Fisioterapia, Medicina, Nutrição e Odontologia). A ausência de uma sede própria, com estrutura adequada para atender a todos os cursos, além do setor administrativo, fez com que o *campus* avançado fosse instalado em diferentes espaços dentro de Governador Valadares. O ICSA foi instalado no prédio da Faculdade Pitágoras, e o ICV no prédio da Universidade Presidente Antônio Carlos (Unipac). O ICV também já funcionou, entre 2014 e primeiro semestre de 2017, na Universidade Vale do Rio Doce (Univale).

O *campus* avançado conta ainda, no centro da cidade, com um espaço que sedia a Clínica-Escola de Fisioterapia, o Núcleo de Direito e a Farmácia Universitária. As clínicas de Odontologia estão inseridas em dois espaços distintos: na Associação Brasileira de Odontologia (ABO) e nas Faculdades Unidas do Norte de Minas (Funorte). Já as atividades práticas do curso de Educação Física acontecem no espaço da Sociedade Recreativa Filadélfia. Todos os espaços citados são mantidos através de contratos de aluguel. Há uma obra sendo encaminhada no bairro Santa Rita, em infraestrutura cedida pelo governo federal, para a instalação de uma estrutura que atenda aos cursos de Farmácia e de Nutrição.

Devido à divisão das aulas em dois principais espaços, foi necessária a estruturação de dois Restaurantes Universitários (RU). Atualmente, a comunidade

acadêmica conta com um RU no Centro, próximo ao prédio do Pitágoras, onde funciona o ICSA e o Departamento Básico do ICV, e um RU no bairro Vila Bretas, próximo ao prédio da Unipac, onde funcionam os cursos do ICV. Até o primeiro semestre de 2017, havia também um RU na Univale, já que as aulas do ICV funcionavam nesse espaço. O setor administrativo, que esteve instalado no prédio da Faculdade Pitágoras entre 2012 e primeiro semestre de 2017, funcionou durante o segundo semestre de 2017, por meio de um convênio de cessão de espaço, na Faculdade de Administração de Governador Valadares (FAGV). Em fevereiro de 2018, a sede administrativa se instalou em um espaço alugado no centro da cidade. Está em tramitação o processo de compra do prédio da FAGV, para instalação de algumas turmas da UFJF-GV. Caso a compra se efetive, o espaço será o primeiro prédio próprio da universidade na cidade.

Até o primeiro semestre de 2018, as atividades do *campus* avançado estavam divididas entre os seguintes espaços, indicado pelo mapa abaixo:

Figura 1 – Mapa dos principais espaços ocupados pela UFJF-GV - março/ 2018



Fonte: Acervo do Setor Comunicação e Eventos da UFJF-GV, 2018.

A divisão dos institutos e demais setores do *campus* avançado, por toda a cidade, aliada à falta de infraestrutura própria, dificulta o funcionamento dos cursos, assim como os trabalhos realizados pela comunidade acadêmica. Além disso, limita a execução do PDI que, em sua edição 2015-2020, já foi estruturado levando em consideração as ações que seriam realizadas no *campus* avançado Governador

Valadares, entre elas, a proposta de que a UFJF, através de sua Pró-Reitoria de Cultura (Procult) elabore “um plano de cultura para o *campus* de Governador Valadares, objetivando a valorização da cultura local e o intercâmbio com o *campus* sede” (UFJF, 2014a, p. 33).

A estruturação de um plano de cultura que permita à universidade contribuir com o setor cultural da cidade apresenta-se como algo de grande importância, tendo em vista a fragilidade das políticas culturais do município e da ausência de investimento privado, apesar da rica formação histórica do Vale do Rio Doce, que começa com povoamento de diferentes tribos indígenas. Já no século XIX, ocorre a ocupação de divisões militares, que tinham como objetivo garantir o trânsito de colonos que vinham de várias regiões do país, através do Rio Doce, expulsando assim os Botocudos, índios que ocupavam essa região. O crescimento econômico da cidade tem seu auge no início do século XX, quando em 1910 foi inaugurada a estação ferroviária de Figueira, atualmente conhecida como Estrada de Ferro Vitória-Minas

Impulsionada pela estrada de ferro, houve grande crescimento econômico com a chegada dos comerciantes, das plantações de café e da extração de madeira. Em 1937, acontece a emancipação da cidade, até então, distrito do município de Peçanha. A cidade ganha o nome de Governador Valadares, devido a uma homenagem ao então governador de Minas Gerais, responsável pela emancipação da cidade, Benedito Valadares. Nas décadas seguintes, Governador Valadares passa por diferentes ciclos econômicos, principalmente através da extração de bens naturais, como madeira, pedras preciosas e mica, além da utilização do solo. A partir das décadas de 1980 e 1990, com o grande esgotamento dos recursos naturais e o enfrentamento de crise econômica em todo o Brasil, Governador Valadares passou a gozar da credibilidade de uma cidade exportadora de mão de obra, no auge da emigração dos brasileiros para os Estados Unidos da América. De acordo como Espindola (1998, p. 161), “em 1993, calculou-se que cerca de 27.000 valadarenses haviam emigrado para o exterior, grande parte deles na faixa entre 16 e 35 anos”. Todo o recurso que era enviado pelos emigrantes contribuiu, principalmente, para o crescimento da indústria da construção civil e do comércio, mantendo a dinâmica da economia da cidade.

A rica formação de Governador Valadares fez com que, em diferentes momentos da história, a cidade fosse referência cultural para toda a região. Nas

décadas de 1940 e 1950, por exemplo, o carnaval da cidade aconteceu por grande movimentação nas ruas e até mesmo com disputas de carros alegóricos, como apresentando no livro “Lantejoulas ao Vento”, da jornalista Zana Ferreira (FERREIRA, 2018). Como resposta aos períodos de crise econômica, o carnaval de rua perdeu espaço, sendo substituído pelas festividades fora de época. Nos últimos anos, tem surgido movimentos interessantes que buscam resgatar a história do carnaval na cidade. Exemplo disso é o Carnapina, realizado no bairro Carapina, por uma escola de samba, e o Trupico do LaLá, que acontece no bairro Ilha dos Araújos. Os dois blocos saem em seus respectivos bairros e recebem foliões de toda cidade e visitantes. No entanto, eles antecedem o período do carnaval e não recebem recursos específicos do poder público. São mantidos pelos grupos que organizam os mesmos.

No cenário de preservação do patrimônio cultural, apesar de conter um número significativo de patrimônios que rememoram a formação de Governador Valadares, o poder público e a sociedade, de um modo geral, não apresentam preocupação em estruturar políticas que possam proteger e fomentar a importância desses espaços. Exemplo disso é o trabalho insipiente realizado pelo Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Governador Valadares, que não tem conseguido gerir o Fundo Municipal do Patrimônio Cultural (Fumpac) no sentido de ampliar o trabalho com o patrimônio cultural da cidade. Para Guimarães (2008), a estruturação do Conselho, feita há 16 anos, foi uma iniciativa de abordagem econômica. Nesse sentido, o município interessa-se em receber recursos da Lei Robin Hood³, e não realmente preocupa-se com a preservação de seu patrimônio histórico e cultural. Atualmente são patrimônios tombados em nível municipal:

o Antigo Templo Presbiteriano, o Complexo da Santa, a Companhia Açucareira do Rio Doce, a Fachada da Antiga Cadeia Pública, as Fachadas da Antiga Sede dos Correios e Telégrafos e a Venda do Seu Margarido foram protegidos como bens imóveis; o Pico do

³ Lei Estadual nº 12.040/1995 que inclui ações relacionadas à educação, saúde, agricultura, preservação do meio ambiente e do patrimônio cultural, nos critérios de cálculo do repasse da parcela do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) devida aos municípios. As ações são avaliadas dentro de critérios previamente definidos e fiscalizados pelos órgãos competentes. No caso do patrimônio cultural, o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA/MG cumpre esse papel. Entre as exigências colocadas pelo IEPHA estão a existência de uma política municipal de preservação do patrimônio cultural e a criação e atuação efetiva de um conselho municipal de patrimônio cultural (GUIMARÃES, 2008).

Ibituruna foi tombado como Conjunto Paisagístico; e como bens móveis, o foram a Argola de Amarrar Solípedes, o Cadeiral do Júri, a Maria Fumaça e o Painel Cubista do Edifício Helena Soares (GUIMARÃES, 2008, p. 41).

Para Guimarães, o Fundo se apresenta como uma importante política pública de preservação do patrimônio. Porém, conforme a autora, “o interesse pela sistematização da preservação do patrimônio cultural em Governador Valadares foi uma iniciativa governamental, e não o resultado de um processo de reivindicações populares” (GUIMARÃES, 2008, p. 40). Isso porque, após 16 anos de formação do Fumpac, pouco ainda é feito pelo Conselho, tendo em vista a dificuldade de mobilização social em prol de assuntos ligados à área, na cidade. Depois dos primeiros tombamentos realizados pelo Conselho, não houve mais articulação em prol de novos tombamentos. Ao contrário disso, em 2005, através de um decreto municipal, ocorreu o destombamento da Venda do Seu Margarido (GUIMARÃES, 2008), e, em seguida, o patrimônio foi vendido pela família e destruído.

Atualmente, Governador Valadares tem apenas um centro cultural, denominado Centro Cultural Nelson Mandela. Abriga a Biblioteca Pública Municipal Professor Paulo Zappi, uma galeria de arte e um espaço de auditório para pequenos eventos. O Centro Cultural foi estruturado no prédio da antiga cadeia da cidade. Ao lado, funciona a Academia Valadarense de Letras e, em frente à academia, está o prédio da Banda Lira 30 de janeiro, que oferta cursos de música e faz apresentações em eventos da cidade. Existe ainda o Museu da Cidade, que funciona em local alugado e guarda um vasto acervo histórico da cidade. No entanto, devido às condições ruins da infraestrutura do local, boa parte do acervo está sendo guardado, para proteção. Aliado a isto, está a falta de acessibilidade do local, que limita o número de frequentadores ao espaço.

O único teatro da cidade, o Teatro Atiaia, está interditado desde outubro de 2015. O processo de interdição, que ocorre desde julho de 2005, pede urgência do poder público na execução de adequações de infraestrutura do espaço, tanto em questões de acessibilidade quanto estruturais. Apesar dos projetos já iniciados pelo poder público, o valor da obra e a ausência de recursos por parte do município e de interesse de investimento por parte da iniciativa privada fazem com que a comunidade não tenha previsão de reabertura do espaço. Desde a interdição do Teatro Atiaia, caiu drasticamente a produção de espetáculos de artes cênicas na

cidade, pois não há outro espaço público que oportunize a apresentação das peças. Em 2018, o Festival de Teatro Nacional de Governador Valadares (Fenta), que ocorreu fora de época, junto às comemorações do poder público dos 80 anos da cidade, aconteceu quase que exclusivamente em ambientes alternativos. Um desses espaços é o Centro de Artes e Esportes Unificados (CEU), inaugurado em 2017 e que abriga uma biblioteca e um espaço que pode ser utilizado para pequenas apresentações de artes cênicas e cinema, por exemplo. Além disso, comporta também a infraestrutura do Centro de Referência em Assistência Social (Cras), quadra poliesportiva, pista de skate e tele centro comunitário. O CEU está instalado no bairro Santa Efigênia e foi estruturado para atendimento quase exclusivo dessa comunidade.

Atualmente, a cidade é palco de projetos viabilizados por meio do esforço e persistência de alguns produtores culturais. Entre eles está o Valadares Jazz Festival, que acontece de forma ininterrupta desde 1999; o Instituto Pisa, fundado em 2010 e que atua na área de literatura, em especial poesia; a Semana da Dança que nasceu em 2012; e o Festival da Diversidade, que ocorre desde 2015. Importante destacar que todos os projetos acima têm um ou dois articuladores, pessoas sensíveis à causa artística em geral. A não ser por apoio pontual do poder público ou da iniciativa privada, majoritariamente, esses projetos são desenvolvidos e custeados por recursos próprios ou oriundos de leis de incentivo, o que tornam as ações reféns da estabilidade política.

Em relação ao trabalho associativo, Governador Valadares tem ainda a Academia Valadarense de Letras, sede para a Associação dos Artistas Plásticos do Vale do Rio Doce. Em 2001, foi aprovada a Lei nº 4925/2001 (GOVERNADOR VALADARES, 2001), que dispunha sobre o incentivo fiscal para realização de projetos culturais no município. No entanto, como a lei baseava-se na renúncia fiscal, o governo municipal – gestão 2005/2008 - suspendeu o incentivo, alegando que o município não podia abrir mão do recurso destinado para a área. A lei não foi retomada nos anos seguintes, e a estruturação do Conselho Municipal de Política Cultural, que autoriza a criação do Fundo de Cultura, também não parece prioridade do município, já que o Conselho está em processo de formação há quase uma década e, após a posse dos conselheiros em 2017, aconteceram poucas Reuniões até o primeiro semestre de 2018, sendo que nenhuma teve deliberação específica.

A cidade já contou também com diferentes projetos financiados por programas nacionais e de instituições privadas. Entre eles está a Rede de Pontos de Cultura, como apresentado no Quadro 1:

Quadro 1 – Relação de Pontos de Cultura de Governador Valadares

Ponto	Área de Atuação	Proponente
Beabá Audiovisual	Audiovisual	Núcleo Cidade Futuro
Artesanato e Cultura	Artesanato	União Operária
Companhia Atrás do Palco	Artes cênicas	Cia Atrás do Palco
Raiz do Brasil	Capoeira	Associação de Capoeira Raiz do Brasil
Lira 30 de Janeiro	Música	Banda Lira de Janeiro
Memórias dos Povos do Campo	Folclore	Assentamento Oziel

Fonte: Brasil, 2012b. Quadro elaborado pela autora.

Os Pontos de Cultura são grupos, coletivos e entidades com finalidade cultural, com histórico de desenvolvimento de ações em suas comunidades e que, por isso, são reconhecidos e certificados pelo Minc. Esse reconhecimento aconteceu por intermédio do Programa Cultura Viva, instituído pela Portaria nº 156/2004 (BRASIL, 2004), que buscou promover a cultura potencializando os trabalhos já existentes na sociedade. Os bons resultados do programa fortaleceram a estruturação da Política Nacional Cultura Viva, instituída pela Lei nº 13.018/2014 (BRASIL, 2014c). Para a aprovação de projetos nos editais dos pontos destacavam-se ações que tivessem como público alvo população de baixa renda e estudantes da rede básica de ensino. Entre os Pontos de Cultura, o Beabá Audiovisual foi um convênio firmado diretamente com o Minc e funcionou entre os anos de 2008 e 2012.

Os outros pontos integravam a rede municipal de Pontos de Cultura, ou seja, os convênios com o Minc intermediados pelo poder público local. A rede municipal teve início, em 2011, e muitos proponentes tiveram dificuldade para gerenciar os recursos recebidos do governo federal. Entre os pontos, destaca-se o trabalho realizado pela União Operário que, buscando a sustentabilidade do Ponto para além dos recursos públicos, atuou no fortalecimento da relação entre os artesãos da cidade, criando, assim, uma loja artesanato na cidade.

Apesar da relevância dos diferentes projetos propostos na cidade, a falta de uma política municipal de incentivo em longo prazo e o pouco investimento do setor privado fazem com que poucos projetos tenham sustentabilidade. É por isso que,

sem um projeto claro que fomente a área cultural, o *campus* avançado acaba limitado a articular ações que apoiem o cumprimento da missão da UFJF no Vale do Rio Doce. Essa missão tem como princípio a “liberdade de expressão através do ensino, da pesquisa e da divulgação do pensamento, da cultura, da arte e do conhecimento” (BRASIL, 1998, p. 1). Vem sendo executada em Juiz de Fora por intermédio de diferentes projetos no campo artístico, tanto dentro da universidade, como nos equipamentos culturais adotados pela UFJF, apresentados na próxima sessão.

1.3 As ações de cultura na UFJF

A história da UFJF antecede a sua institucionalização como universidade federal no ano de 1960. Os diferentes cursos que hoje integram a universidade faziam parte de faculdades espalhadas por toda a cidade. Um exemplo disso é a Faculdade de Ciências Econômicas que nasceu em 1941, na Academia de Comércio. Sendo reconhecida pelo Decreto nº 30.908 de 1952, a faculdade passou a receber recursos federais, adquirindo uma sede própria na Av. Barão de Rio Branco, 3460, no centro da cidade, mudando para a *campus* universitário com a formação da UFJF (UFJF, 2017a).

Os moldes de origem da UFJF são uma das explicações para que a universidade se mantenha presente na memória do espaço urbano de Juiz de Fora. Além dos prédios que já foram sede para os seus cursos, a universidade se faz presente, fisicamente, em diferentes pontos da área central de Juiz de Fora, por meio de seus equipamentos culturais, denominados órgãos suplementares. De acordo com a Resolução nº 25/2017 (UFJF, 2017b), são órgãos suplementares vinculados à Pró-Reitoria de Cultura o Centro Cultural Pró-Música; o Cine-Theatro Central; o Museu de Arte Murilo Mendes (MAMM); o Memorial da República; o Fórum da Cultura; o Centro de Conservação da Memória, além da secretaria da Pró-Reitoria de Cultura, que faz a gestão de diferentes projetos e atividades, entre eles o Coral Universitário e o Som Aberto.

Apesar de alguns dos equipamentos culturais já existirem antes da universidade, sua agregação à estrutura da UFJF foi fundamental para a manutenção dos espaços. Um bom exemplo é a estruturação do Fórum da Cultura, instalado em um casarão que remonta à arquitetura da primeira metade do século

XX e que foi sede da Faculdade de Direito da cidade, além de ter sido a primeira reitoria da universidade, na Rua Santo Antônio, 1.112, Centro. Criado em 1971, o Fórum da Cultura é um espaço de mostras de artes plásticas, espetáculos teatrais, difusão de cultura popular e música para toda a comunidade juiz-forana. No Fórum, funciona o Centro de Estudos Teatrais (CET), com atuações do Grupo Divulgação, do Museu de Cultura Popular, da Galeria de Arte e do Coral Universitário (UFJF, 2018a).

Outro espaço representativo no centro da cidade é o MAMM. Inaugurado em 20 de dezembro de 2005, o museu tem a missão de preservar os acervos bibliográficos, documentais e de artes visuais, além da memória do escritor juiz-forano Murilo Mendes (UFJF, 2018b). Funcionando ao lado do MAMM está o Memorial da República Presidente Itamar Franco, criado em 2002 e que passou a integrar a UFJF em 2010. Além do trabalho de conservação e preservação do acervo histórico doado pelo político Itamar Franco, o memorial é tido pela universidade como um espaço onde pode atuar no “exercício de estudos e investigações sobre as políticas públicas de caráter histórico e contemporâneo do sistema político brasileiro, em especial do recorte da vida política, econômica e cultural da cidade” (UFJF, 2018c).

Outro equipamento cultural de grande visibilidade da UFJF é o Cine-Theatro Central. Inaugurado em 1929, o teatro é palco para diferentes espetáculos. Na década de 1980, com o esvaziamento dos espaços culturais, o município tombou o prédio como patrimônio cultural da cidade, mas sem recursos para manter o espaço, foi feita uma articulação entre a administração municipal, a Companhia Franco-Brasileira, então proprietária do Cine-Theatro, e lideranças locais para que o governo federal se responsabilizasse pelo espaço. Em 1994, a UFJF adquiriu o prédio, tendo em vista os recursos do MEC, realizando, nos anos seguintes, uma grande reforma através do Programa de Incentivo à Cultura, a Lei do Mecenato. Toda a reforma foi autorizada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e, de acordo com matéria do site do órgão, entre 2009 e 2012, tinham sido investidos recursos da ordem de R\$ 1 milhão em intervenções (IPHAN, 2012). Após a reinauguração, o Cineteatro passou a ser utilizado pela universidade para diferentes situações. Atualmente, o equipamento cultural conta com um edital de ocupação denominado “Projeto Luz da Terra”, que facilita a sua utilização pelos artistas interessados (UFJF, 2018d). Quando há a ocupação do teatro, a UFJF

realiza sorteios de ingressos para seus servidores, utilizando-se do Sistema Integrado de Gestão Acadêmica (Siga).

Um dos mais recentes órgãos suplementares incorporado à UFJF é o Centro Cultural Pró-Música. O espaço foi criado em 1971, pela família Sousa e Santos, e tinha como objetivo promover concertos de música erudita na cidade. Com mais de 40 anos de história, o espaço teve seu acervo material (como partituras, livros, obras de arte, etc.) e imaterial (como os modos de produção dos espetáculos, os ritos e práticas dos projetos desenvolvidos, etc.) doado à universidade em 2011, após três anos de análise, por parte da universidade, da viabilidade da doação.

O Centro busca a formação de músicos, pesquisa e preservação da música colonial brasileira. Visando promover a interpretação da música antiga, o Centro mantém grupos como Coral e orquestras. Em 2000, o Centro recebeu o Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade do Iphan e a Ordem do Mérito Cultural, da Presidência da República. Entre os principais projetos desenvolvidos pelo Pró-Música está o tradicional Festival de Música Colonial Brasileira e Música Antiga. Situado na Av. Barão do Rio Branco, 2329, no centro da cidade, o espaço contempla o Teatro Pró-Música e a Galeria Renato de Almeida, que recebem espetáculos teatrais, shows musicais e de dança, palestras e congressos, entre outros (UFJF, 2018e).

Além dos espaços físicos, destaca-se, entre os projetos de culturais da UFJF, o Coral Universitário, gerido pela Secretaria da Pró-Reitoria de Cultura. Originário de um pequeno coro que se apresentava em igrejas de Juiz de Fora, o Coral da UFJF foi reconhecido em 1967, após uma histórica audição para o reitor Professor Moacir Teixeira de Andrade Reis (UFJF, 2009). No entanto, o projeto só foi institucionalizado pelo Consu da universidade em 2006, nas comemorações de seus 40 anos (CORAL DA UFJF, 2018). Em seus 50 anos de fundação, o Coral sempre teve como maestro um professor com vínculo efetivo junto à UFJF. O grupo utiliza o espaço do Fórum da Cultura para os ensaios semanais e realiza, anualmente, uma audição para ingresso de novos coralistas. O Coral já recebeu premiações nacionais e internacionais. Entre eles está o 1º lugar no Concurso de Corais do I Festival de Arte da UFJF e o 2º lugar no Concurso Nacional de Corais na TV, da Rede Globo. Em 2002, o grupo gravou seu primeiro CD, que rememora canções de músicos populares juiz-foranos e recebeu o nome de “À moda da casa” (UFJF, 2009).

Atualmente, todos os equipamentos culturais e seus projetos culturais estão ligados à Procult, uma das mais jovens Pró-Reitorias da universidade e uma das poucas Pró-Reitorias de cultura do país, sendo a única no estado de Minas Gerais, como observado no Quadro 2:

Quadro 2 – Setores responsáveis pela Cultura nas universidades mineiras

Universidade	Pró-Reitoria	Setor
Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG)	Pró-Reitoria de Extensão	Coordenadoria de Cultura, Arte e Esporte
Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes)	Pró-Reitoria de Extensão	Coordenadoria de Extensão Cultural
Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL)	Pró-Reitoria de Extensão	Gerência de Arte de Cultura
Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI)	Pró-Reitoria de Extensão	Diretoria de Cultura
UFJF	Pró-Reitoria de Cultura	-
Universidade Federal de Lavras (Ufla)	Pró-Reitoria de Extensão e Cultura	Coordenadoria de Cultura
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	Reitoria	Diretoria de Ação Cultural (DAC)
Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)	Pró-Reitoria de Extensão	Assessoria de Cultura e Arte
Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ)	Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários	Setor de Projetos Artísticos e Culturais (SEPAC)
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)	Pró-Reitoria de Extensão e Cultura	Diretoria de Cultura (Dicult).
Universidade Federal de Viçosa (UFV)	Pró-Reitoria de Extensão e Cultura	Divisão de Assuntos Culturais
Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM)	Pró-Reitoria de Extensão	Centro Cultural e Complexo Cultural e Científico de Peirópolis
Universidade Federal dos Vales de Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)	Pró-Reitoria de Extensão e Cultura	Diretoria de Cultura

Fonte: Quadro elaborado pela autora.

Fundada em 2006, a Procult teve como missão demonstrar que UFJF preza pelo princípio de que a cultura é um direito, “o que impõe à política cultural uma meta de universalização do acesso aos meios de criação, difusão e fruição de bens culturais e pressupõe tratar cada cidadão como um agente cultural” (UFJF, 2018f, s/p).

O trabalho da Procult busca a democratização dos espaços culturais, a valorização dos artistas e dos produtores culturais, além do trabalho de formação de público. Seu trabalho está pautado em quatro eixos principais:

- *o fomento da produção e das manifestações culturais de forma compartilhada com outros setores criativos da sociedade;
- *a integração, o intercâmbio de bens e as atividades culturais que estimulem a formação e a ampliação do mercado de trabalho na área cultural;
- *a preservação da memória cultural regional que representa identidade e contribuição para a formação de cidadania;
- *a gestão da produção cultural na universidade. (UFJF, 2018f, s/p)

Além da gestão dos órgãos suplementares, integra a lista de projetos de cunho artístico da Procult o “Som Aberto”, surgiu na década de 1970 como um movimento artístico e cultural dos estudantes da UFJF e retornou em 2016. A Procult também realiza exposições diversas no Espaço Reitoria e organiza o Festival Internacional de Música Colonial Brasileira e Música Antiga, que ocorre desde 1997 e foi tombado em 2009 como bem cultural de natureza imaterial pelo município de Juiz de Fora. A Procult passou ainda a gerir, em 2017, o Centro de Conservação da Memória (UFJF, 2014b), criado em 2014, com o objetivo de “promover, a partir de ações de caráter multidisciplinar, a preservação da memória social (traduzida em bens possuidores de valor histórico-cultural)” (UFJF, 2014b, p. 1). O Centro busca, com oficinas, canteiros-escola e cursos de extensão contribuir para a formação e capacitação de profissionais que possam atuar no cenário de promoção dos estudos e pesquisas sobre conservação da memória (UFJF, 2014b).

Todo o trabalho da Procult busca atender ao PDI da UFJF, que define como objetivos e metas da Pró-Reitoria, entre outras coisas, o estabelecimento de “projetos integrados de ensino, pesquisa, extensão e cultura para reforçar a excelência acadêmica e a formação interdisciplinar e humanística” (UFJF, 2014a, p. 19) e

incrementar as atividades que aproximem a universidade da comunidade, democratizando seus espaços por meio do desenvolvimento de projetos culturais que permitam o envolvimento e a integração entre a UFJF e a comunidade interna e externa, produtora e usuária da cultura (UFJF, 2014a, p. 33).

De acordo com a Secretaria da Procult, atualmente esta Pró-Reitoria conta com 38 trabalhadores, que se dividem entre as tarefas do setor administrativo e os órgãos suplementares (MAMM, Centro Cultural Pró-Música e Cine-Theatro Central). Desse total, apenas 11 são técnicos administrativos educacionais (TAE), ou seja, servidores efetivos da UFJF. Os outros 27 trabalhadores cuidam mais

especificamente do trabalho técnico, como curadoria, restauro, oficinas de arte e educação, entre outros. Esses trabalhadores são terceirizados, apesar do quadro estabelecido pelo Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Ifes vinculadas ao MEC (BRASIL, 2005b), apresentar algumas dessas funções, como restaurador, cenógrafo, entre outros.

Em 2018, o número de profissionais ligados à Procult, diretamente relacionados à área cultural, é menor que o número de bolsistas da pró-reitoria. Ao todo 34 estudantes foram selecionados para atuar nos projetos institucionais da UFJF. Dentro desse número, quatro atuam no Cine-Theatro Central; 22 no MAMM e Memorial da República; um no Centro Cultural Pró-Música e sete estão envolvidos nos projetos da Procult. Todos os bolsistas foram selecionados através de Projetos de Treinamento Profissional e são oriundos de diferentes áreas de formação.

Mantendo em seu quadro de servidores efetivos um número pequeno de profissionais da área cultural e não garantindo a toda equipe, no mínimo, os mesmos direitos trabalhistas, a UFJF demonstra limitação no que tange ao aspecto da dimensão econômica da cultura, tida pelo PNC (BRASIL, 2013a) como um aspecto da cultura ser vetor econômico e em que se

considera o potencial da cultura para gerar dividendos, produzir lucro, emprego e renda, assim como estimular a formação de cadeias produtivas que se relacionam às expressões culturais e à economia criativa. É por meio dessa dimensão que também se pode pensar o lugar da cultura no novo cenário de desenvolvimento econômico socialmente justo e sustentável (BRASIL, 2013a, p. 20).

Outro ponto importante em relação à Procult é que, mesmo 11 anos após sua criação, esta Pró-Reitoria ainda não tem um conselho, fórum ou órgão qualquer com competência deliberativa em relação ao seu trabalho. Sendo assim, as ações da Procult dependem das deliberações ora da Reitoria, ora do Fórum de Extensão e Cultura. A Procult também não tem um orçamento anual próprio e, para realizar a manutenção dos órgãos suplementares e dos projetos de artísticos, depende da produção de demandas e encaminhamentos junto à Reitoria.

Com o crescente corte no orçamento das universidades federais, justificada principalmente pela crise econômica do país, a Procult tem tido cada vez mais dificuldade na manutenção dos projetos. De acordo com nota emitida pela Andifes, em agosto de 2017, o orçamento anual das universidades foi construído com

grandes cortes em comparação com 2016 (ANDIFES, 2017). Mesmo assim, até o fechamento do primeiro semestre do ano, apenas 75% do orçamento de custeio e 45% do orçamento de capital haviam sido liberados pelo MEC. Em nota emitida para o site G1 Zona da Mata, em 03 de agosto de 2017, a UFJF garantiu manutenção das atividades acadêmicas até o final de 2017 e ressaltou que a universidade está utilizando de receita própria para pagamento de serviços de manutenção, apesar de tal obrigação ser do Governo Federal (G1 ZONA DA MATA, 2017).

Portanto, o cenário apresentado para as universidades ressalta a dificuldade das instituições em efetuarem um planejamento de médio e longo prazo, principalmente de áreas como a Cultura. Essa situação é mais alarmante nos *campi* onde não há infraestrutura que atenda aos projetos culturais dentro da universidade ou mesmo na cidade, como é o caso do *campus* avançado de Governador Valadares, analisado na sessão seguinte.

1.3.1 As ações de cultura no *campus* avançado da UFJF em Governador Valadares

Embora a UFJF tenha instituído, em seu PDI (UFJF, 2014a), a importância do fomento à cultura no *campus* avançado, em Governador Valadares não foi estruturado ainda um planejamento que atenda a essa demanda. Desde a minha posse como produtora cultural do *campus* avançado em setembro de 2015, lotada no setor CCE, comecei a consolidar informações que demonstravam o empenho, mas também as dificuldades do *campus* na efetivação de ações artístico-culturais. Além do trabalho no setor de CCE, passei a fazer parte, como suplente, do Comitê Gestor de Extensão⁴ e assumi a cadeira da universidade nos conselhos Municipal de Patrimônio Cultural e de Política Cultural. Institucionalmente, as ações culturais do

⁴ A proposta de gestão das atividades de extensão da UFJF-GV teve início com a estruturação de uma Comissão Interdepartamental de Ações de Extensão, que tinha como representantes os departamentos dos cursos, além de estudantes e TAE. Após um longo período de diálogo com o campus sede, a Comissão foi formalizada como Comitê Gestor do Fórum Popular de Extensão da UFJF-GV, tendo seus representantes designados pela Portaria nº 2 de 2017 (UFJF, 2017c). Inicialmente o Comitê se ateu à produção de ações que divulgassem os projetos de extensão. A partir de 2018, o grupo propôs uma agenda de trabalho, que inclui a estruturação de um planejamento que influencie o trabalho extensionistas do campus avançado. A UFJF reativou em junho de 2017 o Conselho de Extensão e Cultura (Conexc), que busca democratizar as decisões relacionadas à extensão na universidade (UFJF, 2017d). A UFJF-GV tem duas cadeiras específicas no Conexc (coordenador de programa e representante de comunidade), podendo também concorrer as demais cadeiras das áreas.

campus avançado são desenvolvidas pelo CCE, ligado à Diretoria Geral do *campus* e também à Diretoria de Imagem Institucional no *campus* sede.

Vasconcelos (2018) recorda que, desde a estruturação do *campus* avançado, em 2012, o trabalho de comunicação junto à comunidade acadêmica, que envolvia matérias jornalísticas, materiais de divulgação, cerimonial e apoio em eventos, era feito pela Diretoria de Comunicação (DirCom)⁵, do *campus* sede. Em 2013, a universidade contratou um jornalista para atuar no *campus* avançado. Somente em 2014 é que

tomaram posse uma jornalista e uma produtora cultural selecionadas por meio de concurso público, o que permitiu o início de uma organização do setor de comunicação, que passou a englobar também a cultura. O que no *campus* sede constitui uma diretoria e uma Pró-Reitoria distintas – a Diretoria de Imagem Institucional e a Pró-Reitoria de Cultura (Procult), no *campus* avançado são unificadas em um único setor: Comunicação, Cultura e Eventos (CCE) (VASCONCELOS, 2018, p. 53)

A atual equipe do CCE é formada por três jornalistas, três produtores culturais e um assistente administrativo, todos aprovados no Concurso nº 12/2014 realizado pela UFJF (UFJF, 2014c). Os seis profissionais se dividem em três frentes de trabalho, sendo: 1 – cobertura de eventos, registro fotográfico, manutenção do site, Facebook e Instagram do *campus* avançado, bem como assessoria de imprensa; 2 - produção do cerimonial dos eventos do *campus*, entre eles feiras, recepção de calouros e colação de grau; e 3 – produção de projetos culturais, ao qual estou diretamente ligada. O setor de eventos têm ainda dois bolsistas de Projetos de Treinamento Profissional. Em 2017, o setor passou a coordenar também a Central de Atendimentos, na qual atuam três assistentes administrativos (VASCONCELOS, 2018). Todas as ações desenvolvidas pelo setor condizem com as atribuições definidas no Anexo I do edital do Concurso 12/2014 (UFJF, 2014d).

Com uma equipe reduzida e buscando efetivar ações em uma instituição que funciona em diferentes espaços físicos dentro da cidade, o setor atua de forma que

⁵ Até 2017 a área de Comunicação da UFJF era gerida pela DirCom. A Resolução 25/2017 (UFJF, 2017b) do Consu alterou a estrutura organizacional da reitoria da UFJF, definindo que a Diretoria de Imagem Institucional seja responsável pela comunicação da universidade e da Central de Atendimento do *campus* sede. Vasconcelos (2018) lembra que a resolução não correlaciona o CCE a essa diretoria, apesar das ações em Governador Valadares serem executadas de acordo com Juiz de Fora.

os seis servidores lotados no CCE contribuam, mesmo que, indiretamente, em todos os trabalhos que são realizados. Além da limitação de número de trabalhadores, a área sofre com a falta de recursos para a execução das ações que, para serem desenvolvidas, dependem de liberação de verbas ora da Diretoria Geral do *campus* avançado, que também já tem um recurso limitado, ora da Diretoria de Imagem Institucional, que não tinha previsto, até o orçamento de 2017, recursos para aquisição ou prestação de serviços em Governador Valadares. Sem uma infraestrutura definida, as ações desenvolvidas pelo CCE, no campo cultural, não surgiram a partir de um planejamento do setor, levando em consideração um planejamento em médio e longo prazo ou em consonância com a missão do *campus* avançado, mas, sim, a partir das propostas de duas dos três produtores culturais. Tais propostas foram feitas mediante observação ou da demanda espontânea da comunidade acadêmica.

Os projetos e as ações de cunho cultural, realizados pelo CCE entre 2015 e 2017, estão descritos no Quadro 3, apresentado a seguir:

Quadro 3 – Projetos culturais desenvolvidos pelo CCE no campus avançado

Nome do projeto	Início	Periodicidade	Espaço utilizado	Público
Almoço com Cantoria	2015	Mensal	RU	Usuários do RU
História em Movimento	2015	Permanente	Virtual	Comunidade acadêmica e externa
Vamos Ler!	2016	Bimestral	Ônibus da UFJF-GV	Usuários dos ônibus e do RU
Cine Acadêmico	2016	Mensal	Salas de aula	Grupo de alunos
Coral Universitário	2016	Permanente	Auditório de parceiro	Comunidade acadêmica e externa

Fonte: Quadro elaborado pela autora.

Todos os projetos estruturados pelo CCE remetem ao compromisso da UFJF de promover a qualidade de vida de sua comunidade acadêmica. Ciente de que “quem vive bem, com qualidade, multiplica bem-estar, trabalho e realizações” (UFJF, 2014a, p. 26), o setor busca promover projetos que possibilitem espaços de troca e interação entre os discentes e servidores, melhorando as relações sociais entre os dois grupos. As ações tentam minimizar a dificuldade dos estudantes em participarem de atividades culturais fora do ambiente acadêmico, uma vez que a maioria dos cursos acontece no modelo de tempo integral.

Um exemplo dessa proposta de articulação foi o Almoço com Cantoria. Criado em 2014, o projeto que permite que a comunidade acadêmica tenha um espaço para expressar suas habilidades musicais nos RU do ICSA e do ICV. A ação acontece uma vez por mês e demanda uma pequena infraestrutura de som. Como a universidade não tem os equipamentos e o profissional que o operacionalize, a produtora cultural responsável pelo projeto realizou uma parceria com a Prefeitura Municipal nos anos de 2016, 2017 e 2018, que envia, por meio da Secretaria de Cultura da cidade, os equipamentos de som e o operador, que fica à disposição da universidade durante o evento. O projeto tem limitação também em relação aos instrumentos musicais. No início do projeto, os estudantes levavam os instrumentos para o local da cantoria. Em 2017, foi adquirido um teclado, inicialmente pensando para o Coral Universitário, e, no primeiro semestre de 2018, após dois anos de solicitação, foi adquirido um violão para o projeto.

Figura 2 – Foto de um Almoço com Cantoria em 2017



Fonte: Acervo do setor Comunicação da UFJF-GV, 2018

Outro importante projeto do setor é o Coral Universitário, que iniciou suas atividades em 2016. O projeto visa criar um espaço onde a comunidade acadêmica tenha acesso a uma prática cultural sem custos, tendo em vista que o *campus* avançado atende estudantes de mais de 150 municípios brasileiros, que, em muitos casos, têm poucos recursos para se manter na cidade. Além do trabalho de integração e desenvolvimento artístico-cultural, a proposta do Coral é buscar, em médio prazo, viabilizar diferentes estudos acadêmicos, levando em consideração as transformações sociais e físicas dos participantes do projeto e também da realidade

local. Pensando nisso, o projeto foi aberto também para a comunidade valadarense, buscando maior integração dos membros da universidade com os valadarenses e também dar maior visibilidade aos trabalhos realizados no *campus* avançado.

No primeiro ano do projeto foram realizadas 69 audições, tendo todos os inscritos a oportunidade de ingressarem no Coral. Em 2017, 28 pessoas participaram das audições, sendo novamente todas aprovadas. Já em 2018 o grupo recebeu 42 novas inscrições. Junto aos coralistas que renovaram as inscrições e os novos participantes, o projeto iniciou o ano com 52 inscritos. Apesar da boa aceitação dentro da comunidade acadêmica, o Coral ainda não é reconhecido como um projeto institucional. A definição de que o projeto é inerente ao *campus* avançado depende de maior sensibilização por parte dos gestores, algo que leva tempo. É importante recordar que esse cenário é comum nas universidades. Um exemplo é que a oficialização do Coral da UFJF, pelo Consu, só aconteceu em dezembro de 2006, quando o grupo comemorava 40 anos de existência (CORAL DA UFJF, 2018). Nesse sentido, são inúmeros os limites impostos pela não institucionalização do grupo. A aquisição do piano para a atividade, por exemplo, só foi autorizada depois de meses de solicitação, a partir da construção de um relatório emitido pela CCE que justificasse a importância do projeto (UFJF, 2016a), apesar dessa importância já ser inerente ao PDI. Devido à demora na liberação da compra, durante todo o ano de 2016, o Coral utilizou o teclado cedido pela maestrina.

Figura 3– Foto de uma das apresentações do Coral Universitário em 2017



Fonte: Setor Comunicação da UFJF-GV, 2018:

O trabalho de regente é outra importante questão a ser refletida dentro do Coral. Até o momento, ele é regido, de forma voluntária por uma maestrina, estudante do curso de Administração da UFJF-GV. A expectativa é que, em 2018 ela se forme, e o projeto perca o regente. Devido os limites de horário da maestrina, os ensaios do projeto só podem acontecer uma vez por semana. Os encontros do grupo ocorrem atualmente no GV Shopping, parceiro do projeto que cede o auditório para ensaios. Apesar de central, o espaço nem sempre atende aos estudantes que ficam em outras áreas da cidade, como no bairro Vila Bretas, onde funciona o ICV. Além das dificuldades impostas pela logística, é possível perceber que há pouco incentivo direto à participação da comunidade acadêmica ao projeto, sendo que durante os meses de ensaio e inclusive nas apresentações finais, houve pouca participação do grupo gestor do *campus* avançado.

Como resposta às inúmeras dificuldades vividas pela UFJF-GV e também pelo pouco incentivo da gestão local, houve grande evasão dos participantes. De acordo com os Relatórios dos Trabalhos de Produção Cultural 2016 do CCE, o número de desistência no primeiro ano chegou a 57%, sendo esse número mais significativo entre a comunidade acadêmica – estudantes e servidores. Entre as justificativas para a evasão foram citados os problemas de logística entre os locais das atividades da universidade até o espaço de ensaios; a difícil conciliação entre os horários e as atividades acadêmicas e os ensaios, na medida em que não há nenhum incentivo, como readequação de agenda de trabalho para os servidores e de estudo para os alunos que vise à participação no Coral; e inflexibilidade dos ensaios, já que o grupo depende da agenda disponível da regente que é voluntária, e do espaço cedido pelo parceiro. Também não foi possível conseguir apoio institucional local para a apresentação final do Coral em 2016, devido aos prazos de inscrição de solicitação de recursos, apesar da autorização da ProCult. Assim, os próprios membros do Coral se organizaram para custear as despesas do projeto.

Além do Almoço com Cantoria e o Coral Universitário, outros projetos acontecem com menor periodicidade. Um desses projetos é o Cine Acadêmico, que inicialmente era realizado mensalmente nos dois institutos da UFJF-GV. No final do segundo semestre de 2016, o CCE realizou parceria com o Departamento de Medicina, definindo um calendário anual do projeto dentro da disciplina de Antropologia. Desde então, mensalmente o projeto acontece junto aos estudantes do curso de Medicina. Foi realizada uma edição especial no cinema da cidade, em

que mais de 100 estudantes participaram da sessão, envolvendo dois professores da UFJF-GV, estudantes e professores dos cursos de Pedagogia e de Enfermagem da Univale e do curso de Administração da FAGV. Entre os professores convidados estavam presentes a doutora em História, professora Maria Vilarino (UFJF, 2017e).

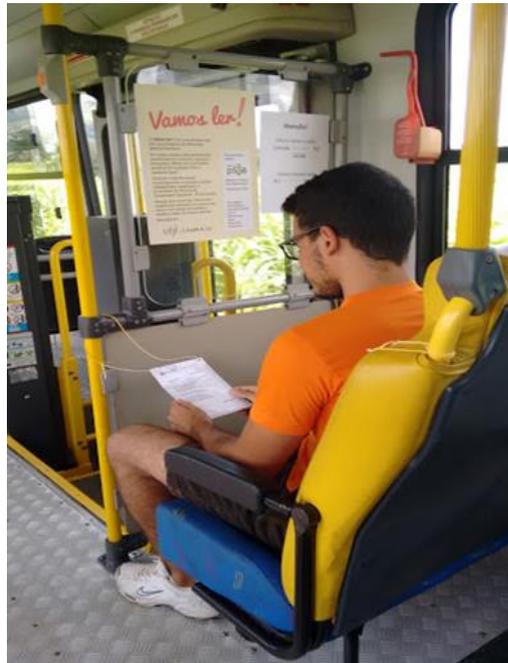
Figura 4 – Foto do Cine Acadêmico com o Departamento de Medicina / Roda de Conversa com Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência em 2017



Fonte: Setor Comunicação da UFJF-GV, 2018:

No campo da literatura é realizado o projeto Vamos Ler!, uma articulação entre o CCE e a Biblioteca do *campus* avançado. O projeto acontece por meio da disponibilização de pequenos poemas e textos nos ônibus da universidade e também nos RU, permitindo que os estudantes façam rápidas leituras e reflexão sobre diferentes temas durante a logística entre um espaço e outro da universidade.

Figura 5 – Foto de lançamento do Projeto Vamos Ler! em 2016



Fonte: Setor Comunicação da UFJF-GV, 2018:

Em 2016, no seu primeiro ano, o projeto realizou sete edições, sendo inclusive apresentado, pela bibliotecária Aline Costa, no XIX Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias 2016 (SNBU), que aconteceu em Manaus/AM em outubro de 2016 (UFJF, 2016b). Já em 2017, devido às mudanças ocorridas no *campus* avançado, o projeto só foi viabilizado duas vezes (UFJF, 2017f).

Em relação à memória, o projeto História em Movimento contempla a contínua produção de um acervo de fotos e vídeos que possam guardar a história de estruturação do *campus* avançado. O projeto é o único que tem um site próprio, sem vinculação direta com o portal da UFJF-GV. O projeto História e Movimento e o Coral Universitário também são os únicos projetos que têm apoio de um estudante em sua execução, ambos selecionados através do edital de Treinamento Profissional⁶, oferecido pela Pró-Reitoria de Graduação (Prograd).

⁶ O Programa de Treinamento Profissional busca o aperfeiçoamento profissional dos alunos da UFJF, em áreas de interesse e compatíveis com a habilitação cursada pelo estudante. O aluno participa de projetos acadêmicos de ensino dentro da universidade e com a orientação de um professor ou profissional da área (UFJF, 2018g).

Figura 6 – Foto de Exposição do Projeto História em Movimento em 2017



Fonte: Setor Comunicação da UFJF-GV, 2018:

Também são articulações externas do setor a participação da universidade no projeto Semana da Dança, que acontece no mês de abril, oferecendo oficinas, palestras e rodas de conversa composição nos conselhos municipais de Patrimônio Cultural de Governador Valadares e de Política Cultural. A interação da universidade com o trabalho desenvolvido na cidade é muito complexa, tendo em vista a limitação de Governador Valadares no cenário cultural. Tais limitações podem ser reflexo da formação da cidade que, apesar de diversificada, nunca se ateve à proteção e ao fomento de seus aspectos culturais. Por isso, o déficit de políticas culturais do poder público, além da escassez de equipamentos próprios para a realização de atividades limitam substancialmente o trabalho da universidade, que não tem estrutura própria e não pode contar com espaços da cidade.

Outra questão que inibe o trabalho do CCE é a ausência de um planejamento coerente com a Diretoria de Imagem Institucional e/ou a Pró-Reitoria de Cultura, em Juiz de Fora. São realizados alguns alinhamentos pela equipe do CCE e a Diretoria de Imagem Institucional, como para a elaboração das propostas de ações do setor, avaliadas posteriormente pelo Programa de Avaliação de Desempenho (Proades). No entanto, não existe ainda a estruturação formal desse planejamento. Além disso, o Regimento Interno do Campus Avançado, aprovado pela Resolução nº 35/2015, em 17 de novembro de 2015, pelo Consu da UFJF (UFJF, 2015a), não apresenta claramente à qual área o setor de CCE está relacionado dentro da UFJF-GV. No capítulo VI que trata “Das Coordenações e Gerências e dos Setores Administrativos

e de Apoio”, não há menção sobre o setor que atua com a comunicação e a cultura no *campus*, deixando a critério do Conselho Gestor⁷ “indicar a criação de Gerências específicas que apoiarão as Coordenações e os Setores Administrativos e de Apoio necessários à organização do Campus Avançado” (UFJF, 2015a, p. 9). Já o organograma do *campus* avançado, indica que a CCE está ligada à Coordenação Administrativa da UFJF-GV, que, por sua vez, está ligada à Diretoria Geral (VASCONCELOS, 2018).

Até o momento, o maior projeto realizado entre CCE e ProCult foi a apresentação do Coral do Instituto Pró-Música de Juiz de Fora em Governador Valadares, durante o 27º Festival Internacional de Música Colonial Brasileira e Música Antiga, no ano de 2016. Similar ao que acontece para a efetivação das ações locais, houve grande dificuldade do CCE em encontrar um espaço para a apresentação do Coral. Além disso, a ausência de recursos para a logística dos artistas dificultou a execução do projeto. No fim das negociações de quem arcaria com as despesas, a ProCult realizou o pagamento da viagem.

As ações pontuadas acima refletem parte das limitações enfrentadas por uma das áreas do CCE do *campus* avançado, recordando que o setor ainda tem outras duas frentes de trabalho, que são o jornalismo e a produção de eventos. A descrição dos problemas remete ao primeiro objetivo desta pesquisa, que é o de identificar os fatores que dificultam o desenvolvimento das atividades culturais na UFJF-GV. Analisando essas evidências, podemos dizer que um desses fatores é a não vinculação das ações culturais do *campus* avançado à ProCult, já que essas ações são executadas pelo CCE, diretamente ligado à Diretoria Geral da UFJF-GV. Essa questão faz com que o setor não consiga criar, junto à ProCult, um planejamento de médio e longo prazo, principalmente, devido à falta de autonomia financeira para conduzir os projetos articulados pelos servidores.

Outro fator que inibe a produção cultural no *campus* avançado é a ausência do entendimento da importância das ações culturais na estruturação das políticas públicas de expansão da educação superior no país, em especial das universidades, já que, em todos os períodos, houve pouca atenção ao fomento da área cultural dentro das instituições de ensino, ficando, essa missão, na maioria das vezes, a

⁷ De acordo como Regimento Interno da UFJF-GV (UFJF, 2015a) o Conselho Gestor é um órgão consultivo e deliberativo, que tem entre suas atribuições aprovar os planos de ação administrativa que definam as prioridades das atividades do campus, assim como deliberar sobre proposta orçamentária do campus avançado.

cargo dos projetos de extensão. Nunes e Silva (2011) recordam que muitas vezes é a extensão a responsável por promover o diálogo entre universidade e os diferentes representantes sociais, realizando reflexões diante da deficiência dos sistemas sociais e educacionais. Para elas, “nesse raciocínio, a universidade, enquanto um ambiente rico de criatividade, saberes e potencialidades, pode em seu cotidiano acadêmico promover espetáculos culturais como teatro, músicas e outras manifestações” (NUNES; SILVA, 2011, p. 127).

Em relação à projetos de extensão com foco cultural, a UFJF-GV apresenta poucas ações, mesmo com um bom currículo no campo da extensão universitária, como apresentado pelo setor responsável pela área no *campus* avançado, que está ligado diretamente à Coordenação Acadêmica. De acordo com os relatórios do setor de Extensão, nos anos de 2014 e 2015, a UFJF-GV já apresentava 40 projetos de extensão. No entanto, nenhum se relacionava à área cultural. Já no edital 03/2016 de Extensão em Interface com Pesquisa, da Pró-Reitoria de Extensão (UFJF, 2015b), o número de projetos aprovados no *campus* avançado foi de oito, sendo apenas um relacionado à Área temática: Cultura. O projeto teve como título “Cultura e identidade de gênero: Agentes Comunitárias de Saúde e o enfrentamento da violência contra a mulher”. Ocorreu nessa época a aprovação de outro projeto que dialoga com a cultura, que teve o título “Meio ambiente, trabalhadores da saúde indígena e povos indígenas dos vales do Mucuri e Rio Doce: um diálogo possível?”.

Em 2017, a Pró-Reitoria de Extensão da UFJF liberou nove editais, sendo um deles específico para Governador Valadares, o edital “Projetos para o Programa Boa Vizinhança – Rio Doce”. Concorreram a esse edital alguns projetos ligados às comunidades ribeirinhas e indígenas, que discutiam principalmente o impacto causado pelo rompimento da barragem da empresa Samarco em 2015, que poluiu todo o Rio Doce. Apesar da relação com as comunidades tradicionais e do debate a respeito de questões de território, os projetos não estavam inseridos na área cultural. Também no edital 09/2017, com o título “Projetos de extensão em interface com a pesquisa” (UFJF, 2017g), foram aprovados e selecionados oito projetos de Governador Valadares, mas nenhum tinha relação com a área temática Cultura. No relatório de 2017, o setor de Extensão apresentou a relação de 45 projetos. Desses apenas um estava relacionado diretamente à área temática Cultura. Com o título “Ecos no cinema: análise histórica da relação entre economia, política econômica e sociedade utilizando como fonte filmes e documentários”, o projeto foi desenvolvido

por um professor do curso de Ciências Econômicas e aconteceu em horário noturno, utilizando o espaço do Centro Cultural Nelson Mandela.

Além dos limites no trabalho de extensão, as grades curriculares dos cursos da UFJF-GV também não se mostram atrativos no campo cultural. Os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PCC) do *campus* avançado foram estruturados, em 2015 e 2016, e apresentam pouco espaço destinado à formação cultural dos estudantes. Dos dez cursos, apenas Educação Física, Medicina e Odontologia têm disciplinas obrigatórias que dialogam com a questão cultural. A Educação Física tem as disciplinas “Expressão Rítmica e Corporal” e “Dança”, e Medicina e Odontologia oferecem a disciplina Antropologia. Outros cursos, como Administração e Ciências Contábeis, reservam algumas horas, dentro de sua carga horária de atividades extraclasse, para ações culturais. Registrado como “Atuação em atividades culturais, participação em recitais, espetáculos (teatro, coral, dança, ópera, circo, mostras de cinema), festivais, mostras ou outros formatos de eventos culturais (relacionados ao folclore, artesanato, artes plásticas, artes gráficas, fotografias e patrimônio)”, a carga horária destinada à essas atividades, por semestre, é de 15h. Ainda assim, não há paridade de contabilização, sendo que, para registrar uma hora de atividade no campo cultural, o estudante precisa comprovar cinco horas de atuação.

Assim como a extensão é um fator importante no fomento à cultura, é fundamental que as universidades tenham clareza de suas políticas de cultura e da importância de tal área na formação de profissionais mais críticos e transformadores da realidade, e também em sua formação estética, da sensibilidade e na formação ética. A justificativa da estruturação dos BI, por exemplo, é a importância da mudança na estrutura curricular de nossas universidades. Os Referenciais orientadores para os Bacharelados Interdisciplinares e similares (BRASIL, 2010c, p. 2) indicam que

Diante da complexidade e diversidade cultural do mundo contemporâneo, a arquitetura curricular das nossas formações de graduação reserva pouco espaço para a formação geral e, por isso, se revela impregnada por uma visão fragmentadora do conhecimento e alienada das questões emergentes da natureza, da sociedade, da história e da subjetividade.

Entre os princípios propostos para a mudança curricular nos BI, que seriam oportunos também para as demais graduações, pode-se destacar como incentivos à produção e promoção cultural

- 1 - formação acadêmica geral alicerçada em teorias, metodologias e práticas que fundamentam os processos de produção científica, tecnológica, artística, social e cultural;
- 7 - vivência nas áreas artística, humanística, científica e tecnológica;
- 10 - Estímulo à iniciativa individual, à capacidade de pensamento crítico, à autonomia intelectual, ao espírito inventivo, inovador e empreendedor (BRASIL, 2010c, p. 4).

Porém, como visto anteriormente, nem a promoção da proposta dos BI conseguiu contribuir para que a formação ou continuidade de formação cultural seja valorizada no espaço da educação superior. Borges Filho (2010) recorda que, já em 2003, gestores de algumas instituições demonstraram preocupação com o desmantelamento dos trabalhos no campo da cultura dentro das universidades. Ele ressalta que o documento “Universidade pensa o Brasil”, entregue ao Ministro da Cultura pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e a Andifes, lembrava que nos últimos 15 anos

o contexto de produção cultural das Ifes vem sendo afetado por inúmeros fatores que comprometem o papel propositivo, inovador e realizador das universidades públicas na área de arte e cultura, pois todos os setores que detêm essa produção vêm funcionando em situação precária, quando não são desativados por força da falta de apoio oficial, com prejuízo considerável à arte e à cultura nacionais (BORGES FILHO, 2010, p. 54).

O cenário apresentado pelo documento revela a limitação da política educacional brasileira que não cria estratégias que realmente fomentem o estudo e a produção de projetos de cultura nos ambientes educacionais, situação condizente até mesmo com os anos iniciais de formação dos estudantes. Mas tal problema tem origem em um campo bem maior: a ausência de uma política pública cultural de Estado que seja coerente com a demanda nacional e com a política de educação.

Diante de tantos desafios, o próximo capítulo busca compreender como se dá o diálogo entre as políticas educacionais e culturais do Brasil, fazendo uma breve reflexão sobre a produção cultural nas instituições de educação. O texto também apresenta a análise do trabalho realizado a partir da proposta metodológica da

pesquisa, que se baseou em entrevistas realizadas com os gestores diretamente ligados à área cultural da UFJF e da UFJF-GV, e da aplicação de questionários socioculturais juntos aos estudantes do *campus* avançado. Os dados coletados deram subsídio à estruturação do PAE, apresentado no capítulo 3 e que visa minimizar os déficits apontados na produção cultural da UFJF-GV.

2 ANÁLISE DAS AÇÕES CULTURAIS NO ENSINO SUPERIOR

Compreender a dimensão dos trabalhos no campo cultural dentro da educação pública brasileira é um grande desafio, tendo em vista a dinamicidade das políticas públicas tanto na área da educação, quanto da cultura. Para entender melhor o real cenário das instituições educacionais, no primeiro capítulo desse trabalho foi feita uma breve apresentação do histórico do ensino superior no Brasil, em especial das universidades, destacando o processo de expansão ocorrido a partir de 2007 que deu origem à UFJF-GV. O primeiro capítulo também apresentou o trabalho realizado pela UFJF no campo da arte e da cultura através de sua Pró-Reitoria de Cultura, ressaltando que a instituição é a única do estado de Minas Gerais a ter um setor específico para se pensar a política de cultura da universidade. Abordou ainda as dificuldades na efetivação de ações culturais na UFJF-GV, coordenadas pelo setor de CCE.

Para a estruturação do estudo de caso que visa analisar as principais barreiras no desenvolvimento de projetos e ações de cultura na UFJF-GV, foram utilizados procedimentos técnicos, de acordo com Gil (2002), pautados em pesquisa bibliográfica, documental e estudo de caso.

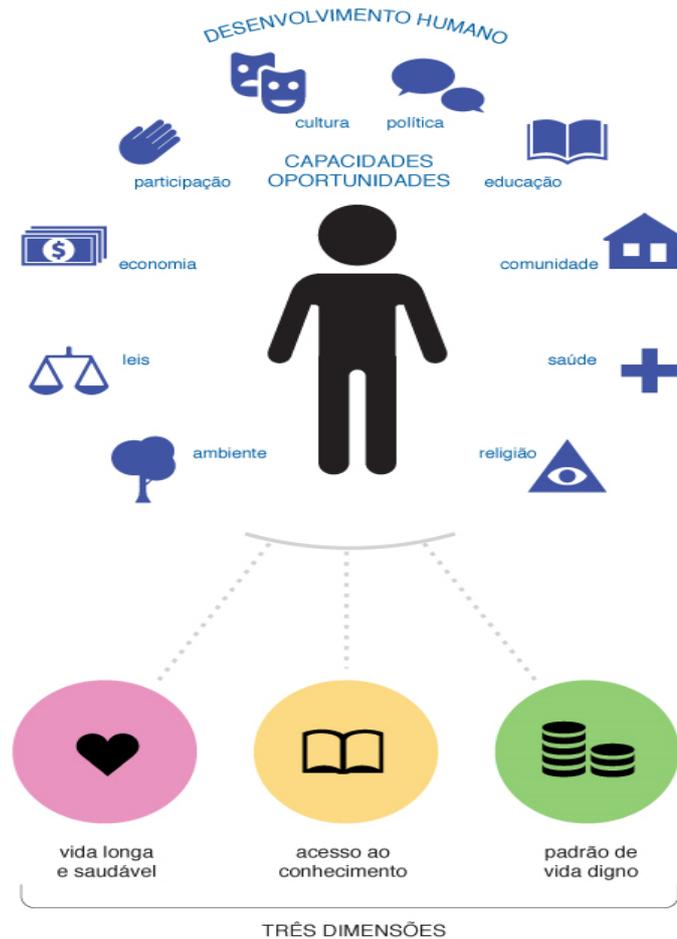
O início da pesquisa se deu através de análise de textos e documentos que relatam sobre o espaço ocupado pela cultura nos ambientes formais de educação, possibilitando assim a construção de um referencial teórico sobre o contexto do Estado brasileiro em relação ao fomento à presença da cultura já na formação básica dos estudantes. A presença desse trabalho na educação se faz necessário uma vez que o acesso à produção e fruição de projetos, atividades e ações no campo cultural é fundamental para o desenvolvimento humano. Tal conceito, que é medido pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), foi apresentado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) em 1990, no primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano, idealizado pelo economista paquistanês Mahbub ul Haq, e com a colaboração do economista Amartya Sen (ATLAS BRASIL, 2013). A proposta do IDH é identificar o real estágio das diferentes sociedades, levando em consideração que

O desenvolvimento humano deve ser centrado nas pessoas e na ampliação do seu bem-estar, entendido não como o acúmulo de riqueza e o aumento da renda, mas como a ampliação do escopo

das escolhas e da capacidade e da liberdade de escolher. Nesta abordagem, a renda e a riqueza não são fins em si mesmas, mas meios para que as pessoas possam viver a vida que desejam (ATLAS BRASIL, 2013, s/p).

O IDH é baseado na análise de três requisitos, dentre eles saúde; educação e renda. No entanto, essa análise leva em consideração que os bons resultados desses fatores dependem de um trabalho contundente em relação às políticas sociais, econômicas, políticas e ambientais, que garantem uma variedade de oportunidades para as pessoas, oferecendo também um ambiente propício para que cada cidadão possa exercer seus direitos e deveres com plenitude (ATLAS BRASIL, 2013). Diferentes capacidades e oportunidades, entre elas a produção e o acesso à cultura, culminam nos bons ou maus resultados do IDH, como mostra a Figura 7:

Figura 7 – Capacidades e oportunidades para o Desenvolvimento Humano



Fonte: Atlas Brasil, 2013.

Para o desdobramento da pesquisa, são utilizadas como fontes textos de autores que estudam a relação educação e cultura e a legislação educacional

brasileira, como a LDB. Outras fontes são os relatórios e textos produzidos a partir da implantação de programas como o Programa Mais Educação, de 2007, e o Programa Mais Cultura nas escolas, de 2014, todos propostos pelo governo federal. A pesquisa mapeou como se dá a gestão das ações culturais nas universidades brasileiras utilizando como referência autores que discutem tal temática, a análise do material produzido pelas instituições e inseridos em seus sites e relatórios de programas propostos pelo governo federal, com o Programa Mais Cultura nas Universidades, de 2013.

A pesquisa tem continuidade com a proposta de entrevistas realizadas com alguns atores envolvidos na gestão do trabalho de cultura da UFJF-GV, que podem contribuir, efetivamente, na elaboração de um planejamento de ações em prol do desenvolvimento de ações de cultura no *campus* avançado. São entrevistados os gestores Pró-Reitoria de Cultura da UFJF e da Diretoria Geral do *campus* avançado. Além disso, são estruturados questionários junto à comunidade acadêmica, visando conhecer o perfil cultural dos nossos estudantes e identificar o melhor de trabalho a ser desenvolvido pela gestão da UFJF-GV no campo artístico-cultural. Os respectivos roteiros de entrevista e questionários estão disponibilizados nos apêndices desta dissertação.

2.1 Referencial bibliográfico e análise de fontes

Neste segundo capítulo são tratadas questões pertinentes ao espaço da arte e da cultura nos espaços formais de educação, em especial dentro das universidades. Tal reflexão se faz importante uma vez que, como lembra Borges Filho (2010, p. 51), “os direitos culturais fazem parte dos direitos humanos e a dimensão cultural é indispensável e estratégica para qualquer projeto de desenvolvimento”. A primeira parte deste segundo capítulo visa identificar qual é o lugar da cultura nos espaços formais de educação em nosso país, recorrendo à legislação produzida para tal questão, bem como análise de dados dos últimos programas e projetos implantados a nível federal que apresentem o cenário dentro das instituições de ensino.

Em um segundo momento, observamos como são realizadas a gestão de ações culturais dentro das universidades. A análise é feita a partir da legislação

pertinente às instituições de educação superior e também junto aos sites das universidades sobre o trabalho realizado nas instituições.

A proposta é que, conhecendo o cenário teórico desenhando para esta área no Brasil, seja possível discutir melhor sobre limites e potencialidades, tendo elementos de análise que auxiliem na criação de um PAE coeso com a realidade do trabalho realizado no *campus* avançado de Governador Valadares.

2.1.1 O lugar da cultura nos espaços formais de educação

Compreendida como um termo de amplo conceito, a Cultura perpassa por todos os aspectos da vida humana, ou seja, é algo inerente ao cotidiano de qualquer povo. Por isso, a luta pelo direito à cultura é constante nos debates acerca do desenvolvimento social. Santana (2015) lembra que o sistema de ensino funciona como uma mola propulsora no promover e proporcionar os saberes culturais em doses regulares e muitíssimo homogêneas. Machado (2007, p. 2) garante que “os direitos culturais são fruto de uma evolução da ideia e da prática dos direitos humanos”. Tais direitos se afirmam na preocupação da legislação internacional em dar destaque à importância da cultura para o desenvolvimento. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, instituída pela Assembleia Geral das Nações Unidas, um dos principais órgãos das Organizações das Nações Unidas (ONU), em 1948 após a Segunda Guerra Mundial, afirma, em seu artigo 27, que

1 - Todo ser humano tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar do progresso científico e de seus benefícios.

2 - Todo ser humano tem direito à proteção dos interesses morais e materiais decorrentes de qualquer produção científica literária ou artística da qual seja autor (ONU, 2009, p. 14).

O compromisso internacional com os direitos culturais foi também reafirmado no Pacto Internacional pelos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, em que os membros participantes reconheceram como direito a participação da vida cultural. Compreenderam-se responsáveis por adotar medidas que assegurem o pleno exercício desse direito, dentre elas, o desenvolvimento e a difusão da ciência e da cultura (ONU, 1966).

Ainda no campo de legislação, a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural, adotada em 2001 pela Unesco, que definiu a Diversidade Cultural como “herança comum da humanidade”, aponta em seu item 7 que os Estados Membros devem se esforçar para “promover, por meio da educação, uma tomada de consciência do valor positivo da diversidade cultural e aperfeiçoar, com esse fim, tanto a formulação dos programas escolares como a formação dos docentes” (UNESCO, 2002, p. 6).

Tais documentos internacionais dialogam com a Constituição Federal Brasileira (BRASIL, 1988) que expressa em seu artigo 215 a responsabilidade do Estado em “garantir a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, apoio e incentivo a valorização e a difusão das manifestações culturais” (BRASIL, 1988, s/p). No entanto, o desempenho esperado pelo Estado na atuação no campo da Cultura não foi atendido nos anos seguintes à promulgação da Constituição, uma vez que os gestores atuaram de forma muito limitada na promoção da arte e da cultura em nível nacional. Para Rubim (2010) o governo, através do Ministério da Cultura,

não deu a prioridade necessária ao fundamental debate político acerca do lugar contemporâneo do Estado no campo da cultura, depois do Estado todo poderoso (da ditadura cívico-militar) e do Estado mínimo (neoliberal). As poucas tentativas do Ministério de avançar neste debate vital foram tímidas e insuficientes [...] (RUBIM, 2010, p. 13).

Durante a década de 1990, por exemplo, o governo federal centralizou a política pública de cultura na Lei nº 8.313/1991, que instituiu o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), também conhecida como Lei Rouanet (BRASIL, 1991). A lei definia que o Pronac deveria ser implementado através do Fundo Nacional da Cultura (FNC), dos Fundos de Investimento Cultural e Artístico (Ficart) e Incentivo Fiscal. Entretanto, durante toda essa década o Estado não deu encaminhamento à instituição do Fundo de Cultura, limitando à produção artística e cultural do país ao interesse dos empresários que recebiam isenção fiscal.

Tal ausência de investimento público fez com que o Brasil chegasse aos anos 2000 com um número reduzido e concentrado de projetos e espaços culturais pelo país. O documento “Cultura em Números”, produzido pelo Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC), em 2010, revelou que os estados de

São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais possuíam, juntos, 59,9% das salas de cinema de todo o Brasil. Estados como Acre e Roraima tinham apenas duas salas de cinema cada um (BRASIL, 2010e). A concentração acontece também com os teatros. Os moradores da região Sudeste têm acesso a 689, enquanto a região Norte tem apenas 46 teatros (BRASIL, 2010e).

A ausência de políticas que estimulassem a promoção de ações e equipamentos culturais impactou diretamente no acesso e no interesse em utilizar esses bens por parte da população. Na pesquisa intitulada Públicos de Cultura, realizada pelo Sesc e pela Fundação Perseu Abramo, em 2013, foi identificado que 89% da população entrevistada nunca tinha ido a um concerto de ópera ou música clássica em sala de espetáculo. Além disso, 75% nunca tinham assistido a espetáculos de dança ou balé no teatro e 71% nunca estiveram em exposições de pintura, escultura e outras artes em museus ou outros locais (SESC, 2013). Realizada com 2400 pessoas em 139 municípios, a pesquisa ressalta ainda que, quando interrogados sobre quais atividades gostariam de fazer no tempo livre, sem se preocupar com tempo, dinheiro ou permissão de alguém, o desejo de ir a eventos culturais aparece apenas em 14º lugar, depois de “Navegar na internet” - 11º - e “Trabalhar” - 7º lugar (SESC, 2013).

O posicionamento do público revela que além da oferta de espaços e de ações culturais, é preciso que o Estado intervenha de forma mais contundente na formação das pessoas no aspecto cultural, cumprindo o proposto pela Constituição Federal que define como dever do Estado a produção, promoção e difusão de bens culturais e a democratização do acesso aos bens de cultura (BRASIL, 1988).

Em um país de dimensões continentais, tal missão só pode ser garantida a toda a população se o Estado promover o diálogo entre as políticas de cultura e as demais políticas sociais, em especial da educação, na medida em que a instituição escolar é um ambiente que atende, principalmente nos primeiros anos da educação básica, a maior parcela da população. De acordo com o Censo Escolar da Educação Básica de 2016 (BRASIL, 2017c), neste ano havia 48,8 milhões de matrículas na educação básica brasileira. Essas matrículas estavam espalhadas entre as 186,1 mil escolas do Brasil, das redes pública e privada.

É com essa premissa de que o ambiente escolar, responsável em contribuir com as famílias na formação integral do cidadão, é que a Lei nº 9.394/1996, que estabelece a LDB, orienta em seu artigo 1 que

a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (BRASIL, 1996, s/p).

A lei também ressalta que os currículos da educação básica devem ter uma base nacional comum que apresentem uma parte diversificada, que seja capaz de atender à diversidade do contexto histórico, econômico, social, ambiental e cultural do país. A LDB reforça que a formação escolar está intrinsicamente ligada aos outros setores sociais. No campo da cultura, Moreira e Candau (2003, p. 159) lembram que “a problemática das relações entre escola e cultura é inerente a todo processo educativo. Não há educação que não esteja imersa na cultura da humanidade e, particularmente, do momento histórico em que se situa”. Para os autores é impossível conceber uma experiência pedagógica “desculturizada”, já que a cultura é co-extensiva ao desenvolvimento do pensamento pedagógico (MOREIRA; CANDAU, 2003).

Carvalho (2007, p. 21) lembra que o currículo é uma construção social, já que se “vincula a um momento histórico, a uma sociedade e às relações que esta estabelece com o conhecimento”. Para a autora, a constante adaptação dos conteúdos, que são historicamente construídos, demonstra que o ato de ensinar define “selecionar e questionar conteúdos e práticas pedagógicas segundo critérios histórica e culturalmente definidos. Não são escolhas neutras; é decisão política” (CARVALHO, 2007, p. 21).

O entendimento da cultura, no campo da educação no Brasil, ganhou estudos mais avançados juntamente com a questão da arte, a partir de meados da década de 1970, principalmente com os estudos da educadora Ana Mae Barbosa. Carvalho (2007, p. 27) acredita que “na educação, a arte se torna meio para a expressão pessoal e, como cultura, importante instrumento de identificação”. A autora lembra que na concepção de ensino de arte “pós-modernista”, a arte não é vista apenas como expressão, mas também como cultura e como um importante instrumento para reflexão cultural. Na década de 1980 o ensino de arte deixa de ser considerado apenas expressão, mas também passa a ser concebido como cultura, apontando assim a importância de se estudar arte através da contextualização histórica (CARVALHO, 2007).

Baseada em concepções de Paulo Freire, que discutia a importância da pedagogia questionadora ou do diálogo, e de diferentes projetos e intervenções nacionais e internacionais, Ana Mae Barbosa propôs a Proposta Triangular, na qual, para Carvalho (2007), a educadora sugere que o ensino de arte não deve estar centrado apenas no fazer artístico, mas também na construção de conhecimentos sobre arte e na apreciação artística, dando ênfase no estudo do contexto histórico de produção da obra.

Apesar dos avanços, os documentos posteriores à LDB mantiveram o ensino das artes através das linguagens de artes visuais, dança, música e teatro. É o caso, por exemplo, da Base Nacional Curricular Comum (BNCC), que define a Arte como competência específica do componente curricular de Linguagens e Ciências Humanas no Ensino Fundamental, ao lado de Língua Portuguesa, Geografia e História, entre outros (BRASIL, 2018a). De acordo com o texto, o objetivo é possibilitar que os estudantes participem de práticas de linguagem diversificadas, ampliando suas capacidades expressivas em manifestações artísticas, corporais e linguísticas, dando continuidade às experiências vividas ainda na Educação Infantil (BRASIL, 2018a).

O documento ressalta ainda a importância de que a educação transcenda a ideia do que é arte, também responsável para que os estudantes possam ter competência e interesse em produzir nesse cenário.

as manifestações artísticas não podem ser reduzidas às produções legitimadas pelas instituições culturais e veiculadas pela mídia, tampouco a prática artística pode ser vista como mera aquisição de códigos e técnicas. A aprendizagem de Arte precisa alcançar a experiência e a vivência artísticas como prática social, permitindo que os alunos sejam protagonistas e criadores (BRASIL, 2018a, p. 191).

No campo prático, percebe-se que a efetivação das propostas feitas pela legislação, como a da BNCC, requer maior interesse e mobilização por parte dos entes federados, responsáveis pela estruturação das políticas públicas de educação, principalmente no sentido de criar ou melhorar os espaços físicos direcionados para a cultura dentro dos ambientes educacionais. Em relação aos espaços disponíveis nas escolas para a fruição e produção artística, o Censo Escolar da Educação Básica de 2016 identificou que, em escolas que oferecem anos finais do ensino

fundamental, apenas 73,8% têm bibliotecas ou salas de leitura. Outros ambientes contabilizados são os laboratórios de informática, que estão presentes em 67,8% das escolas, e os laboratórios de ciências, presentes em apenas 25,2% das escolas (BRASIL, 2017c). Não há diagnóstico sobre outros espaços para a produção de atividades culturais, como salas de cinema, salas de dança ou anfiteatros. Percebe-se então que todas essas ações, quando desenvolvidas nas escolas, acontecem em espaços adaptados, que não corroboram para a formação de público no sentido que os estudantes reconheçam a importância de um equipamento cultural, e se sintam interessados e até mesmo capazes de usufruir desses espaços fora da escola.

Além de oferecer melhor estrutura física nos espaços educacionais, também é preciso sensibilizar e capacitar educadores. É importante lembrar que, dentro das salas de aula, nem sempre a formação no campo das artes está nas mãos de profissionais capacitados para tal atividade. De acordo como Santana (2015, p. 11) a escola “quando bem utilizada e com a devida especialização dos intermediadores dos novos saberes, torna-se o espaço adequado para a transmissão da cultura”. Mas dados compilados por Iavelberg (2015) do Censo Escolar 2012 demonstram que, dos 536.488 docentes que lecionavam a disciplina de Artes nos anos finais do Ensino Fundamental, em 2012, apenas 29.195 tinha formação na área, sendo elas: Bacharelado em Artes, Artes Visuais, Artes Cênicas, Dança ou Música. Para Iavelberg (2015), tal situação é mais complexa no período inicial de formação das crianças, já que nas creches, pré-escolas e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, o professor regente é quem ministra as aulas de arte na maioria das escolas. Esses professores podem ser formados em Pedagogia, Magistério de nível médio ou em Instituto Normal Superior (IAVELBERG, 2015).

Com pouco ou nenhum acesso à produção artística e cultural no ambiente escolar, e a ausência de formação dos profissionais responsáveis pelas disciplinas, crianças e jovens tendem a ficar alheios à fruição e produção artístico-cultural. O trabalho realizado nesse cenário no ambiente cultural acaba tendo pouca credibilidade, não se tornando referência para os estudantes. A pesquisa Públicos de Cultura (SESC, 2013) indica que apenas 2% dos entrevistados se informam sobre as atividades culturais através de professores ou das escolas. Esse número fica muito aquém da Internet (25%), da Mídia (36%) e da rede de amigos e familiares (47%), que muitas vezes têm um roteiro cultural similar aos seus.

A possibilidade de que os estudantes tenham acesso a equipamentos culturais contribui no enriquecimento de seu repertório para análise crítica de tudo o que acontece em seu cotidiano. Por isso a ausência de equidade no Brasil interfere diretamente na formação dos cidadãos, já que há uma gigantesca diferença entre aqueles que têm acesso e os que não têm acesso aos projetos culturais. Para Iavelberg (2015) é possível expandir o espaço educativo fora dos muros das escolas, incentivando que o aluno participe de “situações de aprendizagem em museus, instituições culturais, ateliês de artistas, centros de preservação e documentação da arte, ações artísticas das comunidades, etc.” (IAVELBERG, 2015, p. 210). Essa reflexão foi considerada na estratégia 2.8 da Estratégia 2 do PNE 2014-2024 (BRASIL, 2014d), aprovado pela Lei nº 13.005/2014 (BRASIL, 2014b), que prevê que as instituições responsáveis pela educação devem contribuir para a promoção da

relação das escolas com instituições e movimentos culturais, a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais para a livre fruição dos (as) alunos (as) dentro e fora dos espaços escolares, assegurando ainda que as escolas se tornem polos de criação e difusão cultural (BRASIL, 2014d, s/p).

A relação entre espaço formal de educação e ambiente externo à escola, proposto por Iavelberg e institucionalizado pelo PNE, poderia ter ganhado destaque a partir dos anos 2000, quando houve um maior desenvolvimento das políticas de cultura. Para Rubim (2010) o esforço do Estado em pensar políticas públicas mais democráticas que transcendessem governos contribuiu para a efetivação de políticas nacionais mais permanentes. De acordo com ele, destacam-se três movimentos: “a implantação e desenvolvimento do Sistema Nacional de Cultura (SNC) e do PNC e a aprovação do Projeto de Emenda Constitucional (PEC) 150” (RUBIM, 2010, p. 17). A referida PEC tinha como proposta acrescentar o artigo 216-A à Constituição, definindo recursos para a Cultura.

Apesar dos esforços, ainda há muito que se fazer promoção da relação entre educação e cultura. Rubim (2010) lembra que, por ainda estar em andamento, é difícil efetuar análise acerca das políticas adotadas. Para ele a avaliação deve ser feita de acordo com as modalidades de finalização dos processos e dos resultados. “Sem isto, corre-se o risco de se evocar mais as intenções que as realizações inscritas nos projetos” (RUBIM, 2010, p. 10).

Em relação às políticas públicas, de um modo geral, é preciso recordar que os programas e projetos ainda se apresentam mais como boas ações de governo que propostas efetivas de políticas de Estado. Esther (2012, p. 9) lembra que “historicamente, a política de educação brasileira vem sendo tratada de forma basicamente autoritária pelos governos, mantendo-se a orientação do projeto de inserção no país na modernidade via sistema capitalista”. Tais ações acabam por atender as propostas de determinados governos, em períodos curtos, mas não conseguem sanar os déficits existentes na área. Podemos tomar como exemplo o Programa Mais Educação, instituído pelo governo federal pela Portaria Interministerial nº 17/2007 (BRASIL, 2007c) e regulamentado pelo Decreto nº 7083/2010 (BRASIL, 2010f). O programa teve início em 2008 para complementar o Projeto Aluno de Tempo Integral, contribuindo assim na ampliação da jornada escolar dos estudantes da escola básica, tendo como base diferentes atividades, entre elas a de formação artístico cultural.

O caderno Passo a Passo do Programa Mais Educação (BRASIL, 2011), disponível no site do MEC, demonstra que a ampliação da permanência na escola seria feita através de atividades desenvolvidas a partir dos seguintes macrocampos temáticos: Acompanhamento Pedagógico; Educação Ambiental; Esporte e Lazer; Direitos Humanos em Educação; Cultura e Artes; Cultura Digital; Promoção da Saúde; Comunicação e Uso de Mídias; Investigação no Campo das Ciências da Natureza e Educação Econômica (BRASIL, 2011). No caso do macro campo Cultura e Artes, poderiam ser oferecidas as seguintes atividades: Banda Fanfarra; Canto Coral; Capoeira; Cineclube; Danças; Desenho; Escultura; Flauta Doce; Grafite; Hip Hop; Leitura; Mosaico; Percussão; Pintura; Prática Circense; Teatro; Instrumentos De Corda (BRASIL, 2011).

Em 2013, o programa foi ampliado e o macro campo passou a trabalhar também as questões relacionadas à educação patrimonial, ganhando novas quatro atividades: Brinquedos e Artesanato Regional; Contos; Etnojogos e Literatura de Cordel (BRASIL, 2013b). Apesar de a sua dimensão contemplar as demandas inerentes à formação no campo das artes e da cultura dentro das escolas, ele não tinha recursos específicos para a formação de profissionais e para adaptação dos espaços dentro das escolas que pudessem atender às atividades junto aos estudantes. Além disso, Fernandes (2014) recorda que os recursos provenientes do programa para pagamento dos monitores eram considerados ressarcimento de

despesas com transporte e alimentação, e a maior remuneração chegava a ser R\$ 300 para monitoria semanal em cinco turmas nas escolas urbanas e R\$ 600 nas escolas rurais (FERNANDES, 2014). A autora cita ainda que os profissionais não tinham que ter, necessariamente, formação específica para ministrarem as oficinas e por isso eram considerados “professores voluntários”. Nas atividades voltadas para o macro campo Cultura, Artes e Educação Patrimonial atuavam, normalmente, agentes culturais do município.

De acordo com Zinet (2016a), o programa chegou a ter, em 2014, quase 60 mil escolas em todo o país. Mas já no início de 2015 o governo teve problema no repasse do recurso. O autor lembra que “em janeiro de 2016, uma em cada cinco escolas ainda não havia recebido os recursos do programa” (ZINET, 2016b, s/p). Para o ano de 2016, o governo reduziu o número de escolas atendidas para 26 mil, dando prioridade aos estudantes com graves problemas de alfabetização e letramento (ZINET, 2016b). Essa redução foi baseada em uma nova edição do programa, instituído pela Portaria nº 1144/2016 (BRASIL, 2016c) e que ganhou o nome de Novo Mais Educação. No novo modelo o objetivo do programa era melhorar a aprendizagem em Língua Portuguesa e Matemática, no Ensino Fundamental.

Art. 1º Fica instituído o Programa Novo Mais Educação, com o objetivo de melhorar a aprendizagem em língua portuguesa e matemática no ensino fundamental, por meio da ampliação da jornada escolar de crianças e adolescentes, mediante a complementação da carga horária de cinco ou quinze horas semanais no turno e contra turno escolar (BRASIL, 2016c, p. 23).

Em agosto de 2016, após o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, rompendo com a gestão de mais de 12 anos do Partido dos Trabalhadores (PT), houve grandes mudanças no modelo de gestão das políticas públicas, apesar do governo interino ter feito parte da chapa eleitoral da então presidente. Em relação ao Programa Mais Educação, o governo interino decidiu não abrir novas adesões ao programa, alegando que, após análise de diversas políticas educacionais, foi identificada ineficiência por parte do Programa, além de graves problemas de gestão e de carência em políticas de avaliação (ZINET, 2016a). No entanto, a decisão do governo em paralisar o Mais Educação, entre outros programas e projetos, utilizando como argumento as falhas diagnósticas, sem buscar alternativas para a correção

desses déficits, apenas ressalta a limitação do poder público em dar continuidade às ações que atendem à legislação pertinente à educação, em especial à Constituição Federal.

O cenário de desmantelamento dos programas e projetos no campo das políticas públicas, ocasionado principalmente após a mudança do governo federal em 2016, se contrapõe às conquistas das políticas sociais que ocorreram principalmente a partir do ano de 2010, como o fortalecimento das políticas públicas de Cultura. Tal fortalecimento contribuiu também para a ampliação do trabalho no ambiente escolar, principalmente pela articulação do Minc com demais ministérios. Rubim (2010, p. 20) ressalta que “a expansão e a interessante articulação transversal com outros setores do governo também foram possibilitadas pela inscrição dos pontos de cultura no Programa Mais Cultura, versão do PAC para a área”. O autor acredita que o programa demonstrou a expectativa do governo em enfrentar a má distribuição de renda e as desigualdades sociais espalhadas pelo Brasil.

O Programa Mais Cultura, instituído pelo Decreto nº 6.226/2007, visava

- I - Ampliar o acesso aos bens e serviços culturais e meios necessários para a expressão simbólica, promovendo a autoestima, o sentimento de pertencimento, a cidadania, o protagonismo social e a diversidade cultural;
- II - Qualificar o ambiente social das cidades e do meio rural, ampliando a oferta de equipamentos e dos meios de acesso à produção e à expressão cultural; e
- III - gerar oportunidades de trabalho, emprego e renda para trabalhadores, micro, pequenas e médias empresas e empreendimentos da economia solidária do mercado cultural brasileiro (BRASIL, 2007d, s/p).

O Mais Cultura foi estabelecido de forma articulada ao Programa Cultura Viva, que foi criado pela Portaria nº 156/2004 (BRASIL, 2004) e instituído em 22 de julho de 2014 pela Lei nº 13.018/2014 (BRASIL, 2014c), dando origem à Política Nacional Cultura Viva. O programa Cultura Viva nasceu com o objetivo de “promover o acesso aos meios de fruição, produção e difusão cultural, assim como de potencializar energias sociais e culturais, visando à construção de novos valores de cooperação e solidariedade” (BRASIL, 2004, s/p). O programa definiu entre o seu público alvo os estudantes da rede básica de ensino, além de professores que desenvolviam ações no combate à exclusão social e cultural.

As articulações entre o Minc e o MEC deram origem a um acordo de Cooperação Técnica, em que os ministérios assumiram o compromisso em desenvolver ações conjuntas para a implementação de uma política de cultura para a educação básica, atentos à promoção e a integração entre o PNC e o PNE. Foram políticas propostas na Cooperação técnica, de acordo com Cerreti (2014): Programa Mais Cultura nas Escolas; Agentes de Leitura Mais Educação; Cine Educação; Pesquisa, mapeamento e georreferenciamento; Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) de Artes; Formação continuada para professores de artes. Para o autor o acordo esteve

empenhado na formulação e implementação de uma política que promova a interface entre educação e cultura, de maneira a abranger a formação para a cidadania, o ensino da arte nas escolas de educação básica, o compromisso das Universidades com a promoção da cultura e da diversidade e o ensino profissionalizante no que tange a economia da cultura. (CERRETI, 2014, p. 24)

Dessa articulação é possível dar destaque ao Programa Mais Cultura nas Escolas. Ao todo foram selecionadas cinco mil propostas de diferentes escolas públicas, que tinham como objetivo integrar escolas, artistas e/ou entidades culturais dos municípios. Entre os objetivos do Programa estava o de “reconhecer e promover a escola como espaço de circulação e produção da diversidade cultural brasileira” (BRASIL, 2013c, p. 4). O Programa também pretendia contribuir para a formação de público, ampliando o repertório cultural da comunidade escolar. A proposta era desenvolver atividades que promovessem a interlocução entre experiências culturais e artísticas e o projeto pedagógico da escola pública, valorizando o diálogo entre saberes comunitários e escolares e ampliando a inserção de conteúdos artísticos que contemplem a diversidade cultural na vivência escolar (BRASIL, 2013c).

Para Santana (2015) a ação consistia em fomentar ações que promovessem o encontro entre o projeto pedagógico de escolas públicas já contempladas com os programas Mais Educação e Ensino Médio Inovador, com experiências culturais e artísticas que estavam em execução nas comunidades locais. De acordo com o Manual de Desenvolvimento de Atividades (BRASIL, 20113c) o programa selecionou, em 2014, cinco mil projetos de escolas públicas inscritas no Sistema de Monitoramento e Controle do Ministério da Educação (Simec). Cada projeto deveria receber entre R\$ 20 e R\$ 22 mil, em duas parcelas, através do Programa Dinheiro

Direto na Escola (PDDE) do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). O valor variava de acordo com o número de estudantes registrados no Censo Escolar de 2013 (BRASIL, 2013c). Os recursos poderiam ser utilizados para a “contratação de serviços culturais necessários às atividades; aquisição de materiais de consumo; contratação de serviços diversos; locação de transportes, serviços e equipamentos, e aquisição de materiais permanentes e equipamentos” (BRASIL, 2013c, p. 19).

Ainda sem uma avaliação dos resultados obtidos pelo programa, é possível identificar alguns pontos que demonstram que a proposta, sozinha, é insuficiente para o atendimento às necessidades das escolas no campo cultural. O Censo Escolar da Educação Básica 2016 (BRASIL, 2017c) demonstrou que o Brasil tem atualmente 186,1 mil escolas de educação básica. Ou seja, o Programa Mais Cultura atendeu aproximadamente 2,7% das escolas de todo o país. Além disso, Santana (2015) recorda que “embora a parceria tenha um caráter social e um fim cultural, há uma gama de recursos financeiros aplicados e que inclusive as entidades parcerias são remuneradas por seus serviços prestados”.

Santana também destaca que o pagamento dos trabalhos executados deve obedecer a critérios legais, inclusive de prestação de contas, passando por um crivo de fiscalização bastante aguçado e detalhista (SANTANA, 2015). Portanto, se levarmos em consideração que, principalmente no interior do país, ainda há muita deficiência no que tange à formação técnica e administrativa na área artística, é notório a dificuldade na produção, execução e prestação de contas dos projetos. Além disso, a ausência de espaços culturais nas cidades, como identificado pelo documento Cultura em Números, produzido pelo SNIIC, em 2010 (BRASIL, 2010e), limita a proposta de ações que possibilitem que os estudantes tenham acesso a esses espaços. Sendo assim, apenas as escolas inseridas em municípios mais instrumentalizados tanto no cenário da produção artística, quanto de espaços culturais, puderam enviar e executar projetos mais abrangentes.

Os programas Mais Educação e Mais Cultura nas Escolas, entre outras propostas e projetos, dos diferentes entes federados, apresentam dificuldade de execução pelos limites históricos do país no desenvolvimento de políticas de cultura e de integração entre educação e cultura. Considerando que as ações interministeriais nesses dois setores ganharam mais força a partir dos anos 2000, há um déficit de mais de 20 anos tendo em vista que a Constituição Federal de 1988 já

previa, em seu artigo 23, a obrigatoriedade dos entes federados em proporcionar acesso à educação e à cultura a toda a população. (BRASIL, 1988).

Os limites impostos aos ambientes educacionais, que selecionam quais escolas e quais públicos terão ou não acesso a determinadas políticas e ações é, para Peregrino (2006, p. 59) a certeza de que “à escola vem cabendo, historicamente, legitimar as desigualdades constantemente postas por esse modo de produção”. Ou seja, os déficits das crianças e adolescentes oriundos de comunidades mais pobres, que muitas vezes sofrem de grande limitação no acesso e fruição de diferentes intervenções culturais, acabam sendo amplificados no ambiente escolar. Essa ausência de formação no campo cultural acompanha os estudantes ao longo de suas vidas, até mesmo quando os mesmos conseguem ingressar nos cursos superiores.

É daí que parte a missão da formação superior, em especial das universidades, em fomentar políticas e ações que estimulem a produção e fruição de projetos artístico-culturais, contribuindo com a formação de público e minimizando os déficits deixados pela educação básica. Tal tema é mais bem abordado na seção seguinte.

2.1.2 A gestão de ações culturais nas universidades

Se na educação básica os preceitos acerca do fomento à cultura estão definidos pela legislação, como na LDB e na BNCC, mas a execução do trabalho sofre grande dificuldade devido à limitação de recursos, espaços físicos adequados e de profissionais capacitados, no ensino superior as instituições não estão presas à legislação, mas, principalmente as universidades, carregam em seu cerne o dever para com a promoção da cultura. Nesse sentido, para além do compromisso de gestão com a tríade ensino-pesquisa-extensão, é preciso que as universidades, como instituições públicas, estejam atentas à importância da gestão cultural.

Cunha (2013) lembra que foi a partir da década de 1980, com as grandes mudanças ocorridas no campo social e político tanto do Brasil quanto do mundo, é que a cultura passa a ser compreendida como fato de desenvolvimento social, econômico e humano. A autora afirma que esse novo papel da cultura acelera o seu processo de institucionalização, dando origem assim a diferentes órgãos públicos,

como o Minc, em 1985, e inúmeras secretarias culturais pelos estados e municípios brasileiros (CUNHA, 2013). Para a autora

é importante analisar e compreender essa dinâmica, buscando elementos que permitam a reflexão sobre o impacto da criação dessas instituições no processo de formalização do campo da cultura e as transformações provocadas na gestão cultural, no reconhecimento da atividade cultural como responsabilidade pública, no aumento ou remanejamento de postos de empregos públicos, privados e no terceiro setor (CUNHA, 2013, p. 8).

O conceito de que as instituições públicas devem ser propulsoras do trabalho cultural no país, reforça a missão das universidades públicas para a formação de profissionais da área, o compromisso com a abertura de novos cargos profissionais, contribuindo com o mercado de trabalho, e o empenho na promoção de ações que possam conduzir à formação de público para os projetos implantados no país, muitas vezes buscando suprimir os déficits deixados pela educação básica.

É importante ressaltar que a efetivação desse trabalho sempre ficou à mercê do interesse e da sensibilidade dos gestores da universidade, uma vez que a legislação não direciona o papel das instituições para esse caminho. Para universidades que pretendem atuar de forma mais contundente no campo cultural, é possível trilhar o caminho proposto por Cunha (2013) para a organização das instituições culturais. A autora diz que uma das primeiras iniciativas da instituição é a

criação de um organograma com as características específicas de cada instituição, o que significa construir uma representação gráfica da sua estrutura formal, apresentando o quadro que indica as relações entre suas diversas unidades e as atribuições de cada uma delas. Inclui nesse processo a organização e a distribuição do trabalho a ser executado, desenhando com mais evidência as atividades que devem ser desempenhadas pela equipe, organizando-o de forma mais lógica e imprimindo uma responsabilidade a cada profissional (CUNHA, 2013, p. 17).

Mesmo sem atender tecnicamente à proposta conceitual de gestão cultural, é possível identificar no histórico das universidades inúmeras ações que buscam contribuir no fomento à cultura. De forma institucionalizada, os projetos e ações são propostos e geridos por setores como Pró-Reitorias, diretorias, coordenações, chefia de departamentos e gerências, e articulados entres ações de ensino, pesquisa e extensão. De forma orgânica, as ações acontecem através da produção de projetos

artísticos e culturais dentro dos grupos discentes. Destacam-se neste cenário os Diretórios Centrais de Estudantes (DCE); os Diretórios Acadêmicos (DA); as Ligas Acadêmicas; as Atléticas. Também é possível notar uma crescente de ações entre instituições paralelas à universidade, como sindicatos profissionais e associações diversas. Em todos os cenários, os projetos e as ações podem acontecer somente para a comunidade interna, mas tem sido cada vez mais comum e importante, para aproximação do ensino superior com a comunidade externa, que os projetos sejam realizados com e para o público além dos muros das instituições.

Esta importante relação criada junto à sociedade é muitas vezes orientada pelos projetos de extensão das universidades. De acordo com a Carta do I Encontro do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (Forproex), realizado em novembro de 1987 (FORPROEX, 1987, p. 1), extensão “é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade”.

Considerada uma via de mão-dupla, a extensão é, para o Forproex, a oportunidade de a comunidade acadêmica conhecer melhor a realidade brasileira, democratizando o conhecimento acadêmico e colocando em prática os conhecimentos teóricos obtidos nas cadeiras das universidades. A Carta lembra que “no retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento” (FORPROEX, 1987, p. 11). Além disso, a extensão também garante a ação interdisciplinar dentro das universidades, o que favorece a visão integrada do social (FORPROEX, 1987).

Nessa relação dialógica com a comunidade, o amadurecimento dos trabalhos de extensão sempre esteve pautado no fomento à área cultural. A Política Nacional de Extensão Universitária (FORPROEX, 2012) define que cabe às universidades priorizarem práticas voltadas para o atendimento de necessidades sociais, entre elas relacionadas às de Cultura. Além disso, recorda a importância das universidades em considerarem “as atividades voltadas para o desenvolvimento, produção e preservação cultural e artística como relevantes para a afirmação do caráter nacional e de suas manifestações regionais” (FORPROEX, 2012, p. 6).

Apesar de sua importância na relação entre universidade e comunidade, a extensão não integrou os primeiros conceitos de formação do ensino superior do país. As primeiras instituições, que tinham o perfil português, eram voltadas para a formação profissional (MAZZALLI, 2011), tendo cunhos tecnicistas. De acordo com

Mazzali (2011), foi durante a década de 1960, a partir da articulação dos estudantes universitários, através da UNE, é que a universidade passa a ser pensada sob uma nova perspectiva. De acordo com a autora, “este movimento, com base nas teses elaboradas por Álvaro Vieira Pinto (1986), reorienta as discussões sobre a universidade ao colocar como questões fundamentais as perguntas: para quem e para que serve a universidade?” (MAZZALI, 2011, p. 211).

Nas décadas seguintes, a partir do Golpe Militar de 1964, os movimentos estudantis e as discussões acerca da aproximação entre universidades e comunidades são sufocados pelo regime militar. De acordo como Mazzalli (2011, p. 212), os debates e anseios pela “universidade socialmente referenciada, autônoma e orientada pela associação entre ensino, pesquisa e extensão na busca de solução para os problemas sociais” só voltam à cena na década de 1980, com a retomada dos ideais de democracia.

Por meio da mobilização da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (Andes) e outras entidades sociais, que integravam o Fórum da Educação na Constituinte, de 1987, (MAZZALLI, 2011), a tríade conceitual pesquisa-ensino-extensão é inserida no artigo 207 da Constituição Federal como fundamental no desenvolvimento das atividades das universidades. Entre os princípios básicos e norteadores das atividades extensionistas o Fórum propôs que “a ciência, a arte e a tecnologia devem alicerçar-se nas prioridades do local, da região, do País” (FORPROEX, 2012, p. 21).

Também contida entre os seus princípios, a extensão também garante que a Universidade participe dos movimentos sociais, priorizando ações que visem à superação da desigualdade e da exclusão social existentes no Brasil (FORPROEX, 2012). Neste cenário, Silva (2001, p. 298) lembra que “a universidade não resolve por si mesma e imediatamente as carências sociais, embora possa contribuir, na esfera que lhe é própria, para o encaminhamento de soluções”.

Apesar de acontecer com maior relevância entre os projetos de extensão, o compromisso do desenvolvimento de ações de cultura é inerente ao ensino superior. Essa questão é orientada pela LDB nº 9.394/1996, que estabelece em seu capítulo IV, artigo 43, que, neste nível de ensino, estão incluídas as universidades e tem como finalidade “estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo” (BRASIL, 1996). A efetivação da LDB é um desafio no ambiente educacional, principalmente quando consideramos a formação

histórica do ensino superior no Brasil, que ocorreu de forma tardia e através da junção, muitas vezes sem planejamento, de escolas isoladas e tecnicistas. Para Santos (2008), o sistema educacional brasileiro, dentre eles a universidade, está ligado à construção de um projeto nacional quase sempre elitista, no qual se tratava de

conceber projectos de desenvolvimento ou de modernização nacionais, protagonizados pelo Estado, que visavam criar e aprofundar a coerência e a coesão do país enquanto espaço económico, social e cultural, território geopoliticamente bem definido (SANTOS, 2008, p. 33).

Enquanto ordem regimental, o compromisso da educação superior com a promoção e o desenvolvimento cultural do país, de forma democrática, se fez presente na formação da UNB, primeira instituição com o formato universitário do Brasil⁸. A Lei nº 3.998/1961, que criou a UNB, define em seu artigo 3º que “a Fundação terá por objetivo criar e manter a Universidade de Brasília, instituição de ensino superior de pesquisa e estudo em todos os ramos do saber e de divulgação científica, técnica e cultural” (BRASIL, 1961, s/p). A lei garantia ainda que seriam necessários à instalação e ao funcionamento da universidade espaços como a administração, biblioteca central, estação radiodifusora e o Departamento Editorial do Centro Recreativo e Cultural. Além disso, a instituição deveria se empenhar nos estudos dos problemas relacionados ao desenvolvimento econômico, social e cultural do país (BRASIL, 1961). Santos e Filho (2012) esclarecem que no documento “Modelo original da UNB”, estruturado por Darcy Ribeiro, estava descrita a estruturação dos seguintes órgãos culturais, entre outros: Museu da Civilização

⁸ Destaca-se aqui que a Lei nº 3.998/1961 (BRASIL, 1961) que criou a Fundação Universidade de Brasília, responsável por criar e manter a UnB, deu origem à primeira instituição brasileira de ensino superior que, desde os seus primórdios, já se estabelecia com o formato de universidade, tendo em seus objetivos de atuação a pesquisa e o estudo em todos os ramos do saber e de divulgação científica, técnica e cultural. Anterior à UnB, foram criadas outras universidades, como a Universidade de São Paulo (USP), em 1934 a partir da união das Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, da Escola Politécnica de São Paulo, Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", Faculdade de Medicina, Faculdade de Direito e Faculdade de Farmácia e Odontologia (USP, 2018); a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), criada em 1920 através da junção da Escola Politécnica com as faculdades de Medicina e de Direito do Rio de Janeiro (BRASIL, 1920), e a própria UFJF, criada em 1960 a partir da agregação de estabelecimentos de Ensino Superior de Juiz de Fora, que foram reconhecidos e federalizados.

Brasileira; Museu da Ciência; Centro Recreativo e Cultural; Rádio Universitária de Brasília; Biblioteca Central e Editora UNB.

A partir do conceito pensado para a UNB, outras universidades adotaram em seu regimento o compromisso da promoção da arte e da cultura. Entre as universidades com maior enfoque nessa área está a UFBA, criada em 1946 através do agrupamento de diferentes faculdades e a Escola Politécnica da Bahia. De acordo com Rosa (2009) apesar do grande valor dado à cultura nos primórdios da universidade, havia grande preferência pela arte erudita, sendo que, muitas vezes, a produção cultural oriunda das comunidades era renegada. Cerreti (2014) recorda que na gestão do reitor Edgar Santos, em 1950, foram criadas três escolas, que ficaram conhecidas como as “pupilas do senhor reitor”. Com as escolas de música, de dança e de teatro, ocorreu uma transformação no ensino universitário, fazendo com que a UFBA produzisse um legado cultural. São oriundos desse período os produtores e artistas Glauber Rocha, Caetano Veloso, Gilberto Gil, Tom Zé, Carlos Capinã, que, para Cerreti (2014, p. 58) fazem parte de “uma geração de artistas que produziram uma inflexão cultural não só na Bahia como no Brasil. Tal influência não está dissociada da experiência acadêmica vivenciada àquela época”.

Em relação ao trabalho de fomento às culturas populares, Rosa (2009) afirma que a UFBA se atentou para esse cenário a partir de 1993, quando houve grande aproximação da universidade com a comunidade, ampliando-se também a relação no aspecto da valorização da cultura nos seus diferentes âmbitos, principalmente através dos projetos de extensão. O caso da UFBA pode ser considerado singular no cenário brasileiro, tendo em vista que a universidade buscou criar políticas internas de valorização à arte e à cultura, que perpassavam por todos os cursos.

Entre as políticas da UFBA esteve sempre a aproximação com o trabalho que vinha sendo desenvolvido pelo Minc. Como resultado desse contato e ciente de que dentro das universidades o trabalho em prol da promoção e fomento à arte e a cultura tem inúmeras frentes de trabalho, a UFBA, em parceria com o Minc, o MEC e o Forproex, realizou em 2013 o I Seminário Cultura e Universidade – Bases para uma política nacional de cultura para as Instituições de Ensino Superior, em Salvador, na Bahia (CERRETI, 2014).

O Seminário Reuniu poder público, pesquisadores, estudantes e instituições envolvidas no campo artístico de todo o país. Buscando contemplar a diversidade do debate acerca da cultura, o evento teve sete grupos de trabalhos: GT-1 - Ações no

campo de ensino, pesquisa e extensão em arte e cultura; GT-2 - Gestão Cultural e as Instituições de Ensino Superior; GT-3 - Perspectivas para a formação de profissionais dos setores criativos; GT-4 - Diversidade na Universidade; GT-5 - Estratégias transversais de comunicação e cultura; GT-6 - Equipamentos culturais e circulação da produção artística e cultural e GT-7 - Direitos autorais e recursos educacionais abertos.

Entre os temas debatidos no Seminário, é possível destacar o GT-4, que refletiu sobre as experiências de parceria entre as políticas públicas de cultura e as universidades na ampliação do acesso e promoção dos direitos culturais, e o GT-6, que de acordo como Cerreti (2014, p. 33) trouxe o debate sobre

a fruição e a difusão da cultura produzida pelas Universidades a partir dos pilares representados pelos equipamentos físicos culturais e pela da circulação desta produção artística e cultural, com propostas que objetivaram fomentar ações e consolidar políticas culturais no âmbito das IES.

A crença de que a universidade é um espaço propício para o fomento ao trabalho no campo das políticas culturais se dá pela sua autonomia, sendo, de acordo com Silva (2001, p. 303), a “única instância em que se pode resistir, de alguma maneira e por mais algum tempo, talvez, a esse processo que traz na sua própria dinâmica um objetivo destruidor”. Mazzalli (2011) recorda que é exatamente o conceito fundamental da universidade, regido pelo princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, que deve ser considerado

referência do padrão de qualidade acadêmica para as instituições de ensino superior do país, que se baseia na negação das desigualdades sociais (que abrange a distribuição desigual dos bens, inclusive culturais), expressando assim o papel social da universidade na construção de uma sociedade democrática e igualitária (MAZZALLI, 2011, p. 214).

Santos e Filho (2012, p. 45) indicam que está é a terceira missão assumida pela universidade e está vinculada a uma “tomada de consciência do seu papel de instituição indutora do desenvolvimento econômico e social, através da inovação tecnológica, e também promotora de mudança social e cultural”. O autor recorda que se deve incorporar a essa terceira missão “os pontos de agenda universitária que têm a ver, por exemplo, com a inclusão social, com a sustentabilidade, com o meio

ambiente e com a cultura” (SANTOS; FILHO, 2012, p. 45). Este importante papel da universidade é sempre considerado na estruturação das políticas que contribuem no desenvolvimento de ações culturais nas instituições. Para a premiação do Programa Mais Cultura nas Universidades, o Comitê Técnico composto por representantes do MEC, Minc, Andifes e pelo Conselho Nacional das Instituições Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif), analisou o envolvimento do Plano de Cultura da universidade com a população em situação de vulnerabilidade social, além do trabalho realizado com a comunidade em que a instituição estava inserida. A proposta remonta à preocupação do governo federal com a expansão e a democratização da educação superior pública, uma vez que os novos *campi* universitários estão muitas vezes inseridos em regiões mais distantes dos centros econômicos, atendendo estudantes de diferentes classes econômicas e culturais.

Interessante observar também que a análise do portfólio e do histórico das “Iniciativas Parceiras” teve menor peso no edital, e não seria analisada a estrutura física oferecida pela instituição para a realização das ações, apesar desse item ser considerado dentro dos eixos possíveis de atuação. Tal questão demonstra que todas as Ifes e institutos tecnológicos, mesmo com infraestrutura limitada ou pouco tempo de atuação, como os *campi* avançados, poderiam concorrer ao edital.

Apesar das possibilidades provenientes do programa, assim como as políticas implementadas na educação básica, também o Mais Cultura nas Universidades não teve acompanhamento e avaliação efetiva dos trabalhos realizados. O edital do programa previa que as instituições beneficiadas deveriam remeter, ao MEC e ao Minc, relatórios anuais relativos à execução do Plano de Cultura. Também deveriam enviar um relatório parcial na metade do período total de execução, garantindo assim a segunda parcela do recurso fosse liberada. Apesar dessa condição, apenas algumas instituições publicitaram em seus sites a proposta e a habilitação no edital, como a UFTM, que pretendia criar o Projeto “Museu da Memória Viva”, um espaço não formal de educação, arte e cultura na universidade (UFTM, 2016). Outras, como a UFOP, divulgaram o relatório de prestação de contas parcial das ações realizadas com os recursos do Edital Mais Cultura nas Universidades (UFOP, 2017).

Apesar dos limites do programa, incluindo sua descontinuidade, visto que até o momento nenhum outro edital foi lançado, Cerreti (2014) lembra que a proposta é pioneira, pois, na história de estruturação de políticas públicas culturais, o PMCU foi o primeiro a contribuir para a descentralização de recursos para investimento de

ações nas Ifes, ações que fomentaram “a transversalidade da gestão das políticas culturais e de educação para o ensino superior do país” (CERRETI, 2014, p. 48). Outra forma de captação de recurso para a área cultural, por parte das universidades, é através de inscrição de projetos em leis de incentivo⁹. De acordo com o Minc, em retorno dado pelo e-SIC através da Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura, não há impedimento para que universidades públicas sejam proponentes, ou seja, inscrevam projetos culturais na Lei Federal de Incentivo à Cultura (Lei Rouanet), que é o maior mecanismo de financiamento à projetos culturais do país.

No entanto, a inscrição de projetos na lei depende da produção prévia e de profissionais que possam se dedicar à inscrição, acompanhamento, captação de recurso e execução das atividades propostas pela universidade. Neste cronograma de ações, talvez a parte mais complexa seja a etapa de captação de recurso, já que esta deve ser feita entre empresas privadas ou pessoas físicas que tenham interesse em contribuir com os projetos, tendo como contrapartida o abatimento de impostos federais a médio e longo prazo. Esse processo de captação tem demonstrado inúmeros limites no país. Os números apresentados pela área de transparência/comparativos da Lei Rouanet mostram que a captação de recurso não cresceu de forma significativa nos últimos anos, atendendo assim a demanda da produção cultural no país, que em 2010 já tinha 4% do PIB anual relacionado à economia da cultura¹⁰ (VALIATI; FIALHO, 2017).

A captação de recursos juntos às empresas no Brasil acontece principalmente porque as organizações preferem apoiar projetos de grande visibilidade comercial, como ações de artistas renomados, e que são realizados em centros urbanos, tendo assim melhor retorno de marketing cultural¹¹. Em relação à produção musical, por exemplo, avaliando duas décadas da Lei Rouanet, entre 1997 e 2017, percebe-se

⁹ As Leis de Incentivo são um modelo de renúncia fiscal, adotados pelos governos federal, estaduais e municipais, para incentivar projetos na área social, de cultura e de esporte. Quando uma pessoa jurídica ou física apoia um projeto, pré-aprovado junto à lei de incentivo, ela tem a possibilidade de realizar dedução de impostos que seriam pagos ao governo (CULTURA LIVRE PRODUÇÕES, 2017).

¹⁰ Economia da Cultura define a relação entre a cultura e os fenômenos econômicos. De acordo com Reis (2007, p. 7) “a economia analisa as relações entre oferta, distribuição e demandas culturais”. Estes estudos garantem à cultura, em seu diferente viés, uma posição no cenário dos debates e definições de orçamentos públicos, promovendo também um envolvimento do setor corporativo nas questões culturais.

¹¹ O marketing cultural é uma estratégia utilizada pelas empresas para que, por meio de patrocínios a projetos culturais, seja agregado valor às suas marcas (SEBRAE, 2016).

um crescimento de apenas 50,5% nos valores de captação de recurso. Em 1997 o Minc havia aprovado projetos no valor de R\$ 212,8 milhões. Desse total os proponentes conseguiram captar apenas R\$ 25,425 milhões, ou seja, 11,94% do valor total. Já em 2017, o valor aprovado pelo ministério foi de R\$ 1.421 bilhões, mas apenas R\$ 255,5 milhões foram captados, um total de 17,98% (BRASIL, 2018b). Em outras áreas, como as artes visuais, houve significativa queda na captação. Em 1997 o Minc havia aprovado projetos que chegavam ao valor de R\$ 40.511 milhões, captando apenas 29,31% desse recurso. Já em 2017 o valor aprovado foi de R\$ 767.270 milhões, mas apenas 20,83% conseguiu ser captado pelos proponentes (BRASIL, 2018b). Historicamente, a área com maior percentual de captação é a de patrimônio cultural, pois, desde 1992 conseguiu captar 29,25% do que foi solicitado ao Minc. Já as artes cênicas, que teve o maior valor de projetos aprovados desde 1992, um total de R\$ 20.270 bilhões, conseguiu captar apenas 21,73% desse recurso (BRASIL, 2018b).

No link transparência do portal da Lei Rouanet é possível identificar 20 propostas de universidades federais inscritas na lei de incentivo (BRASIL, 2018b), entre 2009 e 2018. Desse total, 13 são de uma única instituição, a Fundação de Apoio à Universidade Federal de São João del-Rei. e 17 propostas não apresentam qualquer recurso captado. Apesar do sistema não detalhar os motivos da não captação, em alguns casos aparecem informações como “Projeto arquivado - por excesso de prazo sem captação”, ou “Projeto arquivado a pedido do proponente”. Na Tabela 4 é possível identificar os valores de projetos aprovados e o que foi captado:

Tabela 4 - Relação de projetos de universidades federais aprovados e captados na Lei Rouanet entre 2009 e 2018 (Continua)

Instituição	Projetos apresentados	Valor aprovado	Valor captado	% Captação
Fundação de Apoio à Universidade Federal de São João del-Rei	9	R\$ 5.850.055,00	R\$ 1.913.000,00	32,7%
Universidade Federal de Goiás	1	Não apresenta	0	0%
Universidade Federal da Bahia	2	R\$ 227.770,00	0	0%
Universidade Federal do Rio Grande do Norte	1	Não apresenta	0	0%
Universidade Federal do Amazonas	1	Não apresenta	0	0%

Universidade Federal de S. Maria	3	R\$ 956.529,70	0	0%
Universidade Federal do Ceará	2	R\$ 769.861,50	0	0%
Universidade Federal de São Carlos	1	R\$ 193.453,00	0	0%
Total	20	R\$ 7.997.669,20	R\$ 1.913.000,00	24%

Fonte: Brasil, 2018b. Tabela elaborada pela autora.

Os dados apresentados pela área de transparência da Lei Rouanet indicam ainda que os projetos são, muitas vezes, apresentados por grupos isolados dentro das universidades, como departamentos e cursos. Outra importante análise é que, mesmo inscritos na lei de incentivo, as instituições também buscam outras fontes de patrocínio, como no caso da Universidade Federal de Santa Maria. Analisando a tabela, é possível compreender que, mesmo com o empenho das universidades em produzir e inscrever projetos em leis de incentivo há ainda um enorme desafio no processo de captação, principalmente pelo viés não comercial do trabalho desenvolvido pelas instituições de ensino e que têm um público definido - sua comunidade acadêmica.

Considerando o cenário das políticas de incentivo à cultura e também do atual estágio das universidades brasileiras que, para Santos e Filho (2012, p. 124), tem uma estrutura curricular com “concepção fragmentada do conhecimento, alienada da complexidade dos problemas da natureza, da sociedade, da história e da subjetividade”, tendo ainda muito a superar, inclusive à “incultura: formação técnica-profissional culturalmente empobrecida” (SANTOS; FILHO, 2012, p. 126), é coerente dizer que há um longo caminho a se percorrer na estruturação de ações que fortaleçam a missão da universidade na formação humana e social dos estudantes através do trabalho no campo cultural.

Em relação ao desenvolvimento de ações que fomentem a cultura, ainda são incipientes os processos de divulgação e avaliação desses projetos dentro das universidades. A não ser pelos projetos implementados junto a outros órgãos governamentais, como no caso do PMCU e da Lei Rouanet, é difícil quantificar e qualificar o esforço e o trabalho realizado pelas universidades na área cultural. A liberdade de produção existente dentro dos muros das instituições e os limites técnicos de registro e avaliação dessas ações são alguns dos empecilhos para tal constatação. Outro ponto a se considerar é que qualquer ação dentro das universidades deve contar com dotação orçamentária. Nesse cenário, Durham

(1989) recorda que ainda hoje, em relação aos recursos recebidos pelas universidades, se tem como referência primordial não quanto a universidade custa, mas, sim, quanto cada docente e funcionário recebe, visto os custos da universidade serem problemas secundários. O mesmo acontece com as demandas oriundas da comunidade discente. Para a autora

sem a liberdade de distribuir o orçamento, as diferentes demandas não são confrontadas internamente e não são processadas em termos de prioridades institucionais, mas são todas repassadas diretamente para o órgão financiador através de mecanismos independentes de pressão e reivindicação (DURHAM, 1989, p. 29).

Em muitos casos, esses pedidos são encaminhados aos colegiados e conselhos das instituições, fazendo com que a definição da política cultural da universidade, que incluía os recursos e as ações a serem tomadas no sentido de sua efetivação, entre elas, as de gestão e avaliação dos programas e projetos da área, fique à mercê da força de sua representação nos espaços de decisão das universidades. Tendo como premissa que a universidade é uma instituição social que, como recorda Chauí, representa o modo de pensar e fazer de uma determinada sociedade, não sendo, portanto, “realidade separada e sim uma expressão historicamente determinada de uma sociedade determinada” (CHAUÍ, 2001, p. 35), é possível concluir que nossas instituições de ensino têm replicado a ordem social que não tem como prioridade o fomento e a promoção da cultura, limitando, nesse sentido, o acesso aos estudantes, principalmente, os oriundos das classes econômicas menos favorecidas, a projetos e equipamentos que possam contribuir de forma coesa na sua formação humana e profissional.

2.2 Proposta metodológica de ida a campo

A partir desse ponto do trabalho, é apresentado o percurso metodológico adotado na construção desta pesquisa, ou seja, o caminho tomado para a construção do tema. Para Gil (2002) toda pesquisa é desenvolvida a partir da utilização dos conhecimentos disponíveis ao pesquisador e também do uso cuidadoso de métodos, técnicas e outros procedimentos científicos. Ele lembra que a pesquisa acontece a partir de um “processo que envolve inúmeras fases, desde a

adequada formulação do problema até a satisfatória apresentação dos resultados” (GIL, 2002, p. 17).

Buscando classificar o modelo de pesquisa realizada para a construção do texto, é possível dizer que ela é considerada exploratória, uma vez que, para Gil (2002), é a pesquisa que tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o tema e com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou constituir hipóteses. Gil (2002) lembra que a pesquisa exploratória é flexível e leva em consideração variados aspectos relativos ao fato que está sendo estudado. O autor afirma ainda que a pesquisa, na maioria dos casos, assume a forma de pesquisa bibliográfica ou de estudo de caso (GIL, 2002).

Após a identificação do problema proposto, que se deu a partir das experiências que tive como produtora cultural do setor de CCE da UFJF-GV, defini que a melhor forma de conduzir a pesquisa exploratória seria através de pesquisa bibliográfica, que é “desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (GIL, 2002, p. 44). Para a pesquisa bibliográfica foram analisados livros, publicações, teses e dissertações e diferentes artigos que buscam contribuir no debate acerca do espaço dado à cultura nos ambientes formais de educação.

Também foi utilizada a pesquisa documental, ou seja, a análise de documentos estruturados por diferentes órgãos, como a UFJF, o MEC e o Minc, principalmente os que se relacionam à gestão dos processos artístico-culturais dentro das escolas e das universidades. Apesar de, enquanto procedimento, a pesquisa documental se parecer muito com a pesquisa bibliográfica, elas são diferentes. Gil (2002, p. 46) explica que

enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa.

Na pesquisa em questão, a utilização dos dois modelos foi fundamental para a estruturação de uma análise mais condizente com a realidade, tendo em vista a dinamicidade da temática, dos inúmeros avanços ocorridos nas últimas décadas em relação à área cultural e também pela significativa autonomia das universidades, que

permitem que as instituições operem de forma diferente, mesmo diante de uma mesma legislação.

A elaboração da dissertação utilizou ainda o levantamento de dados. De acordo com Gil (2002, p. 50), “as pesquisas deste tipo caracterizam-se pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer”. O levantamento de dados ocorreu por meio de duas abordagens qualitativas – a aplicação de um formulário, no modelo de entrevista semiestruturada, com gestores da universidade, e a de um questionário, que foi aplicado junto aos estudantes, com a perspectiva de analisar o perfil sociocultural dos discentes da UFJF-GV. O uso de duas metodologias se fez necessário devido à complexidade do enfoque da pesquisa.

Por meio da abordagem qualitativa foram realizadas as entrevistas com os gestores da UFJF e da UFJF-GV que atuam em cargos que influenciam diretamente a execução dos trabalhos culturais na universidade. Tendo em vista que a abordagem qualitativa das entrevistas tem como material primordial da investigação “a palavra que expressa a fala cotidiana, seja nas relações afetivas e técnicas, seja nos discursos intelectuais, burocráticos e políticos” (MINAYO; SANCHES, 1993, p. 245), percebemos que o método seria a melhor forma de compreender a situação que está sendo vivida pelo *campus* avançado, no que tange a área cultural, uma vez que as entrevistas possibilitam uma interpretação mais coesa com a realidade, e é utilizada para compreender fenômenos específicos e delimitáveis mais pelo seu grau de complexidade interna do que pela sua expressão quantitativa.

Minayo e Sanches (1993) recordam que se adequam ao cenário qualitativo, por exemplo, o estudo do desempenho de uma instituição ou o estudo da configuração de um fenômeno ou processo, que é o caso do cenário da produção cultural na UFJF-GV. Os autores reforçam que tal método não é interessante para pesquisas que buscam compor grandes perfis populacionais ou indicadores macroeconômicos e sociais (MINAYO; SANCHES, 1993).

Para as entrevistas foram selecionados a pró-reitora de Cultura da UFJF, que está à frente da Pró-Reitoria desde abril de 2015; o diretor da UFJF-GV, eleito como diretor do *campus* avançado em setembro de 2016, mas que atua no cargo como diretor interino desde 2015; o coordenador administrativo da UFJF-GV, à frente do cargo desde maio de 2017 e o produtor cultural e representante da equipe de CCE da UFJF-GV, que atua no setor desde setembro de 2015. A definição dos

entrevistados se deu pela importância do cargo que os mesmos ocupam dentro da instituição para o planejamento e a produção das ações culturais. Também foi considerada a premissa de compreender qual a perspectiva de cada um dos gestores, tanto do *campus* sede quanto do *campus* avançado, em relação ao trabalho que está sendo realizado em Governador Valadares.

Quadro 4 - Identificação dos entrevistados

Entrevistado	Identificação
Pró-reitora de Cultura da UFJF	Entrevistado 1
Diretor da UFJF-GV	Entrevistado 2
Coordenador administrativo da UFJF-GV	Entrevistado 3
Produtor cultural e representante da equipe de CCE da UFJF-GV	Entrevistado 4

Fonte: Quadro elaborado pela autora.

As entrevistas tiveram como objetivo compreender qual a expectativa dos diferentes setores, através do retorno desses servidores, a respeito do planejamento para a gestão cultural dentro da universidade. Gil (2002, p. 115) recorda que a entrevista pode ser considerada “como a técnica que envolve duas pessoas numa situação ‘face a face’ e em que uma delas formula questões e a outra responde”. Na produção do roteiro da entrevista foi levado em consideração o histórico do entrevistado, no que se refere ao seu contato com a área cultural ainda na infância e na vida escolar, e também o seu envolvimento no planejamento e execução das ações de cultura da UFJF-GV. O roteiro, disponível como Apêndice A, é composta por dez perguntas, sendo que a última é um espaço de consideração pessoal por parte dos entrevistados, os deixando à vontade para acrescentar informações que acharem pertinentes.

A coleta de dados por meio das entrevistas aconteceu entre os dias 21 de março e 15 de abril de 2018, mediante interação junto aos gestores. As entrevistas realizadas com os gestores do *campus* avançado aconteceram entre os dias 12 e 30 de março, de forma presencial. Como o setor de CCE, onde atuo, e a diretoria geral do *campus* funcionam na sede administrativa da UFJF-GV, foi possível agendar as entrevistas pessoalmente e realizá-las em dias alternados, sendo elas feitas na seguinte ordem: entrevistado 2, entrevistado 4 e entrevistado 3. O agendamento prévio facilitou a realização da entrevista, principalmente com os entrevistados 2 e 3, que estão sempre fora da sede por motivo de Reuniões, viagens técnicas ou visitas aos institutos e demais setores do *campus* avançado. No caso do entrevistado 4,

devido a sua presença no setor de CCE, foi possível realizar a entrevista no mesmo dia do agendamento. Em média, as entrevistas duraram aproximadamente 30 minutos, e os entrevistados foram esclarecidos sobre a proposta da pesquisa, assinando os termos de consentimento. Através de colocações claras e pausadas, os entrevistados não demonstraram resistência em responder às perguntas, relembando os limites técnicos e financeiros da área e salientaram a importância do levantamento de informações para melhoria dos trabalhos.

No caso do entrevistado 1, devido à distância física entre o *campus* avançado e o *campus* sede e o tempo definido de produção de coleta de dados, foi preciso que a entrevista fosse realizada por e-mail. O formulário foi enviado no dia 19 de março por meio do e-mail institucional do mestrado. A resposta do entrevistado 1, assim como a autorização para utilizar as respostas na dissertação, chegou no dia três de maio. Tendo ciência dos limites impostos por esse método de entrevista, uma vez que não foi possível o contato face a face, podendo assim o pesquisador analisar, através do comportamento não verbal (GIL, 2002) do entrevistado, situações que sejam inerentes às perguntas, situações essas que auxiliam a contextualizar melhor as respostas obtidas nas entrevistas, a análise das respostas do entrevistado 1 se ateve ao conteúdo compartilhado por ele, não sendo então levando em considerações uma análise dos gestos e feições, que poderiam ter surgido durante a entrevista e que contribuiriam na interpretação das informações.

Paralelamente às entrevistas, entre os dias 19 de março e 15 de abril, foi aplicado um questionário sociocultural junto aos estudantes da UFJF-GV. A pesquisa junto aos estudantes teve como objetivo analisar a origem dos discentes, bem como seus históricos em participação de atividades extracurriculares, principalmente as voltadas para a área cultural, tanto na infância quanto agora na universidade. Por isso optou-se pela utilização de questionários, uma vez que esse instrumento pode ser aplicado a um grande número de estudantes, contribuindo para que a pesquisa tivesse uma amostragem maior para análise do cenário cultural dos acadêmicos da UFJF-GV. De acordo como Gil (2002), não há normas rígidas para se realizar a construção do questionário. No entanto, a produção do documento levou em consideração algumas regras propostas pelo autor, como iniciar com as perguntas mais simples e finalizar com as mais complexas e a inserção de uma introdução que apresentava o motivo da pesquisa e a importância das respostas (GIL, 2002).

Ao todo, o questionário, disponível como Apêndice B, apresentou 43 perguntas. Desse total, apenas duas não eram respostas obrigatórias – que necessidade especial apresentava (11) e possibilidade de comentários sobre a pesquisa e o tema (43). As 21 primeiras perguntas buscaram identificar o perfil socioeconômico do estudante. Entre as perguntas 22 e 36 o questionário indagou sobre a formação, o histórico em atividades culturais e sobre os atuais interesses artístico-culturais dos estudantes. Entre as perguntas 37 e 43 os estudantes demonstraram quais os projetos culturais do *campus* avançado eles conhecem, e também qualificaram o trabalho que está sendo realizado.

O questionário foi aplicado de forma pré-teste para quatro estudantes da UFJF-GV, identificando assim se as perguntas estavam claras, o que facilitaria o entendimento e as resposta do público, e também avaliando o tempo que os estudantes levariam, em média, para responder o questionário. O pré-teste foi muito importante, uma vez que auxiliou a identificar quais perguntas poderiam ter seu enunciado melhorado, já que “pode ser conveniente fazer uma mesma pergunta sob duas formas diferentes, com o objetivo de sondar a reação dos pesquisados a cada uma delas” (GIL, 2002, p. 120).

Após o retorno do pré-teste, o questionário foi disponibilizado no formato *online*, utilizando a ferramenta Formulários Google e pode ser acessado pelos estudantes tanto em computador quanto por celular. Levando em consideração os limites técnicos da ferramenta gratuita e também na expectativa de facilitar o acesso dos estudantes, o questionário foi apresentando em formato único, tendo seus assuntos divididos apenas de forma conceitual, não sendo apresentando em blocos. Em um primeiro momento, no dia 21 de março, o documento foi disponibilizado em uma comunidade na rede social Facebook, que tem o nome de UFJF Governador Valadares. Essa comunidade tem atualmente 6.045 membros, entre estudantes e servidores do *campus* avançado. Logo depois, o link foi compartilhado com duas TAE que tem grande contato com os professores da UFJF-GV, sendo uma ligada ao Departamento Básico de Saúde e outra à Biblioteca do ICV. Por parte da TAE do Departamento Básico, os questionários e um pedido formal de apoio de divulgação entre os estudantes foram encaminhados por e-mail para coordenadores e professores do departamento. Ao todo, 38 profissionais tiveram acesso ao documento. Além disso, a TAE encaminhou o e-mail para 10 turmas do curso de Medicina.

Também foram enviados e-mails para outros 15 coordenadores, professores e TAE do ICV e para profissionais do ICSA, sempre solicitando que eles encaminhassem os questionários para os estudantes. Esses servidores foram selecionados de acordo com o potencial de sua articulação entre os estudantes. O questionário foi enviado ainda, através da ferramenta WhatsApp, para mais de 20 líderes estudantis, como representantes do DCE, dos DA e das Ligas Acadêmicas. Junto ao envio, havia um pedido para que o formulário fosse compartilhado com maior número possível de estudantes da UFJF-GV. A divulgação massiva dos questionários entre os estudantes do *campus* avançado teve como objetivo fazer com que as respostas obtidas no questionário representassem, na medida do possível, a diversidade de estudantes presentes na UFJF-GV. Com isso, o resultado contribuiu na estruturação de um diagnóstico mais próximo da realidade do perfil cultural dos estudantes da UFJF-GV. No cenário proposto de identificação de possíveis soluções para os problemas na gestão cultural do *campus* avançado, a entrevista e o questionário se apresentaram como instrumentos fundamentais para se reconhecer as perspectivas e os anseios dos envolvidos na área. Através dos dois instrumentos foi possível mapear alguns dos pontos fortes e fracos do trabalho realizado, bem como identificar em quais áreas de atuação o *campus* avançado poderá focar o seu trabalho cultural.

2.3 Reflexões sobre o cenário cultural da UFJF-GV

Buscando refletir sobre os resultados dos instrumentos utilizados nesta pesquisa, a partir da posição ocupada por cada um dos participantes, a análise das informações será dividida em duas seções. No primeiro momento será feita uma avaliação das respostas dos estudantes ao questionário encaminhado para a comunidade discente. A análise dos dados leva em consideração o histórico dos estudantes, em diferentes setores – econômico, social, cultural, etc. - que reflete diretamente na relação que os mesmos têm, na atualidade, com o trabalho desenvolvido dentro da universidade.

Em um segundo momento foi feita a análise das entrevistas realizadas com os servidores da UFJF e da UFJF-GV diretamente ligados à gestão da área cultural. Essa análise buscou compreender a posição de cada gestor a respeito da política de

cultura da universidade – o que está sendo feito e o que precisa ser melhorado para que a instituição possa avançar nesse cenário.

2.3.1 Perfil dos estudantes da UFJF-GV e suas expectativas em relação à universidade

Identificar o perfil sociocultural dos estudantes das universidades públicas é um passo importante para se pensar e planejar políticas e projetos que contribuam efetivamente para o desenvolvimento de ações culturais pertinentes à realidade dos estudantes. Mas a identificação desse perfil exige um trabalho árduo, uma vez que qualquer pesquisa nesse cenário precisa levar em consideração diferentes variáveis que permeiam a educação pública superior, entre elas a dinâmica orgânica das instituições de ensino, que ainda não têm um sistema nacional de cadastrado unificado de suas atividades, servidores, cursos e entre outros.

Em nível nacional, uma das pesquisas mais importantes sobre o perfil do estudante do ensino superior é realizada pela Andifes. Ao lançar a quinta edição da Pesquisa do Perfil Socioeconômico dos Estudantes das Instituições Federais de Ensino Superior, em janeiro de 2018, a associação recordou que os dados coletados “são fundamentais por gerarem subsídios para políticas públicas e diagnóstico de como está constituído o corpo discente das instituições federais de Ensino Superior, com a finalidade de auxiliar, sobretudo, nas demandas de assistência estudantil” (ANDIFES, 2018a).

É interessante observar que, na edição de 2014, a pesquisa já diagnosticou grande diferença no público das universidades. De acordo com matéria do site da associação, a quarta pesquisa mostrou uma evolução no perfil dos graduandos, sendo que o número de alunos negros havia triplicado entre 2003 a 2014. Os dados comprovaram que os estudantes que se consideravam negros e pardos representavam, há três anos, 47,5% do total de alunos das universidades federais do Brasil (ANDIFES, 2018b). A evolução dos números entre as duas pesquisas, que aconteceram em um intervalo de 11 anos, se deu principalmente, de acordo com a associação, pelos

processos seletivos massivos, como o Enem, a criação de mais de 300 *campi* no interior do País e a Lei de Cotas, criada em 2013, e que garantiu o ingresso de 32% dos estudantes que compõem o

corpo discente das 63 universidades federais brasileiras (ANDIFES, 2018b, s/p).

Além da diversidade de raças, a expansão das universidades, marcada fortemente por políticas como o Reuni, também possibilitou uma diversificação nos quesitos socioeconômicos, uma vez que cada vez mais pessoas de pequena renda acessam o ensino superior público e buscam, por meio da assistência estudantil, a sua manutenção no ambiente acadêmico. Também marcam esse novo cenário a o intercâmbio de regiões dentro de um mesmo *campus*, que acontece graças à interiorização dos *campi* e da possibilidade de acesso às vagas em outras cidades e estados. Outro fator que chama a atenção é a diversidade de sexo e gênero.

Por isso, a urgência das instituições de se atentarem para o fomento à produção cultural dentro do espaço universitário. Ações que deem oportunidade para que a diversidade seja reconhecida e respeitada, e também que contribuam para a ampliação do capital cultural dos estudantes, principalmente daqueles que, durante a infância, não tiveram acesso a projetos culturais de qualidade. Todo esse trabalho tende a possibilitar maior integração entre os estudantes, gerando assim para um ambiente respeitoso e solidário, que zele sempre pela diversidade no ambiente público.

Em relação ao questionário utilizado como instrumento desta pesquisa, o mesmo obteve 368 respostas, de um universo aproximado de 2700 estudantes. Na Tabela 5 é possível identificar os números que se destacam entre as respostas.

Tabela 5 – Dados significativos do perfil socioeconômico dos estudantes da UFJF-GV

Pergunta	Maior representação	Nº respostas	% do total
Idade	20 anos	67	18,2%
Sexo	Feminino	258	70,1%
Naturalidade	Governador Valadares	118	32%
Estado	Minas Gerais	316	85,9%
Estado Civil	Solteiro	356	96,7%
Onde você mora em Governador Valadares?	Com a família/parentes	166	45,5%
Tem filhos?	Não	357	97%
Qual foi a sua forma de ingresso na UFJF-GV?	Enem	272	73,9%

Fonte: Pesquisa Perfil sociocultural dos discentes da UFJF-GV, 2018. Tabela elaborada pela autora.

Em relação à naturalidade, o questionário ressaltou que o *campus* de Governador Valadares tem recebido pessoas de inúmeras cidades do país. Ao todo, o questionário ressaltou que, entre as respostas, havia pessoas naturais de 101 cidades brasileiras e três do exterior. A origem mais distante de Governador Valadares foi da cidade Ji-Paraná, um município do estado de Rondônia que fica há 2.968,7 km do *campus* avançado. Minas Gerais é o estado mais presente nas respostas do questionário, sendo que 85,9% dos participantes vieram de 75 cidades mineiras. Chamou a atenção o número expressivo de valadarenses que responderam a pesquisa, sendo eles 32% dos questionários. O Vale do Rio Doce também é bem representado, com 28 estudantes de Ipatinga e 14 de Caratinga. Os números demonstram que a estruturação da UFJF-GV, através das políticas de expansão da educação pública superior, como o Reuni, contribuiu para o atendimento à realidade da região leste de Minas, que tinha até o momento um número expressivo de cursos particulares, mas poucos públicos¹². Tais números reforçam a estruturação de Governador Valadares como um polo regional de educação superior, retomando a proposta contida no PDI 2015-2019 da UFJF, de alavancar o desenvolvimento do Vale do Rio Doce (UFJF, 2014a).

Além da ampliação de atendimento a regiões do interior do país, o processo de expansão das universidades está, mesmo que paulatinamente, permitindo maior diversificação no perfil dos estudantes da educação pública superior. Dados da IV Pesquisa do Perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das instituições federais de ensino superior brasileiras, realizada pela Andifes em 2014 e publicada em 2016, ressaltam que em um período de quase 20 anos – entre 1996 e 2014 – foi possível observar um crescimento expressivo na representação de pardos e negros nas instituições federais. Segundo o documento, houve um crescimento de 167% no número de pardos e 233% no número de negros. Enquanto isso, o número de autodeclarados brancos cresceu em 53,9% (ANDIFES, 2016). A associação recorda que os números também representam uma ampliação na composição da sociedade brasileira no período de quase 20 anos – 1996 e 2014. Houve uma redução da população Branca - 55% para 45% - e crescimento das populações

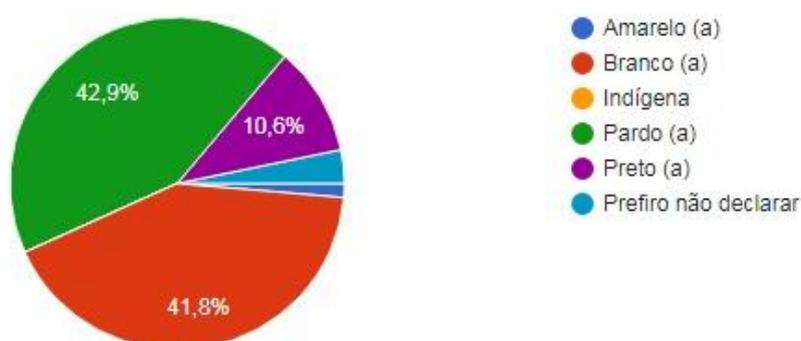
¹² Até 2012 havia, em Governador Valadares, diferentes cursos particulares oferecidos pelas seguintes instituições de ensino superior: Univale, Fadvale, FAGV, Unipac e Pitágoras, Funorte, Uninter, entre outras. A cidade conta ainda com um campus do IFMG e um polo da UAB (VASCONCELOS, 2018).

Preta e Parda - 44% para 53% (ANDIFES, 2016). Para a Andifes essa mudança demonstra também um amadurecimento social, uma vez que ela é

bastante significativa para um perfil populacional e que parece estar mais relacionada ao processo de autodeclaração, com a mudança daqueles que se autodeclaravam brancos apenas como um resultado de um racismo latente na sociedade (ANDIFES, 2016, p. 4).

A pesquisa de 2014 demonstrou que, dentre os estudantes do ensino superior público federal, a população amarela representava 2,3% dos estudantes; a branca 45,7%; a parda 37,7%; a preta 9,8%; os indígenas apenas 1% e os sem autodeclaração eram 3,7% do total (ANDIFES, 2016). O atual quadro da UFJF-GV, que veio se estruturando nesse processo de expansão da educação superior pública federal e também em maior conscientização social, apresenta dados similares ao cenário nacional. Quando questionados sobre como se considera, em relação às categorias do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o gráfico da resposta 9 da pesquisa do Perfil sociocultural dos discentes da UFJF-GV, que deu origem ao Gráfico 1, tem grande similaridade aos dados da Andifes de 2014.

Gráfico 1 – Identificação de raças dos respondentes, segundo categorias do IBGE



Fonte: Pesquisa Perfil sociocultural dos discentes da UFJF-GV, 2018. Gráfico elaborado pela autora.

O gráfico da pesquisa, junto aos estudantes da UFJF-GV, ressalta uma situação alarmante: a pouca presença de autodeclarados índios na educação

superior pública federal. No diagnóstico feito pela Andifes em 2014 apenas 1% dos estudantes se autodeclaravam indígena. Já na pesquisa realizada no *campus* avançado da UFJF não houve representação, apesar do *campus* estar inserido em uma região de importantes comunidades indígenas, como os Krenak¹³. Nesse sentido, se considerarmos a importância da democratização do acesso ao ensino público superior, de modo que o mesmo seja capaz de refletir e contribuir no enfrentamento e na melhoria das condições de grupos minoritários, como os indígenas, a UFJF-GV tem o desafio de articular formas de inserção desses grupos, revisando e ampliando o trabalho realizado pela assistência estudantil, além de fortalecer os projetos relacionados às comunidades indígenas, como os de extensão e pesquisa.

Outro ponto muito importante a ser melhorado na UFJF-GV é a adesão de pessoas com necessidades especiais. De acordo com a pesquisa apenas 4,9% do público apresenta alguma deficiência, principalmente no enquadramento físico. Este número é um reflexo do cenário nacional, uma vez que na pesquisa IV Pesquisa do Perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das instituições federais de ensino superior brasileiras, realizada pela Andifes em 2014, diagnosticou que apenas 3% dos graduandos das instituições de educação superior pública federal apresentavam algum tipo de deficiência (ANDIFES, 2016). Os números demonstram um cenário retrogrado do país, que ainda não consegue realizar a inclusão por diferentes fatores. Dados da Cartilha do Censo 2010 – pessoa com deficiência, produzida pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (BRASIL, 2012c), afirmam que 23,9% da população brasileira têm algum tipo de deficiência, seja ela visual, auditiva, motora e mental ou intelectual. No entanto, neste mesmo ano apenas 6,7% das pessoas com deficiência possuíam diploma de cursos superiores neste ano, enquanto 10,4% das pessoas sem deficiência já tinham passado pela graduação (BRASIL, 2012c).

Para a UFJF-GV, a mobilização em prol de maior entrada de pessoas com deficiência no *campus* avançado esbarra principalmente na falta de estrutura física. Apesar de ser crescente a consciência e a legislação que garanta as adaptações à

¹³ Originários da região leste de Minas, os índios Krenak passaram por vários processos de desterritorialização, desde a construção da Estrada de Ferro Vitória a Minas, a partir de 1905. No final da década de 1950 os índios retornaram para o Vale do Rio Doce, para a região da cidade de Resplendor, cerca de 130km de Governador Valadares. Atualmente são cerca de 600 índios morando em pequenas reservas ao longo do Rio Doce (KRENAK, 2017).

realidade das pessoas com deficiência, muitos espaços são construindo ou projetos são estruturados sem se levar em consideração tal fator. O aluguel da sede administrativa da UFJF-GV, por exemplo, que pode ser observado no Contrato nº 149/2017, aconteceu após inúmeros processos licitatórios que não recebiam propostas que atendessem às necessidades da universidade, sendo necessário um processo administrativo de inexigibilidade de licitação (UFJF, 2017h). Apesar de buscar um espaço o mais adaptável possível às necessidades de um setor público, que deve prezar pela democratização de seu acesso, a sede tem um andar que só é acessado por escada, limitando, com isso, a entrada de pessoas com mobilidade reduzida.

Para minimizar o problema, os principais setores de atendimento ao público ficaram no primeiro andar, como a Central de atendimentos e o Recursos Humanos. Outros setores como o CCE, que tem ações junto à Diretoria Geral do *campus*, foram alocados no segundo andar do prédio, limitando o atendimento ao público, principalmente aos estudantes. O contrato da sede administrativa tem vigência de cinco anos, com possibilidade de prorrogação, e não apresenta cláusulas que definam possível alteração na estrutura do espaço para que ela seja adaptada, em especial, para acessibilidade de deficientes físicos.

Em relação aos projetos culturais, nas audições do Coral Universitário – edição 2018, aconteceu a inscrição de uma pessoa paraplégica, uma caloura do curso de Farmácia. Como os ensaios do Coral são realizados em auditório cedido pelo GV Shopping, e o espaço só é acessado por escadas, foi preciso conversar com a inscrita e informar que, naquele momento, não era possível que ela participasse da atividade do Coral. Foram apresentados os outros projetos para a estudante, que demonstrou interesse em contribuir com o setor de Cultura da universidade. Durante a conversa foi informado também que a organização do projeto está a procura de um espaço acessível para os ensaios do Coral, mas há grande limitação na cidade, principalmente de um auditório em área central, que consiga atender às necessidades de logísticas da comunidade acadêmica que está espalhada em diferentes pontos da cidade e também de cessão gratuita do local, como é feito pelo GV Shopping.

Perpassados pelos desafios de infraestrutura, a pesquisa realizada na UFJF-GV demonstrou que, em relação à renda familiar, o *campus* avançado apresenta grande diversificação de seu público, sendo destaque para o número de estudantes

com renda familiar de um a dois salários mínimos (R\$ 954,00 a R\$ 1.908,00), que são 21,5% do total de respostas. A Tabela 6 apresenta um panorama sobre a diversidade de renda familiar dos estudantes da UFJF-GV:

Tabela 6 - Pergunta 6 - Renda familiar

Valores	Frequência	Percentual
Menos de 1 salário mínimo (menos de R\$ 954,00)	15	4,1%
1 a 2 salários mínimos (entre R\$ 954,00 e R\$ 1.908,00)	79	21,5%
2 a 3 salários mínimos (mais que R\$ 1.908,00 até R\$ 2.862,00)	52	14,1%
3 a 4 salários mínimos (mais que R\$ 2.862,00 até R\$ 3.816,00)	52	14,1%
4 a 5 salários mínimos (mais que R\$ 3.816,00 até R\$ 4.770,00)	38	10,3%
5 a 6 salários mínimos (mais que R\$ 4.770,00 até R\$ 5.724,00)	32	8,7%
6 a 7 salários mínimos (mais que R\$ 5.724,00 até R\$ 6.678,00)	19	5,2%
7 a 8 salários mínimos (mais que R\$ 6.678,00 até R\$ 7.632,00)	16	4,3%
Acima de 8 salários mínimos (mais que R\$ 7.632,00)	65	17,7%
Total	368	100%

Fonte: Pesquisa Perfil sociocultural dos discentes da UFJF-GV, 2018. Tabela elaborada pela autora.

Ainda dentro do contexto familiar, um dado relevante da pesquisa no *campus* avançado é que o grau de instrução das mães supera a média nacional, indicada pela IV Pesquisa da Andifes, de 2014. Na UFJF-GV 41,6% dos estudantes têm mães com formação superior completa. A média nacional é de apenas 18,14% (ANDIFES, 2016). Já a formação dos pais se equipara a média nacional, sendo mais representativa a formação completa no Ensino Médio - 25,04% (ANDIFES, 2016). A realidade da UFJF-GV é de que 29,01% dos pais completaram essa etapa da educação. Toda essa diversificação do *campus* avançado já pode ser considerado reflexo da interiorização e do crescimento do número de campi universitários, além da ampliação dos métodos de ingresso à universidade, antes limitado aos vestibulares.

Entre as respostas da pesquisa na UFJF-GV, 73,9% dos estudantes ingressaram via Sistema de Seleção Unificada (Sisu), cuja nota é conquistada através do Enem. Além do exame unificado, 47,3% declararam ter utilizado o sistema de cotas, regido pela Lei Federal nº 12.711/2012 (BRASIL, 2012d), que abrange os critérios de renda familiar, origem de ensino básico, dando preferência à escola pública, raça e deficiência física. O número é menor que o geral da UFJF, em que os dois *campi* já somavam, em 2015, um total de 51% de estudantes cotistas (SANTOS, 2016). No entanto, o autor acredita que é crescente a eficácia na política de cotas, principalmente pelo Sisu, que possibilitou “uma maior mobilidade

acadêmica, contribuiu para o preenchimento das vagas destinadas aos grupos de cotistas, já que não é necessária a presença do candidato para a realização do vestibular” (SANTOS, 2016, p. 54). O caso da UFJF-GV é um exemplo disso, já que a pesquisa diagnosticou que o *campus* recebe pessoas de mais de 100 cidades brasileiras, sendo o Sisu uma grande oportunidade para que os estudantes possam entrar para a universidade.

Se de um lado há muito o quê se comemorar pelo crescente acesso de pessoas de escolas públicas no ensino superior público, por outro, a questão amplia as obrigações das universidades para com a formação humana dos estudantes, já que tal formação não tem sido possível na educação básica, devido à organização de currículos cada vez mais tecnicistas. Para Silva (2016) a estruturação de currículos mais técnicos ganhou maior dimensão a partir da década de 1970, quanto a legislação da educação brasileira passou a ser direcionada para o desenvolvimento de habilidades e conhecimentos necessários ao setor produtivo. A autora dá como exemplo a obrigatoriedade da formação profissional para os jovens, sendo que “nesse contexto, a pedagogia tecnicista introduziu nas escolas brasileiras um currículo por áreas de estudo, com ênfase no desenvolvimento de habilidades, atitudes e conhecimentos necessários à integração no processo produtivo” (SILVA, 2016, p. 204). Tal limitação está presente tanto na educação pública quanto na privada, sendo resquício de um sistema que não tem como prioridade a formação humana, mas sim técnica, ocasionando “uma inversão no processo pedagógico, de modo que as técnicas determinam os fins” (SILVA, 2016, p. 206).

Nesse cenário, as escolas apresentam estruturas e profissionais limitados no campo cultural e os estudantes têm pouco acesso a estas possibilidades fora da escola. Retomando os dados do Censo Escolar da Educação Básica 2016 (BRASIL, 2017c), que apontou que escolas brasileiras oferecem poucos espaços para o processo de ensino aprendizagem, principalmente no estímulo à formação cultural dos estudantes, a pesquisa proposta na UFJF-GV identificou que 89% dos estudantes tiveram acesso à biblioteca em suas escolas de educação básica, mas esse número cai para menos de 30% quando nos referimos a anfiteatro e 24% em relação às brinquedotecas. Além da estrutura limitada no ambiente escolar, que também dificulta a execução de atividades por parte dos professores, a pesquisa realizada na UFJF-GV diagnosticou que 53% dos estudantes, ou seja, 195 pessoas,

não tiveram acesso a nenhum curso de arte e de cultura na infância, como pode ser observado na Tabela 7¹⁴:

Tabela 7 - Pergunta 24 - Na infância e adolescência, você fez algum curso de arte e cultura? Se sim, marque aquele que fez por mais tempo

Respostas	Escolas Públicas	Escolas Privadas	Total	% do total
Não fiz cursos nessas áreas	130	65	195	53%
Artes cênicas (Dança, teatro ou circo)	28	31	59	16%
Música	43	33	76	20,7%
Outras ¹⁵	29	9	38	10,3%

Fonte: Pesquisa Perfil sociocultural dos discentes da UFJF-GV, 2018. Tabela elaborada pela autora.

Entre aqueles que dizem não ter feito nenhum curso na infância, 30,7%, 60 estudantes, declaram ter renda familiar de até dois salários mínimos. Destacamos também, nesse quadro, o número de pessoas com renda familiar superior a oito salários mínimos que também nunca participaram de um curso de cultura na infância, um total de 16,4% - 32 pessoas. Esse dado mostra que, além do fator econômico, as experiências na infância, no cenário cultural, dependem também de sensibilização por parte da família. Entre os que fizeram algum curso, 29,1% diz ter feito de forma particular, sendo que apenas 15,5% estiveram envolvidos na atividade por mais de três anos. Entre os que participaram de algum projeto cultural, a maioria é oriunda de escolas particulares e apresenta renda familiar acima de quatro salários mínimos. Em relação à formação dos pais, as mães desses estudantes têm, em sua maioria, curso superior completo e os pais, Ensino Médio completo.

Entre aqueles que tiveram a oportunidade de fazer algum curso relacionado à área cultural na infância, as modalidades mais acessadas são a música e as artes cênicas, que engloba a dança, o teatro e o circo. Esses dados refletem o cenário nacional. Na pesquisa “Públicos de Cultura”, realizada pelo Sesc e pela Fundação Perseu Abramo em 2013, na pergunta “Atividades Culturais que produzem”, as respostas que mais aparecem também estão relacionadas com a música e a dança,

¹⁴ Nesta tabela considera-se escolas públicas os estudantes que marcaram as opções escola pública, instituição militar e instituto federal de educação. São consideradas respostas de escolas particulares aqueles que disseram ter estudado em escolas particulares, metade em escola pública e metade em escola particular e misto.

¹⁵ No campo “Outras” estão aparecem as seguintes respostas: Artes plásticas/grafite; Artes visuais (fotografia, cinema, etc); Artesanato (bordado, crochê, papel machê, etc); Idiomas; Literatura; Desenho.

sendo que “Canta individualmente ou em grupo” e “Toca algum instrumento”, aparecem em 15% e 10% respectivamente das respostas. Já “Dança individualmente ou em grupo” representa 13% das respostas (SESC, 2013). Em relação à frequência a atividades culturais a pesquisa do SESC ressalta também que as artes cênicas, em especial a dança, e a música estão sempre em destaque: 80% do público diz sair ou já ter saído para Dançar em balada/ baile/ forró/ gafieira e 69% já assistiram a um show de música em casa, na rua ou outro local que não sala de espetáculo. Esses números caem muito quando o público é perguntado sobre a apreciação de espetáculos em equipamentos culturais específicos: apenas 11% já foram a uma ópera ou concerto de música clássica em sala de espetáculo e 25% foram a espetáculo de dança ou balé no teatro (SESC, 2013).

Para Iavelberg (2015), a prática diária de atividades no campo cultural, em especial no universo artístico, é o que permite que as pessoas levem para a vida adulta o interesse pela área. Ela ressalta que

para que se aprenda com profundidade na área de arte, para seguir aprendendo por si a vida pós-escolar, os alunos que frequentam as escolas precisam assimilar uma quantidade expressiva de conteúdos para que possam estabelecer relações complexas entre eles. Em outras palavras, arte se aprende, inclusive a fazer, portanto, a escola é o espaço onde se pode promover a postura investigativa do aluno (IAVELBERG, 2015, p. 145).

Iavelberg (2015) sintetiza, então, o que os dados apresentados pela pesquisa do Sesc e o resultado da pesquisa realizada na UFJF-GV comprovam: há grande dificuldade, por parte dos estudantes brasileiros, em especial dos mais pobres, em terem acesso e também produzirem atividades de cunho cultural, uma vez que a escola, que é responsável pela formação inicial dos cidadãos e deveria ser um espaço democrático no processo de ensino-aprendizado, não tem conseguido cumprir esse papel no campo cultural. A falta de oportunidade pode interferir diretamente na formação dessas pessoas enquanto cidadãos críticos à sua realidade e também na formação de público para o setor cultural. Além disso, a ausência do estímulo na infância, aliada à sobrecarga de atividades na fase jovem e adulta, faz com que poucos busquem pela oportunidade de participar de ações culturais depois que saem da educação básica. A Tabela 8 representa a relação

entre os estudantes do *campus* avançado que já fizeram curso de cultura na infância e os que fazem algum curso atualmente:

Tabela 8 – Relação de acesso a atividades de arte e cultura Infância X

Respostas	Atualidade		Atualidade	
	Na infância		Atualmente	
	Nº de estudantes	% de respostas	Nº de estudantes	% de respostas
Não fez / Não faz	195	53%	351	95,3%
Artes cênicas (Dança, teatro ou circo)	59	16%	5	1,3%
Música	76	20,7%	7	1,9%
Outras	38	10,3%	5	1,4%
Total	368	100%	368	100%

Fonte: Pesquisa Perfil sociocultural dos discentes da UFJF-GV, 2018. Tabela elaborada pela autora.

Devemos recordar que além do pouco estímulo recebido na infância, a ausência de participação em projetos de cunho cultural na atualidade é resultado também do pouco tempo dos estudantes para participar de ações fora da sala de aula, já que os currículos dos estudantes de graduação em universidades públicas são, quase sempre, de tempo integral. Percebe-se isso a partir do retorno em relação à participação em outras atividades acadêmicas. Atualmente 62% dos estudantes não participam de nenhum projeto dentro da universidade, seja de extensão, pesquisa, monitoria, entre outros. Também é grande o número de estudantes que não participam de outras atividades ligadas ao universo acadêmico, como atléticas ou DA, um total de 64,1%, apesar do expressivo número de atividades propostas pela própria universidade e também pelos grupos de estudantes. A baixa adesão pode ser um resultado da falta de estímulo, na educação básica, de maior envolvimento com ações extraclases. Esse reflexo também é visto em projetos fora da universidade, como mostra a Tabela 9:

Tabela 9 – Pergunta 29 - Além dos estudos e trabalho, com qual atividade abaixo você mais ocupa seu tempo?

Resposta	Nº de estudantes	% do Total
Religião	100	27,2%
Turismo, como passeios e viagens	21	5,7%
Atividades de arte e cultura, como teatro, música, cinema, etc. ¹⁶	84	22,8%
Esportes	71	19,3%
Outros ¹⁷	11	3%
Não realizo outras atividades	81	22%

Fonte: Pesquisa Perfil sociocultural dos discentes da UFJF-GV, 2018. Tabela elaborada pela autora.

Entre os números de destaque na tabela está a participação em atividades de esportes, que tem relação direta com a mobilização dos estudantes nas atléticas da universidade, já que pesquisa diagnosticou que, entre as atividades estudantis, 11,1% dos estudantes participam desses grupos. Esse número cai para 7,3% em relação ao DCE e aos DA. A pouca participação dos estudantes conflita com a proposta principal desses dois grupos, que foram constituídos historicamente para serem os espaços onde os estudantes possam se organizar de forma democrática para dialogarem com as instâncias superiores da universidade. Para Durham (1989) o fortalecimento das universidades, em especial da conquista de sua autonomia, perpassa principalmente pela organização dos diferentes grupos diretamente relacionados à instituição, uma vez que

a Associação de Docentes, o Sindicato de Funcionários e o Diretório Central de Estudantes são, todos eles, instituições já organizadas que representam o interesse dessas categorias. Eles, certamente, devem participar das negociações e assumirão, pela própria função que desempenham, a posição de defesa dos interesses corporativos que são, sem dúvida, legítimos neste contexto (DURHAM, 1989, p. 6).

Para a autora, é por meio da organização via assembleias, que os grupos definem suas prioridades de solicitação junto a gestão da universidade. Somente de forma coletiva é que podem levar “à mesa de negociação as posições que nelas preponderarem”, ou seja, que são de interesse da maioria dos estudantes. Portanto,

¹⁶ Além das respostas específicas para Atividades de arte e cultura (74 no total), apareceram respostas, nesse cenário, como assistir a séries, leitura e fazer desenhos.

¹⁷ Em Outros são identificadas respostas como envolvimento com eletrônicos (games), festas com amigos e estágio voluntário.

havendo pouca participação nos DCE e nos DA, há também o enfraquecimento do diálogo entre os estudantes e as instâncias superiores da universidade.

O dado mais expressivo na Tabela 9 é a participação de discentes envolvidos com atividades religiosas. Esse número é refletido no cotidiano da universidade, quem em cinco anos de existência já apresenta diversos grupos estudantis relacionados ao tema. Entre esses grupos destacam-se o Daniel Project, o Coletivo Urbano e o Núcleo Espírita Universitário, que envolvem estudantes de diferentes cursos e igrejas, mas de apenas uma religião – o Cristianismo.

Cortez Lopes (2015) recorda que a universidade, como ambiente moral, mudou muito no Brasil após as reformas e o processo de ampliação, já que “mais pessoas de diferentes ambientes e, sobretudo, de diferentes classes sociais passaram a frequentar o espaço universitário e, como consequência, a diversidade de concepções morais também aumentou” (CORTEZ LOPES, 2015, p. 62). O autor reforça que a ampliação na educação pública superior oportunizou

um significativo aumento da pluralidade do perfil dos estudantes, e esta pluralidade diz respeito a diferentes esferas, inclusive a esfera moral. Portanto, entender o contexto religioso e moral da universidade brasileira contemporânea pressupõe uma breve discussão sobre o significado dessa mudança, que está ligada à adoção da concepção inclusiva de educação, implementada de uma maneira específica no Brasil (CORTEZ LOPES, 2015, p. 62).

Ou seja, se a universidade sempre fora vista como uma instituição laica, agora ela precisa ser efetivamente reconhecida como um espaço democrático, onde as diferentes manifestações religiosas possam se fazer presente. Na atualidade, é imprescindível considerar a importância dos movimentos religiosos dentro do ambiente acadêmico, principalmente, levando em consideração o apoio emocional e psicológico oferecido aos estudantes, apoio este que muitas vezes não consegue ser oferecido em plenitude pela instituição. O grande desafio das Universidades é reafirmar o compromisso da instituição em ser espaço dinâmico e democrático, que preze e fomenta o interesse da comunidade acadêmica pela diversidade religiosa e pela tolerância ao diferente, criando um cenário onde todos os movimentos religiosos se sintam a vontade para se expressarem.

Em relação ao cotidiano no campo cultural, a pesquisa realizada na UFJF-GV diagnosticou também que a frequência em relação às essas atividades é pequena

entre os estudantes. Na Tabela 10, conseguimos ter um consolidado das informações obtidas através das perguntas 28, 31, 32, 33 e 35.

Tabela 10 – Relação de atividades culturais desenvolvidas pelos estudantes da UFJF-GV

Questão	Nº de respostas	% do total
Não toca nenhum instrumento musical	246	66,8%
Toca violão / cavaquinho	53	14,4%
Não leu nenhum livro de literatura no último ano	99	26,9%
Leu de 2 a 3 livros de literatura no último ano	107	29,1%
Lê (impresso ou virtual) ou assiste a jornal durante a semana	239	64,9%
Não lê revista impressa ou virtual durante a semana	230	62,5%
Vai ao cinema mais de 2 vezes ao ano	144	39,1%
Não costuma ir ao cinema	63	17,1%

Fonte: Pesquisa Perfil sociocultural dos discentes da UFJF-GV, 2018. Tabela elaborada pela autora.

Quando correlacionados aos os dados de origem dos estudantes, a relação escola pública com déficit de participação em projetos culturais fica um pouco mais visível. Um exemplo é que, entre os estudantes que afirmam não tocar nenhum instrumento musical, 65,4% são oriundos de escola pública. Entre aqueles que não leram nenhum livro de literatura no último ano, 66,7% vieram de escolas públicas. Entre os que não têm costume de ir ao cinema, 69,8% vieram de escola pública. Os números também revelam que as limitações de acesso às atividades culturais estão relacionadas aos limites financeiros. A maioria do grupo que “não leu nenhum livro de literatura no último ano” e dos que “não têm costume de ir ao cinema” informou ter renda familiar de até três salários mínimos. Quando analisamos pela ótica de origem dos estudantes – em sua maioria de escolas públicas – percebemos também a ausência de sensibilização na infância e na adolescência, que deveriam ter sido feitos ainda na educação básica.

Buscando reverter tal quadro, houve grande ampliação de leis educacionais que preveem a obrigatoriedade das escolas de oferecerem mais atividades de cunho cultural. Um exemplo é a Lei nº 13.006/2014 (BRASIL, 2014e), que está relacionada à obrigatoriedade de exibição de filmes nacionais nas escolas públicas. Para Bert e Ramos (2014), o espaço da escola é um lugar potente para a apreciação e produção da arte cinematográfica, já que nela as crianças e os adolescentes conseguem propor um diálogo entre tudo o que está sendo apreendido, criando a habilidade de

se observar e observar ao próximo com maior sensibilidade: “O desenvolvimento de tal habilidade não se restringe ao simples ato de assistir a filmes, mas tem ligação direta com o universo social e cultural dos sujeitos. Assim, a imagem em movimento tem correlação com aquilo que somos” (BERT; RAMOS, 2014, p. 101).

Importante frisar que a instauração de uma lei por si só não consegue efetivar as possibilidades que permeiam as ações culturais. Fresquet (2015) recorda que, especificadamente na questão da Lei nº 13.006/2016:

a exibição de filmes nacionais nas escolas não pode estar desacompanhada de questionamentos básicos sobre conteúdo, autoria, linguagem, gosto do público-alvo e relação dos filmes com a infraestrutura e cotidiano escolar das diferentes realidades do Brasil, tampouco do diálogo permanente com os atores abarcados (gestores, professores e estudantes) (FRESQUET, 2015, p. 165).

A preocupação de Fresquet em relação à efetivação da Lei nº 13.006/2016 também pode ser considerada na proposição de tantas outras leis que apenas indicam sobre a necessidade de produção de atividades culturais no ambiente escolar, sem definir claramente o montante e a origem dos recursos para tal desenvolvimento, tão pouco o processo de formação e o trabalho de reforma ou produção de infraestrutura nas escolas. Uma forma de avaliar o descaso do Estado nesse cenário é que o Censo Escolar da Educação Básica de 2016 (BRASIL, 2017c) não fez o levantamento dos espaços, dentro das escolas, que podem ser utilizados ou adaptados para a produção de atividades culturais, como salas de cinema, de dança e de anfiteatros. Como o Censo não observou tal critério e não registrou os dados, é quase impossível que um governo possa fazer a estruturação de políticas públicas que visam melhorar o trabalho nessas áreas.

Buscando compreender a visibilidade entre os estudantes em relação ao trabalho realizado pela UFJF-GV no setor cultural, a Pesquisa de Perfil sociocultural dos discentes do *campus* avançado propôs uma pequena avaliação sobre os projetos que estão sendo realizados pelo CCE dentro da universidade. Foram avaliados os cinco projetos de cunho estritamente cultural e que são executados com maior frequência na instituição. O resultado da avaliação feita pelos estudantes pode ser observado na Tabela 11:

Tabela 11 - Avaliação dos Projetos Culturais da UFJF-GV

Projeto	Ótimo	Bom	Ruim	Péssimo	Não conheço
Almoço com cantoria	63,9%	22,3%	0,8%	1%	12%
Cine Acadêmico	14,4%	11,1%	0,3%	0%	74,2%
Coral Universitário	32%	12,5%	0,3%	0%	55,2%
História em Movimento	7,3%	5,2%	0,8%	0%	86,7%
Vamos Ler!	18,5%	9,5%	1,6%	0%	70,4%

Fonte: Pesquisa Perfil sociocultural dos discentes da UFJF-GV, 2018. Tabela elaborada pela autora.

Entre os projetos avaliados na pesquisa, apenas um apresenta visibilidade maior que 50%, o Almoço com cantoria. O retorno da pesquisa se dá principalmente pelo projeto ser o mais antigo e também por acontecer em área frequentada pela maioria dos discentes, os RU. Além disso, o projeto contempla uma vertente artística muito comum no dia-a-dia dos estudantes, que é a música, já que 122 estudantes disseram tocar algum instrumento musical.

Os demais projetos apresentam pequena visibilidade entre os estudantes, sendo que chega a 86,7% o número daqueles que não conhecem, por exemplo, o História em Movimento. Idealizado em 2014, o projeto realizou sua primeira exposição em fevereiro de 2015 e teve seu site lançado em 2016. Como está diretamente ligado à preservação da memória do *campus* avançado, sua baixa visibilidade provavelmente se dá por ser um projeto estratégico, com poucas exposições durante o ano, até mesmo devido a falta de recurso próprio para impressão do material a ser exposto e também pelos limites de infraestrutura adequada para instalação permanente ou provisória do acervo. Tal projeto é extremamente importante para o cumprimento de um dos objetivos propostos para a ProCult, que é de “fomentar iniciativas culturais de relevância e valorização da memória com a intenção de resgate da história, de apoio à preservação do patrimônio cultural e de formação da cidadania” (UFJF, 2014a, p. 33).

Apesar dos esforços realizados para divulgação do Coral, que acontece principalmente através do trabalho de comunicação desenvolvido pelo setor de CCE, desde o processo de inscrição para as audições até as apresentações do grupo, o Coral Universitário ainda é pouco conhecido pelos estudantes. Questões como falta de espaço para a realização do projeto nos espaços alugados pela universidade, e o horário de ensaios noturnos, podem explicar a pouca visibilidade do Coral. De um modo geral, quando perguntados sobre o que acham do trabalho que está sendo

desenvolvido na universidade em relação à arte e à cultura, 39,7% dos estudantes responderam que o trabalho está bom e apenas 1,4% acredita ser péssimo.

Em relação à visibilidade dos projetos, destacamos o conhecimento acerca das atividades via colegas ou professores. Na tabela 12 é possível identificar os meios pelos quais os estudantes têm conhecimento dos projetos realizados:

Tabela 12 - Pergunta 38 - Em relação aos projetos culturais da UFJF-GV, por qual via você normalmente tem conhecimento das atividades?

Via de conhecimento dos projetos	Percentual do total de respostas
Facebook da UFJF-GV	38,6%
Colegas ou professores	31,8%
Site da UFJF-GV	8,7%
DCE, DA ou Atlética	4,1%
Coordenação do curso	2,7%
E-mail de divulgação	1%
Outras respostas	2,2%
Ainda não conheço nenhum dos projetos	10,9%

Fonte: Pesquisa Perfil sociocultural dos discentes da UFJF-GV, 2018. Tabela elaborada pela autora.

Também é representativo o número de estudantes que acompanham as ações através do Facebook. Já o site; o e-mail institucional tem baixa visibilidade. Tal retorno dos discentes é preocupante, uma vez que essas duas ferramentas são consideradas importantes na comunicação oficial dentro da universidade. Ressalta-se aqui que o reconhecimento e a crescente participação nos projetos da universidade devem contar com o apoio do trabalho feito pelo setor de CCE, no campo de divulgação. Esse trabalho é crucial tendo em vista diferentes limites impostos ao *campus* avançado, começando por ser uma instituição muito recente, que apresenta setores e projetos ainda em fase de organização, e por ser uma universidade que funciona em diferentes lugares dentro da cidade, o que ocasiona grande dificuldade no processo de comunicação interna. Para Vasconcelos (2018) uma importante estratégia para se melhorar o trabalho que está sendo realizado na UFJF-GV, apesar dos grandes limites estruturais da instituição, é a comunicação interna. Ele lembra que

as organizações que comunicam adequadamente têm uma relação de simbiose com seu público: as instituições sabem o que esperar desses grupos ao mesmo tempo em que este público também sabe o que esperar daquela organização. Através de processos

comunicacionais, isso vincula-se de maneira muito próxima ao conceito de legitimação, do estabelecimento da instituição em um processo de implantação como *campus* avançado. A universidade passa a construir seu significado e compartilhá-lo com a comunidade acadêmica e população em geral (VASCONCELOS, 2018, p. 72).

A proposta feita por Vasconcelos (2018) dialoga com o resultado da pesquisa realizada entre os estudantes. Quanto questionados sobre qual o principal ponto que precisa ser melhorado no trabalho cultural da UFJF-GV, os estudantes se dividiram entre uma “Melhor adequação dos horários e locais das atividades à comunidade acadêmica” - 25,8%, e “Mais divulgação” - 23,4%. No espaço destinado aos comentários, um comentário chamou a atenção, em que um dos estudantes diz que “acredito que uma melhor divulgação dos projetos culturais ofertados pela universidade se faz necessário, visto que em um ano e meio que estou nela nunca ouvir falar em metade dos projetos citados nessa pesquisa”.

Ou seja, apesar dos esforços do setor de CCE na produção de informações acerca dos trabalhos realizados, principalmente os ligados à área cultural, a pesquisa demonstrou que é preciso criar estratégias mais condizentes com a realidade dos estudantes, tentando alcançar com maior amplitude o público da comunidade acadêmica. Dessa forma, é possível evitar déficits ou ruídos na comunicação dos projetos. Para Vasconcelos,

É um risco iminente de que a informalidade prevaleça sobre a divulgação oficial de informações pela própria instituição.; uma vez estabelecidos esses canais extraoficiais, torna-se muito mais difícil a abertura de espaços institucionais dedicados ao fluxo de informações e o favorecimento do diálogo organizado entre os diversos setores da universidade. (VASCONCELOS, 2018, p. 67).

Fechando a pesquisa de perfil sociocultural dos estudantes, foi possível diagnosticar as áreas de interesse da comunidade discente. A Tabela 13 expõe o resultado da pergunta 40, que questionou sobre o tipo de projeto de arte e cultura que o estudante teria interesse em participar na universidade:

Tabela 13 - Interesses dos respondentes com relação a projetos de arte e cultura

Projetos	% do total
Música	22%
Artes Cênicas (Dança, teatro e circo)	22%
Artes visuais (fotografia, cinema, etc.)	18,2%
Literatura	8,7%
Artesanato (bordado, crochê, papel machê, etc.)	7,6%
Artes Plásticas/Grafite	5,4%
Outras respostas	0,9%
Não tenho interesse em nenhuma atividade	15,2%

Fonte: Pesquisa Perfil sociocultural dos discentes da UFJF-GV, 2018. Tabela elaborada pela autora.

Entre os que opinaram, os cursos e as atividades ligadas à Música e às Artes Cênicas (dança, teatro e circo) são os mais desejados, seguido pelo interesse pelas Artes Visuais (fotografia, cinema, etc.) e Literatura. O número de estudantes que não tem interesse em participar de nenhum projeto também é significativo, chegando a 15,2%.

No espaço para observações, apenas 12,2% dos estudantes deixaram algum comentário, crítica ou sugestão em relação ao trabalho cultural da universidade. Apesar de ser uma quantidade pequena em relação à amostragem, todas as falas são muito interessantes.; neste ponto é importante recordar que os estudantes normalmente comparam o trabalho realizado no *campus* avançado à sede, uma vez que a escolha da UFJF-GV se dá, muitas vezes, pelas boas referências que os estudantes têm em relação à UFJF. Este cenário pode ser considerado positivo desde que os estudantes reflitam sobre as diferenças existentes e passem a lutar pela constante melhoria da instituição onde estão inseridos.

Entre os comentários dos estudantes, é possível destacar falas bem realistas, como a de um aluno do curso de Medicina:

Os eventos não suprem o direito à cultura que a Universidade deveria cumprir. Além disso, não há espaços de convivência social e muito menos de lazer, o que prejudica intensamente a saúde mental dos discentes. O esporte não é prioridade das Atléticas que são fundações que só visam o lucro e cobram para os estudantes praticarem esportes sendo inacessível para a maioria. Os eventos realizados são, na maioria das vezes, em horários e locais inviáveis para todos os estudantes.

As questões relacionadas à infraestrutura são temas frequentes nas respostas dos estudantes. Um aluno do curso de Direito acredita que

[...] a nossa falta de estrutura são (*sic*) o ponto que mais dificulta a criação de qualquer coisa por aqui. Não temos espaço físico, o que faz com que não criemos uma identidade enquanto UFJF-GV. Não temos apoio nem pra pensar em algum projeto, muitos alunos têm vários talentos que poderiam ser usados para ampliar a gama cultural da universidade. Talvez com alguma estrutura mínima e oferta de bolsas fosse um bom início. Fazer atividades noturnas é crucial.

A extensa grade curricular, que dificulta que os estudantes participem de atividades que não estejam relacionadas à vida acadêmica também é refletida pelos estudantes. Uma aluna do curso de Medicina lamenta que, por causa da realização do sonho de ser universitária, precisou deixar de fazer muitas coisas que gostava:

Gostaria de ser mais participativa no que tange a arte e cultura. Entretanto, ao realizar esse questionário acabei de perceber que após meu ingresso na faculdade eu parei de fazer muitas coisas devido a falta de tempo. Não leio mais revistas, não vejo jornais, vou menos ao cinema, parei de praticar violão, não bordo mais, não pinto (tecido) mais. Enfim, isso é muito triste, mas a faculdade ocupa todo o tempo da minha vida, e o que me resta eu dedico a minha religião que, pra mim, é prioridade.

Apesar de não abrir espaço para que os estudantes justificassem cada uma das suas respostas, o histórico da pesquisa, que apresenta um grande número de discentes que não participaram e não participam de atividades culturais, e as observações deixadas por alguns estudantes, demonstram claramente a necessidade de sensibilização e de formação de público para a área cultural, ressaltando para a comunidade acadêmica a importância dos projetos para o seu desenvolvimento como profissionais que possam participar e ser críticos à realidade social.

2.3.2 Análise sobre a gestão da cultura no campus avançado

Considerando o atual cenário das universidades públicas que cresceram muito nas duas últimas décadas, principalmente, por meio de programas como o Reuni, mas que ainda enfrentam grandes desafios, principalmente no quesito

autonomia, as entrevistas realizadas com os gestores da UFJF e da UFJF-GV tiveram como objetivo identificar os limites e as potencialidades previstas por esses servidores para a área cultural do *campus* avançado. Por isso, o roteiro foi construindo de forma que a entrevista pudesse apresentar um panorama sobre qual é o entendimento de cada gestor a respeito do projeto de cultura dentro da UFJF-GV; o quanto cada um deles conhece do trabalho que está sendo realizado, bem como estão sendo geridos esses processos e quais são as expectativas deles a respeito do futuro das ações culturais.

De um modo geral, o cenário apresentado pelos gestores dialoga com as abordagens discutidas no I Seminário Cultura e Universidade – Bases para uma política nacional de cultura para as Instituições de Ensino Superior, que aconteceu na Bahia em 2013. O evento, que contou com cinco mesas de debate, ressaltou as perspectivas das instituições em relação à promoção de políticas públicas que realmente contribuíssem para que as universidades se tornassem espaços de produção e fomento à cultura. Tal expectativa tem amparo na ideia de Silva (2001), que acredita que as universidades públicas são umas das poucas instituições que ainda podem contribuir com projetos que estejam além dos interesses comerciais. Para o autor

os acessos ao mundo da cultura são cada vez mais intensamente submetidos a mecanismos alienantes, sem que o Estado assuma qualquer medida no sentido de garantir o acesso efetivamente democrático: pelo contrário, os poderes públicos se fazem cúmplices dos oligopólios midiáticos (SILVA, 2001, p. 303).

Para Silva (2001), a universidade pública é o espaço ideal para que a cultura se efetive sem estar presa aos limites das regras do mercado. No espaço propiciado por essas instituições, a cultura não precisa ser necessariamente, algo utilitário, atendendo à racionalidade midiática (SILVA, 2001). Por isso, a análise das entrevistas e o que elas representam em relação à gestão da cultura no *campus* avançado leva em consideração a realidade das instituições públicas de educação superior, que está diretamente ligada ao histórico da educação pública no Brasil, e também ao modelo de gestão que são submetidas às universidades na atual conjuntura econômica e política. Junto a isso, o estudo busca compreender o nível de sensibilidade dos gestores para a área cultural, uma vez que os mesmos

possivelmente receberam uma formação acadêmica estritamente tecnicista, sendo exceção os que fizeram cursos ligados à arte e à cultura.

Em um aspecto geral, as respostas dos entrevistados convergem em vários pontos, ressaltando que os limites impostos à universidade são parecidos em *campi* sedes e *campi* avançados. Temas como infraestrutura (seja por sua ausência ou pela manutenção dos espaços) bem como o déficit de número de profissionais atuando na área cultural são algumas das questões pontuadas pelos gestores. Quanto a essa última questão, todos os entrevistados assumem que o número de servidores lotados na área é pequeno. No entanto, a aproximação que o gestor tem com o dia-a-dia do trabalho faz com que esse déficit seja lembrado em outras respostas da entrevista.

Para os entrevistados 1, 3 e 4, sendo que o 1 e o 4 atuam diretamente na execução dos projetos, o número de servidores é pequeno e prejudica a efetivação do trabalho. Para o entrevistado 1 o atual número de servidores da área cultural que atuam em Juiz de Fora não atende à demanda do setor. Ele assume que

[...] infelizmente o número atual é bastante escasso para uma gestão com 15 setores para administrar. Temos, no momento, 27 profissionais terceirizados entre curadores musicais, designers, restauradores, assistentes de produção, profissionais do setor de expografia, biblioteca, técnicos e assistentes de palco, dentre outros. Mas é um quadro insuficiente para as extensas demandas dos equipamentos de Cultura ligados diretamente a Pró-Reitoria de Cultura (ENTREVISTADO 1, 2018).

Além de não ser um número suficiente, a resposta do entrevistado ainda remete ao fato de que, em sua maioria, os profissionais não são servidores efetivos, mas sim terceirizados, apesar de alguns equipamentos culturais já estarem sob a gestão da UFJF desde 1994, como Cine-Theatro Central (IPHAN, 2012). Ou seja, em mais de 20 anos de gestão do equipamento não houve autorização de código de vagas para profissionais com especialidades específicas para atuarem no espaço. Não é possível identificar na resposta do entrevistado 1 se a ausência desses servidores ocorre pela falta de solicitação dos profissionais pela universidade, ou se houve negativa, pelo MEC, de algum pedido feito pela instituição. O que se pode concluir é que a utilização quase que exclusiva de terceirizados faz o trabalho da Procult ficar refém dos processos de licitação e contratação de serviços.

Em relação ao número de profissionais, para o entrevistado 3, o *campus* avançado tem um cenário para a produção cultural bem mais complexo que a sede, principalmente pela questão de infraestrutura. De acordo com ele

...nós sabemos que a realidade do *campus* aqui de GV é uma realidade totalmente diferente, porque a gente não tem infraestrutura legal. Até para poder atender todos os projetos culturais que poderiam ser realizados, nem a própria cidade tem estrutura para receber... Nós não temos um teatro adequado, nós não temos praças públicas adequadas, né, para poder receber esse tipo de eventos. Dentro da instituição nós temos aqui... nós temos... Flávia, Ivan, Lúcia, Juliana... E... Envolvidos com esse evento são só esses quatro. São só esses quatro.; é muito pouco. Se você for pensar num público aí de hoje mais ou menos de 2500 alunos, mais quase 500 servidores... É... daria-se para promover vários eventos culturais, né? Então acho que quatro pessoas é muito pouco. Muito pouco.; ainda tem uma situação pior que é que não temos terceirizado aqui pra dar apoio. Então é muito pouco (ENTREVISTADO 3, 2018).

O entendimento de que o número de servidores é realmente pequeno é confirmado pelo entrevistado 4, que recorda ainda que, apesar de ter hoje quatro profissionais lotados na área cultural, o trabalho não é executado por todos, já que o CCE também responde por outras duas áreas: jornalismo e eventos.

De cultura mesmo que atuam diretamente, praticamente são dois: você e a Lúcia. Eu, mais na parte do apoio. Embora meu cargo seja produtor cultural, eu não atuo tanto na área até por falta de tempo de dedicar nisso. É... atendido a demanda que a gente tem o hoje (silêncio) não é adequado... não é suficiente, mas com certa criatividade e jogo de cintura a gente consegue dar conta do que a gente tem. Não é o ideal, as coisas que a gente executa não são feitas com a facilidade que a gente esperava, pra gente cuidar mais da organização, e não tanto ter que colocar a mão na massa igual a gente coloca. Então assim, a pergunta “Se o número tem atendido?”... Não tem. Não acho que é ruim. Eu acho que a gente tem um quadro de servidores que, por exemplo, enquanto a gente tem aqui um quadro sete no setor, o IFMG tem um jornalista, não tem nada vinculado à cultura. Tem ações pontuais que não são desenvolvidas por profissionais, por exemplo, ligados à área cultural. Então, assim, aqui a gente tem certa vantagem, uma certa facilidade a mais. Mas, como eu disse, não é nem suficiente, nem muito menos adequado (ENTREVISTADO 4, 2018).

Dentre as colocações feitas pelos gestores, apenas o entrevistado 1 pontua que o trabalho cultural da UFJF tem alguns profissionais específicos, como curadores, restaurados, etc., mas não cita os nomes ou áreas de atuação do

campus avançado. Por sua vez, os gestores do *campus* avançado não mencionam o trabalho realizado em Juiz de Fora, fato que demonstra que as ações em prol da política de cultura da UFJF ainda não são integradas. Em relação à UFJF-GV, os gestores do *campus* avançado também não mencionam que os servidores que atuam na CCE têm formação generalista, sem especialização na área cultural, já que o edital do concurso previa apenas a formação em Comunicação Social, como jornalismo, relações públicas e publicidade (UFJF, 2014c).

Apesar da presença do produtor cultural dentro das universidades ser um grande avanço das últimas décadas, ainda é pouco claro qual é formação ou função real desses profissionais dentro das instituições. Essa indefinição pode ser explicada pela recência do campo de atuação. Cunha (2013) afirma que ainda hoje a escolha de um profissional para se atuar no campo cultural leva em consideração os conhecimentos multidisciplinares, que relacionam questões artísticas e culturais a conhecimentos sociológicos, antropológicos e políticos, bem como os “conhecimentos mais técnicos da comunicação, economia, administração e direitos aplicados à esfera cultura” (CUNHA, 2013, p. 24).

Para o autor, um trabalho de qualidade na esfera cultural dentro de qualquer instituição depende principalmente de

uma equipe qualificada tecnicamente, comprometida com os propósitos da instituição, além de desenvolver suas ações com base no planejamento estratégico, tendo clareza de seus objetivos, metas e resultados esperados e um plano de comunicação (interna e externa) para a instituição, mantendo, ainda, um permanente processo de monitoramento e avaliação de suas atividades e da sua relação com o público (CUNHA, 2013, p. 21).

O grande número de terceirizados que atuam nos equipamentos culturais em Juiz de Fora e o pequeno número de servidores que atuam na área cultural nos dois *campi* reforçam a urgência da proposta da Andifes para o Minc e MEC sobre a necessidade de inclusão, no Plano de Cargos e Salários das universidades públicas, de funções e vagas específicas para a área de arte e cultura (BORGES FILHO, 2010). Para Cunha (2013) a presença de profissionais capacitados é fundamental para o bom andamento dos trabalhos culturais. O autor defende que os profissionais tenham também sensibilidade e formação específica para tal, já que na atualidade

a formação do gestor cultural deve ser entendida como uma composição de elementos, em que só o autodidatismo não consegue mais responder a todas as demandas do processo formativo e nem o ambiente estritamente acadêmico, que ainda não é suficientemente específico (CUNHA, 2013, p. 24).

O reconhecimento da importância da profissionalização no campo cultural dentro das instituições públicas de educação é urgente, sendo referenciado, além do Fórum Universidade Pensa Brasil: Universidade, Arte e Cultura (BORGES FILHO, 2010), no PNC (BRASIL, 2010a) e nos debates realizados por Cerreti (2014), Valiati e Fialho (2017) e Reis (2007), que ressaltam que a profissionalização é um impulso à economia da cultura.

Se por um lado todos os gestores assumem que o número de profissionais lotados na cultura é pequeno, por outro, apenas os que atuam diretamente com as ações é que conseguem citar os nomes dos projetos que estão sendo desenvolvidos na universidade. Importante frisar que nenhum gestor consegue citar todas as ações em andamento. Quando é pedido para que relate quais são as principais ações desenvolvidas por ele e pelo setor dentro da universidade, em relação à política de cultura da UFJF, o entrevistado 4 diz que

nosso setor aqui que é justamente Comunicação, Cultura e Eventos, então a gente cuida... tenta cuidar bem dessa parte da cultura, porque seria nossa responsabilidade aqui no campus. Eu, diretamente, não me envolvo nas ações, dou sempre apoio para você né, principalmente que cuida muito dessa parte, e a Lúcia também.; eu fico mais nessa parte do apoio. Então assim, por mim, seria mais a parte do apoio dentro do setor das ações que a gente já desenvolve, né, o Coral, o Almoço com Cantoria, algumas outras ações pontuais. A Lúcia tem aquele projeto lá do acervo histórico, que de certa forma tem um lado um pouco cultural. A gente tem tentado inserir algumas ações culturais dentro de eventos institucionais, como agora fizemos com a recepção aos calouros e a apresentação do Coral, enfim...; algumas outras pequenas ações. Geralmente ligadas à parte de música porque a gente tem, principalmente, entre os discentes muitos que se apresenta dessa forma [...] (ENTREVISTADO 4, 2018).

Em sua resposta, o entrevistado 4 reforça que a equipe, apesar de contar com quatro profissionais, tem apenas dois atuando diretamente com as ações. Os projetos ligados à música são os primeiros a serem citados, conectando-se à demanda dos estudantes. O entrevistado 4 tenta também se recordar do História em Movimento, um projeto que, apesar da pouca visibilidade entre a comunidade

acadêmica, tem grande importância para a universidade, já que responde aos anseios de preservação e promoção da memória do *campus* avançado, conectando o trabalho da UFJF-GV à realidade de Governador Valadares. O História em Movimento atende ao PDI da UFJF, que define que é papel da universidade “fomentar iniciativas culturais de relevância e valorização da memória com a intenção de resgate da história, de apoio à preservação do patrimônio cultural e de formação da cidadania” (UFJF, 2014a, p. 33).

Por sua vez, o entrevistado 1 cita o nome de todos os equipamentos culturais da UFJF em Juiz de Fora. A possibilidade de envio das informações por e-mail possivelmente garantiu que, ao produzir a resposta, o entrevistado 1 pudesse pesquisar e conferir os nomes dos equipamentos.

A Pró-Reitoria de Cultura da Universidade Federal de Juiz de Fora, cuja criação se deu em 2006, vem ampliando seu campo de atuação ao longo dos anos, reorganizando os órgãos executores que trabalham com as políticas culturais dentro e fora da instituição. A ProCult, além de aliar-se aos três pilares que regem as atribuições de uma unidade de ensino, qual sejam Ensino, Pesquisa e Extensão, oferece à Zona da Mata Mineira um amplo e diversificado escopo cultural que traduz a sua responsabilidade social por meio de seus órgãos executores. São eles:

1. Cine-Theatro Centra
2. Museu de Arte Murilo Mendes
3. Centro Cultural Pró-Música
4. Escola de Arte Pró-Música
5. Fórum da Cultura
6. Museu de Arte popular
7. Coral da UFJF
8. Memorial da República Presidente Itamar Franco
9. Museu de Arqueologia e Etnologia Americana
10. Centro de Conservação da Memória
11. Museu do DC
12. Galeria Edson Motta
13. Galeria Hélio Fadel
14. Galeria Renato de Almeida
15. Coral UFJF /GV (ENTREVISTADO 1, 2018).

Apesar de mencionar todos os órgãos executores, ou seja, os equipamentos culturais do *campus* sede, o entrevistado 1 não faz menção a outros projetos desenvolvidos pela Procult, como o Som Aberto, um evento de grande porte que precisou ser cancelado devido os limites burocráticos para a utilização de recursos em serviços no campo cultural, além da questão da segurança pública no *campus* sede. Em relação à Governador Valadares, o entrevistado recorda apenas do Coral

Universitário, citando-o como um órgão executor da UFJF, ou seja, uma ação ligada à Procult, mesmo sem haver uma oficialização de que o Coral do *campus* avançado é considerado um equipamento cultural da UFJF. O entrevistado, no entanto, não citou outros importantes projetos, como o Almoço com Cantoria e História em Movimento.

Ao citar apenas os órgãos executores, o entrevistado 1 situa a política de cultura em Juiz de Fora sob o pilar de equipamentos culturais. Tal fato não diminui a importância e a qualidade do trabalho, ao contrário, apenas demonstra o empenho da UFJF em ser uma das poucas instituições federais a se preocupar em manter espaços que propagam a arte e a cultura, atendendo assim ao PNC (BRASIL, 2010a) e ao que a Andifes acredita ser também papel da universidade (BORGES FILHO, 2010). No entanto, ao relacionar a política de cultura aos equipamentos, ocorre um afastamento das propostas que devem ser pensadas para a cidade de Governador Valadares, já que o *campus* avançado não tem uma estrutura similar ao do *campus* sede e está presente em uma cidade que não oferece espaços e equipamentos culturais como os de Juiz de Fora. Cunha (2013) lembra que o trabalho relacionado aos projetos culturais precisa levar em consideração seus territórios, para que

dessa forma, ao elaborar projetos culturais, considerando o contexto no qual está inserido, precisamos ter consciência de que a forma estratégica de agir está em sintonizá-lo com a sua realidade, tornando-se essencial identificar, conhecer, valorizar, reforçar o que já existe: as culturas locais, a programação existente (calendário), formas de produção e de superação de problemas sociais e as necessidades específicas de cada contexto social, político e econômico (CUNHA, 2013, p. 24).

A autora recorda ainda que é, além dos conhecimentos administrativo-financeiros e organizacionais, a gestão cultural requer que o gestor compreenda que cada projeto tem um percurso lógico próprio, sendo, portanto, único, mesmo quando interligado com outros projetos afins e parceiros.

É preciso muita atenção à necessidade de recursos financeiros para que possa ser realizado, considerando as oportunidades de financiamento disponíveis, como editais de empresas públicas, privadas e de fundações, e também o uso de leis de incentivo no âmbito municipal, estadual e federal, os fundos de cultura, as parcerias, entre outros (CUNHA, 2013, p. 23).

Por isso, quanto o entrevistado 1 não correlaciona o Coral Universitário ao *campus* avançado, acaba por ocultar as diferentes dificuldades de manutenção do grupo, em relação ao Coral da UFJF, por exemplo. Entre essas dificuldades está o trabalho de regência: enquanto em Juiz de Fora há um número expressivo de professores de música lotados no IAD, que podem contribuir para a regência do Coral da UFJF, em Governador Valadares não existe ainda nenhum curso específico da área cultural, não tendo, portanto, profissionais qualificados e com possibilidade de carga horária para atuarem no trabalho de regência.

Além da desconexão entre o trabalho que está sendo realizado em Juiz de Fora e em Governador Valadares, as entrevistas demonstraram que há pouca comunicação entre os setores que fazem a gestão das atividades culturais. O Entrevistado 3, por exemplo, ressalta que conhece apenas as ações que passaram por sua análise.

Bem, o meu setor, como é a coordenação administrativa, ela não fica envolvida diretamente com essas ações. As ações elas são descentralizadas pelos setores, que hoje é realizado pelo setor de comunicação. Diretamente a gente não tem uma participação efetiva. A gente só faz a parte de apoio mesmo para que as ações possam acontecer, né? Olha... que eu lembro... coral... eu sei que tem. Eu lembro da... da... leitura dentro dos ônibus. Haa... Que eu me lembre assim são esses dois. Que efetivamente passou aqui pelo nosso setor e que a gente tem conhecimento, né? Outros eventos se estão sendo realizados não passou aqui pelo crivo da coordenação (ENTREVISTADO 3, 2018).

Em sua fala, o entrevistado 3 reforça que o seu trabalho está ligado à gestão dos processos, buscando justificar o distanciamento entre a gestão da universidade e dos projetos culturais. Nesse ponto, percebe-se que há uma falha na comunicação interna, dentre as quais, as ações que deveriam ter cunho institucional não são reconhecidas entre os gestores. Para Vasconcelos (2018) as falhas na comunicação interna têm impactos negativos no desenvolvimento dos trabalhos, já que

por envolver a equipe de colaboradores, a comunicação interna possui forte função estratégica e um vínculo muito estreito com a cultura e as diretrizes organizacionais. Constitui um processo fundamental para a construção dos objetivos da organização ao viabilizar e manter a coesão interna sobre os valores que se tornam identidade da instituição, ao mesmo tempo em que possibilita a

formação da sua imagem junto ao público externo (VASCONCELOS, 2018, p. 20).

O autor acredita que, no caso da UFJF-GV, a falha na comunicação entre os setores pode ser resultado da ausência de uma apresentação mais específica do trabalho desenvolvido pelo CCE. De acordo com ele o setor ainda não se manifestou no intuito de esclarecer sobre o trabalho que realiza e como deve ser o fluxo de demandas que viabilize o atendimento (VASCONCELOS, 2018). Apesar de simples, tal manifestação é de suma importância para que a comunidade acadêmica, em especial os gestores da universidade, possa reconhecer o trabalho que está sendo realizado, gerando assim o sentimento de pertença pelas ações e pelos bons resultados do mesmo. Caso contrário, haverá sempre um distanciamento entre o que é realizado pelo setor e a gestão da instituição.

Diante dos inúmeros problemas impostos às universidades, principalmente em relação à corte de orçamento (ANDIFES, 2017), buscar o reconhecimento das ações culturais como parte importante da formação acadêmica contribui para que a responsabilidade pela política de cultura da instituição, bem como suas ações, seja de todos. Enquanto isso não ocorre, há sempre a responsabilização daqueles que operacionalizam as ações, mesmo quando estes não têm autonomia para definir questões importantes, como os relativos a recursos. Além da responsabilização, a ausência de comunicação também pode ser usada como justificativa para não se conhecer de perto o trabalho que está sendo realizado, como pode ser percebido na fala do entrevistado 2

Nossas ações são estruturantes, né? As ações da direção geral tá vinculada à captação de recurso e os recursos são os financeiros e recursos humanos. E... Deste que eu entrei na direção a gente viu possibilidades de aprovados no concurso na questão da produção cultural e eu não vetei essas vagas na perspectiva de incentivar as questões culturais. Hoje são três produtores culturais. Então no ponto de vista estruturante sem isso não tem cultura. A nossa ação mais prática é inicial desde que entrei, foi não vetar essa possibilidade de ter pessoas cuidando disso no campus.; às ações que a gente é provocado, a gente dá o apoio que é possível (ENTREVISTADO 2, 2018).

A perspectiva de que o apoio ao setor ocorre nos momentos em que os gestores são provocados indica que o entrevistado 2 direciona a responsabilidade de efetivação dos projetos culturais ao CCE, um setor sem grande autonomia em

vários aspectos. Essa responsabilização acontece também em relação ao diálogo entre o *campus* sede e o avançado. Quando questionado sobre “Como é a relação entre os setores gestores de cultura da UFJF e da UFJF-GV?”, o entrevistado 2 diz que

É... hoje ela é... eu descentralizei isso no setor. Então... acaba que o contato do setor cultural comigo, no caso... Eu acho que a relação é boa, porque, assim, comigo, não necessariamente não sendo boa comigo não quer dizer que não seja boa com o campus. Então, considerando que essa demanda não chega pra mim, eu classifico como boa, porque se tivesse problema eu saberia, pelo menos eu seria mais provocado a resolver. Como eu não tô sendo... Eu sou provocado a resolver em várias frentes, mas nessa... então eu classifico como boa por não ser demandado, mas isso acho que o setor que vai ter melhor condição de responder... É... no ponto de vista efetivo, né? (ENTREVISTADO 2, 2018).

Interessante observar que para o entrevistado 2 a ausência de embates a serem resolvidos significa que há boa comunicação entre os setores gestores da Cultura da UFJF. Esse pensamento está baseado no cotidiano de conciliação de conflitos entre diferentes setores dos dois *campi*. No entanto, o gestor não leva em consideração que a ausência de embates pode significar também ausência ou dificuldade de interação, como é lembrado pelo entrevistado 1:

O Setor de Comunicação, Cultura e Eventos da UFJF-GV atua de forma isolada tendo total liberdade para desenvolver suas ações; vem desenvolvendo projetos muito interessantes, apesar de toda a dificuldade na gestão dos projetos culturais. Porém, a Procult tem se empenhado em atender a todas as demandas do setor e pretende ampliar as possibilidades de assessoria em estima ao relevante trabalho que este setor tem desenvolvido (ENTREVISTADO 1, 2018).

A pouca interação entre as duas áreas também é confirmada pelo entrevistado 4, que ressalta que a relação entre os setores de cultura dos dois *campi* é algo a ser melhorado:

Nossa... (risos) Haa... é uma relação (silêncio) que poderia funcionar muito melhor. É, mas assim... tentando também pro outro lado ver, de alguma forma positiva, é... Por exemplo, com a ProCult a gente tem muito pouco relacionamento. Mas é um pouco relacionamento que a gente tem hoje que há três anos atrás, quando eu entrei no *campus*, a gente nem sabia o que era ProCult, e eles muito menos sabiam o que era aqui no *campus*, inclusive o que podia ser feito... e o que era

feito. Então acho assim, ela poderia funcionar muito melhor, mas... com passos talvez mais lentos do que eu esperaria, isso tem sido ajustado um pouco. Mas isso tá bem longe de funcionar de maneira adequada (ENTREVISTADO 4, 2018).

A pouca relação entre o setor de cultura do *campus* avançado e a ProCult, indicada pelo entrevistado 4, remete à dificuldade de definição da hierarquia do setor em relação ao organograma do *campus* avançado, que foi formalizado em 2017 (VASCONCELOS, 2018) e define que o CCE responde à Diretoria Geral do *campus*. No entanto, no início de seus trabalhos o setor atendia à DirCom e posteriormente à Diretoria de Imagem Institucional. A trajetória do setor é sem dúvida um motivo para que ainda hoje haja confusão sobre quem é a responsabilidade da gestão de ações culturais no *campus* avançado. O entrevistado 3, por exemplo, direciona sua fala para a Diretoria de Imagem Institucional, quando é questionado sobre a relação entre os gestores da área cultural:

Olha, a opinião que eu tenho de... como coordenador administrativo, com relação à gestão do pró-reitor Juiz de Fora, é que não é uma via de comunicação muito adequado. Acredito que o pró-reitor lá... ele age como se o setor de comunicação de GV fosse dele não de GV realmente... Então isso, às vezes, deixa um pouco de ruído aí na comunicação. Às vezes GV entende que a gente deveria optar por outras linhas trabalho, mas o setor ainda fica sobre a influência dessa Pró-Reitoria.; o que eu não... Assim, a minha opinião de coordenador não é o adequado, porque são realidades totalmente diferentes e necessidades totalmente diferentes (ENTREVISTADO 3, 2018).

Tal indefinição, principalmente para a política de cultura, fragiliza o trabalho da universidade. Para Cunha (2013) umas das primeiras ações para o bom gerenciamento de ações culturais é o desenvolvimento de um organograma, que presente de forma clara como deve acontecer as relações entre os setores e as atribuições de cada um deles, se constituindo de

uma forma de controle dos processos de gestão, que devem ter uma avaliação contínua, jamais se tornando uma estrutura estática, considerando a necessidade de flexibilidade para ajustes e adequações às realidades apresentadas no ambiente da instituição (interno e externo) (CUNHA, 2013, p. 17).

A defesa de Cunha (2013) pela definição de um organograma respalda-se ainda na importância das instituições de definirem com clareza a responsabilidade de cada setor a respeito dos projetos que estão sendo desenvolvidos. Durante a entrevista, percebe-se que os gestores responsabilizam quase que exclusivamente o CCE sob a produção das ações culturais, sem considerarem os limites impostos ao setor. Entre esses limites é possível identificar a ausência de autonomia na tomada de decisões que envolvem orçamento, na incógnita sobre de quem é a gestão direta dos trabalhos culturais – Diretoria Geral do *campus* avançado, Diretoria de Imagem Institucional ou ProCult – além do pequeno número de profissionais que atuam no setor. Todos esses fatores impactam diretamente no trabalho, ficando este desprestigiado dentro da instituição. Para Cunha (2013) o trabalho de uma instituição cultural depende de grande organização, podendo essa

desempenhar o seu papel com maior eficiência, além de se posicionar diante de uma estrutura maior de governo, no caso público, ou de um departamento de cultura dentro de uma empresa, na qual está inserida. Em ambos os casos, o objetivo é estabelecer um patamar de igualdade nos embates institucionais com os demais setores que compõem a sua estrutura organizacional (CUNHA, 2013, p. 16).

Em uma Ifes, podem-se considerar embates institucionais desde a definição do número e da formação servidores dos lotados na área de produção cultural, até o orçamento, que é quesito básico para o funcionamento de qualquer setor. Nas universidades, os embates entre as áreas acontecem principalmente nas Reuniões dos conselhos, onde, de forma coletiva, são tomadas inúmeras decisões a respeito do funcionamento das instituições. As deliberações do *campus* sede da UFJF acontecem nas Reuniões do Consu, que têm, em sua composição, representantes dos conselhos de Graduação, Pesquisa e Extensão e Cultura (UFJF, 2015a), em que é possível se colocar com maior frequência as demandas específicas de cada área, que são dadas a conhecimento de forma previa a reitoria. É por meio dessa articulação que a ProCult tem conseguido, mesmo que lentamente, os recursos para a gestão cultural, como lembra o entrevistado 1, quando questionado sobre as fontes de recurso para a área cultural:

Os projetos da UFJF são executados com recursos próprios da administração superior, não havendo quaisquer parcerias com

instituições privadas, a exceção do Festival Internacional de Música Cultural Brasileira e Música Antiga que conta com o apoio da Fapdepe para gerenciar o recurso investido pela UFJF (ENTREVISTADO 1, 2018).

Já na UFJF-GV esses embates poderiam ser feitos no Conselho Gestor. No entanto, a estrutura do Conselho do *campus* avançado é diferente do Consu, apresentando em sua composição cadeiras para os diretores das unidades acadêmicas, os coordenadores de cursos de graduação e de pós-graduação stricto sensu e os chefes de departamento (UFJF, 2017i), não reservando espaço específico para as áreas de extensão e cultura, por exemplo. As solicitações dessas áreas devem sempre ser apresentadas por algum dos representantes já previstos na constituição do Conselho.

Além da composição pouco representativa, ainda não foi feita uma agenda fixa de encontros do Conselho Gestor, sendo que as Reuniões ordinárias e extraordinárias foram agendadas, até o primeiro semestre de 2018, com poucos dias de antecedência. Outra fragilidade do Conselho Gestor é que as Reuniões, apesar de abertas a toda a comunidade acadêmica, muitas vezes têm, em suas pautas, a apresentação de 'informes da direção do *campus*' (VASCONCELOS, 2018). O autor acredita que, atualmente, o Conselho é um espaço onde são repassados aos conselheiros e aos participantes diversas informações e ideias planejadas para a universidade. Ele lembra ainda que "as Reuniões muitas vezes não contam com adesão significativa tanto de servidores quanto de alunos e, por ter uma pauta definida, nem sempre favorece o livre diálogo e manifestação" (VASCONCELOS, 2018, p. 58).

A pouca abertura para se discutir o planejamento da UFJF-GV, em especial o orçamento, fez com que até maio de 2018 o maior recurso solicitado pelo CCE à Diretoria Geral do *campus* avançado foi para a licitação de eventos, que visava atender ações específicas do setor, como a colação de grau e a recepção aos calouros. Nesse orçamento foi inserido o pedido de estrutura de som para as apresentações do Coral Universitário, uma vez que nos anos anteriores o setor teve inúmeras dificuldades para efetivar esse trabalho. O setor não havia, até então, sugerido ou solicitado recurso específico junto à Diretoria Geral do *campus*, ou durante as Reuniões do Conselho Gestor. Em todos os casos, os recursos ficavam sempre previstos e esperados dentro do orçamento definido para a Diretoria Geral

do *campus* avançado. Esse cenário parecia ganhar um novo aspecto quando, na 22ª Reunião do Conselho Gestor, realizada em maio de 2018, foi informado o repasse de R\$ 40 mil para a área cultural, dos recursos da Diretoria Geral do *campus* avançado (UFJF, 2018h). A definição do valor e a finalidade do recurso para a área cultural era o de “compra e contratação de espaços e serviços essenciais para essas atividades” (UFJF, 2018i). Tais definições não foram debatidas previamente com o setor CCE, mas sim pela Comissão Permanente de Planejamento e Orçamento da UFJF-GV, composta por sete servidores do *campus* avançado que definiram a distribuição dos recursos após três encontros da comissão (UFJF, 2018i). Mesmo após o anúncio na Reunião do Conselho Gestor não houve comunicação oficial ao CCE sobre o recurso e de como este seria utilizado. Esta situação indicou que, para alguns gestores do *campus* avançado, a contribuição do CCE nas deliberações sobre as questões que remetem à área cultural não era algo prioritário.

Apesar do recurso aprovado não ter sido discutido junto ao CCE, o valor de R\$ 40 mil é o primeiro recurso destinado especificamente para a área cultural na UFJF-GV, sendo que até então não havia orçamento para atividades culturais, nem na perspectiva da Diretoria do *campus* avançado, nem na Procult, como lembra o entrevistado 2 quando questionado sobre as principais fontes de recursos para a efetivação dos projetos da UFJF-GV:

Fonte de recursos específicos não. Que eu tenha conhecimento não. Na verdade nunca teve uma conversa da pró-reitora comigo, de uma forma bem direta. Ela já esteve aqui com a equipe, né? Sei que ela esteve, conversou sobre o teatro municipal, na época ela quis até esse equipamento pra gente, pra aquisição, mas isso não andou muito. Mas acabou que como o campus GV nós não... como em Juiz de Fora são mais de dez Pró-Reitorias, várias direções e pró-reitor... A extensão, por exemplo, está muito presente aqui em Valadares comigo... Acaba que a Pró-Reitoria de Cultura tem a parceria com o setor, mas eu não acompanho tão de perto como as outras áreas (ENTREVISTADO 2, 2018).

O entrevistado 4 corrobora com o entrevistado 2 e, como servidor que atua diretamente na produção dos projetos, reforça que a falta de recurso desestimula o planejamento dos trabalhos:

Não existe. Acho que o *campus* pega peca muito ainda por não haver uma organização disso... É... Aí não sei... Mas acho assim falta gestão do *campus* reconhecer a cultura como uma ação institucional,

que assim, traz muito valor ao *campus* enquanto imagem, enquanto presente. Porque quando a gente sugere ações, muitas vezes ações que são vinculadas diretamente a iniciativas no campo cultural, geralmente são as primeiras a serem cortadas.; a gente perde muito com isso. Continuando essa parte eu falei que as ações são as primeiras a serem cortadas quando a gente envolve recurso. E, assim, causa um certo sentimento na gente quando a gente vê que em Juiz de Fora todas as ações acontecem. Não sei se lá existe um certo planejamento como tem sido tentando implementar aqui no *campus*... a gente fazer um planejamento de orçamento e tudo dos gastos, enfim...; quando a gente faz o planejamento aqui, como eu disse, as ações culturais são as primeiras a passarem a faca. Em Juiz de Fora as coisas acontecem. A gente já vê, parece que é às vezes, tipo assim pega daqui, pega de lá, e lá se viabiliza as coisas.; aqui a gente não tem abertura.; a gente sente também um pouco de falta de apoio principalmente dos gestores do *campus* sede para que a gente conseguisse viabilizar as coisas aqui. Eu não vejo muita facilidade nesse relacionamento nosso com eles (ENTREVISTADO 3).

O pouco ou zero recurso destinado à área cultural no *campus* avançado é amplificado pela dinâmica das universidades públicas, que apresentam uma estrutura de utilização de orçamento já pré-definidas, quase sempre norteadas pela divisão de recursos entre as unidades acadêmicas, que respeita a equivalência de quantidade de alunos e a manutenção de sua infraestrutura. Para Durham (1989) a falta de liberdade na distribuição do orçamento limita as universidades a definirem as prioridades institucionais, dificultando a transferência de recursos para a Cultura, principalmente pela especificidade da área, um setor em que muitas vezes o processo de aquisição de materiais e de serviços é muito peculiar, sendo necessário que as compras ou contratações sejam respaldadas pelo artigo 25 da Lei nº 8.666/1993, que garante que é inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição no caso de “contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública” (BRASIL, 1993). Os limites impostos pelo modelo de distribuição de recursos são lembrados pelo entrevistado 1, quando questionado sobre os principais problemas enfrentados pela área de produção cultural na UFJF e na UFJF-GV:

No meu ponto de vista, o engendramento do sistema público federal é extremamente lento e pouco hábil para resolver demandas que exigem rapidez e agilidade, como a grande maioria das ações ligadas a Cultura. A área de produção cultural apresenta processos diferentes de outras áreas, pois lida com questões extremamente

diversificadas em suas proposições. Há, por exemplo, uma profunda dificuldade em adquirir materiais de baixo custo tais como tinta guache, papel pluma, papel cartão ou outros materiais típicos de uma oficina de arte-educação. Este mês, infelizmente, chegamos ao ponto de ter que encerrar as atividades de arte-educação no MAMM, exatamente por falta destas minúcias, o que considero lamentável em face a relevância do trabalho desenvolvido nos setores de mediação artística do Museu (ENTREVISTADO 1, 2018).

Também o entrevistado 2 corrobora com a questão de limites impostos no processo de aquisição de serviços e materiais dentro da universidade:

A gente... muitas vezes a gente se vê travado em desenvolver algumas ações por falta de orçamento ou falta de mecanismo de pagar, de adquirir um item. Você vai fazer um coffe-break pra um evento, que é importante para a organização daquele evento... Tô dando um exemplo, mas são vários, né? Você quer alugar um microfone que naquele lugar não tem. Então esses... Resolver pequenos problemas é um grande desafio. Como a pergunta são quais os principais problemas, às vezes têm pequenos problemas que não são tão grandes, mas que atrapalham, né, na questão do... que eu vi lá no dia do coral da universidade, lá do som, né? Às vezes é um fio que não funciona, como você vai resolver aquilo? Então ainda tá desenvolvendo os mecanismos operacionais de aquisição, como de manutenção.; a gente não recebeu um pacote pronto da sede. Então a gente teve que aprender fazendo. Então a gente ainda tá resolvendo pequenos problemas e que às vezes esses pequenos problemas se tornam grandes problemas (ENTREVISTADO 2, 2018).

Para além da dificuldade de gestão de recursos dentro das universidades, tanto pelo crescente corte do orçamento pelo Estado, quando pelo engendramento do sistema público, o descaso com os processos que viabilizam ações no campo cultural também se apresenta como uma escolha estratégica de atuação dos gestores das instituições. Chauí (1993) recorda que os procedimentos legais instaurados, e que tanto dificultam o trabalho da Cultura, são defendidos em prol de maior controle e fiscalização do bem público, mas muitas vezes

operam para manutenção de mandos e poderes e não para a proteção efetiva da coisa pública. Assim, sob a máscara da impessoalidade racional (tão louvada por Weber), imperam vontades pessoais e personalizadas que representam grupos e interesses políticos, sociais e econômicos (CHAUI, 1993, p. 21).

Portanto, é visível que, além as dificuldades impostas pelo sistema, a produção cultural dentro das universidades sofre ainda com a pouca sensibilidade dos gestores e dos demais servidores para a efetivação dos projetos.

Um processo (documento que dá existência administrativa e legal a uma ação qualquer), pode percorrer seu caminho pelas instâncias administrativas em algumas horas ou em muitos meses: a diferença não é determinada pela complexidade do assunto, mas pela vontade de quem o faz caminhar ou parar nos escaninhos e nas gavetas (CHAUI, 1993, p. 22).

Por isso, a sensibilização daqueles que estão à frente dos processos públicos e que respondem pelas demandas no campo cultural deve acontecer de forma rotineiramente dentro de todas as instituições. A dificuldade de definição de orçamento específico e da gestão de contratações no campo cultural são pontos discutidos pela Andifes junto ao Minc e ao MEC (BORGES FILHO, 2010). A associação já requisitou maior apoio dos ministérios aos programas de arte e cultura das Ifes que são encaminhados para apreciação de estatais, como Petrobras e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A Andifes também propôs a constituição de um circuito cultural entre as universidades públicas do país, com apoio para circulação e intercâmbio, realização de concursos, premiações e concessão de bolsas de estudo, nas áreas de arte e cultura (BORGES FILHO, 2010).

Para os *campi* que, assim como UFJF-GV, não têm infraestruturas adequadas e estão inseridos em cidades limitadas no cenário cultural, a produção de um circuito cultural, que contemplasse em sua programação atividades em espaços alternativos, poderia contribuir para o fomento à área dentro da universidade, além de estimular o cenário cultural da região e contribuir para a relação entre o *campus* avançado e as demais instituições da cidade.

Tal projeto auxiliaria a efetivação do PDI da UFJF, que provoca a criação de parcerias em diferentes esferas da universidade, mas que em Governador Valadares ainda se apresenta tímida, como avalia o entrevistado 3:

Olha, eu tenho visto isso aí... Hoje... Entendo que essa participação entre esses entes é muito fraca, muita fraca. Acredito que a universidade poderia ter um papel mais protagonista nessa área, mas... É... Como tudo nessa vida envolve política isso ainda fica muito a desejar. Nós temos assim fora... fora o sindicato dos TAEs

mesmo, nenhuma dessas outras instituições tem uma participação efetiva dentro da universidade. Sempre somos contatados quando aparece uma demanda e eles acham que a universidade é obrigada a resolver na mesma semana... Atender e... Às vezes isso não é a nossa realidade. No serviço público, por ele ainda tem uma burocracia, ele não consegue atender no ato, com uma velocidade tão rápida. Mas eu acho que ainda é muito, muito fraca essa participação dessas instituições aqui dentro da universidade (ENTREVISTADO 3, 2018)

Também, sem mencionar diretamente a área cultural, o entrevistado 2 relata que a relação institucional da UFJF-GV com outras entidades é positiva, mas que pode ser melhorada:

A relação institucional é boa, mas eu ainda acho que a gente precisa melhorar a comunicação dessa relação. Que se ela é boa ainda tá muito dentro daqui, da UFJF e dentro da instituição que a gente tá fazendo o projeto. A gente ainda não tá conseguindo ainda comunicar que a relação entre a instituição UFJF com a outra é muito boa. A gente ainda não deu visibilidade ainda. Eu sei que tá bem, o professor que tá lá sabe... lá tá bom, mas a gente ainda não tem uma comunicação de... de qual tá sendo o resultado? Nem a gente produziu essa informação nem a instituição produziu. Em alguns casos isolados sim, mas ainda não tá uma coisa institucionalizada (ENTREVISTADO 2, 2018).

Entre os entrevistados, apenas o 1 o 4, que estão diretamente ligados às ações culturais, conseguem se recordar do trabalho realizado em parceria com instituições culturais ou com conselhos ou órgãos públicos. O entrevistado 4 retoma o pequeno número de servidores do setor, justificando a dificuldade de ser estabelecer parcerias de mais longo prazo:

A gente tem a participação no Conselho, igual você participa, mas assim... De, por exemplo, de eles chamarem a gente "olha, já que vocês têm o setor de Cultura da universidade, vamos sentar e planejar alguma coisa". Zero. E... não sei assim até que ponto isso também dependeria de uma articulação nossa, tipo, ao invés de partir deles, partiria da gente. Mas não acho que seria fácil. Não acho que haja muito interesse do poder público municipal... porque... Até o momento pelo menos o que eu vi, eu não vi muita abertura deles para que esse contato fosse feito. Em três anos... três anos e meio que eu tô aqui no *campus*, eu fui na Secretaria de Cultura uma vez só, pra discutir a tocha olímpica, que ia passar em Valadares. Discutir possíveis ações.; nada disso foi para frente. A gente deu várias ideias lá e... ficou só na ideia. Então acho que falta muito. Com as ongs talvez teria até... com o terceiro setor teria mais abertura pra gente desenvolver esse tipo de coisa que com o setor público em si.

Mas eu ainda acho que a gente tá... a gente não tem tanta atividade ainda sendo feita nesse estilo. Talvez até vinculado à pergunta anterior de “Se o número de profissionais é adequado ou não” ... É, como a gente tá... como eu disse, o tempo todo colocando a mão na massa, a gente tem que planejar, organizar e principalmente executar os eventos. Então, isso assim... consome muito a nossa carga... da nossa possibilidade de trabalho; acaba fechando os espaços que a gente poderia pensar e, principalmente, ao invés de executar demandas culturais, a gente executar justamente esse relacionamento, essa aproximação desse terceiro setor e do setor público (ENTREVISTADO 4, 2018).

Apesar de não ser referência para todos os gestores da UFJF-GV, a participação da universidade nos conselhos municipais, quando feito de forma efetiva, contribuem para que a instituição participe do debate das políticas locais. Um bom exemplo é que, no caso da Cultura, os municípios só conseguem aderir ao SNC se formalizarem os conselhos de cultura da cidade (CUNHA, 2013), que por sua vez têm cadeiras específicas para as instituições de educação. Ciente disso, o entrevistado 1 reforça que, em Juiz de Fora, a UFJF tem trabalhado para promover maior integração entre a universidade e a comunidade, através da mobilização dos conselhos:

A ProCult participa de diversos Conselhos de Cultura tais como a Concult, Conselho Municipal de Cultura da PJF - Prefeitura Municipal de Juiz de Fora e do Conselho do Museu Mariano Procópio. Vários membros da sociedade têm assentos nos Conselhos dos órgãos ligados à Pró-Reitoria de Cultura a exemplo dos Conselhos Curador do MAMM, Conselho Curador do Memorial da República Itamar Franco e Conselhos Curadores dos teatros Cine-Theatro Central e Centro Cultural Pró-Música. Mas não há uma relação muito extensa entre a ProCult e a Funalfa, por exemplo, restringindo-se apenas a ações colaborativas (ENTREVISTADO 1, 2018).

A grande diferença de participação da universidade junto à comunidade externa, em especial aos órgãos de consulta ou deliberação no campo cultural, é inicialmente compreendida pelo tempo de inserção da Ifes em cada cidade. O *campus* avançado completará em novembro de 2018 apenas seis anos de atuação no Vale do Rio Doce. Por isso, o amadurecimento das parcerias em Governador Valadares deverá acontecer paulatinamente, já que é vista como estratégia da Diretoria Geral do *campus*, principalmente em virtude dos limites estruturais da UFJF-GV. O entrevistado 2 identifica o fortalecimento das parcerias como um caminho para o desenvolvimento da instituição:

Considerando... sendo realista... mais realista que idealista, porque idealista é ter nosso *campus*, fazer um evento em nosso *campus*, cultural... Mas sendo bem realista é parceria. Considerando o cenário que a gente tá, sem parceria a gente não vai conseguir desenvolver todo o potencial que a gente tem.; parceria envolve uma maior comunicação com as instituições com que a gente já tem... É...contato... da prefeitura, por exemplo, tem alguns aspectos culturais em parceria com eles... Fortalecer as parcerias eu acho que é o principal meio pra gente superar os problemas que existem . Até pra captação de recurso, então ajuda em tudo, né? Recursos humanos, estrutura... É... Possibilidade de captação de recurso... Maior visibilidade... Não vai ficar uma coisa isolada também. É... e a divulgação estruturada. Acho que isso é... A gente precisa... Mas é aquela coisa, como a equipe é pequena, a gente tá fazendo o que a gente tá dando conta. Mas de alguma forma a equipe já, recentemente adquiriu um novo servidor... Eu acho que um que chega a mais já ajuda. A sede administrativa... Ainda não está nas condições ideais, mas também já dando conta e é um pouco maior do que era antes... Antes era todo mundo junto na sala do Pitágoras, depois na FAGV melhorou um pouquinho, mas não estava nas condições que a gente desejava que... Aqui está chegando num ponto, mas ainda falta um pouco para resolver as questões de infraestrutura. É... Acho que é isso (ENTREVISTADO 2, 2018).

A perspectiva do entrevistado 2, sobre a efetivação de parcerias entre a universidade e outras instituições e grupos sociais, corrobora com o caminho traçado pelas políticas propostas para o cenário cultural nos últimos anos, como no caso da Mais Cultura nas Escolas (BRASIL, 2013a), do Mais Cultura nas Universidades (BRASIL, 2014a) e da Política Nacional Cultura Viva (BRASIL, 2004c). Rosa (2009) lembra que, para García Canclini (1987 apud ROSA, 2009, p. 132):

as políticas culturais devem ser pensadas como um conjunto de intervenções por parte do Estado, das instituições civis e grupos comunitários organizados para orientar o desenvolvimento simbólico, bem como satisfazer as necessidades culturais de uma população e obter consenso para um tipo de ordem ou transformação social.

Tal conexão das universidades com outros entes governamentais e da sociedade civil são comuns quando considerado o tripé conceitual das universidades - pesquisa, ensino e extensão. Considerada por Santos e Filho (2012) como a terceira missão assumida pela universidade, a extensão é a área com maior articulação no cenário cultural (NUNES; SILVA, 2011) desde os primeiros projetos estabelecidos na IES em prol do setor (BOTELHO, 2011). Devido ao cenário de

Governador Valadares – um *campus* recente e sem cursos que tenham relação direta com a arte e a cultura, o que ocasiona poucas propostas de projetos de extensão no campo cultural (UFJF, 2015b) - visualiza-se a necessidade de maior articulação entre o CCE e o setor de Extensão, para a efetivação de projetos que possam contribuir para a efetivação de projetos de cunho cultural dentro da universidade, mas principalmente fomentar as ações já existentes na cidade.

Além da construção e do fortalecimento das parcerias, a ampliação do número de servidores também é algo visto como importante para se melhorar o trabalho do setor cultural. Para o entrevistado 3 conseguir que mais profissionais integrem a equipe de Cultura deve ser considerada como proposta primordial pela gestão do *campus* avançado:

Um dos primeiros passos, assim, que poderia se fazer, é realmente... É aumentar a equipe técnica, né, que fica sobrecarregada e não dá conta realizar. Outra questão também é o levantamento de projeto, né, onde possa se levar para o conselho gestor, aprovando trabalhos específicos, com orçamento específico pra área. E... Também uma visibilidade maior por parte do setor junto à instituição, porque hoje se você for perguntar, dentro da instituição, o que é o que se entende como por parte dentro da universidade, você vai ouvir falar da Proinfra... Ouvir falar da pro... Proplan... Cê vai ouvir falar do Hospital Universitário... Você vai ouvir falar de outras coisas, mas poucas pessoas vão lembrar da Pró-Reitoria em relação à cultura. Muito pouco... Você vai lembrar do pessoal que mexe com bolsas... Do pessoal que mexe com mestrado, e tal. Mas poucas vezes você ouve alguém comentar sobre a questão de Cultura mesmo dentro da universidade (ENTREVISTADO 3, 2018).

Também uma maior visibilidade da área cultural, como pontuada pelo entrevistado 3, depende de um trabalho mais direcionado no processo de divulgação das ações. No entanto, tal esforço não terá bons resultados se não houver maior compromisso institucional. O entrevistado 4 lembra que esse posicionamento deve ocorrer muito a longo prazo, uma vez que os gestores estão imersos em outros problemas, principalmente de ordem estrutural:

Acho que é um trabalho longo, e principalmente por esse aspecto não palpável da cultura, é mais difícil ainda a gente mostrar que essas coisas têm valor. Ninguém vê, por exemplo, aspectos que a... É igual você comparar aspecto da recepção aos calouros com a música, com Coral, e com o violão, com... as apresentações tem... O Impacto disso para os alunos que estão entrando na universidade, comparado, por exemplo, com a compra de uma sala ou um prédio

novo que a direção conseguiu para ocupar de dar conta da falta de espaço que existe no *campus*. É claro que o prédio, que é palpável e que é muito mais urgente na visão da direção do que as ações culturais. Então vão sempre ser priorizadas... na frente das ações culturais. Então é um trabalho longo. Acho que a gente tem que ir conscientizando... e é uma situação, por exemplo, agora na apresentação do Coral, o reitor viu. Já vimos que existem desdobramentos até em Juiz de Fora, que o setor de Cultura sabe que teve apresentação do Coral. A gente vê o quanto que pró-reitora de graduação se emocionou com aquilo. E, às vezes, dentro do *campus* da gente, dentro de casa, a gente não tem a valorização da cultura onde, na verdade, deveria ser o primeiro ponto a ser impactado pelas ações que a gente exerce. Então seria um trabalho de sensibilização longo com a direção daqui. Acho, inclusive, que além da direção gente a gente pode, de repente, incluir os diretores dos institutos na conversa, porque ai, ao invés de sensibilização um, sensibiliza dois, três. E, às vezes, os outros dois sendo sensibilizados, abre para que um terceiro também seja.; acho que esse mesmo trabalho a gente pode tentar de ser feito lá em Juiz de Fora (ENTREVISTADO 4, 2018).

A imaterialidade dos resultados das ações no campo da cultural, como proposto pelo entrevistado 4, é um dos principais motivos para o descaso dos gestores, em todas as instâncias públicas, pela efetivação das políticas propostas para o setor, apesar de já ser reconhecida como fundamental para o desenvolvimento humano (SANTIAGO, 2016), tendo impacto direto no IDH (ATLAS BRASIL, 2013) e, portanto, inerente à formação dentro das instituições de educação, em especial das universidades, espaços plurais e em constante transformação (ROSA, 2009).

Finalizando a análise das entrevistas, apenas o entrevistado 1 menciona a necessidade de maior autonomia na tomada de decisões, como fator que pode melhorar a efetivação dos projetos de cultura da universidade. Para ele “somente mediante a um maior poder de atuação em decisões de ordem prática, poderíamos desenvolver com maior tranquilidade e fluidez toda a diversidade de ações ligadas aos setores culturais” (ENTREVISTADO 1, 2018).

A partir do reconhecimento dos interesses e avaliações dos estudantes a respeito das ações culturais da UFJF-GV e da perspectiva dos gestores sobre a área, que foram pontuados no Capítulo 2, seguimos para o capítulo 3 que apresenta a proposta de um PAE, com sugestões de ações que podem auxiliar no trabalho que está sendo realizado no *campus* avançado no campo cultural.

3 PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL

No primeiro capítulo desta dissertação foi possível identificar, amparando-nos em um referencial bibliográfico e análise de fontes, o histórico de desenvolvimento da educação superior no país, marcada pela ausência de uma política de Estado, que prevalecesse sob os aspectos das políticas de governo. Também no primeiro capítulo apresentamos o Reuni, programa que contribuiu para um aumento expressivo de novos *campi* e cursos em universidades federais, ampliando, assim, o acesso da população à universidade pública.

Já no capítulo 2, também por referencial bibliográfico e análise de fontes e de documentos públicos, foi apresentado o histórico das políticas públicas relacionadas à cultura no ambiente formal de educação, destacando que, apesar de se uma legislação extensa, ela não consegue ser atendida devido às diferentes limitações impostas aos espaços educacionais: estrutura física, falta de profissionais capacitados para o trabalho, inserção de escolas em cidades com limitada atuação no campo cultural, entre outras. Também no capítulo 2 a dissertação apresenta uma análise, a partir de estudo empírico, da perspectiva dos gestores de cultura da UFJF e da UFJF-GV e dos estudantes sobre o trabalho cultural realizado no *campus* avançado.

A partir dessa análise, apresentamos, neste capítulo, um PAE, que visa à proposição de ações que possam contribuir para o trabalho realizado no campo da cultura da UFJF-GV. As ações do PAE foram estruturadas levando em consideração os limites de infraestrutura do *campus* avançado e própria cidade de Governador Valadares. Além disso, consideramos a pouca autonomia dos setores responsáveis pela área cultural da universidade. Importante ressaltar que a pouca autonomia dos setores é reflexo dos limites impostos à própria universidade, que apesar de gozar de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, como recordado por Esther (2012), está limitada a um modelo de alocação de recursos muito restrita.

O PAE apresentado nesta dissertação busca intervir diretamente no planejamento do setor cultural da UFJF-GV, apresentando ações que possam contribuir para a estruturação de um planejamento, ou seja, que tenha impactos mais profundos e duradouros (FERREIRA, 2017) e também de projetos que auxiliem a potencializar os pontos positivos e a minimizar os negativos diagnosticados na

análise das entrevistas e questionários aplicados junto aos estudantes. As propostas do PAE são apresentadas no Quadro 5:

Quadro 5 – Relacionando os dados de pesquisa com as ações propositivas

Questão de Pesquisa	Eixo teórico	Dados da Pesquisa	Ação propositiva	Nº
Analisar os principais entraves no desenvolvimento de projetos e ações de cultura na UFJF-GV	O lugar da cultura nos espaços formais de educação	Histórico de pouca convivência, por parte dos estudantes, em atividades culturais.	Diagnóstico do perfil sociocultural dos estudantes	2
		Grade curricular tecnicista e extensa, que dificulta ou limita que os mesmos participem de atividades culturais.	Inserção de atividades culturais junto às disciplinas.	3
		Incipiente relação com os projetos culturais de Governador Valadares.	Abertura de diálogo entre a universidade e os projetos locais.	4
	A gestão de ações culturais nas universidades	Indefinição sobre a gestão das ações culturais no <i>campus</i> avançado.	Planejamento do setor cultural da UFJF-GV.	5
		Ausência de recurso específico para a área.	Criação de uma comissão de estruturação de projetos.	1
		Déficit de profissionais que atuam no setor.	Ampliação de equipe de trabalho com a contratação de um TAE - músico.	6
		Pouca visibilidade dos projetos culturais entre a comunidade acadêmica.	Boletim cultural da UFJF-GV.	7

Fonte: Quadro elaborado pela autora.

O PAE é desenvolvido através da ferramenta 5w2h, que resume em sete perguntas básicas o que é pretendido em um determinado plano de ação (FERREIRA, 2016). No modelo 5w2h, podemos apresentar de forma simplificada, mas com uma descrição minuciosa, as informações inerentes a cada ação proposta. A ideia é que cada tarefa a ser executada dentro do projeto tenha um quadro, no qual é possível apresentar dados que direcionem o trabalho a ser realizado. Tal estruturação facilita a comunicação entre aqueles que vão atuar na execução do projeto, desde a pré-produção até a avaliação dos resultados. O quadro apresenta, por exemplo, informações sobre o quê a ação pretende, quem é o responsável pela atividade e em quanto tempo a tarefa deve ser cumprida. O 5w2h tem origem na criação da indústria automobilística japonesa, referência internacional em vários

questos, dentre eles, a qualidade. O Quadro 6 apresenta as sete perguntas do 5w2h, que devem ser respondidas para que haja boa comunicação entre aqueles que irão atuar no projeto:

Quadro 6 - Perguntas da ferramenta 5w2h

5W	<i>What</i>	O quê?	Define claramente ação que será desenvolvida.
	<i>Why</i>	Por quê?	Destaca a relevância da ação, justificando os investimentos que será feitos.
	<i>Who</i>	Quem?	Define pessoas e setores responsáveis pelas atividades.
	<i>Where</i>	Onde?	Identifica o local onde acontecerá a ação.
	<i>When</i>	Quando?	Define o período de cada ação, criando assim um cronograma a ser seguido.
2H	<i>How</i>	Como?	Expõe como será executada cada ação.
	<i>How much</i>	Quanto?	Identifica o recurso financeiro empreendido na ação.

Fonte: Ferreira, 2016. Quadro elaborado pela autora.

Conforme foi observado por Borges Filho (2010), para a Andifes, o trabalho das instituições públicas de educação precisam integrar ações que perpassem pelo diálogo entre educação, arte e cultura, considerados instrumentos importantes na formação crítica do cidadão. Cunha (2013) lembra que o trabalho no campo cultural, em qualquer instituição, depende principalmente de uma gestão qualificada para a área, que se atente às necessidades do grupo ou território. Por isso, baseado na perspectiva dos dois autores e nos demais referenciais teóricos e legislações utilizados nesta dissertação, as atividades propostas pelo PAE pretendem a realização de ações que contemplem os dois eixos teóricos da dissertação. As ações 1, 2 e 3 atendem ao eixo “o lugar da cultura nos espaços formais de educação”. Já as propostas 4, 5, 6 e 7 dialogam com o eixo “a gestão de ações culturais nas universidades”. As atividades propostas visam ampliar o trabalho cultural junto às comunidades acadêmica e externa. A produção de PAE leva em consideração os limites do *campus* avançado ao propor estratégias que, no primeiro momento, parecem simples, mas que podem impactar no trabalho da universidade.

3.1 Criação de uma comissão de estruturação de projetos

Identificado pelos gestores entrevistados como um dos graves problemas do setor cultural do campus avançado, a falta de orçamento específico para a área está vinculada aos recursos cada vez mais escassos das universidades. Além dos cortes de recursos sofridos pelas Ifes nos últimos anos, o engendramento no que tange à

utilização do dinheiro também impede que diferentes projetos sejam implantados. Acentuado a isso está o cenário cultural de Governador Valadares, que também se apresenta muito limitado.

Por essa razão é necessário que a universidade descubra caminhos alternativos para se obter recursos que possam ser transformados em projetos culturais. Uma das soluções propostas aqui é a criação de uma comissão de estruturação de projetos para a área. Cunha (2013) recorda que o trabalho no setor cultural exige que os gestores estejam atentos aos diferentes mecanismos de financiamento disponíveis, tanto no cenário público, quanto no privado. No Brasil, muitos estados apresentam programas e projetos de incentivo à cultura, como no caso de Minas Gerais que além da Lei de Incentivo à Cultura, tem também o ICMS Cultural (GUIMARÃES, 2008). Em nível federal, o país mantém a Lei Rouanet (BRASIL, 1991), que se baseia no incentivo a renúncia fiscal pelas empresas e, em alguns casos, pessoas físicas. Além dos recursos disponíveis diretamente na área cultural, há também a possibilidade de ter projetos aprovados junto às instituições nacionais e internacionais, que atuam na defesa da educação.

A proposta é que a comissão seja responsável por identificar quais editais atendem e podem ser pleiteados pelo campus avançado, estruturando projetos que possam concorrer a esses editais. A formação da comissão irá contribuir também para amenizar o pequeno número de servidores do CCE, que sozinhos não teriam condição de estruturar projetos de grande vulto. Essa comissão poderá ser composta pela equipe de produtores culturais e professores ligados ao ICSCA, com conhecimento em editais públicos e gestão de recursos dentro da universidade, além do coordenador administrativo.

Inicialmente a comissão será formada por dois anos, sendo que pode haver renovação entre seus integrantes, atendendo às necessidades dos setores envolvidos. O trabalho da comissão será centrado em quatro ações: identificação dos editais; estruturação dos projetos; apoio na captação de recursos e avaliação do trabalho realizado. A operacionalização das ações e a prestação de contas dos projetos, etapas que ocorrem entre a captação de recursos e a avaliação dos trabalhos, serão de responsabilidade do CCE, tendo em vista que os projetos enviados deverão contemplar contratação de profissionais ou equipes com capacidade técnica para o desenvolvimento dessas atividades dentro da universidade, sendo os servidores da UFJF-GV responsáveis pelo acompanhamento

dos trabalhos. Como exemplo é possível citar a estruturação de um festival de música. A proposta encaminhada pelo campus avançado deve conter, entre os profissionais contratados, um produtor que tenha capacidade técnica na área de shows para acompanhar, por exemplo, a montagem de som do festival e também possa contribuir para a organização as notas e documentos relativos ao projeto. A maioria dos editais disponíveis no cenário cultural apresenta a porcentagem do recurso que pode ser disponibilizada para a contratação desse tipo de mão de obra.

Em relação ao apoio na captação de recursos, a comissão deve contribuir para o detalhamento, junto ao público interno e externo, sobre as possibilidades de contribuição dos mesmos em relação aos projetos. Como observado, em muitos casos, a captação via lei de incentivo não ocorre devido à falta de entendimento das instituições e das pessoas, passíveis de serem doadores, de que podem e como podem contribuir com os projetos. Visando minimizar esse quadro, a comissão ficará responsável por articular eventos, abertos à comunidade acadêmica e à comunidade externa, que apresentem as leis de incentivo, em especial, a lei estadual e a lei federal de cultural, no sentido de que as pessoas entendam melhor sobre o funcionamento desses mecanismos, sobre a sua importância para impulsionar a produção cultural da região e também sobre as possibilidades de participação de pessoas físicas e jurídicas.

A proposta é que a comissão seja organizada no primeiro semestre de 2019. Nesse período seriam realizados os primeiros encontros, para a definição de estratégias de trabalho. Posteriormente, o trabalho da comissão aconteceria com prazos definidos, sendo que o grupo se organizaria para produzir os projetos de acordo com a demanda institucional. À equipe do CCE, fica a responsabilidade de enviar e conduzir os projetos. O setor também deve realizar a prestação de contas dos trabalhos, sendo acompanhada pelas equipes contratadas a cada projeto.

Quadro 7 – Criação de uma comissão de estruturação de projetos

(Continua)

O quê?	Criar uma comissão de estruturação de projetos na área cultural
Por quê?	Para se produzir projetos que possam concorrer aos diferentes editais e leis de incentivo, ampliando assim a possibilidade de recursos para a área cultural.
Quem?	Diretoria Geral, CCE e ICESA.
Como?	A diretoria geral propõe a criação junto ao Conselho Gestor. Se aprovado, a equipe de CCE organiza a seleção dos participantes e também o

(Conclusão)

	encaminhamento da comissão.
Onde?	Sede administrativa
Quando?	A partir do primeiro semestre de 2019
Quanto?	As ações não envolvem custo financeiro, apenas as horas de trabalho dos servidores lotados na área cultural, que irão auxiliar na estruturação da justificativa de criação da comissão, e dos demais servidores, no trabalho de produção dos projetos.

Fonte: Quadro elaborado pela autora.

Assim, entendemos que o trabalho da comissão de projetos contribuirá para que a universidade possa captar recursos destinados para a área cultural e também para o fomento à educação, sendo que os editais apresentam uma dinâmica diferente de contratação e prestação de contas do setor, facilitando, assim, a realização de projetos junto à comunidade acadêmica e também a externa.

3.2 Diagnóstico do perfil sociocultural dos estudantes

A proposição de ações junto a um determinado público, principalmente um grupo diverso como os atuais estudantes das Ifes, devem sempre ser construído a partir de diagnósticos que possam revelar as características do grupo para o qual se destinam as ações (ANDIFES, 2018). O diagnóstico também é percebido por Cunha (2013) como o primeiro passo para a estruturação de um planejamento coerente com as demandas do setor, levando em consideração seu ambiente interno e externo (CUNHA, 2013).

Pensando sob essa ótica, é uma ação proposta pelo PAE a realização de um diagnóstico do perfil sociocultural dos estudantes da UFJF-GV, levantando, assim, as principais características do grupo e das demandas relativas à área cultural. A proposta é que esse diagnóstico seja feito no ato da matrícula dos novos estudantes. Após a entrega da documentação necessária para a matrícula, junto à Central de Atendimento, será disponibilizado ao estudante um link que o leva há um formulário do Google Drive. Esse formulário é uma pesquisa que tenham perguntas simples, mas que indique os interesses do calouro por atividades dentro da universidade, em especial as culturais.

Propomos que pesquisa utilize como base o questionário desenvolvido como instrumento dessa dissertação, uma vez que o material foi estruturado levando em consideração a identificação do perfil socioeconômico e cultural dos estudantes. Algumas perguntas do questionário podem ser adaptadas, utilizando-se como

referência outras pesquisas relacionadas ao ensino superior público, como as feitas pela Andifes. O importante é que o material contenha questões como: quais as atividades culturais foram apresentadas aos estudantes até aquele momento de sua vida; quais ações ainda não foram apresentadas nem na escola, nem no ambiente familiar; qual o interesse do estudante dentro da universidade, por ações culturais em que ele possa praticar ou apenas assistir; entre outras. A pesquisa deve também identificar a origem do estudante – curso e pelo menos o e-mail – para que se possa ter o contato de cada aluno. A partir da análise do diagnóstico será possível propor ações que atendam aos estudantes e servidores, evitando o desgaste na realização de atividades que não atendam ao perfil do público interno da UFJF-GV.

O formulário da pesquisa deve contemplar perguntas que possam orientar o setor de Cultura e demais setores, como o de Apoio Estudantil, a elaborarem atividades, vinculando-as ao interesse e disponibilidade dos estudantes, garantindo, dessa forma, maior participação dos alunos nas ações. Além disso, o formulário deverá fazer perguntas que, ao serem respondidas, contribuam no mapeamento dos conhecimentos artísticos dos estudantes, criando um banco de dados de nomes de alunos que tenham experiência em atividades culturais e possam auxiliar na efetivação dos projetos da UFJF-GV.

A estruturação do formulário deve ser feita em conjunto por diferentes setores da universidade, como CCE e Apoio Estudantil, contando ainda com uma articulação com o DCE, para que o diagnóstico tenha maior credibilidade enquanto proposta que visa contribuir para a efetivação dos projetos junto aos estudantes.

Para a efetivação do trabalho propõe-se que CCE estruture e submeta um projeto de Treinamento Profissional à PROPEAQ/UFJF no início do ano letivo, de modo que seja contemplado com pelo menos um bolsista que faça a articulação das ações que colocarão em prática a aplicação do questionário, tendo em vista a carência de profissionais que atuam no setor e já possuem outras demandas de trabalho. O estudante que atuará no projeto, acompanhado de um produtor cultural do CCE, irá organizar os encontros em que será discutido o formato do questionário. Esses encontros podem acontecer no segundo semestre de cada ano, sendo que a pesquisa deverá ser aplicada no início do semestre 1 de cada ano.

Os convidados para elaboração do questionário (CCE, Apoio Estudantil e DCE) irão estruturar o questionário, tendo como base pesquisas realizadas anteriormente, como o questionário aplicado para a construção dessa dissertação.

Tal estruturação pode acontecer em três ou quatro Reuniões. Sugere-se que a construção do documento possa ser feita online, através de Google Drive, facilitando, desse modo, os acréscimos e correções feitas no material.

Depois de estruturada, o setor de CCE irá repassar o material para a Central de Atendimento que, no ato da matrícula, deverá disponibilizar a pesquisa, através de um link de formulários também do Google, aos estudantes que estão chegando na UFJF-GV. A proposta é que a pesquisa não seja obrigatória, podendo também se avaliar o nível de adesão ao projeto. Essa pesquisa ficará disponível até 20 dias após os dias de matrícula. Passada essa data, o bolsista do projeto de Treinamento Profissional, acompanhado do produtor cultural do CCE, irá consolidar os dados, efetuando pequenos relatórios sobre as informações coletadas.

A proposta é que a pesquisa seja realizada anualmente. Dessa forma, a universidade terá mais tempo para análise e estruturação do banco de dados, que por sua vez, pode ser complementado no decorrer da realização dos projetos.

Quadro 8 – Diagnóstico do perfil sociocultural dos estudantes

O quê?	Realização de um diagnóstico do perfil sociocultural dos estudantes da UFJF-GV a partir de uma pesquisa realizada junto aos calouros, no ato da matrícula.
Por quê?	Pesquisas a nível federal e também a pesquisa realizada junto à comunidade acadêmica demonstram que os estudantes das universidades apresentam um histórico de pouca convivência com ações culturais. A proposta é que a partir de um diagnóstico específico do <i>campus</i> avançado seja possível estruturar ações que atendam as demandas e as deficiências dos estudantes.
Quem?	CCE, Apoio Estudantil e DCE.
Como?	Inicialmente será feito um projeto de Treinamento Profissional, tendo, assim, um bolsista para auxiliar na produção da pesquisa. Será também criado um grupo de trabalho (CCE, Setor de apoio estudantil e DCE) para a elaboração da pesquisa. Após a organização da pesquisa, o documento é repassado para Central de Atendimento, que irá repassar o link da pesquisa para os estudantes, no ato da matrícula. Após 20 dias disponível, os dados serão consolidados pelo bolsista, passando então a ser analisado pelo CCE para a articulação das ações.
Onde?	Na Central de Atendimento
Quando?	Sempre nas matrículas do primeiro semestre do ano.
Quanto?	Para a realização da pesquisa será utilizado, anualmente, o recurso de um bolsista de Treinamento Profissional. Atualmente a bolsa de TP é de R\$ 340, sendo que o valor anual será de R\$ 4.080,00. Também serão utilizados recursos materiais da instituição, como papel e impressão. Outro custo é o das horas de trabalho dos servidores UFJF-GV que atuarão na construção do formulário da pesquisa, no repasse da mesma aos estudantes e na análise e arquivamento dos dados.

Fonte: Quadro elaborado pela autora.

Entendemos que a partir da análise do perfil sociocultural dos estudantes o setor poderá definir melhor as estratégias de trabalho, propondo ações que atendam a demanda de seus estudantes, além de buscar alternativas na estruturação de ações que contribuam na formação de público dentro da universidade.

3.3 Inserção de atividades culturais junto às disciplinas

Para diferentes pesquisadores, como Castro e Regattieri (2009), Santos (2008) e Silva (2016), o Brasil apresenta uma política de educação que visa à estruturação de um sistema cada vez mais atrelado ao mercado de trabalho, induzindo, com isso, as IES a estruturarem suas grades curriculares no âmbito tecnicista, ficando pouco comprometidas com a formação integral de seus estudantes. Esta questão é percebida na UFJF-GV através da análise de seus PCC, que apresentam poucas disciplinas que dialogam com a área cultural. Além disso, os programas não estimulam a participação dos estudantes em projetos no campo cultural, já que destinam poucas horas, a serem contabilizadas pelos estudantes, para as ações extraclases.

Além não oferecer disciplinas que dialoguem com a área cultural, as grades curriculares apresentam-se cada vez mais extensas, dificultando que os estudantes consigam realizar atividades além do compromisso com a vida acadêmica. Unido a isto está à divisão do *campus* em vários locais da cidade, que dificultam a mobilidade dos mesmos para participar dos projetos oferecidos pela universidade. Tais questões foram pontuadas por diferentes estudantes na pesquisa realizada junto à comunidade discente da UFJF-GV.

Buscando minimizar esse problema, é ciente de que ações inicialmente realizadas extraclasse podem ser esvaziadas devido à falta de tempo dos estudantes, esse PAE propõe como uma de suas ações a inserção de atividades culturais, como o cinema comentado, junto às disciplinas já oferecidas para os 10 cursos do *campus* avançado. Essas atividades seriam propostas semestralmente para os professores, para que os mesmos pudessem estruturar o calendário de aulas levando em consideração a possibilidade de parceria com o CCE, na promoção de atividades que contribuíssem para a aprendizagem e a formação crítica dos estudantes.

Uma ação similar à proposta já está sendo realizada com êxito através do Cine Acadêmico junto à disciplina de Antropologia, do Departamento de Medicina (UFJF, 2017e). Para a efetivação da ação, será necessário que um produtor cultural da CCE participe das Reuniões departamentais dos cursos do *campus* avançado, apresentando a proposta de inserção, junto às aulas, de atividades culturais. O trabalho será fixado, inicialmente, com o cinema comentado, uma vez que é uma ação que não gera grandes custos para a instituição. Também poderá ser proposta a realização de rodas de conversa, que contemplem a participação de convidados externos, sendo estes convidados pelo CCE.

A apresentação da proposta deve ser feita no encerramento de cada semestre letivo, para que os professores, ao estruturarem seus planos de aulas do semestre seguinte, possam levar em consideração a possibilidade de parceria com o CCE. Após o aceite dos professores, um representante do CCE se reúne com cada professor que aderiu ao projeto e com um assistente administrativo do departamento relacionado à disciplina, para que definam juntos os encaminhamentos das atividades, bem como o calendário de ações. A ideia é que cada disciplina que aderir ao projeto tenha, no mínimo, três exibições de filme dentro do semestre. Pode-se propor que as atividades aconteçam integrando mais de uma turma/disciplina. Dessa forma, o projeto se torna mais dinâmico e construtivo. Será responsabilidade do CCE, junto ao assistente administrativo, mapear as produções cinematográficas que dialoguem com o tema proposto pelas disciplinas. Para a efetivação das exibições os profissionais irão mapear filmes e documentários já disponíveis na internet, bem como junto às instituições ligadas à produção cinematográfica do país, que demonstram grande disponibilidade em ceder produções que possam contribuir para a formação crítica dos estudantes.

Definido os títulos que serão exibidos, os representantes do CCE e os professores irão criar um calendário de exibições, bem como a definição se haverá convidados externos para participar dos debates propostos pelo filme. As exibições serão acompanhadas pelo assistente administrativo do Departamento, podendo também ser realizadas com um servidor do CCE, dentro da possibilidade de agenda do setor. Aquele que acompanhar a atividade será responsável por elaborar o relatório do encontro.

Atualmente o setor de CCE tem equipamentos disponíveis para exibição dos filmes – *data show*, notebook, caixa de som, entre outros. Além disso, a maioria das

salas utilizadas pelos estudantes também têm estrutura que atende às exposições. Importante lembrar que a ação pode acontecer dentro da sala de aula ou em outro espaço, dependendo do contexto e proposta da atividade.

Quadro 9 – Inserção de atividades culturais junto às disciplinas

O quê?	Inserção de atividades culturais com foco no audiovisual, em consonância com as matérias oferecidas nos 10 cursos da UFJF-GV
Por quê?	Atualmente os cursos apresentam grades curriculares tecnicistas e extensas, que dificultam ou limitam que os estudantes participem de atividades culturais.
Quem?	CCE e departamentos dos cursos
Como?	Inicialmente, no final do semestre, será feita a proposta aos professores. A partir do aceite, será estruturada uma Reunião para se definir os temas a serem debatidos nos encontros. Definidos os temas, serão mapeados os filmes e documentários que dialoguem com a temática, sendo utilizados os já disponíveis na internet, locadoras ou até mesmo solicitando às instituições cinematográficas. A partir daí é estruturado um calendário de exposições junto aos estudantes, primando por uma rotatividade entre as disciplinas, buscando contemplar o máximo de disciplinas possíveis. Aplicado esse calendário, será estruturado o relatório das ações.
Onde?	Nas salas de aula ou em ambientes a se definir.
Quando?	Em horários pré-agendados com os professores.
Quanto?	Para a realização das atividades será utilizado recursos já disponíveis na instituição, que são os de transporte dos profissionais e equipamentos necessários às exposições, além das horas de trabalho dos servidores da UFJF-GV, que atuarão na estruturação e execução das atividades. Outros custos para o planejamento das atividades devem levar em consideração os recursos materiais já previstos na instituição.

Fonte: Quadro elaborado pela autora.

Dessa forma, a ampliação do trabalho desenvolvido pelo Cine Acadêmico teria o objetivo de minimizar o déficit de contato dos estudantes com projetos de cunho cultural, possibilitando um espaço de reconhecimento da importância das produções artísticas para o processo de aprendizado e formação humana.

3.4 Abertura de diálogo entre a universidade e os projetos locais

A relevância da Cultura para o desenvolvimento da sociedade, que acaba por inseri-la como inerente ao trabalho das universidades, afirma-se, entre outras coisas, pela sua capacidade de impactar a economia local. Tais questões são sustentadas por autores como Valiati e Fialho (2017) e Reis (2007), sendo consolidada na estruturação de inúmeras políticas públicas, com o PNC (BRASIL, 2013a) e na articulação entre o Minc e o MEC, que culminou na elaboração de projetos como o

Programa Mais Cultura nas Escolas; Agentes de Leitura Mais Educação; Formação continuada para professores de artes, entre outros (CERRETI, 2014).

Sendo a cultura uma mediação simbólica, que pode ser expressa de diferentes formas (ROSA, 2009), o impacto desse setor no desenvolvimento sustentável depende do zelo que a sociedade tem com a preservação e a promoção de seus costumes, crenças e ações artístico-culturais. Tal promoção pode acontecer por intermédio de intervenções públicas ou privadas, principalmente por apoio aos que atuam diretamente no setor. Nessa área estão inseridos diferentes agentes do campo cultural, como os artistas. Por isso, para Reis (2007, p. 95) “assim como em qualquer outra profissão, para que um artista possa se dedicar ao seu trabalho, é preciso que este lhe ofereça condições mínimas de sobrevivência”. O autor lembra ainda que garantir condições para a atuação desses profissionais deve ser pauta constante das políticas públicas (REIS, 2007).

Em Governador Valadares há um número expressivo de artistas que atuam de forma autodidata e dividem o tempo entre o trabalho na área cultural e outra profissão. A situação da cidade é reflexo do cenário nacional, uma vez que muitos trabalhadores culturais desempenham uma segunda atividade para obter renda suplementar (REIS, 2007, p. 107). Cunha (2013) lembra que os avanços e as exigências de profissionalização feitas ao campo de produção cultural não permitem mais espaço para o autodidatismo. Talvez isso explique a carência do cenário cultural valadarense, no qual os profissionais da cultura, ocupados com outras inúmeras ações, não conseguem priorizar a formação, a participação no debate público e o trabalho no campo artístico.

Tendo sido diagnosticado entre os gestores que a articulação entre a UFJF-GV e as instituições da cidade, em especial os grupos culturais, ainda é incipiente, é proposto no PAE uma ação que visa promover o diálogo entre a universidade e os projetos locais, através da formação dos artistas locais em diversas frentes. Apesar do *campus* avançado apresentar pouca estrutura e profissionais que possam atuar diretamente na capacitação dos artistas da cidade, a UFJF como um todo, devido o seu histórico de atuação no campo cultural e no desenvolvimento dos trabalhos do IAD, apresenta um número expressivo de servidores e funcionários que podem contribuir no processo de formação da comunidade artística de Governador Valadares.

Propõe-se que a formação dos artistas aconteça através de minicursos, *whorkshops*, palestras e oficinas gratuitas oferecidas pela UFJF-GV. Os encontros poderão ser ministrados por professores e TAE da UFJF-GV, que tenham conhecimento em questões específicas sobre gestão de projetos; marketing e leis de incentivo, por exemplo, e também com parceria prévia com a Procult e o IAD, do *campus* sede, através dos profissionais da universidade que atuam nas áreas de curadoria, restauro, música, moda, artes visuais e cinema.

Os eventos formativos serão conduzidos pelo setor de CCE do *campus* avançado. Para iniciar os trabalhos serão avaliadas, no primeiro semestre de 2019, junto à Procult e ao IAD as áreas de atuação dos setores, para que possam ser definidas as ações passíveis de intercâmbio com Governador Valadares. Após essa definição, será proposto um projeto de formação dos artistas de GV junto à Direção do Campus e à Procult. Para o primeiro ano de trabalho, por exemplo, o projeto poderá contemplar quatro ações, sendo duas voltadas para a área de gestão de projetos, oferecidas pelo ICOSA, como leis de incentivo e precificação de serviços, e duas voltadas para a área de formação artística, oferecidas pela Procult e IAD, como dança e música. Com a aprovação pelos gestores, o documento deve ser encaminhado para o Consu, que deve solicitar o pedido do recurso para o pagamento da logística e dos materiais a serem utilizados nas ações em Governador Valadares.

Após aprovação do Consu, o CCE inicia uma pesquisa no primeiro semestre de 2020, utilizando o Google Formulários, para diagnosticar as principais demandas de formação no campo cultural, dentro das possibilidades da universidade. Esse formulário será aberto para toda a comunidade externa, em especial para os projetos e grupos culturais. Para maior alcance aos profissionais, será utilizada a rede de contatos do Conselho de Políticas Culturais, da Secretaria de Cultura, Esporte, Lazer e Juventude e também por outros parceiros da universidade. O formulário deve contemplar perguntas que auxiliem o *campus* avançado a criar um banco de dados sobre a área cultural da cidade.

Depois de identificadas as demandas, o setor de CCE irá estruturar uma agenda de atividades formativas, juntamente com os servidores da UFJF-GV, a Procult e o IAD. A agenda será pensada de forma semestral, sendo aplicada a partir do segundo semestre de 2020. É interessante que as atividades aconteçam sempre em períodos de recesso e férias acadêmicas, podendo, dessa forma, os

profissionais envolvidos nas atividades se deslocarem com mais tranquilidade para a efetivação das ações.

Quadro 10 – Abertura de diálogo entre a universidade e os projetos locais

O quê?	Abertura de diálogo entre a universidade e os projetos locais.
Por quê?	Durante as entrevistas com os gestores foi diagnosticado que a relação entre a UFJF-GV e as instituições de Governador Valadares é incipiente, em especial os projetos culturais. Ciente de que o desenvolvimento do setor cultural local é positivo para a universidade e que, a efetivação de parcerias é importante para funcionamento da instituição, abre-se a possibilidade do <i>campus</i> avançado contribuir para a formação dos projetos e grupos de Governador Valadares.
Quem?	A articulação será feita pelo CCE, tendo parceiros como o ICSA da UFJF-GV; a Procult e o IAD (<i>campus</i> sede).
Como?	A CCE define junto aos professores da UFJF-GV, a Procult e o IAD (<i>campus</i> sede) as ações que podem ser realizadas em GV. Depois disso, o CCE realiza diagnóstico virtual sobre as demandas de formação na área cultural, junto à comunidade externa. Realizado esse diagnóstico, é criado um cronograma de atividades formativas e aberto o calendário para a comunidade.
Onde?	Sede administrativa e espaços de parceiros.
Quando?	*Alinhamento sobre o projeto entre a CCE, ICSA, a Procult e o IAD - primeiro semestre de 2019. *Envio e aprovação pelo Consu - segundo semestre de 2019. *Diagnóstico de demanda junto aos artistas e grupos culturais – primeiro semestre 2020. *Efetivação das atividades – segundo semestre de 2020.
Quanto?	Para a definição das atividades e diagnóstico não serão necessários recursos financeiros, apenas as horas de trabalho dos servidores da UFJF-GV, ICSA, Procult e IAD. Para a efetivação das atividades, propõe-se a utilização dos recursos de Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP). Para a efetivação de um encontro de formação de três dias, estima-se o valor de R\$ 1.160 (mil, cento e sessenta reais), contemplados o transporte de ônibus, a utilização de taxi e quatro dias e meio de hospedagem e alimentação.

Fonte: Quadro elaborado pela autora.

Algumas ações propostas poderão ser disponibilizadas também à comunidade acadêmica, dando oportunidade para que o público interno participe dos processos de formação, contribuindo em um melhor intercâmbio entre a UFJF-GV e a comunidade valadarenses. Em contrapartida às oficinas, os artistas locais, por intermédio do CCE, realizarão pequenas intervenções culturais dentro da universidade, ampliando, com isso, o acesso dos estudantes aos projetos realizados pelos grupos de Governador Valadares. Espera-se que, a partir de uma avaliação positiva dos projetos propostos com recursos da universidade, possa-se solicitar, depois de um ano, recursos de agências externas para ampliação do trabalho realizado.

3.5 Planejamento do setor de cultura da UFJF-GV

Entre os diferentes problemas diagnosticados na pesquisa está a falta de um planejamento a médio e longo prazo da área de Cultura da UFJF-GV, que norteie as atividades desenvolvidas pelo setor, bem como a sua interlocução com as demais áreas da universidade. Tal problema pode ter como base outro déficit diagnosticado, que é a indefinição sobre qual o setor responsável pela gestão da área cultural – Diretoria Geral do campus avançado, Diretoria de Imagem Institucional ou Procult. Por isso, o PAE propõe a criação de um planejamento que contribua no trabalho já indicado pelo PDI da universidade.

Este planejamento será construído a partir do diálogo entre os servidores lotados no setor cultural e representantes da Diretoria Geral do campus avançado. Serão convidados a participar do debate representantes da Diretoria de Imagem Institucional, da Procult e das diretorias dos institutos da UFJF-GV (ICSA e ICV). Na construção do plano é oportuno que se faça uma retrospectiva da estruturação do setor, definindo, questões importantes como: (i) o que é setor (ii) o que se espera do setor de cultura dentro do campus avançado; (iii) qual ou quais setores são responsáveis por sua gestão (financeira, operacional, estratégica); (iv) quais são seus parceiros internos e externos; (v) quais são suas propostas de ações a médio e longo prazo e (vi) como serão avaliadas as ações propostas. É importante lembrar que estes são pontos iniciais para a construção do planejamento de trabalho do CCE. A partir deles, poderão surgir outras importantes questões a serem levadas em consideração no trabalho desenvolvido pela área.

A construção do plano será dividido em quatro etapas: 1 – sensibilização dos gestores do campus avançado a respeito do trabalho do setor cultural; 2 – encontros de produção do planejamento do setor; 3 – publicitação, entre os demais setores, do planejamento construído para a área, 4 – efetivação das ações propostas. Na efetivação das quatro etapas de construção do planejamento, a ação contribuirá também para diminuir o desconhecimento parte dos servidores da UFJF-GV, em especial dos que estão relacionados à gestão da área cultural, dos projetos realizados pelo setor.

Na primeira etapa da ação, que poderá ocorrer em outubro de 2018, será realizado um encontro com a presença dos gestores supracitados, em que serão

apresentados os trabalhos desenvolvidos pelo setor cultural. Nesse encontro, os projetos serão apresentados através de fotos, imagens e, se possível, com a participação de pessoas da comunidade acadêmica que fazem parte dos projetos, dando depoimento pessoalmente sobre o impacto da atividade no seu dia-a-dia de estudo ou trabalho. O encontro irá ressaltar as parcerias realizadas pelos projetos, os números de pessoas atendidas, o impacto já conquistado junto à comunidade e também o retorno midiático. Na oportunidade, poderão ser apresentadas algumas possibilidades de apoio por parte dos gestores, no entanto, o mais importante é o convite para participação de forma coletiva da construção do planejamento do setor.

Na segunda etapa, que acontecerá entre novembro e dezembro de 2018, os gestores serão convidados a apoiarem a estruturação do planejamento da área cultural da UFJF-GV, desenhando o perfil e a proposta do setor para a universidade. Como lembra Cunha (2013) não existe um modelo padrão de planejamento estratégico. Assim sendo, também o plano para o setor cultural da UFJF-GV, que é parte importante do planejamento da UFJF, será construído respeitando a realidade da instituição, o planejamento construído para pelo campus sede junto ao PDI e também o seu entorno, em especial o cenário limitado de produção cultural de Governador Valadares. Essa etapa deve contar com o suporte de um professor do curso de Administração, que tenha conhecimento na produção de planejamento institucional. Sugere-se que a elaboração do planejamento aconteça com, no mínimo, quatro encontros de duas horas cada entre os envolvidos no processo. Os encontros podem acontecer dentro de dois meses. O planejamento estruturado deverá conter as propostas de trabalho para o setor, definindo quais ações devem ser executados, o porquê elas devem ser feitas; quem é responsável por cada ação, qual o custo e a origem dos recursos a serem utilizados.

Após a estruturação do planejamento acontece a terceira etapa, em março de 2019, em que o mesmo é apresentado às demais áreas da UFJF-GV, com a previsão de um espaço para sugestões e críticas ao material produzido. A apresentação dos resultados pode ser feita durante uma Reunião do Conselho Gestor.

A partir da análise junto ao Conselho Gestor, o planejamento poderá ser executado, tendo ele a validade de um ano após a data de encerramento do atual PDI, ou seja, até 2020. Neste ano será construído novo planejamento, levando em consideração o novo PDI (2020 – 20124).

Quadro 11 – Planejamento do setor de cultura da UFJF-GV

O quê?	Estruturação de um planejamento para a área cultural da UFJF-GV
Por quê?	Para se definir qual é a proposta do setor para o <i>campus</i> avançado, bem como ampliar sua visibilidade dentro da universidade.
Quem?	Servidores da área de cultura do CCE e gestores da área cultural
Como?	Através de 3 etapas: 1ª – encontro de apresentação e sensibilização dos gestores sobre o trabalho do setor de cultura da UFJF-GV. 2ª – estruturação do planejamento do setor 3ª – Apresentação do planejamento para a comunidade acadêmica.
Onde?	Sede administrativa
Quando?	1ª etapa: outubro de 2018 / 2ª etapa: dezembro 2018 / 3ª etapa: março 2019 / 4ª etapa: a partir de abril de 2019
Quanto?	As ações não envolvem custo financeiro, apenas as horas de trabalho dos servidores lotados na área cultural, que irão estruturar o encontro de apresentação e também de um professor do curso de Administração, que auxiliará na construção do planejamento.

Fonte: Quadro elaborado pela autora.

A estruturação de um planejamento coerente com a realidade do setor de Cultura da UFJF-GV será extremamente útil para se atender às demandas do público da instituição, levando em consideração as limitações e as potencialidades da área cultura na instituição e também na cidade.

3.6 Ampliação de equipe de trabalho com a contratação de um TAE - Músico

O déficit do número de profissionais que atuam no setor cultural da UFJF, em especial do *campus* avançado, foi uma das questões mais pontuadas pelos gestores entrevistados. Em vários momentos, ao analisar o desempenho da UFJF-GV no campo cultural, os gestores se recordaram que os resultados obtidos tinham, entre os inúmeros limites de infraestrutura e orçamento, uma relação direta com o pequeno número de servidores responsáveis pelos projetos. Como proposto por Cunha (2013) a formação de uma equipe qualificada é instrumento fundamental para o desenvolvimento dos projetos culturais.

Na expectativa de se minimizar esse problema, sugere-se a ampliação do quadro de servidores do CCE através da solicitação de uma vaga de Técnico Administrativo Educacional de nível; – código 701045 – Cargo Músico. Atualmente, em Juiz de Fora há cinco vagas para esse cargo, estando todas ocupadas (UFJF, 2018j). A proposta é que a UFJF-GV possa solicitar, assim que possível, um código

de vaga que atenda a essa especialidade, permitindo que o profissional faça parte da equipe de cultura do *campus* avançado.

O músico irá contribuir no trabalho desenvolvido pelo CCE em diferentes frentes. Entre elas está à regência do Coral Universitário, um projeto que completará três anos em 2018 e ainda funciona através da ação voluntária de uma regente, que é estudante do curso de Administração. O profissional também poderá contribuir com o projeto Almoço com Cantoria, que acontece nos RU da universidade. É importante frisar que a solicitação de um código de vaga com esse perfil, para o *campus* avançado, se justifica principalmente pelo interesse pela área de música apresentada no questionário respondido pelos estudantes, em que 20,7% dos estudantes afirmaram ter feito algum curso nessa área na infância e 22% disse ter interesse em realizar alguma atividade relacionada à música dentro da universidade.

Quadro 12 – Ampliação de equipe de trabalho

O quê?	Solicitar código de vaga para servidor com especialidade em Música
Por quê?	Para ampliar a equipe do CCE, tendo um profissional com capacidade técnica para encaminhar os projetos na área musical, que são os de maior demanda no <i>campus</i> avançado.
Quem?	Diretoria Geral
Como?	Solicitação à Progepe, com justificativa. Tal justificativa deve ser encaminhada para Reitoria, Consu e posteriormente MEC.
Onde?	Sede administrativa
Quando?	Segundo semestre de 2018
Quanto?	Será investido o valor mensal, para salário do profissional, entre R\$ 3.975,48 e R\$ 6.181,34. Os valores variam de acordo com a formação do técnico, sendo o mínimo a formação de graduação (músico) e o máximo caso o profissional tenha doutorado.

Fonte: Quadro elaborado pela autora.

A contratação de um TAE músico para a UFJF-GV será de grande contribuição para o trabalho que está sendo realizado pelo setor de CCE, além de expandir o leque de trabalho. Com uma formação específica para a área, o profissional terá mais *know-how* para produzir e executar projetos no campo da música, permitindo que os produtores culturais tenham mais tempo para atuar em outras frentes de trabalho.

3.7 Boletim cultural da UFJF-GV

Para Cunha (2013) a elaboração e efetivação de projetos culturais perpassam por um processo de organização que compreende, entre outras coisas, objetivos claros e um plano de comunicação coerente com o público que se deseja alcançar. Vasconcelos (2018) recorda que o trabalho de comunicação interna da UFJF-GV tem crescido nesses quase seis anos de instituição, mas que há pontos importantes a serem melhorados, principalmente com o público interno.

Entre esses pontos está a divulgação dos trabalhos realizados no campo cultural. Apesar do esforço da equipe de jornalismo em cobrir e divulgar, nas mídias oficiais do *campus*, o trabalho que está sendo realizado pelo CCE, o questionário aplicado junto aos estudantes demonstrou que uma boa parcela não conhece os projetos. Um total de 55,2% disse não conhecer o Coral Universitário e 12% o Almoço com Cantoria. A entrevista com os gestores também demonstrou que alguns não conhecem todos os trabalhos que estão sendo realizados, apesar desses serem executados em uma perspectiva institucional.

Outro ponto apresentado pelas respostas dos estudantes ao questionário é a pouca participação dos mesmos em atividades extraclasse. Apesar de uma parcela muito grande não conseguir conciliar o tempo de estudo com outras atividades, é possível dizer também que há um desconhecimento, por parte dos estudantes, dos projetos realizados pela cidade, uma vez que Governador Valadares não tem uma mídia específica – site, jornal, programa de tv, etc. - de divulgação das ações culturais que ocorrem na cidade. Em muitos casos apenas as ações de apelo comercial têm maior e mais frequente espaço na imprensa local.

Buscando minimizar o problema de visibilidade dos trabalhos culturais, o PAE propõe a criação de um boletim cultural da UFJF-GV. O boletim será produzido pelo CCE, através de sua equipe de jornalismo, que conta atualmente com três profissionais. Inicialmente o projeto terá periodicidade trimestral. O material será distribuído via e-mail, uma ferramenta que possibilita melhor leitura do material compartilhado e que foi considerado um dos meios de comunicação do *campus* avançado mais utilizados pelos estudantes. (VASCONCELOS, 2018).

O Boletim contemplará informações sobre os trabalhos realizados na UFJF-GV no campo cultural. Haverá espaço para os trabalhos realizados com cunho institucional, feitos pelo CCE, e também para as ações realizadas por outros setores ou grupos que tenham relação direta com a universidade – Extensão, DCE, entre outros. Parte do Boletim será utilizada para divulgação dos trabalhos realizados pela

comunidade externa. Essa divulgação é uma forma de contribuir para que a comunidade acadêmica conheça os projetos culturais realizados em Governador Valadares.

A efetivação do Boletim acontecerá através de quatro etapas. No primeiro momento o setor de CCE irá se reunir para definir o projeto editorial e gráfico do boletim. Essa etapa deve acontecer entre outubro e janeiro de 2018. Entre fevereiro e abril de 2019, a equipe irá divulgar dentro da universidade e entre os parceiros da possibilidade de divulgação dos projetos no Boletim. Entre maio e julho acontecerá a produção do boletim. Em agosto será lançado a primeira edição. Logo após o lançamento, inicia-se a busca por novas informações e catalogação das atividades, estruturado novo boletim para início de novembro.

Para definir o conteúdo que será apresentado no boletim, a equipe de Cultura do CCE irá organizar uma agenda de recepção, via e-mail, das informações internas e externas. Depois de recebidas, as informações são checadas entre as fontes, editadas pela equipe de jornalismo e inseridas no boletim. É interessante que cada notícia vinculada no boletim tenha um link que dê acesso a mais informações sobre o projeto ou atividade. Dessa forma, aqueles que se interessarem pelos conteúdos do boletim poderão continuar a pesquisa e se informar melhor sobre as ações.

Quadro 13 – Boletim cultural da UFJF-GV

O quê?	Criar boletim cultural da UFJF-GV, que contemple ações da universidade e também da comunidade externa.
Por quê?	Foi diagnosticado que os projetos culturais têm pouca visibilidade entre os estudantes e também gestores da universidade. A criação de um boletim que seja veiculado pelo e-mail – meio de comunicação muito acessado pela comunidade acadêmica – pode ampliar o conhecimento de todos a respeito dos projetos
Quem?	CCE
Como?	A efetivação do Boletim passará por quatro etapas, sendo elas: *Criação do projeto gráfico do boletim; *Divulgação dentro da universidade e entre os parceiros da possibilidade de divulgação dos projetos; *Organização do material a ser publicado e produção do boletim; *Envio do material via e-mail.
Onde?	Sede administrativa, que tem toda a infraestrutura necessária para a produção do boletim.
Quando?	Segundo semestre de 2018
Quanto?	As ações não envolvem custos financeiros, apenas as horas de trabalho dos servidores lotados no CCE, que atuarão na produção do material e a infraestrutura disponível no setor de CCE para a atividade – programas específicos de edição; internet, telefone, materiais de escritório, etc.

Fonte: Quadro elaborado pela autora.

A publicação de um boletim específico da área cultural fortalecerá o trabalho realizado pela universidade e contribuirá para que a comunidade acadêmica tenha acesso às informações sobre o proposto junto à comunidade valadarense. Tal comunicação contribuirá para a dinamização das notícias a respeito dos projetos culturais da cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O modelo de desenvolvimento, até então, imposto ao Brasil explica as dificuldades de o país efetivar os preceitos básicos de nossa Constituição. São muitos os desafios a serem vencidos. É por isso que, apesar dos inúmeros problemas enfrentados pela UFJF-GV, a presença de um *campus* universitário público no interior do país representa um avanço importante na efetivação de políticas educacionais. Avanço este que, ao longo da história, pode se apresentar como uma grande conquista.

Nesse sentido, embora tenhamos que lidar com limites de infraestrutura, orçamento, entre tantos outros, a UFJF-GV não pode se esquivar de atuar na expectativa de consolidar-se como universidade pública, apoiando, assim, o desenvolvimento da região onde está inserida. Tal empenho também não pode ocorrer de forma seletiva, limitando a atuação da universidade em uma ou outra área. Ao contrário disso, para uma ação sustentável, a universidade precisa agir em vários campos de atuação, em especial, no cenário cultural, visto que se trata de um ramo importante para o desenvolvimento do pensamento crítico de seus estudantes e futuros profissionais.

Como apresentado por diferentes estudos a respeito do desenvolvimento humano, o acesso à produção e à fruição de produções no campo cultural, de diferentes perfis, é fundamental para que as pessoas possam exercer, com dignidade, os seus direitos e seus deveres (ATLAS BRASIL, 2013), garantindo assim um impacto expressivo no bem estar de toda a sociedade.

O trabalho de pesquisa bibliográfica desta pesquisa demonstrou que a ausência de uma política de Estado em relação à educação pública superior fez com que o Brasil chegasse aos anos 2000 com poucos avanços no setor. Por isso, as políticas implantadas ao longo dos últimos 20 anos apresentam-se como um marco na expansão do ensino superior. No entanto, o dismantelamento provocado, a partir de 2014, principalmente com cortes profundos nas políticas sociais, aliado às dificuldades de gestão de recursos e processos por parte de muitas universidades, dificultou que o projeto de expansão fosse concluído com qualidade, gerando problemas especialmente no campo de infraestrutura das instituições, como é o caso do *campus* avançado da UFJF em Governador Valadares.

O trabalho de pesquisa relacionado às bibliografias voltadas para a temática da produção cultural dentro das universidades foi, sem dúvida, o maior desafio para a estruturação desta dissertação. Há poucos trabalhos relacionados ao tema, uma vez que essa questão nunca foi compreendida como uma demanda de política pública. Tal descaso do poder público resultou em um cenário em que a população demonstra-se alheia à produção e ao consumo de projetos de arte e cultura por todo o país. O problema se acentua devido aos limites do sistema educacional, que ao longo dos anos, infelizmente, vem se adequando às normas de mercado, direcionando a formação dos estudantes para um campo cada vez mais tecnicista.

Dessa forma, discutir a importância do empenho das IES no fomento à produção e fruição de projetos e ações culturais é instigar o real papel das universidades, instituições com compromisso de formar cidadãos reflexivos e críticos à sua realidade. No caso da UFJF-GV, o trabalho da universidade perpassa a formação de seus estudantes, tendo em vista que a instituição está inserida em uma cidade que apresenta grande estagnação em seu desenvolvimento. Espera-se da instituição uma contribuição efetiva junto à Governador Valadares, em especial no cenário cultural.

O desenrolar da pesquisa demonstrou que, para o *campus* avançado, as maiores dificuldades encontradas em relação ao setor cultural são da ordem de visibilidade dos projetos entre discentes e gestores; a grade curricular extensa e tecnicista imposta aos alunos, que limita participação deles em projetos extraclasse; a pequena sensibilidade dos gestores na efetivação das ações, uma vez que se respaldam no engendramento do orçamento público para justificar as poucas atitudes em prol da efetivação dos trabalhos culturais; a limitada infraestrutura, tanto da universidade quanto da própria cidade, para a realização de atividades; a pequena equipe técnica da UFJF-GV responsável pela produção dos projetos; e a ausência de recurso específico para a produção das ações culturais.

Apesar de todos os problemas diagnosticados, o que mais chamou a atenção foi que o questionário aplicado junto aos estudantes ressaltou que os discentes do *campus* avançado, bem como a maioria dos estudantes do país, tiveram pouco ou nenhum acesso, na infância, a projetos de cunho cultural, no entanto, apresentam grande interesse em participar de ações nesse cenário. O questionário ressaltou também que, em casos raros, o contexto familiar contribuiu para que as crianças pudessem participar de projetos e ações com esse perfil. Tal empenho nem sempre

está ligado à questão financeira, mas, sim, à sensibilidade da família em relação à área. A ausência de contato com essas atividades na infância justifica o distanciamento dos jovens e adultos em relação à produção e fruição dos projetos culturais. Para agravar a situação, os estudantes das IES estão imersos em um modelo de educação cada vez mais tecnicista, que limita que o seu tempo de participação em projetos extraclasses. No entanto, é interessante observar que, apesar de todo esse cenário, os estudantes demonstram interesse em participar de atividades culturais, ressaltando que, cabe às instituições – em todas as suas instâncias -, se empenharem mais, sobretudo, quanto à cobrança por incentivo a produção cultural dentro das universidades junto ao poder público.

As entrevistas realizadas com os gestores ressaltaram que, assim como nas demais áreas da IES, as questões de orçamento e de equipe técnica são apresentadas como grandes limitadores da efetivação do trabalho. No entanto, as entrevistas também demonstram a importância do aconselhamento técnico e do desenvolvimento da sensibilidade dos gestores, para que o engendramento do orçamento público não seja utilizado como simples justificativa para a ausência ou dificuldade na produção das ações culturais. Talvez esse seja um dos pontos mais importantes para futuras pesquisas e trabalhos: identificar como se dá o processo de formação de profissionais que sejam capazes de atuar nas universidades na descoberta de alternativas que possam abrir caminhos para a realização de ações de cunho cultural, com especificidades e formas de custeio diferentes das demais atividades da instituição.

Com a expectativa de minimizar os limites encontrados, a estruturação do PAE buscou propor estratégias que não dependam apenas de recursos financeiros, mas, sim, de ações gerenciais, que visam utilizar ainda melhor a estrutura já disponível na universidade e também no cenário de políticas públicas, corrigindo parte dos problemas encontrados. A proposta é ampliar o trabalho do setor CCE, delegando responsabilidades específicas aos setores gestores da cultural na universidade e também compartilhando o compromisso com o desenvolvimento das ações culturais entre diversos setores da universidade.

Da mesma forma que os debates a respeito de políticas públicas para a Educação e para a Cultura não devem jamais ser pensados de forma separada, os embates a respeito da produção cultural é algo que não pode ter fim. Ao contrário disso, a reflexão a respeito da importância dos projetos deve ser pauta permanente,

na qual a comunidade acadêmica, em especial, os gestores, possam sempre dialogar e buscar alternativas que ampliem e democratizem os projetos e as ações culturais.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. A. **Gestão da Informação e Gestão do Conhecimento: o caso do campus da UFJF em Governador Valadares**. 2016. 138f. Dissertação (Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Faculdade de Educação/CAEd, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2016.

ANDIFES. **IV Pesquisa do Perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das instituições federais de ensino superior brasileiras - 2014**. Uberlândia: UFU, 2016. Disponível em: <<http://www.andifes.org.br/iv-pesquisa-perfil-socioeconomico-e-cultural-dos-estudantes-de-graduacao/>>. Acesso em: 09 abr. 2018.

_____. **Nota à sociedade**. 2017. Disponível em: <<http://www.andifes.org.br/52515-2/>>. Acesso em: 30 set. 2017.

_____. **Andifes realiza nova pesquisa sobre o perfil dos estudantes das Universidades Federais**. 2018a. Disponível em: <<http://www.andifes.org.br/andifes-realiza-nova-pesquisa-sobre-o-perfil-dos-estudantes-das-universidades-federais/>>. Acesso em: 09 abr. 2018.

_____. **V Pesquisa Nacional de Perfil dos Graduandos das IFES – 2018**. 2018b. Disponível em: <<https://www.perfil.ufu.br/2018/ifes/sobre.php>>. Acesso em: 09 abr. 2018.

ATLAS BRASIL. **O Atlas - Desenvolvimento Humano**. 2013. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/desenvolvimento_humano/>. Acesso em: 21 mar. 2018.

BERT, A. R.; RAMOS, R. F. Experiências com a arte cinematográfica na escola. **Revista Travessias**, Paraná, v. 8, n. 3, p. 99-110, 2014. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/download/11041/8089>>. Acesso em: 25 abr. 2018.

BORGES FILHO, J. N. **Política cultural na educação superior: os casos das Universidades Federal e do Estado do Amapá – UNIFAP E UEAP**. 2010. 135f. Dissertação (Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas) – Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2010.

BOTELHO, I. Cultura e Universidade: Reconstituindo as Trajetórias dos Diálogos Institucionais. In: CALABRE, L. (Org.). **Políticas Culturais: Teoria e Práxis**. São Paulo: Itaú Cultural; Fundação Casa de Jair Barbosa, 2011. p. 96-103. Disponível em: <<http://d3nv1jy4u7zmsc.cloudfront.net/wp-content/uploads/2013/04/Politica-Culturais-Teoria-e-Praxis.pdf>>. Acesso em: 08 nov. 2017.

BRASIL. Decreto nº 14.343, de 7 de setembro de 1920. Institui a Universidade do Rio de Janeiro. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 set. 1920. Seção 1, p. 15115. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920->

1929/decreto-14343-7-setembro-1920-570508-publicacaooriginal-93654-pe.html>. Acesso em: 21 mar. 2018.

_____. Lei nº 3.998, de 15 de dezembro de 1961. Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade de Brasília, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1961. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L3998.htm>. Acesso em: 19 out. 2017.

_____. **Uma Visão do Campus Avançado**. Brasília: Ministério da Educação e Cultura; Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras; Fundação Projeto Rondon, 1980. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002223.pdf>>. Acesso em: 13 jul. 2018.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Gráfica do Senado Federal, 1988.

_____. Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991. Restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8313cons.htm>. Acesso em: 25 out. 2017.

_____. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l8666cons.htm>. Acesso em: 10 mai. de 2018.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 03 nov. 2016.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Portaria nº 1.105, de 28 de setembro de 1998. Aprova o Estatuto da UFJF. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1998. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/ich/files/2008/09/Estatuto.pdf>>. Acesso em: 03 nov. 2016.

_____. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2000**. Brasília: Inep, 2001a. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/download/censo/2000/Superior/sinopse_superior-2000.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2017.

_____. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2001b.

_____. Portaria nº 156, de 06 de julho de 2004. Cria o Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania - CULTURA VIVA. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2004. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/documents/10883/12916/portaria->

156-de-2004.pdf/2389bd2c-52f9-409f-9309-04e8890e0946>. Acesso em: 29 out. 2017.

_____. **Censo da Educação Superior 2004 – Resumo Técnico**. Brasília: Inep, 2005a. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/download/superior/2004/censosuperior/Resumo_tecnico-Censo_2004.pdf>. Acesso em: 28 de set. 2017.

_____. Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005. Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2005b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11091.htm> Acesso em: 30 set. 2017.

_____. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2007a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm>. Acesso em: 14 set. 2017.

_____. **Reuni – Diretrizes Gerais**. 2007b. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/diretrizesreuni.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2017.

_____. Portaria Interministerial nº 17, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa Mais Educação. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2007c. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/mais_educacao.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2018.

_____. Decreto nº 6.226, de 4 de outubro de 2007. Institui o Programa Mais Cultura. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2007d. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6226.htm>. Acesso em: 13 jul. 2017.

_____. **Reuni 2008 – Relatório de Primeiro Ano**. Brasília: MEC; SESu; DIFES, 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2069-reuni-relatorio-pdf&category_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 14 set. 2017.

_____. Ministério da Cultura. Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010. Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC, Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2010a. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/documents/10907/963783/Lei+12.343++PNC.pdf/e9882c97-f62a-40de-bc74-8dc694fe777a>>. Acesso em: 08 nov. 2017.

_____. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. **Diário Oficial da União**, Brasília,

2010b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm>. Acesso em: 13 jul. 2018.

_____. **Referenciais orientadores para os Bacharelados Interdisciplinares e similares.** 2010c. Disponível em:

<http://reuni.mec.gov.br/images/stories/pdf/novo%20%20bacharelados%20interdisciplinares%20%20referenciais%20orientadores%20%20novembro_2010%20brasilia.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2018.

_____. **Campus do Mucuri atende 1.600 alunos em região carente de Minas Gerais.** 2010d. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/212-educacao-superior-1690610854/15053-campus-do-mucuri-atende-1600-alunos-em-regiao-carente-de-minas-gerais>>. Acesso em: 13 jul. 2018.

_____. **Cultura em números: anuário de estatísticas culturais.** 2. ed. Brasília: MinC, 2010e. Disponível em:

<<http://culturadigital.br/ecocultminc/files/2010/06/Cultura-em-N%C3%BAmeros-web.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2017.

_____. Decreto nº 7.083 de 27 de janeiro de 2010. Dispõe sobre o Programa Mais Educação. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2010f. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7083.htm>. Acesso em: 25 out. 2017.

_____. **Programa Mais Educação Passo a Passo.** 2011. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=8168-e-passo-a-passo-mais-educacao-18042011-pdf&category_slug=junho-2011-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 27 out. 2017.

_____. **Análise sobre a Expansão das Universidades Federais 2003 a 2012.** Brasília: Ministério da Educação, 2012a. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=12386-analise-expansao-universidade-federais-2003-2012-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 14 set. 2017.

_____. **RRMG visita Pontos de Cultura de Governador Valadares.** 2012b.

Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/noticias-r-minas-gerais/-/asset_publisher/QRV5ftQkjXuV/content/rrmg-visita-pontos-de-cultura-de-governador-valadares-563765/10973>. Acesso em: 10 abr. 2018

_____. **Cartilha do Censo 2010 – Pessoas com Deficiência.** Brasília: SDH-PR/SNPD, 2012c. Disponível em:

<<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/cartilha-censo-2010-pessoas-com-deficiencia-reduzido.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2018.

_____. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2012d.

_____. **As Metas do Plano Nacional de Cultura**. 2. ed. Brasília: Ministério da Cultura; Secretaria De Políticas Culturais, 2013a. Disponível em: <<http://www2.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2012/06/As-Metas-do-Plano-Nacional-de-Cultura.pdf>>. Acesso em: 13 jul. 2018.

_____. **Programa Mais Educação Passo a Passo**. 2013b. Disponível em: <http://educacao.salvador.ba.gov.br/adm/wp-content/uploads/2016/01/passo_a_passo_MAIS_-EDUCACAO_cm_2013.pdf>. Acesso em: 27 out. 2017.

_____. **Programa Mais Cultura nas Escolas - Manual**. 2013c. Disponível em: <<http://www.funarte.gov.br/wp-content/uploads/2013/06/manualMaisCultura.pdf>>. Acesso em: 27 out. 2017.

_____. **Edital Mais Cultura nas Universidades**. Brasília: Ministério da Educação; Ministério da Cultura, 2014a. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/documents/10883/1171222/Edital+Mais+Cultura+nas+Universidades+_07out.pdf/ce8f8635-5fdc-4eb9-a96c-672fad5129a6>. Acesso em: 05 nov. 2017.

_____. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2014b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>. Acesso em: 28 out. 2017.

_____. Lei nº 13.018, de 22 de julho de 2014. Institui a Política Nacional de Cultura Viva e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2014c. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13018.htm>. Acesso em: 29 out. 2017.

_____. **Planejando a Próxima Década: conhecendo as 20 Metas do Plano**. Brasília: MEC; SASE, 2014d. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf>. Acesso em: 14 mai 2017.

_____. Lei nº 13.006, de 26 de junho de 2014. Acrescenta § 8º ao art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para obrigar a exibição de filmes de produção nacional nas escolas de educação básica. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2014e. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13006-26-junho-2014-778954-publicacaooriginal-144445-pl.html>> Acesso em: 14 mai 2017.

_____. **Mais Cultura nas Universidades beneficiará mais 10 instituições**. 2015. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/noticias-destaques/-/asset_publisher/OiKX3xIR9iTn/content/id/1284546>. Acesso em: 05 nov. 2017.

_____. Emenda Constitucional nº 95, de 16 de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá

outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2016a. Disponível em: <https://www.senado.gov.br/atividade/const/con1988/EMC90_15.09.2015/EMC90.asp>. Acesso em: 09 dez. 2017.

_____. INEP. **Indicadores financeiros educacionais**, 2016b. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/indicadores-financeiros-educacionais>>. Acesso em: 17 nov. 2017.

_____. Portaria nº 1.144, de 10 de outubro de 2016. Institui o Programa Novo Mais Educação, que visa melhorar a aprendizagem em língua portuguesa e matemática no ensino fundamental. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2016c. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=49121-port-1145-11out-pdf&category_slug=outubro-2016-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 02 nov. 2017.

_____. **Resumo Técnico - Censo da Educação Superior 2014**. Brasília: Inep, 2017a. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/documents/186968/484154/Resumo+T%C3%A9cnico+-+Censo+da+Educa%C3%A7%C3%A3o+Superior+2014/18f31c19-9885-4d1d-ba53-06008b11531e?version=1.0>>. Acesso em: 17 nov. 2017.

_____. **Censo da Educação Superior 2016 – Notas Estatísticas**. Brasília: Inep, 2017b. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2016/notas_sobre_o_censo_da_educacao_superior_2016.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2017.

_____. **Censo Escolar da Educação Básica 2016 - Notas Estatísticas**. 2017c. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/notas_estatisticas/2017/notas_estatisticas_censo_escolar_da_educacao_basica_2016.pdf>. Acesso em: 25 out. 2017.

_____. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular - Educação é a base**. 2018a. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/bncc-20dez-site.pdf>>. Acesso em: 15 de set. 2017.

_____. Ministério da Cultura. **SALICNET**. 2018b. Disponível em: <<http://sistemas.cultura.gov.br/comparar/salicnet/salicnet.php>>. Acesso em: 21 de mar. 2018.

CARVALHO, E. M. B. **A Proposta Triangular para o ensino de arte: concepções e práticas de estudantes-professores/as**. 2007. 123f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Uberaba. Uberaba, 2007. Disponível em: <<https://www.uniube.br/biblioteca/novo/base/teses/BU000103753.pdf>>. Acesso em: 08 nov. 2017.

CASTRO, J. M.; REGATTIERI, M. (Org.). **Interação Família Escola: subsídios para práticas escolares**. Brasília: UNESCO; MEC, 2009. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=4807-escola-familia-final&Itemid=30192>. Acesso em: 25 jul. 2017.

CERRETI, C. C. **Cultura, educação e políticas públicas para o ensino superior: um estudo propositivo do Programa Mais Cultura nas Universidades para os estados da Bahia e Sergipe**. 2014. 88f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão Cultural) – Universidade Federal da Bahia, Fundação Joaquim Nabuco; Ministério da Cultura, Olinda, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/17402/1/CAMILA%20CERRETI_II_CFGCNe_Monografia%20%28vers%C3%A3o%20final%29.pdf>. Acesso em: 08 nov. 2017.

CHAN, I. **Qual a importância da Educação?** 2014. Disponível em: <<http://educarparacrescer.abril.com.br/politica-publica/importancia-educacao-763510.shtml>>. Acesso em: 31 ago. 2017.

CHAUÍ, M. S. Uma opção radical e moderna: Democracia Cultural. **Pólis**, São Paulo, n. 12, p. 09-38, 1993. Disponível em: <<http://www.polis.org.br/uploads/1095/1095.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

_____. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: UNESP, 2001. Disponível em: <<https://uspcaf.files.wordpress.com/2011/11/escrito-sobre-a-universidade.pdf>>. Acesso em: 21 mar. 2018.

_____. A universidade pública sob nova perspectiva. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 5-15, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782003000300002&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 04 set. 2017.

CORAL DA UFJF. **Apresentação**. 2018. Disponível em: <<http://www.coraldaufjf.com.br/>>. Acesso em: 21 mar. 2018.

CORTEZ LOPES, R. **A situação da Religião com relação à Universidade Laica: uma análise a partir da perspectiva dos atores**. 2015. 231f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/142534/000993752.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 26 abr. 2018.

COSTA, D. M.; COSTA, A. M.; BARBOSA, F. V. Financiamento Público e expansão da educação superior federal no Brasil: o Reuni e as perspectivas para o Reuni 2. **Revista GUAL**, Florianópolis, v. 6, n. 1, p. 106-127, jan. 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/view/1983-4535.2013v6n1p106>>. Acesso em: 01 set. 2017.

COSTA, L.; MELLO, U.; JULIANO, V. F. Avaliação da área de formação em organização da cultura: apenas ações ou uma política estruturada? In: RUBIM, A. A. C. (Org.). **Políticas culturais no governo Lula**. Salvador: EDUFBA, 2010. p. 67-86. Disponível em: <http://hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/Politicasculturais_governo_Lula.pdf>. Acesso em: 05 set. 2017.

CULTURA LIVRE PRODUÇÕES. **O que são leis de incentivo?** 2017. Disponível em: <<https://www.culturalv.com.br/single-post/leis-de-incentivo>>. Acesso em: 21 mar. 2018.

CUNHA, M. H. **Gestão Cultural**. 2013. Disponível em: <http://www.cultura.pr.gov.br/arquivos/File/gestao_cultural.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2018.

DAHER, E. **Mais Cultura nas Universidades seleciona 18 instituições**. 2015. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/noticias-destaques/-/asset_publisher/OiKX3xIR9iTn/content/mais-cultura-nas-universidades-seleciona-18-instituicoes/10883>. Acesso em: 05 nov. 2017.

DURHAM, E. R. Os desafios da autonomia universitária. **Educação e Sociedade**, São Paulo, v. 10, n. 33, p. 27-40, ago. 1989.

ENTREVISTADO 1. **Entrevista concedida à Flávia Carvalho dos Santos**. Governador Valadares: mai. 2018.

ENTREVISTADO 2. **Entrevista concedida à Flávia Carvalho dos Santos**. Governador Valadares: abr. 2018.

ENTREVISTADO 3. **Entrevista concedida à Flávia Carvalho dos Santos**. Governador Valadares: mar. 2018.

ENTREVISTADO 4. **Entrevista concedida à Flávia Carvalho dos Santos**. Governador Valadares: mar. 2018.

ESPINDOLA, H. F. **A história de uma formação socioeconômica urbana: Governador Valadares**. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 19, p. 148-162, 1998. Disponível em: <https://static1.squarespace.com/static/561937b1e4b0ae8c3b97a702/t/5724a7fa22482e5c002898aa/1462020093175/7_Espindola%2C+Haruf+Salmen.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2018.

ESTHER, A. B. **Uma história da universidade brasileira: tensões, contradições e perspectivas de sua identidade institucional**. 2012. Disponível em: <http://www.ufjf.br/angelo_esther/files/2014/08/Universidade-brasileira-Estado-Novo-Governo-Militar-e-Nova-rep%C3%BAblica.pdf>. Acesso em: 03 de set. 2017.

FERNANDES, M. A. **A implementação do macrocampo cultura, artes e educação patrimonial do Programa Mais Educação em uma escola da rede municipal de Juiz de Fora**. 2014. 118f. Dissertação (Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Faculdade de Educação/CAEd, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2016. Disponível em: < V >. Acesso em: 10 set. 2017.

FERREIRA, V. C. P. **O planejamento e sua aplicação no contexto escolar**. PPGP CAED. 2016. Disponível em:

<<http://www.ppgp3.caedufjf.net/mod/resource/view.php?id=4281>>. Acesso em: 10 de abril 2018. (acesso restrito).

FERREIRA, Z. **Lantejoulas ao Vento: auge e decadência do carnaval de Governador Valadares**. Rio de Janeiro: Gramma, 2018.

FGV. **A trajetória política de João Goulart**: Centro Popular de Cultura. 2017.

Disponível em:

<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/Centro_Popular_de_Cultura>. Acesso em: 25 fev. 2018.

FORPROEX. **I Encontro de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras**. Brasília: UNB, 1987. Disponível em:

<<https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/1987-I-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>>. Acesso em: 28 nov. 2017.

_____. **Política Nacional de Extensão Universitária**. 2012. Disponível em:

<http://www.utfpr.edu.br/estrutura-universitaria/pro-reitorias/prorec/diretoria-de-extensao/documentos-da-extensao-de-ambito-nacional/politica-nacional-de-extensao-universitaria-forproex-2012/at_download/file>. Acesso em: 28 nov. 2017.

FRESQUET, A. (Org.). **Cinema e Educação: a Lei 13.006 – reflexões, perspectivas e propostas**. Belo Horizonte: Universo Produção. 2015. Disponível em:

<<http://www.educacao.ufrj.br/portal/livros/Cinema%20e%20eduCa%C3%A7%C3%A3o%20a%20lei%2013.006.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2018.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. Educação Básica no Brasil na Década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 24, n. 82, p. 93-130, abr. 2003. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/es/v24n82/a05v24n82>>. Acesso em: 05 dez. 2016.

G1 ZONA DA MATA. **UFJF emite nota e garante manutenção do calendário acadêmico 2017**. 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/ufjf-emite-nota-e-garante-manutencao-do-calendario-academico-de-2017.ghtml>>. Acesso em: 30 set. 2017.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

Disponível em:

<https://professores.faccat.br/moodle/pluginfile.php/13410/mod_resource/content/1/Como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf>. Acesso em: 19 out. 2017.

GOVERNADOR VALADARES. Lei nº 4925 de 06 de dezembro de 2001. Dispõe sobre incentivo fiscal para realização de projetos culturais, no âmbito do município e dá outras providências. **Diário Oficial do Município**, Governador Valadares, 2001.

Disponível em: <<https://c-mara-municipal-de-governador-valadares.jusbrasil.com.br/legislacao/318533/lei-4925-01>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

_____. Lei nº 5945, de 01 de dezembro de 2008. Institui o Fundo Municipal de Proteção ao Patrimônio Cultural - FUMPAC. **Diário Oficial do Município**,

Governador Valadares, 2008. Disponível em:
<<https://leismunicipais.com.br/a/mg/g/governador-valadares/lei-ordinaria/2008/594/5945/lei-ordinaria-n-5945-2008-institui-o-fundo-municipal-de-protecao-ao-patrimonio-cultural-fumpac>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

GUIMARÃES, C. M. O. O patrimônio cultural de Governador Valadares (MG): algumas reflexões. **Revista CPC**, São Paulo, n. 5, p. 37-52, 2008. Disponível em:
<<http://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/15615/17189>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

IABELBERG, R. **Arte-educação modernista e pós-modernista: fluxo**. 2015. 259f. Tese (Concurso de Livre-Docência) - Departamento de Metodologia do Ensino e Educação Comparada, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em:
<<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/livredocencia/48/tde-16082016-161014/publico/lavalbergRosaTeseLD.pdf>>. Acesso em: 13 jul. 2018.

IPHAN. **Obras em teatro de Juiz de Fora - MG estão em fase de conclusão**. 2012. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/1072>>. Acesso em: 07 mar. 2017

KRENAK. **Uatu (Rio Doce) morreu e a esperança está nos Merét (espíritos) e na sabedoria dos antepassados, perpetuada pelos velhos das tribos**. 2017. Disponível em: <<http://www.krenakriodoce.com.br/about/>>. Acesso em: 15 abri 2018.

LARAIA, R. B. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

LÓPEZ, N. **Equidad Educativa y Desigualdad Social: Desafios a la educación en el nuevo escenario latino-americano**. Buenos Aires: IIPE; UNESCO, 2009. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001425/142599s.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2018.

MACHADO, B. N. M. **Direitos Humanos e Direitos Culturais**. 2007. Disponível em: <<http://centrodepesquisaeformacao.sescsp.org.br/issuu/Njl0NjgyOS80MjAyOTE1>>. Acesso em: 25 out. 2017.

MANCIBO, D.; VALE, A. A.; MARTINS, T. B. Políticas de expansão da educação superior no Brasil 1995-2010. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 60, p. 31-50, jan./mar, 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v20n60/1413-2478-rbedu-20-60-0031.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2017.

MAZZALLI, S. Ensino, pesquisa e extensão: reconfiguração da universidade brasileira em tempos de redemocratização do Estado. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Goiânia, v. 27, n. 2, p. 205-221, mai./ago. 2011. Disponível em:
<<http://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/24770/14361>>. Acesso em: 29 nov. 2017.

MINAS VESTIBULAR. **Conheça as 10 maiores faculdades de Minas Gerais.** 2017. Disponível em: <<https://www.minasvestibular.com.br/artigos/as-maiores-faculdades-de-minas-gerais.html>>. Acesso em: 21 mar. 2018.

MINAYO, M. C. S.; SANCHES, O. Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade? **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 239-262, jul./set. 1993. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/csp/v9n3/02.pdf>>. Acesso em: 03 abri. 2018.

MOREIRA, A. F. B.; CANDAU, V. M. Educação escolar e cultura(s): construindo caminhos. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, n. 23. p. 156-168, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n23/n23a11.pdf>>. Acesso em: 19 out. 2017.

NUNES, A. L. P. F.; SILVA, M. B. C. A extensão universitária no ensino superior e a sociedade. **Mal-Estar e Sociedade**, Barbacena, ano 4, n. 7, p. 119-133, jul./dez. 2011. Disponível em: <<http://revista.uemg.br/index.php/malestar/article/viewFile/60/89>>. Acesso em: 13 jul. 2018.

OLIVEIRA, J. F.; DOURADO, L. F. A Educação Superior no Plano Nacional de Educação (2014-2024): expansão e qualidade em perspectiva. In: Seminário Nacional Universitas/BR, 24, 2016, Maringá. **Anais...** Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2016, p. 1331-1350. Disponível em: <http://www.ppe.uem.br/xxivuniversitas/anais/trabalhos/e_6/6-003.pdf>. Acesso em: 04 set. 2017.

_____; _____.; MENDONÇA, E. F. Universidade de Brasília (UNB): da universidade idealizada à "universidade modernizada". In: MOSORINI, M. (Org.). **A universidade no Brasil: concepções e modelos.** Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006. p. 113 -131. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/documents/186968/484184/A+universidade+no+Brasil+concep%C3%A7%C3%B5es+e+modelos/136bcd85-aa8d-4b5c-83ed-d1c8d52c97a3?version=1.0>>. Acesso em: 05 set. 2017.

ONU. **Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.** 1966. Disponível em: <http://www.unfpa.org.br/Arquivos/pacto_internacional.pdf>. Acesso em: 25 out. 2017.

_____. **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** 2009. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2017.

PATI, C. **As melhores faculdades e universidades do Brasil, segundo o MEC.** 2017. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/carreira/as-melhores-faculdades-e-universidades-do-brasil-segundo-o-mec/>>. Acesso em: 21 mar. 2018.

PEREGRINO, M. **Desigualdade numa escola em mudança:** Trajetórias e embates na escolarização pública de jovens pobres. 2006. 336f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006. Disponível em:

<http://www.uff.br/pos_educacao/joomla/images/stories/Teses/peregrinot2006.pdf>. Acesso em: 25 out. 2017.

PERLATTO, F. As mudanças estruturais das Universidades públicas brasileiras: uma proposta dialética de interpretação. **Pesquisa e Debate em Educação**. Juiz de Fora, v. 3, n. 1, p. 10 -25, jan./jul. 2013. Disponível em: <<http://www.revistappgp.caedufjf.net/index.php/revista1/article/view/45/35>>. Acesso em: 29 ago. 2017.

PINTO, V. P. S. **A implantação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá: um caso no processo de reorganização territorial da Amazônia brasileira no final do século XX**. Juiz de Fora: Clio Edições Eletrônicas, 2003. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/cliodel/files/2009/10/COD03002.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2017.

REIS, A. C. F. **Economia da cultura e desenvolvimento sustentável: o caleidoscópio da cultura**. São Paulo: Manoele, 2007.

ROSA, F. G. M. G. Políticas culturais na Universidade Federal da Bahia e a disseminação da sua produção científica. In: PORTO, C. M. (Org.). **Difusão e cultura científica: alguns recortes**. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 127-147. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/68/pdf/porto-9788523209124-07.pdf>>. Acesso em: 24 mai. 2017.

RUBIM, A. A. C. Dilemas culturais da universidade na atualidade. In: ____ **A ousadia da criação - universidade e cultura**. Antônio Albino Canelas Rubim (org). – 2. ed. – Salvador : EDUFBA, 2016. Vários autores. 166 p. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/documents/186968/484184/A+universidade+no+Brasil+concep%C3%A7%C3%B5es+e+modelos/136bcd85-aa8d-4b5c-83ed-d1c8d52c97a3?version=1.0>>. Acesso em: 05 set. 2017

_____. Políticas Culturais no Governo Lula. In: RUBIM, A. A. C. (Org.). **Políticas culturais no governo Lula**. Salvador: EDUFBA, 2010. p. 9-24. Disponível em: <http://hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/Políticas-culturais_governo_Lula.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2018.

SANTOS, A. P.; CERQUEIRA, E. A. Ensino Superior: trajetória histórica e políticas recentes. In: Congresso Internacional de Gestão Universitária da América do Sul, 9, 2009, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: UFSC, 2009. Disponível em: <<http://www.ceap.br/material/MAT14092013162802.pdf>>. Acesso em: 05 nov. 2016.

SANTOS, B. S. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós modernidade**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, F. S.; FILHO, N. A. **A quarta missão da universidade: internacionalização universitária na sociedade do conhecimento**. Brasília: Editora Universidade de Brasília; Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012.

SANTOS, M. A. **Evasão, um problema comum, origens diversas: um estudo sobre a evasão entre os diferentes grupos de alunos da UFJF**. 2016. 99f. Dissertação (Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Faculdade

de Educação/CAEd, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/5607/1/marjoryalmeidasantos.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2017.

SANTANA, M. S. S. O programa mais cultura nas escolas: gerando o processo de resgate cultural. In: Encontro Internacional de Formação de Professores, 8, 2015, Aracaju. **Anais eletrônicos...** Aracaju: UFS, 2015. Disponível em: <<https://eventos.set.edu.br/index.php/enfope/article/viewFile/1231/232>>. Acesso em: 01 nov. 2017.

SANTIAGO, L. A. Política Cultural. In: Utramig. **Curso de Formação de Conselheiros de Patrimônio e Cultura**. Belo Horizonte, MG. 2016, Módulo IV. Disponível em: <<http://cultura.utramig.mg.gov.br/course/index.php>> Acesso em: 04 set. 2017 (Acesso restrito).

SAVIANI, D. A expansão do ensino superior no Brasil: mudanças e continuidades. **Póiesis Pedagógica**, Catalão, v. 8, n. 2, p. 4-17, ago./dez.2010. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/poiesis/article/view/14035>>. Acesso em: 04 set. 2017.

SEBRAE. **50 dicas de marketing cultural**. 2016. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/bis/50-dicas-de-marketing-cultural,479b43f87dc17410VgnVCM1000003b74010aRCRD>>. Acesso em: 21 mar. 2018.

SESC. **Públicos de Cultura**. 2013. Disponível em: <http://www.sesc.com.br/wps/wcm/connect/cac99ed0-4052-406b-a0ac-d92fcade0737/sintese_brasil.pdf?MOD=AJPERES&CONVERT_TO=URL&CACHEID=cac99ed0-4052-406b-a0ac-d92fcade0737>. Acesso em: 25 out. 2017.

SILVA, A. V. M. A pedagogia tecnicista e a organização do sistema de ensino brasileiro. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, v. 16, n. 70, p. 197-209, dez. 2016. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8644737/15765>>. Acesso em: 25 abr. 2018.

SILVA, F. L. Reflexões sobre o conceito e a função da universidade pública. **Estud. av.**, São Paulo, v. 15 n. 42, p. 295-304, mai./ago. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000200015>. Acesso em: 16 ago. 2017.

SILVEIRA, A. P. Reestruturação Universitária Brasileira: Reuni e seus impactos na elaboração de políticas públicas ao ensino superior brasileiro. In: Jornadas de Sociología de la UNLP, 8, 2014, La Plata. **Anais Eletrônicos...** La Plata: UNLP, 2014. Disponível em: <http://sedici.unlp.edu.ar/bitstream/handle/10915/50897/Documento_completo.pdf?sequence=1>. Acesso em: 20 ago. 2017.

SOUSA, M. P. S. **Expansão da Educação superior no Pará: programas EXPANDIR e REUNI e a composição dos quadros docentes dos campi da UFPA**

– **2001-2010**. 2011. 209f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Universidade Federal do Pará, Belém, 2011. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/3338/1/Dissertacao%20_ExpansaoEducacaoSuperior.pdf>. Acesso em: 10 set. 2017.

UFBA. **Projetos Pedagógicos dos Bacharelados Interdisciplinares**. 2008. Disponível em: <https://www.ufba.br/sites/portal.ufba.br/files/implant_reuni.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2018.

UFJF. **Plano de Expansão e Reestruturação**: Proposta para apreciação do Conselho Superior da Universidade Federal de Juiz de Fora. 2007. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/diavi/files/2011/10/12.2-REUNI-Plano-UFJF.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2017.

_____. **Coral Universitário da UFJF**: uma história de dedicação e sucessos. 2009. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/secom/2009/06/23/coral-universitario-da-ufjf-uma-historia-de-dedicacao-e-sucessos/>>. Acesso em: 13 jul. 2018.

_____. **Resolução nº 1/2012 de 16 de fevereiro de 2012**. Aprova a criação de um Campus Avançado da UFJF, na cidade de Governador Valadares/MG. Juiz de Fora: Conselho Superior da UFJF, 2012. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/consu/files/2015/11/Resolu%C3%A7%C3%A3o-01.2012.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2017.

_____. **Relatório de Gestão Exercício de 2012**. 2013. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/planejamento/inicial/transparencia/>>. Acesso em: 10 set. 2017.

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2015-2019**. 2014a. Disponível em: <http://http://www.ufjf.br/ufjf/files/2016/01/pdi_2016-20_ufjftexto_aprovado.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2016.

_____. **Resolução nº 12/2014**. Cria o Centro de Conservação da Memória - CECOM. Juiz de Fora: Conselho Superior da UFJF, 2014b. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/portal/files/2014/06/12.2014-CECOM.docx>>. Acesso em: 21 mar. 2018.

_____. **Edital nº 12/2014-PRORH/UFJF**. 2014c. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/antenido/files/2010/08/Edital-12-2014-UFJF-GV-retificado.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2017.

_____. **Edital nº 12/2014-PRORH/UFJF – Adendo I - Atribuições dos Cargos**. 2014d. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/antenido/files/2010/08/Edital-12-2014-UFJF-GV-Adendo-I.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2017.

_____. **Resolução nº 35/2015**. Aprova o Regimento Interno do Campus Avançado de Governador Valadares – MG, e dá outras providências. Juiz de Fora: Conselho Superior da UFJF, 2015a. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/consu/files/2015/11/Resolu%C3%A7%C3%A3o-35.2015-CONSU.-Regimento-GV-VF1-2.pdf>>. Acesso em: 19 out. 2017.

_____. Pró-reitoria de Extensão. **Resultado final (após fase de pedido de reconsideração de nota) - edital 03/2016 – Campus Governador Valadares.** 2015b. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/proex/files/2015/06/Resultado-final-Edital-03-2016-GV.pdf>>. Acesso em: 15 de mai. 2018.

_____. Campus Governador Valadares. Setor de Comunicação, Cultura e Eventos. **Coral Universitário - junho a dezembro 2016 - Relatório Final.** 2016a. Disponível em: <<https://docs.google.com/document/d/1LXBDRDAp8fe4LPEMnWKlkh8uxbEyFWehjiKaNT1FFGo/edit?usp=sharing>>. Acesso em: 05 nov. 2017.

_____. Campus Governador Valadares. Setor de Comunicação, Cultura e Eventos. **Vamos Ler! – 2016.** 2016b. Disponível em: <https://docs.google.com/document/d/1APCS_rla4_Tbb36KFbfrdEL-_cYPA_WZCKZtFdouHxl/edit?usp=sharing>. Acesso em: 05 nov. 2017.

_____. **História.** 2017a. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/ufjf/sobre/historia/>>. Acesso em: 10 set. 2017.

_____. **Resolução nº 25/2017 de 19 de junho de 2017.** Altera e consolida a estrutura organizacional da Reitoria da Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora: Conselho Superior da UFJF, 2017b. Disponível em: <http://www.ufjf.br/consu/files/2017/02/Resolu%C3%A7%C3%A3o_25.2017_Altera-a-estrutura-organizacional-da-Reitoria-da-UFJF1.pdf>. Acesso em: 07 mar. 2018.

_____. **Portaria nº 2/2017.** Nomeia servidores para o Comitê Gestor do Fórum de Extensão da UFJF-GV. 2017c. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/proex/files/2015/04/portaria-2.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

_____. **Pró-reitoria reativa Conselho de Extensão e Cultura.** 2017d. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/noticias/2017/06/20/pro-reitoria-reativa-conselho-de-extensao-e-cultura/>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

_____. Campus Governador Valadares. **Cine Acadêmico / Departamento de Medicina 2017 - Relatório Final.** 2017e. Disponível em: <https://docs.google.com/document/d/1alnj_1qyGsN6PUiDyRaCMcWtR0GpHrr6kFvcvTmVZ3Y/edit?usp=sharing>. Acesso em: 05 abr. 2018.

_____. Campus Governador Valadares. Setor de Comunicação, Cultura e Eventos. **Vamos Ler! – 2017.** 2017f. Disponível em: <<https://docs.google.com/document/d/11EAEIEUsjo5S6CyOlaiSGKcPIPNN57VB-i5A7CYInGw/edit?usp=sharing>>. Acesso em: 05 nov. 2017.

_____. Pró-reitoria de Extensão. **Resultado final – com classificação - Edital - 09/2017 – Extensão em Interface com a Pesquisa – Campus Governador Valadares.** 2017g. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/proex/files/2017/02/Edital-09-Resultado-final-com-classifica%C3%A7%C3%A3o-Governador-Valadares.pdf>>. Acesso em: 15 mai. 2018.

_____. Campus Governador Valadares. **Termo de Contrato nº 149/2017**. 2017h. Disponível em: <<https://drive.google.com/drive/folders/1dBWFWa2ZMyJRUFXbApW6jORDwD6ReLJw>>. Acesso em: 15 de abr. 2018.

_____. Campus Governador Valadares. **Regimento do Conselho Gestor do campus de Governador Valadares**. Juiz de Fora: Conselho Superior da UFJF, 2017i. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/conselhogestorgv/files/2017/04/Regimento-do-Conselho-Gestor-PDF1.pdf>>. Acesso em: 05 abr. 2018.

_____. **Fórum da Cultura**. 2018a. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/forumdacultura/>> Acesso em: 13 jul. 2018.

_____. **Museu de Arte Murilo Mendes – MAMM**. 2018b. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/procult/orgaos-executores/mamm/>> Acesso em: 13 jul. 2018.

_____. **Memorial da República Presidente Itamar Franco**. 2018c. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/procult/orgaos-executores/memorial-da-republica-presidente-itamar-franco/>> Acesso em: 13 jul. 2018.

_____. **Cine-Theatro Central**. 2018d. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/procult/orgaos-executores/cine-theatro-central/>>. Acesso em: 13 jul. 2018.

_____. **Centro Cultural Pró-Música**. 2018e. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/procult/orgaos-executores/centro-cultural-pro-musica/>>. Acesso em: 13 jul. 2018.

_____. Pró-reitoria de Cultura. **Apresentação**. 2018f. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/procult/apresentacao/>>. Acesso em: 13 jul. 2018.

_____. Pró-reitoria de Graduação. **Programa de Treinamento Profissional**. 2018g. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/prograd/bolsas/treinamentoprofissional/informacoes-gerais/>>. Acesso em: 10 de mai. 2018.

_____. Campus Governador Valadares. **Conselho Gestor – Atas – 2018**. 2018h. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/conselhogestorgv/atas/2018-2/>>. Acesso em: 05 abr. 2018.

_____. Campus Governador Valadares. **22ª Reunião do Conselho Gestor discute a distribuição dos recursos da UFJF-GV**. 2018i. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/portalan Antigogv/2018/05/22a-reuniao-do-conselho-gestor-discute-a-distribuicao-dos-recursos-da-ufjf-gv/>>. Acesso em: 20 abr. 2018.

_____. Pró-reitoria de Gestão de Pessoas. **Cargos Técnico-Administrativos em Educação da UFJF**. 2018j. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/progepe/files/2010/08/N%C3%ADvel-de->

classifica%C3%A7%C3%A3o-%E2%80%9CE%E2%80%9D.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2018.

UFLA. **Reuni Projeto Final**. 2007. Disponível em: <<http://www.reuni.ufla.br/arquivos/ProjetoUFLA.pdf>>. Acesso em: 21 mar. 2018.

UFMG. **Reuni – proposta da UFMG**. 2007. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/reuni/wp-content/uploads/2007/11/reuni-proposta-da-ufmg.pdf>>. Acesso em: 21 mar. 2018.

UFOP. **UFOP presta contas ao Ministério da Cultura sobre ações realizadas**. 2017. Disponível em: <http://saci2.ufop.br/data/solicitacao/11363_relatorio_parcial_de_execucao_do_plano_de_cultura_da_ufop_edital_mais_cultura_nas_universidade.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2017.

UFPB. **Centro artístico e cultural vai abrigar Memorial Sivuca no campus I**. 2017. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/content/centro-art%C3%ADstico-e-cultural-vai-abrigar-memorial-sivuca-no-campus-i>>. Acesso em: 13 jul. 2018.

UFTM. **Comunicado - "Museu Memória Viva"**. 2016. Disponível: <<http://www.uftm.edu.br/proext/centro-cultural/projetos/mais-cultura-nas-universidades>>. Acesso em: 12 nov. 2017.

UFU. **Plano de Expansão da Universidade Federal de Uberlândia – período 2008-2012**. 2007. Disponível em: <http://www0.ufu.br/expansaoufu/documentos_importantes/plano_expansao_ufu.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2018.

UNE. **História da UNE**. 2011. Disponível em: <<https://www.une.org.br/2011/09/historia-da-une/>>. Acesso em: 27 fev. 2018

UNESCO. **Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais da UNESCO**. México, 1982. Disponível em: <<https://www.joinville.sc.gov.br/wp-content/uploads/2017/09/Declaração-Conferência-Mundial-sobre-Políticas-Culturais-Mondiacult-México-1982.pdf>>. Acesso em: 09 de mar. 2018.

_____. **Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural**. 2002. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160por.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2017.

USP. **Institucional**. 2018. Disponível em: <<http://www5.usp.br/institucional/a-usp/historia/linha-do-tempo/>>. Acesso em: 21 mar. 2018.

VALIATI, L.; FIALHO, A. L. N. (Org.). **Atlas Econômico da Cultura Brasileira**. Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, 2017. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/obec/pubs/CEGOV%20-%202017%20-%20Atlas%20volume%201%20digital.pdf>> Acesso em: 21 mar. 2018.

VASCONCELOS, I, B. **A comunicação interna na consolidação do campus avançado da Universidade Federal de Juiz de Fora em Governador Valadares.** 2018. 280f. Dissertação (Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Faculdade de Educação/CAEd, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2018. Disponível em: <<http://www.mestrado.caedufjf.net/wp-content/uploads/2018/03/IVAN-BRETAS-VASCONCELOS.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

WESKA, A. R. **O Programa Reuni na Universidade Federal de Juiz de Fora.** 2012. 94f. Dissertação (Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Faculdade de Educação/CAEd, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012. Disponível em: <<https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/1587/1/adrianarigonweska.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2017.

ZINET, C. **Governo interino não abrirá novas inscrições para o programa Mais Educação em 2016.** 2016a. Disponível em: <<http://educacaointegral.org.br/reportagens/governo-temer-interrompe-recursos-programa-mais-educacao-em-2016/>>. Acesso em: 01 nov. 2017.

_____. **MEC reformula Mais Educação e reduz seu alcance a 26 mil escolas.** 2016b. Disponível em: <<http://educacaointegral.org.br/reportagens/mec-reformula-mais-educacao-reduz-alcance-26-mil-escolas/>>. Acesso em: 01 de nov. 2017.

APÊNDICE A – Roteiro de entrevista aplicado aos gestores envolvidos com a gestão cultural na UFJF-GV

Universidade Federal de Juiz de Fora
Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação
Programa de Pós-graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública –
Mestrado Profissional

Pesquisa sobre a gestão das ações culturais na UFJF-GV

Prezado gestor,

sou aluna do curso de Mestrado Profissional do Programa de Pós-graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública – PPGP – CAED – UFJF e desenvolvo uma pesquisa que tem como objetivo analisar as principais barreiras no desenvolvimento de projetos e ações de cultura na UFJF-GV. O estudo visa a produção de um plano de ação coerente com a realidade do *campus* avançado e que possibilite o desenvolvimento de atividades culturais de forma bem-sucedida.

A entrevista a seguir compõe a pesquisa e a sua colaboração poderá nos oferecer uma melhor compreensão do objetivo dos estudos.

Desde já, agradeço a contribuição.

Objetivos do instrumento de pesquisa:

*Coletar informações sobre o atual modelo de gestão das ações de arte e cultura na UFJF e na UFJF-GV.

*Identificar as práticas de produção cultural da UFJF e da UFJF-GV.

*Identificar os entraves na produção das ações de arte e cultura na UFJF-GV.

*Identificar possíveis caminhos para melhorar a gestão da produção cultural no *campus* avançado.

Roteiro:

Nome: _____

Cargo que ocupa: _____

Tempo de UFJF / UFJF-GV: _____

1 – Para iniciarmos nossa entrevista, você poderia falar sobre a sua formação escolar: tanto na educação básica quanto na acadêmica, você teve contato com algum projeto ligado à arte e cultura? Se sim, qual?

2 – Relate quais são as principais ações desenvolvidas por você e seu setor dentro da UFJF em relação à sua política de cultura.

3 – Quais são as principais fontes de recursos para a efetivação desses projetos?

4 – Atualmente, qual o número de profissionais que atuam na área cultural, sob a sua gestão? Esse número tem atendido a demanda da política de cultura da universidade?

5 – Como é a relação entre os setores gestores de cultura da UFJF e da UFJF-GV?

6 – Como é a relação entre a UFJF-GV e outras instituições sociais, como as do Terceiro Setor – Associações, ONG, OSCIP, Sindicatos, entre outros; além de com as demais Políticas Setoriais?

7 - Quais os aspectos positivos podemos apontar em relação aos trabalhos desenvolvidos, dentro da política de Cultura da UFJF, nos últimos anos?

8 – Quais os principais problemas enfrentados pela área de produção cultural na UFJF ou no *campus* avançado?

9 - Que medidas podem ser apontadas para melhorar tais problemas?

10 – Você tem alguma colocação ou acréscimo à entrevista?

APÊNDICE B – Questionário aplicado aos discentes da UFJF-GV

Universidade Federal de Juiz de Fora
Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação
Programa de Pós-graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública –
Mestrado Profissional

Pesquisa sobre a gestão das ações de culturais na UFJF-GV

Prezado estudante,

Sou aluna do curso de Mestrado Profissional do Programa de Pós-graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública – PPGP – CAED – UFJF e desenvolvo uma pesquisa que tem como objetivo analisar as principais barreiras no desenvolvimento de projetos e ações de cultura na UFJF-GV. O estudo visa a produção de um plano de ação coerente com a realidade do *campus* avançado e que possibilite o desenvolvimento de atividades culturais de forma bem-sucedida. O questionário a seguir compõe a pesquisa e a sua colaboração poderá nos oferecer uma melhor compreensão do objetivo dos estudos. Desde já, agradeço a contribuição.

Objetivos do instrumento de pesquisa:

- *Coletar informações sobre o perfil cultural dos estudantes da UFJF-GV
- *Identificar se os estudantes conhecem e estão participando das ações promovidas pela instituição.
- *Identificar em quais áreas de atuação a UFJF-GV pode atuar para atender melhor o público em relação à produção de ações de culturais.
- *Identificar possíveis caminhos para melhorar a gestão da produção cultural no *campus* avançado.

Informações socioeconômicas

1 – Idade: ____

2 - Sexo:

Feminino Masculino

3 - Naturalidade: _____

4 – Estado:

Acre Alagoas Amapá Amazonas Bahia Ceará Distrito Federal Espírito Santo Goiás Maranhão Mato Grosso Mato Grosso do Sul Minas Gerais Pará Paraíba Paraná Pernambuco Piauí Rio de Janeiro Rondônia Roraima Santa Catarina São Paulo Sergipe Tocantins Outra nacionalidade

5 - Estado civil:

- solteiro (a) casado (a) viúvo (a) separado (a) divorciado (a)
 união estável

6 - Qual a sua renda familiar?

- Menos de 1 salário mínimo (menos de R\$ 954,00)
 1 a 2 salários mínimos (entre R\$ 954,00 e R\$ 1.908,00)
 2 a 3 salários mínimos (mais que R\$ 1.908,00 até R\$ 2.862,00)
 3 a 4 salários mínimos (mais que R\$ 2.862,00 até R\$ 3.816,00)
 4 a 5 salários mínimos (mais que R\$ 3.816,00 até R\$ 4.770,00)
 5 a 6 salários mínimos (mais que R\$ 4.770,00 até R\$ 5.724,00)
 6 a 7 salários mínimos (mais que R\$ 5.724,00 até R\$ 6.678,00)
 7 a 8 salários mínimos (mais que R\$ 6.678,00 até R\$ 7.632,00)
 Acima de 8 salários mínimos (mais que R\$ 7.632,00)

7 - Onde você mora em Governador Valadares:

- Com a família/parentes Em república Moro sozinho

8 - Tem filhos:

- Não 1 filho 2 filhos 3 filhos ou mais

9 - De acordo com as categorias do IBGE, como você se considera?

- Amarelo(a) Branco(a) Indígena Pardo(a) Preto(a) Prefiro não declarar

10 - 10 - Possui alguma necessidade especial?

- Não Sim

11 - Se sim, qual? _____

12 - Qual a formação de seu pai?

- Não frequentou a escola formal Ensino Fundamental Incompleto Ensino Fundamental Completo Ensino Médio Incompleto Ensino Médio Completo
 Ensino Superior Incompleto Ensino Superior Completo Não sei responder

13 - Qual a formação de sua mãe?

- Não frequentou a escola formal Ensino Fundamental Incompleto Ensino Fundamental Completo Ensino Médio Incompleto Ensino Médio Completo
 Ensino Superior Incompleto Ensino Superior Completo Não sei responder

14 - Estuda em qual curso da UFJF-GV:

- Administração Ciências Contábeis Ciências Econômicas Direito
 Educação Física Farmácia Fisioterapia Medicina Nutrição
 Odontologia

15 - Já completou 50% do seu curso?

- Não Sim

16 - Qual foi a sua forma de ingresso na UFJF-GV?

Enem Pism Transferência 2ª habilitação Vestibular

17 - Utilizou sistemas de cotas?

Sim Não

18 - Atualmente você participa de algum projeto dentro da universidade? Se for mais de um projeto, marque aquele com o qual você mais se identifica.

Não participo de nenhum projeto Projeto de Extensão Treinamento Profissional Iniciação Científica Outro: _____

19 - O projeto no qual participa, e que mais se identifica, está diretamente ligado ao seu curso? Sim Não Não participo de projeto na universidade

20 - Você é bolsista neste projeto?

Sim Não Não participo de projeto na universidade

21 - Fora da universidade, você exerce alguma atividade remunerada?

Não trabalho Sim, trabalho como autônomo Sim, trabalho de carteira assinada Sim, sou servidor público.

22 - Conte-me um pouco sobre a sua formação e também sobre os seus interesses artísticos-culturais. Para começar, me diga onde você estudou o maior tempo de sua vida:

Escola Pública Escola Privada Instituição Militar Outros

23 - Na escola onde estudou a maior parte do tempo, você tinha acesso aos seguintes espaços:

	Sim	Não
Biblioteca		
Brinquedoteca		
Sala de informática		
Sala de Vídeo		
Anfiteatro		
Quadra esportiva		

24 - Na infância e adolescência, você fez algum curso de arte e cultura? Se sim, marque aquele que fez por mais tempo:

Não fiz cursos nessas áreas Artes cênicas (Dança, teatro ou circo)
 Artes cênicas (Dança, teatro ou circo) Artes visuais (fotografia, cinema, etc.)
 Artesanato (bordado, crochê, papel machê, etc.) Música Literatura
 Outro _____

25 - Quanto tempo durou o curso? Lembre-se que estamos falando sobre o curso que você participou por mais tempo.

até 1 ano 1 a 2 anos 3 anos ou mais Não fiz cursos nessas áreas

26 - Como teve acesso ao curso? Lembre-se que estamos falando sobre curso que você participou por mais tempo.

Grátis, ofertado pelo poder público Grátis, ofertado por instituições beneficentes Particular Não fiz cursos nessas áreas

27 -; atualmente, você faz algum curso de arte e cultura?

Não faço cursos nessas áreas Artes cênicas (Dança, teatro ou circo) Artes plásticas/Grafite Artes visuais (fotografia, cinema, etc.) Artesanato (bordado, crochê, papel machê, etc.) Música Literatura Outro

28 - Você toca algum instrumento? Se sim, me diga em qual tem mais habilidade:

Não toco instrumento musical Violão / Cavaquinho Violino Piano / Teclado Bateria Instrumentos de sopro (saxofone, clarinete, flauta, etc.) Instrumentos de percussão (caixa, cajon, pandeiro, chocalho, etc.) Outros _____

29 - Além dos estudos e trabalho, com qual atividade abaixo você mais ocupa seu tempo?

Não realizo outras atividades Atividades de arte e cultura, como teatro, música, cinema Esportes Religião Turismo, como passeios e viagens Outros _____

30 - Caso tenha participado de algum movimento ou grupo, assinale para mim a área daquele que participou por mais tempo:

Não participei Cultural Religioso Social/Filantrópico Político Outro _____

31 - Qual o número de livros de literatura que você leu no último ano?

Nenhum até 1 livro 2 ou 3 livros 4 livros ou mais

32 - Você lê (impresso ou virtual) ou assiste a jornal durante a semana?

Sim Não

33 - Você lê revista impressa ou virtual durante a semana?

Sim Não

34 - Se sim, que tipo de revista?

Não leio revista durante a semana Entretenimento Informação/economia e política Negócios e mercado Quadrinhos Religiosa Pedagógica Divulgação científica Outras _____

35 - Com qual frequência vai ao cinema?

1 vez por semana 1 vez por mês 1 vez ao ano ou menos Mais de 2 vezes ao ano Não costuma ir ao cinema Nunca foi ao cinema

36 - Você participa de alguma atividade estudantil?

Não participo DCE ou DA Atlética Liga acadêmica Outro _____

37 - Você já participou ou assistiu alguma atividade artístico-cultural desenvolvida pela UFJF-GV? Se sim, diga o que achou da atividade. Aos usuários de celular: passe o dedo horizontalmente pelas colunas e tenha acesso às 5 possíveis respostas!

	Ótimo	Bom	Ruim	Péssimo	Não conheço o projeto
36 - Almoço com cantoria					
37 - Cine Acadêmico					
38 - Coral Universitário					
39 - História em Movimento					
40 - Vamos Ler!					

38 - Em relação aos projetos culturais da UFJF-GV, por qual via você normalmente tem conhecimento das atividades?

() Ainda não conheço nenhum dos projetos () Site da UFJF-GV () Facebook da UFJF-GV () Coordenação do curso () DCE, DA ou Atlética () Colegas ou professores () Outros _____

39 - O que acha do trabalho que está sendo desenvolvido pela universidade em relação à arte e a cultura?

() Ótimo () Bom () Ruim () Péssimo () Não sei opinar

40 - Que tipo de projeto de arte e cultura você teria interesse em participar na universidade?

() Não tenho interesse em nenhuma atividade () Artes cênicas (Dança, teatro ou circo) () Artes plásticas/Grafite () Artes visuais (fotografia, cinema, etc.) () Artesanato (bordado, crochê, papel machê, etc.) () Música () Literatura () Outra _____

41 - Em qual dia e horário você poderia participar dos projetos oferecidos dentro da UFJF-GV?

() Durante a semana, na manhã () Durante a semana, à tarde () Durante a semana, à noite () Final de semana () Não tenho interesse em participar

42 - Qual o principal ponto que precisa ser melhorado no trabalho de arte e cultura da UFJF-GV?

() Maior periodicidade dos projetos já existentes () Produção de projetos de outras vertentes artísticas () Mais divulgação () Melhor adequação dos horários e locais das atividades à comunidade acadêmica () Não posso opinar () Outro _____

43 - Gostaria de deixar algum comentário ou sugestão sobre essa pesquisa ou sobre o trabalho no campo cultural da UFJF-GV?
